



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

LIDIANE CRISTINA LOPES GARCIA DE SOUZA

**O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) EM UMA
CIDADE MÉDIA: DOURADOS-MS.
UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE SEGREGAÇÃO
SOCIOESPACIAL**

**Dourados
2020**

LIDIANE CRISTINA LOPES GARCIA DE SOUZA

**O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) EM UMA
CIDADE MÉDIA: DOURADOS-MS.
UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE SEGREGAÇÃO
SOCIOESPACIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação – Mestrado em Geografia, da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria José Martinelli Silva Calixto

**Dourados
2020**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S729p	<p>Souza, Lidiane Cristina Lopes Garcia de.</p> <p>O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em uma cidade média: Dourados-MS: uma análise do processo de segregação socioespacial. / Lidiane Cristina Lopes Garcia de Souza. – Dourados, MS: UFGD, 2020.</p> <p>Orientadora: Prof. Dra. Maria José Martinelli Silva Calixto.</p> <p>Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados.</p> <p>1. Cidade média. 2. Produção habitacional. 3. PMCMV. 4. Segregação socioespacial. I. Título.</p>
-------	--

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

BANCA EXAMINADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Prof.^a Dra. Maria José Martinelli Silva Calixto - PPGG/UFGD

Prof. Dr. Alexandre Bergamin Vieira - PPGG/UFGD

Prof. Dr. Sergio Moreno Redón - UNIFESSPA

Dourados, 02 de dezembro de 2020

A volta pra casa

Eis aqui mais uma canção dedicada a toda classe trabalhadora
Tão cansativa como a rotina de trabalho
É aquele longo trajeto de ir e vir
Vamo nessa!

Trabalhadora voltando pra casa
Perguntando pra Deus "por que não tenho asas"?
Pra voar pelos ares e voltar para o lar
A real, ônibus cheio dói só de pensar
Na bolsa um livro novo, não tem condição
Leitura na multidão, frustração
Nove horas no trabalho é bem mais suave
Que as duas horas balançando na condução
O dia inteiro dando duro, uma volta cansativa
Ainda desce bem no ponto mais escuro
A violência subindo de nível
Do receio da solidão, a sensação da mulher é horrível
Ela caminha, semblante preocupado
Escuridão, o bar da rua se encontra fechado
Quanto vale uma vida? Pensa no seu pivete
Na bolsa tem a bíblia, também tem canivete
Faça o bem que o bem vai te merecer
Mas ela sabe que o pior pode acontecer
Na madrugada pelo bairro impera o sono
Holofote quebrado, matagal, abandono
Se ela atrasa, seu dinheiro será descontado
E a firma ao menos oferece um ônibus fretado
E sua mente quente como brasa
Só vai relaxar quando entrar dentro de casa

É hora de voltar pra casa
Trabalhador só quer chegar bem
Infelizmente não tem asas
E precisa das ruas e das linhas do trem
A condução está tão cara
Conforto é o que não tem
Mas o trabalhador encara
Essa rotina sem nunca depender de ninguém

Da casa pro trampo, do trampo pra faculdade
O corpo exausto apesar da pouca idade
Sem novidade, a mesmice na rota
Tentando ser um bom funcionário com boas notas
Trabaiá, estudar, nem sempre se encaixa
Nem mesmo no fim da aula o aluno relaxa
Pensa na volta, no clima lá fora
O metrô não funciona por 24 horas
Logo vem na mente os lençóis
E o busão vai parando nos pontos e nos faróis
É feroz esse desafio
Manhã, tarde ou noite, é raro um busão vazio
Ele se adianta, violência espanta
Sua família ansiosa, o espera pra janta
A madrugada é tensa, quando um estouro canta
A mãe já pensa coisas, dá um nó na garganta
Perigo em todos os lados
Quanto mais dinheiro, vivem mais isolados
A violência na cidade tem se espalhado
Se isola mais ainda quem tem um carro blindado
Andando com cuidado, os passos apert:

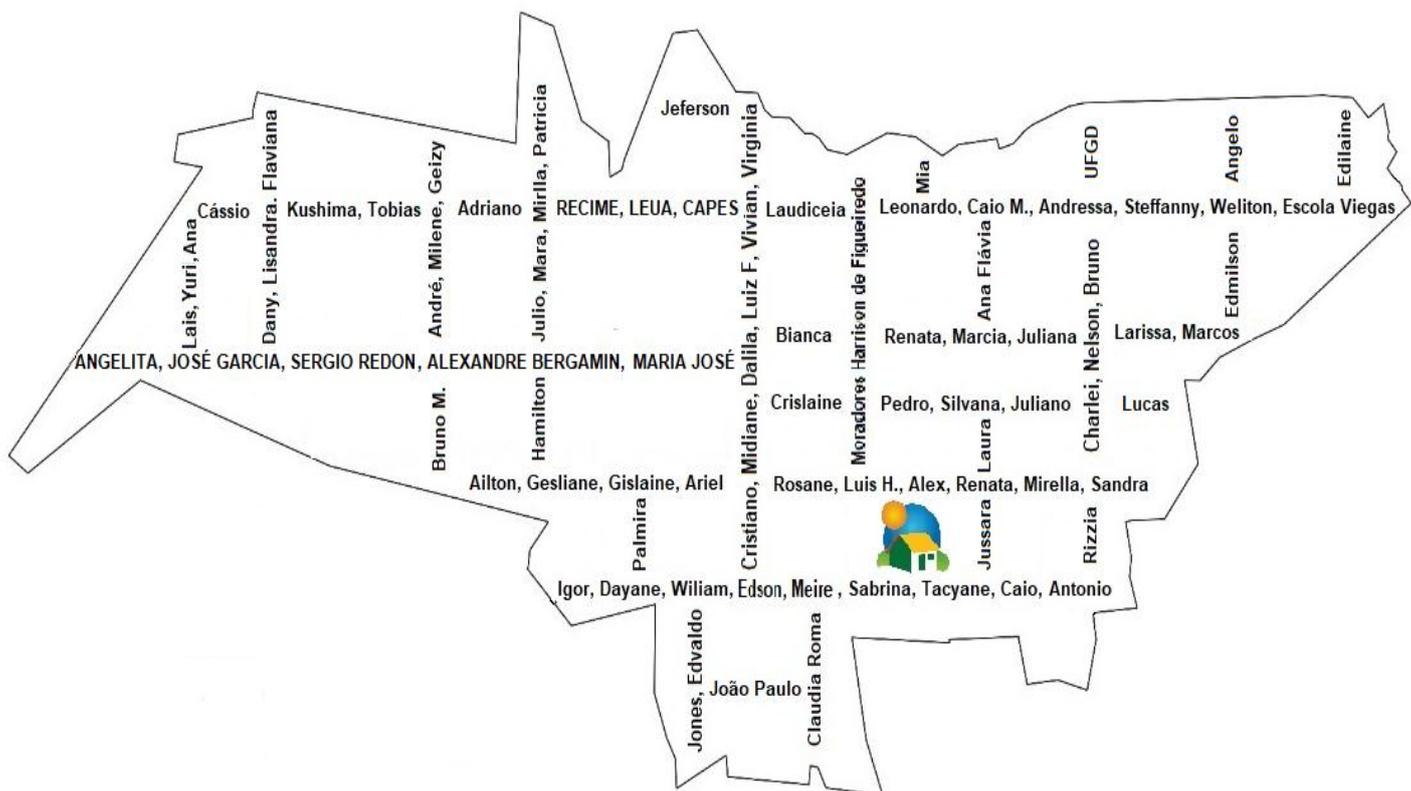
Receio de sofrer um abuso de um homem fardado
Chegando em casa ele se sente mais aliviado
É recebido com o calor de um abraço apertado

É hora de voltar pra casa
Trabalhador só quer chegar bem
Infelizmente não tem asas
E precisa das ruas e das linhas do trem
A condução está tão cara
Conforto é o que não tem
Mas o trabalhador encara
Essa rotina sem nunca depender de ninguém
Oh oh oh
Ei ei ei

(RINCON SAPIÊNCIA, Galanga Livre, Faixa 4, 2017)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que, em diferentes momentos, me acompanharam na caminhada.



RESUMO

Buscando levantar possibilidades analíticas para tratar o processo de segregação socioespacial, o presente trabalho objetivou discutir a produção habitacional em uma cidade média, a partir de uma análise do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV Faixa 1, em Dourados/MS. Assim, procuramos apontar elementos que possibilitaram avaliar como a localização dos empreendimentos têm imposto um distanciamento que se desdobra na ampliação das diferenças, rompe relações e caracteriza uma realidade marcada pela segmentação socioespacial, gerando conflitos que se manifestam no plano do cotidiano. Para tal, tomamos como referencial de análise o conjunto habitacional Harrison de Figueiredo, localizado às margens da rodovia MS 156, na porção sul da cidade. De forma geral, é possível perceber o distanciamento socioespacial dado pela implantação dos conjuntos habitacionais em Dourados, que ocupam áreas periféricas e desprovidas de infraestrutura, de equipamentos, de serviços e, muitas vezes, em descontinuidade ao tecido urbano. Dessa forma, o processo de distanciamento, dentre outros, é marcado pelo difícil acesso a equipamentos, infraestrutura e serviços fundamentais à reprodução da vida, conformando o processo de segregação socioespacial e negando o direito à cidade.

Palavras-chave: Cidade média. Produção habitacional. PMCMV. Segregação socioespacial.

ABSTRACT

Seeking to raise analytical possibilities to deal with the process of socio-spatial segregation, this work aimed to discuss housing production in a medium-sized city, based on an analysis of the Program Minha Casa Minha Vida – PMCMV Level 1, in Dourados / MS. Thus, we seek to point out elements that made it possible to assess how the location of the real estate ventures has imposed a distance that unfolds in the widening of differences, breaks relations and characterizes a reality marked by socio-spatial segmentation, generating conflicts that are manifested in the daily plan. To this end, we take as an analytical reference the Harrison de Figueiredo housing complex, located on the MS 156 highway, in the southern part of the city. In general, it is possible to perceive the socio-spatial distance caused by the implantation of housing complexes in Dourados, which occupy peripheral areas that lack infrastructure, equipment, services and are often in discontinuity to the urban fabric. Thus, the distancing process, among others, is marked by the difficult access to equipment, infrastructure and services essential to the reproduction of life, shaping the process of socio-spatial segregation and denying the right to the city.

Key-words: Medium-sized. Housing production. PMCMV. Socio-spatial segregation

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	10
LISTA DE FOTOS.....	10
LISTA DE GRÁFICOS.....	11
LISTA DE MAPAS.....	13
LISTA DE QUADROS.....	14
INTRODUÇÃO AO TEMA E PRESSUPOSTOS DA PESQUISA.....	16
CAPÍTULO 1 - MORAR EM UMA CIDADE MÉDIA: A CONDIÇÃO REGIONAL DE DOURADOS-MS E AS POLÍTICAS HABITACIONAIS	30
1.1 A questão da moradia em Dourados/MS.....	43
CAPÍTULO 2 - O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – PMCMV EM DOURADOS-MS.....	61
2.1 Análise socioespacial do conjunto habitacional Harrison de Figueiredo	72
CAPÍTULO 3 – A PRODUÇÃO HABITACIONAL EM DOURADOS/MS E O PROCESSO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL.....	84
3.1 – Considerações acerca do conceito de segregação.....	88
3.2 – Os loteamentos fechados de padrão mais elevado e os conjuntos habitacionais do PMCMV Faixa 1	99
CAPÍTULO 4 – O PMCMV E O PROCESSO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA REALIDADE DOS MORADORES.....	132
APONTAMENTOS FINAIS.....	186
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	189
ANEXOS.....	199

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Dourados/MS - Serviços básicos usados como propaganda (nos sites das incorporadoras) para venda de loteamentos fechados (2018).....	107
Figura 2. Dourados/MS – Medianeira: Horários da linha de ônibus (2019)	156
Figura 3. Dourados/MS – Medianeira: Horários da linha de ônibus (2017).....	157

LISTA DE FOTOS

Foto 1. Dourados/MS – Lote “irregular” em área em risco: Santa Fé (2019).....	54
Foto 2. Dourados/MS - Lote “irregular” em área em loteamento social: Vila Nova (2019)	56
Foto 3. Dourados/MS – Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Padrão da casa. (2019)	73
Foto 4. Dourados/MS –Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Casa Incendiada. (2018)	75
Foto 5. Dourados-MS - Ecoville Residence & Resort: Entrada principal. (2019).	102
Foto 6. Dourados/MS - Porto Seguro Residence & Resort: Entrada principal (2019).	103
Foto 7. Dourados/MS - Golden Park Residence	104
Foto 8. Dourados/MS - Green Park Residence	104
Foto 9. Dourados/MS – Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Casas muradas (2018).....	112
Foto 10. Dourados/MS – Ecoville Residencial & Resorte e Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo. (2019).....	129
Foto 11. Dourados/MS - Conjunto habitacional Dioclécio Artuzi: Escola Estadual Vereador Moacir Djalma Barros- “escola do bairro”. (2018).....	146
Foto 12. Dourados/MS - Conjunto habitacional Idelfonso Pedroso: CEIM Prof. Argemira Rodrigues Barbosa (2018)	148
Foto 13. Dourados/MS – Empresa Medianeira: Linha de transporte público (2018).....	153

Foto 14. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Ponto de espera de ônibus (2020)	155
Foto 15. Dourados/MS - Veículos na rodovia MS 156. (2018)	163
Foto 16. Dourados/MS - Rotatória que liga a BR 163 à Avenida Hayel Bon Faker. (2019).....	163
Foto 17. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: “Passagem” construída para atravessar a rodovia 156. (2018).....	164
Foto 18. Dourados/MS – Rodovia MS 156 Dourados/Porto Cambira (2019).....	165
Foto 19. Dourados/MS – Rua Coronel Ponciano. (2020).....	166
Foto 20. Dourados/MS – Rodovia BR 163. (2020).....	166
Foto 21. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Lote vazio (2018)	168
Foto 22. Dourados/MS - Conjunto habitacional Dioclécio Artuzi: Escola Estadual Vereador Moacir Djalma Barros (2020).....	169
Foto 23. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Barbearia, panificadora e comércio de vestuário (2018)	169
Foto 24. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Loja de materiais de construção nas proximidades (2018)	170
Foto 25. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Loja de vestuário e farmácia nas proximidades. (2018)	170
Foto 26. Dourados/MS – Idelfonso Pedroso: UBS Drº Luiz Carlos Siebert (2019).....	172
Foto 27. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Pôr do sol. (2019)	205

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Faixa etária dos moradores (2019)	76
Gráfico 2. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Mulheres chefe de família (2019)	76
Gráfico 3. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Número de pessoas por casa (2019)	77
Gráfico 4. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Escolaridade do morador chefe de família (2019)	78

Gráfico 5. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Ocupação/Profissão dos moradores. (2019).....	79
Gráfico 6. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Renda Familiar mensal dos moradores. (2019)	80
Gráfico 7. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Tempo de espera pela casa dos moradores. (2019)	80
Gráfico 8. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Origem dos moradores. (2019).....	81
Gráfico 9. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Condição da moradia anterior dos moradores. (2019)	82
Gráfico 10. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Preço do aluguel da moradia anterior dos moradores. (2019)	82
Gráfico 11. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Reformas ou ampliações que os moradores. (2019).....	113
Gráfico 12. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Reformas e/ou ampliações que os moradores pretendem realizar na casa. (2019).....	114
Gráfico 13. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Bairros que os moradores residiam anteriormente (2019)	138
Gráfico 14. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Local de trabalho dos moradores. (2019)	141
Gráfico 15. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Tempo de deslocamento dos moradores até o trabalho. (2019)	143
Gráfico 16. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Frequência de deslocamento dos moradores ao centro principal da cidade. (2019)	144
Gráfico 17. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Tempo de deslocamento ao centro principal da cidade dos moradores. (2019)	144
Gráfico 18. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Grau de satisfação dos moradores com relação à escola do bairro. (2019)	145
Gráfico 19. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Instituições de ensino frequentadas pelos moradores. (2019).....	149
Gráfico 20. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Formas de realização do trajeto dos estudantes até as instituições de ensino. (2019).....	151
Gráfico 21. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Meios de locomoção dos moradores. (2019).....	152

Gráfico 22. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Acidentes de trânsito nas proximidades. (2015-2018)	153
Gráfico 23. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Utilização do transporte público. (2019).....	154
Gráfico 24. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Locais que moradores costumam frequentar. (2019).....	160
Gráfico 25. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Bairros em que moram parentes e amigos dos moradores (2019).....	160
Gráfico 26 Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Principais carências (segundo os moradores). (2019).....	167
Gráfico 27. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Moradores que possuem plano de saúde (2019)	171
Gráfico 28. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Significado da casa para os moradores. (2019).....	175
Gráfico 29. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Moradores que se mudariam do local. (2018)	179
Gráfico 30. Dourados/MS - PMCMV Faixa 1. Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Sexo dos moradores que se mudariam do local (2019).....	180

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo (2020)	22
Mapa 2. Dourados/MS - PMCMV: Localização dos loteamentos fechados de padrão mais elevado e conjuntos habitacionais do PMCMV Faixa 1. (2018)	116
Mapa 3. Dourados-MS. Preço do m ² dos lotes urbanos (2016)	118
Mapa 4. Dourados-MS. Distribuição de renda predominante por setor censitário (2010)	120
Mapa 5. Dourados-MS – Serviços de saúde e educação particulares e públicos (2020).....	123
Mapa 6. Dourados-MS – Classificação quantitativa das praças e parques urba (2019).....	126
Mapa 7. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Localização dos bairros que os moradores residiam anteriormente. (2020)	139

Mapa 8. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Local de trabalho dos moradores que têm emprego fixo. (2020).....	142
Mapa 9. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Localização das instituições de ensino frequentadas pelos residentes. (2020)	150
Mapa 10. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Trajeto das linhas de ônibus. (2020)	156
Mapa 11. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Vias utilizadas pelos moradores (2020)	162

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Dourados/MS - Programas implementados (1971-1976).....	35
Quadro 2. Dourados/MS - SFH: Conjuntos habitacionais financiados. (1968-1991).....	38
Quadro 3. Dourados/MS - Projetos habitacionais. (1989-1999).....	39
Quadro 4. Dourados/MS - Conjuntos habitacionais implantados. (2001-2007).....	40
Quadro 5. Dourados/MS - Programa de Arrendamento Residencial- PAR. Empreendimentos implantados (2004-2008).....	41
Quadro 6. Dourados/MS - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC: Empreendimentos implantados. (2008).....	42
Quadro 7. Dourados/MS. PLHIS: Projeção do déficit habitacional (2012).....	51
Quadro 8 - Dourados/MS. Inadequação habitacional e número de adequações para o “Cenário Possível” (2012).....	52
Quadro 9. Dourados/MS - Lotes “irregulares” em área de risco (2020).....	54
Quadro 10. Dourados/MS - Áreas “irregulares” na Vila dos Oficinas (2020).....	55
Quadro 11. Dourados/MS - Áreas “irregulares” em divisa de bairros (2020).....	55
Quadro 12. Dourados/MS - Áreas “irregulares” em loteamento social (2020).....	56
Quadro 13. Dourados/MS - Áreas “irregulares” em loteamento particular (2020).....	57

Quadro 14. Dourados/MS – Áreas regularizadas (2020)	58
Quadro 15. Dourados/MS - PMCMV Faixa 1: Inscritos e contemplados (2014-2018).....	59
Quadro 16. Dourados/MS - PMCMV: Faixa de renda (2018).....	65
Quadro 17. Dourados/MS - PMCMV Faixa 1: Valor da parcela mensal do financiamento de acordo com a renda familiar bruta mensal (2018)	65
Quadro 18. Dourados/MS - PMCMV Faixa 1: Taxa de juros (2020)	66
Quadro 19. Dourados/MS - PMCMV Faixa 1: Documentários necessários para inscrição e/atualização do Programa (2018).....	66
Quadro 20. Dourados/MS - PMCMV Faixa 1: Critérios nacionais e municipais de prioridade para sorteio no Programa (2018).....	67
Quadro 21. Dourados/MS – PMCMV – E: Valor da parcela do financiamento (de acordo com a renda familiar bruta mensal. (2019).....	68
Quadro 22. Dourados/MS - PMCMV Faixa 1: Critérios utilizados para reservar unidades dos empreendimentos á inscritos com prioridades e a percentagem de unidade reservadas. (2018).....	67
Quadro 23. Dourados/MS - PMCMV Faixa 1. Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo. Área do loteamento (2019).....	74
Quadro 24. Dourados/MS - Loteamentos fechados de padrão mais elevado. (2008-2019).....	101
Quadro 25. Dourados-MS - PMCMV Faixa 1: Conjuntos habitacionais (2019).....	111

INTRODUÇÃO AO TEMA E PRESSUPOSTOS DA PESQUISA

“[...] a cidade é riqueza e é pobreza, beleza e feiura, é evolução, transformação e revolução, é unidade e diversidade, é contradição.”
(SPOSITO, 1993, p. 62).

Este trabalho tem como objetivo contribuir com a análise das contradições e desigualdades socioespaciais que envolvem a produção do espaço urbano de uma cidade média e, por decorrência da segregação socioespacial, tomando como referencial a produção habitacional via Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Para tal, tomamos como objeto de estudo o conjunto habitacional denominado Harrison de Figueiredo, localizado às margens da rodovia MS 156, ao sul da cidade de Dourados/MS.

Ressaltamos que este trabalho, de certa forma, dá continuidade à reflexão iniciada em um trabalho de iniciação científica, realizado na graduação em Geografia e que, também, serviu como base para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão do curso de Graduação.

Além disso, este trabalho leva em consideração as inquietações da própria pesquisadora, que já viveu as contradições, as desigualdades e as dificuldades cotidianas, decorrentes do fato de morar em um conjunto habitacional, implantado pelo PMCMV, em Dourados.

Inicialmente, convém destacar que uma cidade apresenta a característica de ser marcada por diferentes usos da terra, apresentando áreas de diferentes padrões, formas e conteúdos.

A produção espacial é um movimento da própria sociedade e suas estruturas encaminham as funções que concretizam as formas espaciais. Ou seja, na cidade o espaço reproduz a complexidade da segmentação de classes e seus interesses. Corrêa afirma:

Fragmentada, articulada, reflexo e condicionante social, a cidade também é o lugar onde as diversas classes sociais vivem e se reproduzem. Isso envolve o cotidiano e o futuro próximo, bem como as crenças, valores e mitos criados no bojo da sociedade de classes e, em parte, projetados nas formas espaciais: monumentos, lugares sagrados, uma rua especial etc. (CORRÊA, 1993, p. 9).

No que diz respeito a cidade de Dourados, está localizada na porção sul do estado de Mato Grosso do Sul, a cerca de 220 km de Campo Grande, a capital

do estado. Em termos demográficos, é considerada a segunda maior cidade do estado contando, conforme estimativas da contagem populacional, realizada pelo IBGE em 2020, com 225.495 habitantes

No contexto regional, Dourados concentra fluxos procedentes de 30 municípios (IBGE/REGIC, 2018), que apresentam menor tamanho demográfico e menor complexidade funcional. Segundo Calixto (2017), além de atender à demanda local, destaca-se regionalmente como centro de apoio ligado ao comércio e serviços, desempenhando papel de centralidade em sua rede urbana. Vale ressaltar a geração de conhecimento (voltado, principalmente, para o setor agrícola) e o atendimento regional às demandas do campo com vendas de insumos, de implementos agrícolas, maquinário de mão de obra especializada, além de serviços como, educação e saúde¹.

Entretanto, concomitante a um conjunto de dinâmicas que consolidou a condição de Dourados como principal centro urbano regional (atraindo fluxos comerciais e de serviços), vale destacar que, com a mudança de seus conteúdos e papéis, a cidade que apresenta condições de atender às exigências impostas pelas novas atividades e demandas sofreu um forte impacto, impulsionando o aprofundamento de contradições de diferentes naturezas e ampliando a desigualdade socioespacial intraurbana (CALIXTO, 2019).

Calixto e Bernadelli (2016, p. 37) apontam que,

[...] ao mesmo tempo em que Dourados apresenta moderna rede material, necessária à fluidez e à integração à economia nacional e mundial, com uma produção habitacional voltada para uma população de alta renda, como é o caso dos loteamentos fechados, revela contradições socioespaciais, expressas, por exemplo, nas áreas de ocupação 'irregular' ou favelizadas, nas dificuldades de acesso à terra e no conflito envolvendo a presença dos indígenas, entre outros problemas.

O significativo número de conjuntos habitacionais, loteamentos edificados e imóveis aguardando negociação (aluguel, venda ou troca), nos permite perceber as contradições que envolvem a reprodução do espaço urbano de Dourados. Parte da população enfrenta a falta de moradia, materializando-se nas áreas de ocupações "irregulares" e crescente número de inscritos à espera de casa pelo PMCMV. Assim, consideramos, alicerçada a Corrêa (1993), que

¹ Dourados possui de cinco instituições de ensino superior, que oferecem inúmeras formações, além de hospitais e clínicas com atendimento considerado de média e alta complexidade (CALIXTO e BERNADELLI, 2016).

para entender a questão da moradia é preciso entender sua problemática, visto que está ligada a capacidade de pagar e não com a falta de imóveis.

Além disso, a localização dos loteamentos destinados à população que não pode pagar pela moradia, torna evidente o distanciamento socioespacial no processo de construção dos empreendimentos que, geralmente, ocupam áreas periféricas, desprovidas de infraestrutura, equipamentos e serviços, em grande parte das vezes, em descontinuidade ao tecido urbano.

Nesse sentido, avaliamos importante discutir a questão da segregação socioespacial em uma cidade média, tomando como viés de análise um empreendimento implantado pelo PMCMV, e buscando refletir acerca das formas de morar em Dourados.

Aqui convém destacar que para analisar o conceito de segregação, é necessário referenciar à “Escola de Chicago”², cuja perspectiva associava-o ao uso residencial do espaço, sendo relacionado a um processo de competição entre os cidadãos, resultando em áreas homogêneas do ponto de vista socioeconômico ou cultural. Nesse sentido, a concepção de segregação, resultava da tentativa de trazer teorias e dinâmicas próprias das Ciências Naturais, como a ecologia, para a leitura do espaço urbano.

Posteriormente, conforme apontam Sposito e Góes (2013), o conceito foi repensado por outras perspectivas teóricas (como é o caso da “Escola de Sociologia Urbana Francesa”).

Considerando que, conforme coloca Vasconcelos (2004), a segregação, tem sido adjetivada e tratada de diferentes perspectivas, destacamos que, aqui, adotaremos a percepção de Sposito e Góes (2013) que, fundamentadas em Lefebvre³, adotam “segregação socioespacial”⁴.

² Aqui destacam-se as contribuições que tem início com Robert Park, sendo desenvolvidas por Ernest Burgess e Roderick MacKenzie, da “Escola de Ecologia Humana”. Vasconcelos (2004) destaca que na Geografia, um dos primeiros a tratar do conceito de segregação, juntamente com os conceitos de invasão e sucessão, foi Robert Dickinson, em 1947. Para ler mais sobre a origem do conceito, ver Vasconcelos (2004).

³ Sposito e Góes (2013, p. 280), também atentam que a perspectiva adotada, “... além de oferecer elementos para pensar a segregação como um processo espaçotemporal e não apenas como um fato, possibilita tratá-lo em múltiplas escalas (da área residencial à da cidade) e em múltiplas dimensões (com destaque para as da relação entre a cidade e o urbano, entre o objetivo e o subjetivo)...”

⁴ As referidas autoras apontam que a escolha do termo socioespacial também está ligada a importância de “... adjetivar o substantivo, a fim de torná-lo mais preciso, no sentido de enfatizar que esse processo só pode ser compreendido nas articulações e codeterminações entre

Por sua vez, Carlos (2013) destaca que cabe a aplicação do conceito de segregação socioespacial quando as formas de diferenciação levam ao rompimento de relações com outros locais da cidade.⁵

Buscando fazer um breve resgate da produção habitacional em Dourados, via programas de implantação de conjuntos habitacionais, podemos dizer que teve início no final da década de 1960, com a implantação do primeiro conjunto habitacional, em 1968, pelo Banco Nacional da Habitação – BNH. (CALIXTO, 2000).

Por sua vez, as iniciativas municipais se intensificaram a partir do final da década de 1980 e início da década de 1990, tendo como mola propulsora a pressão popular.

Naquele contexto, houve a implantação da Vila Cachoeirinha (1989), mediante a distribuição de 1082 lotes urbanizados, visando à autoconstrução; da Vila São Braz (1990), com 282 lotes; e do projeto Canaã (1994), que previa inicialmente a implantação de cinco conjuntos, totalizando 2804 unidades residenciais. Posteriormente, foram anexadas ao projeto Canaã mais duas fases ou dois conjuntos⁶. Ainda em 1999, ocorreu a implantação do Jardim Valdez de Oliveira, com 146 lotes urbanizados. (CALIXTO; BERNADELLI 2016).

Silva (2000) reforça:

A partir do início dos anos 90, verificou-se, no âmbito da Prefeitura Municipal de Dourados, um número crescente de iniciativas na área da habitação popular. Ao longo da década de 90, o poder público municipal tem intensificado suas intervenções através da execução de diversos programas de distribuição de lotes urbanizados, de construção de conjuntos habitacionais com o emprego da prática de mutirão e de regularização de lotes e loteamentos populares. (SILVA, 2000, p. 11).

Considerando a política habitacional impetrada no período de 2000 a 2008, é importante destacar o Programa Cesta de Material de Construção (com a construção de 132 unidades residenciais, no Residencial Porto Belo) e o Programa de Erradicação de Favela (com a construção de 1.175 unidades

condições sociais e condições espaciais, tanto quanto se expressa social e espacialmente.” (SPOSITO, GÓES, 2013, p. 281).

⁵ De acordo com Carlos (2013), a segregação socioespacial só poderá ser superada por meio da construção do direito à cidade como projeto para toda a sociedade.

⁶ Contudo, apesar desse acréscimo no número de conjuntos inicialmente previstos, até o final de 1999, havia apenas 1933 unidades construídas, sendo que destas, 919 ou 47,5%, foram financiadas com recursos exclusivos do município.

residenciais – Vila Valdez/Mariana, Estrela Verá, Estrela Hory, Estrela Poravi I e II, Estrela Porã I, II e III, Brasil 500 e Estrela Yvatê), voltados para famílias com renda de 0 a 2 salários mínimos. (CALIXTO; BERNARDELLI, 2016).

O período de 2004 a 2008 também foi marcado pela implantação de conjuntos habitacionais ligados ao Programa de Arrendamento Residencial (PAR)⁷, com 963 unidades residenciais voltados para famílias com renda até 03 salários mínimos, e ao PAC – Programa de Aceleração do Crescimento (a partir de 2008), com 450 unidades residenciais. (CALIXTO; BERNARDELLI, 2016).

Nesse período, também foram implantadas as unidades habitacionais do Programa de Subsídio à Habitação – PSH, destinadas à parcela da população que vivia em condições consideradas subnormais, irregulares e insalubres ou em assentamentos precários: Estrela Verá, com 235 unidades residenciais; Estrela Hory, com 96 unidades residenciais; Estrela Poravi I, com 56 unidades residenciais; Estrela Poravi II, com 241 unidades residenciais, além das 200 unidades do Estrela Ara Poty I e das 400 unidades do Estrela Ara Poty II, construídos na reserva indígena de Dourados. (CALIXTO; BERNARDELLI, 2016).

Apesar da importância das iniciativas citadas um programa que merece especial atenção, devido a sua abrangência, é PMCMV – cujas primeiras unidades habitacionais (447) em Dourados foram entregues no ano de 2011, no Jardim Novo Horizonte – Conjunto habitacional Altos do Alvorada I e II. (JESUS, 2014).

O PMCMV foi lançado em 2009, em meio a um cenário marcado por várias medidas políticas e econômicas que visavam diminuir os efeitos da crise internacional em andamento desde 2008 e as instabilidades que permeavam o segundo mandato do ex-presidente Lula.

O lançamento do Programa ainda fez parte de um período em que o setor da construção civil também passava por momento de recessão.

Após anos de carência de políticas concretas ligadas à habitação e necessitando operar através do autofinanciamento, as empresas do âmbito da

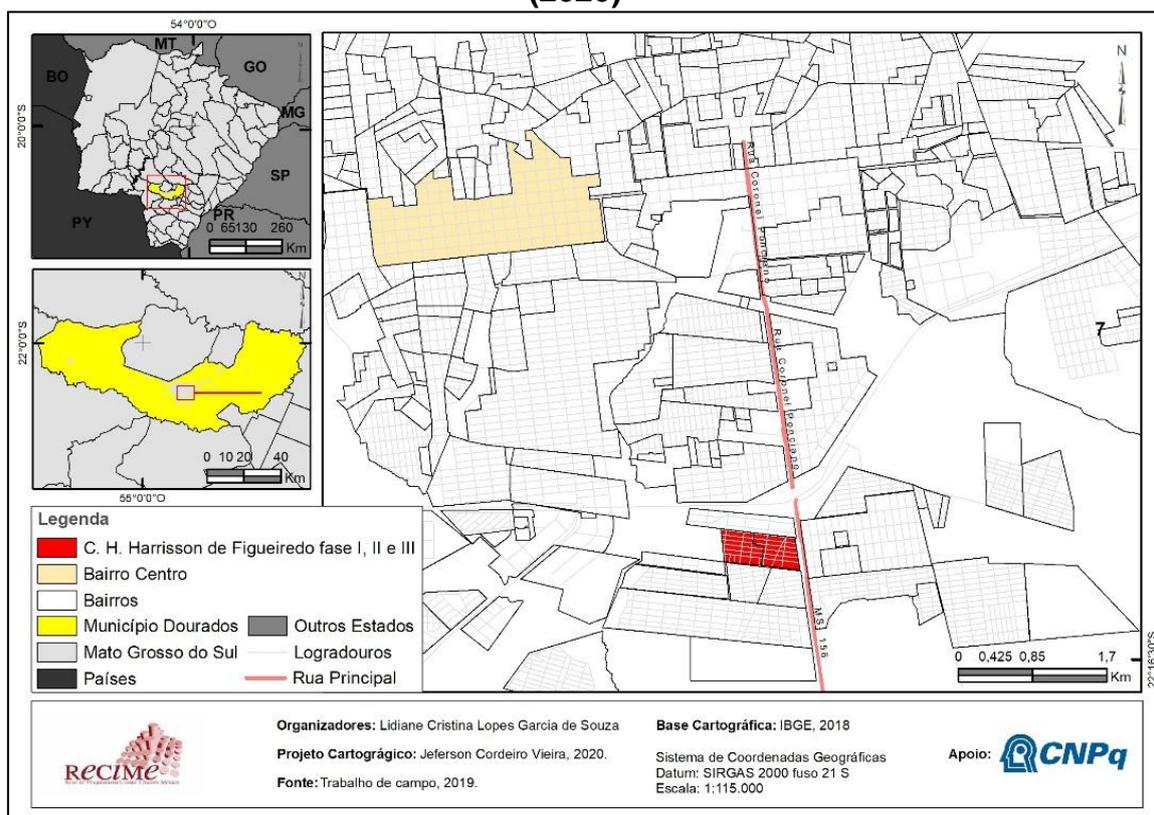
⁷ Os residenciais vinculados ao PAR funcionam no formato de loteamento fechado, com guarita onde é monitorada a entrada e saída de moradores e visitantes. Se comparados aos conjuntos do PSH, esses residenciais foram construídos com material de qualidade superior e contam com infraestrutura básica, como rede de esgoto, asfalto e iluminação pública. Para a execução desses projetos, o poder público local contribui com a compra do terreno e as casas são financiadas pela Caixa Econômica Federal pelo sistema *Leasing*. As parcelas devem ser pagas durante o período de 15 anos e o não pagamento resulta na perda do imóvel.

construção civil se reestruturaram, expandindo seu capital na Bolsa de Valores e beneficiando-se dos novos recursos derivado das mudanças no Sistema Financeiro de Habitação – SFH. O PMCMV financiou no Brasil em cinco anos, ou seja, até 2014, 80% das unidades que o BNH financiou em 22 anos (4,5mil). Nesse mesmo ano foi iniciada a Fase 2 do programa em todo o Brasil com empreendimentos entregues no ano de 2014 com a construção de 1.684 casas em Dourados. (JESUS, 2014).

Levando em consideração esses aspectos, tomaremos como objeto de estudo o conjunto habitacional Harrison de Figueiredo (Mapa 1), empreendimento da modalidade do PMCMV Faixa 1, com fonte de recursos provenientes do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), tendo a prefeitura municipal de Dourados como agente promotor.

O referido conjunto foi construído em três etapas. A primeira etapa entregue no ano de 2014, o conjunto habitacional Harrison I, com 232 casas. Posteriormente, foram entregues o conjunto habitacional Harrison II, com 240 casas e o conjunto habitacional Harrison III com 250 casas, totalizando 722 casas com 38 metros quadrados cada. Está localizado na rodovia Dourados/Porto Cambira, a cerca de 10 km do centro principal, ao lado do conjunto habitacional Dioclécio Artuzi fase I, II e III, e próximo ao conjunto habitacional Idelfonso Pedroso I e II, empreendimentos pertencentes a Faixa 1,5; 2 e 3 do PMCMV, além de outras construções particulares no Jardim Guaicurus, como loteamentos fechados em processo de construção e venda.

Mapa 1. Dourados/MS – Conjunto Habitacional Harrison de Figueiredo (2020)



Fonte: Prefeitura Municipal de Dourados. Elaboração: VIEIRA (2020)

A área do conjunto habitacional é atendida com rede de água potável, coleta de lixo três vezes por semana, transporte público com algumas linhas de ônibus.

No entorno do conjunto habitacional há um Centro Educacional Infantil Municipal (CEIM) Prof^a. Argemira Rodrigues Barbosa e uma Unidade básica de Saúde (UBS) ambos localizados no residencial Idelfonso Pedrosa em funcionamento desde 2018⁸. No loteamento Jardim Colibri (a 700 metros do conjunto) há o CEIM Professor Bertílio Binsfeld e um posto de saúde e no loteamento Terra Roxa (localizado a cerca de dois quilômetros do conjunto habitacional). Atravessando a rodovia MS 156, com distância de

⁸ Em entrevista com a secretária da Agência Municipal de Habitação de Interesse Social – AGEHAB, fomos informadas de que as famílias residentes no conjunto habitacional Harrison de Figueiredo serão referenciadas no Centro de Referências de Assistência Social – CRAS – do Jardim Água Boa, bairro localizado em torno de três quilômetros de distância. Lá participarão de ações e serviços continuados, que venham a prevenir os riscos e as vulnerabilidades sociais, bem como atender às necessidades decorrentes de problemas pessoais e sociais conforme prevê a LOAS/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social. No entanto, moradores relatam que não recebem este tipo de atendimento.

aproximadamente de 800 metros do conjunto habitacional, há a Escola Municipal Professora Maria da Conceição Angélica, no Jardim Guaicurus e no loteamento Terra Roxa está localizada a Escola Estadual Alício de Araújo.

No entanto, apesar de localizarem-se a alguns metros do conjunto, os moradores alegam diversas dificuldades de acesso a serviços básicos de educação e saúde.

Assim, o processo de distanciamento, dentre outros, é marcado pelo difícil acesso a equipamentos e serviços fundamentais, conformando um processo de segregação socioespacial.

A escolha pelo conjunto habitacional Harrison de Figueiredo como objeto de estudo não se deu de forma aleatória. De início, foi necessário questionar: porque este conjunto habitacional e não outro?

Um dos principais motivos para a escolha, está ligado à sua localização, às margens de uma rodovia estadual e próximo de uma rodovia federal (com rotatórias conhecidas por sua periculosidade e pelos recorrentes acidentes de trânsito), que confere certa particularidade ao empreendimento.

O processo desencadeado a partir da implantação do referido conjunto habitacional, leva a novas expressões de centralidade, resultando em formas de ocupação marcada pela diversidade de moradias. Essa produção habitacional diversificada, não está ligada, meramente, a capacidade de pagar pela casa/terreno, mas também de pagar pela infraestrutura, equipamentos e serviços fundamentais, evidenciando a desigualdade socioespacial.

Os moradores que chegaram, passaram, a partir de relações cotidianas, a atribuir um novo significado ao lugar. Alguns elementos nos permitem perceber as contradições que envolvem a reprodução do espaço. Um exemplo é o fato do conjunto habitacional se localizar na saída de Dourados, o que causa uma série de problemas no dia a dia dos moradores. Isso porque é necessário atravessar a rodovia ligada a duas rotatórias (que, conforme mencionado anteriormente, são conhecidas pelos recorrentes acidentes de trânsito) que dá acesso à Rua Coronel Ponciano e à rodovia BR-163⁹ para se deslocar para qualquer ponto da

⁹Apenas para termos uma dimensão, referenciamos que: “A BR 163 é a principal rodovia do estado de Mato Grosso do Sul, servindo de ligação com os estados de Mato Grosso, Rondônia e Acre, e também com o sul do Brasil, inclusive com o Porto de Paranaguá. É a rodovia que liga o sul do estado à capital, Campo Grande, e por ela se escoam boa parte da produção agrícola em

cidade. Com isso, os moradores precisam “disputar” a rodovia com veículos de carga pesada, sobretudo, no trajeto ao Distrito Industrial.

Essa realidade se agrava pelo fato do conjunto habitacional não contar com posto de saúde, escola que atenda a demanda ou mesmo comércio (segundo as diretrizes do PMCMV, não é permitido nenhum tipo de comércio na área interna do conjunto), obrigando os moradores a enfrentar longas distâncias em busca de serviços básicos e, também, para trabalhar.

A localização do conjunto habitacional (que nos permite compreender melhor as contradições que envolvem a reprodução do espaço na cidade) impõe o distanciamento socioespacial aos moradores e, na maior parte das vezes, contraria o que os veículos de informação reproduzem¹⁰.

Analisando o aspecto da distância, Sposito (1998), afirma que fica “impossível percorrer a pé as distancias entre os locais de moradia e trabalho” (SPOSITO, 1998, p.55).

O contato com o objeto de estudo, como o caminhar pelo conjunto habitacional e, no seu interior, nos permitiu presenciar/vivenciar várias questões e situações e, partindo da ideia apresentada por Sposito (2013) de que, é possível discorrer sobre as especificidades da segregação socioespacial a partir de elementos de determinada realidade socioespacial, analisaremos a realidade dos moradores do PMCMV em Dourados, considerando a hipótese de segregação imposta.

Partindo dessa premissa, concordamos com Sposito e Góes (2013), quando as autoras afirmam que, é fundamental delimitar a escala do objeto sobre o qual o pesquisador se debruça. Assim, priorizaremos a escala do lugar, a fim de nos aproximarmos da realidade e o cotidiano dos beneficiários do PMCMV Faixa 1.

O conjunto habitacional Harrison de Figueiredo, assim como os outros conjuntos habitacionais destinados a segmentos socioprofissionais de menor

direção aos estados do Paraná e São Paulo. A BR 163 passa no sentido sul e sudoeste cortando parte da periferia da cidade.” (CALIXTO e BERNARDELLI, 2016, p.81).

¹⁰ Reportagem publicada na página da prefeitura municipal de Dourados com o título “Região Sul de Dourados, uma das mais contempladas com infraestrutura e serviços”. Disponível em: <https://www.dourados.ms.gov.br%2Findex.php%2Fregiao-sul-de-dourados-uma-das-mais-contempladas-com-infraestrutura-eservicos>

poder aquisitivo – como os empreendimentos do PMCMV Faixa 1¹¹ - encontram-se concentrados ao sul e sudeste da cidade de Dourados.

Em contrapartida, os novos *habitats* murados e controlados por sistemas de segurança, de padrão mais elevado¹², que atraem um segmento de maior poder aquisitivo, concentram-se ao norte e noroeste, porções da cidade dotada de equipamentos, infraestrutura e serviços coletivos de qualidade superior.

Assim, procuramos apontar elementos para se pensar no processo de diferenciação socioespacial e o par segregação ↔ autossegregação a partir das formas de produção habitacional em Dourados.

A partir dos procedimentos adotados, dos quais aprofundaremos no decorrer de cada capítulo, foi possível uma aproximação das práticas socioespaciais dos sujeitos sociais, da realidade do lugar e da cidade.

Para atingir os objetivos desta pesquisa, iniciamos com a revisão da literatura sobre a temática, buscando refletir acerca de temas como, “cidades médias”, “questão habitacional”, PMCMV e seus desdobramentos em cidades brasileiras bem como compreender os processos de desigualdade e segregação socioespacial. Para tal, procuramos autores como Carlos (2001) Corrêa (2013), Rodrigues (1988), Santos (2016), Sposito e Góes (2013) entre outros.

Recorremos a trabalhos que trazem considerações acerca da Política Nacional de Habitação e o PMCMV. Desse modo, as análises de Amore, Rufino e Shimbo (2015), Bonduki (2000) e Alcântara (2018).

Além disso, sentimos a necessidade de recorrer a autores como Calixto (2000); Jesus (2014) e Silva (2000), apreender as determinantes para compreender a problemática da moradia em Dourados.

Para entender a realidade e seus significados, consideramos o abordado por Hiernaux e Lindón (2004),

¹¹ A partir da segunda fase no PMCMV lançada em 2011, a Faixa 1 do programa se destina a famílias com renda até 1600,00 mensais.

¹² Vale destacar que, utilizamos o termo “loteamento fechado de padrão mais elevado”, pois estes correspondem a glebas aprovadas como loteamento, conforme a Lei Federal nº 6.766 que dispõe do parcelamento do solo urbano, e posteriormente, foram murados. Isto quer dizer que, os loteamentos estão localizados em área juridicamente pública, ou seja, deve ser servido de infraestruturas e serviços básicos fornecidos pelo poder público. Estes loteamentos, por sua vez, atraem segmentos sócio-profissionais de maior poder aquisitivo, como podemos observar pela localização, infraestrutura intramuros e padrão das casas construídas.

- La cotidianidad: estudiándola a través de las formas espaciales y las prácticas asociadas i), así como también por medio de los discursos sobre dichas prácticas ii). [...]
- Los modos de vida: como resultan de la articulación de la cotidianidad y la subjetividad, se pueden analizar en los tres niveles planteados: formas espaciales, discurso v) y significados vi). (p. 433-434).

Santos (1997) aponta que o mundo está em toda parte, ou seja, cada lugar é, em sua forma, o mundo, pois a universalidade é o verdadeiro sentido de sua existência singular.

Por sua vez, Suertegaray (2001), coloca que o lugar remete à reflexão de nossa relação com o mundo. Estar no mundo a partir do lugar como espaço de existência e na perspectiva de um mundo vivido que aborde outras dimensões do espaço geográfico, como os objetos, as ações, a técnica e o tempo.

O cotidiano não é apenas a sequência de dias sempre iguais, mas um lugar no qual as pessoas se encontram. Assim, Carlos (2007), deixa claro que o cotidiano é, também, o lugar de conflito e o lugar onde se formulam problemas sendo, portanto, um lugar da ação.

E é no cotidiano que o sujeito busca se reinventar e lidar com a cidade. Assim, levando em consideração as reflexões de CARLOS (2004, p.47), o lugar está ligado "... de modo inexorável a realização da vida enquanto condição e produto das relações sociais. Mas a produção da vida e do lugar revela a necessidade de sua reprodução continuada".

Buscando caminhar nesse sentido, partimos de uma tentativa de resgate da trajetória das famílias e da análise do processo de ocupação do conjunto habitacional buscando captar os sentimentos, os significados, as ideias, as experiências e a identidade, pois, concordando com Musculini (2012), a partir da familiaridade com o local, o lugar torna-se realidade.

Assim, analisaremos a realidade dos moradores do conjunto habitacional no que diz respeito ao acesso à escola, à saúde, ao comércio e a situação de trabalho e lazer, apontando elementos para refletir sobre o distanciamento e diferenciação socioespacial, que levam à situação de segregação socioespacial.

Visando alcançar elementos empíricos para compreender tal processo, além do contato regular com o local¹³, realizamos a aplicação de 115 formulários aos moradores, que chamaremos de sujeitos, no período de novembro de 2018 a fevereiro de 2020.

Além de aprofundar as reflexões resultantes das questões propostas e compreender os desafios do cotidiano, as experiências, as opiniões e os sentimentos dos moradores do conjunto Harrison de Figueiredo, realizamos 11 entrevistas semiestruturadas.

Além dos formulários e entrevistas, em outubro de 2019, realizamos uma enquete com 30 moradores, visando abordar aspectos que evidenciasse o significado da casa e a possibilidade de mudança para outro local de moradia, chamando atenção, brevemente, para o sexo do sujeito que optaria pela mudança, pois, mulheres chefes de família vivenciam a segregação, na maior parte das vezes, de maneira mais severa que homens.

O trabalho de campo também foi realizado por meio de coletas de dados em órgãos públicos e pesquisa documental. Além da Agência Municipal de Habitação- AGEHAB e Secretaria Municipal de Habitação e Interesse Social, pesquisamos no setor de arquivo da prefeitura municipal e a Caixa Econômica Federal - CEF.

Também tomamos para análise a Medida Provisória - MP 459 e Lei nº 12.424 de 16 de junho de 2011, que dispõe das diretrizes do PMCMV, o Plano Diretor Municipal, a Lei municipal nº 3601, que dispõe da Política Municipal de Habitação e Interesse Social, Plano Local de Habitação e Interesse Social - PLHIS e a Lei Federal nº 6.766 que dispõe do parcelamento do solo urbano.

Dado que, até o momento, a análise do papel de agentes como: proprietários de terras, incorporadores, corretores imobiliários e o capital financeiro – não é nosso objetivo elementar, não aprofundamos a respeito de suas ações em Dourados, embora muitas vezes ao longo da pesquisa, tenhamos abordado as estratégias desses agentes a fim de cumprir nossos objetivos.

¹³ O contato com os moradores do conjunto habitacional Harrison de Figueiredo se deu de maneira mais regular - média de três vezes na semana - entre final de 2018 e início de 2019, priorizando a aplicação de formulários, entrevistas e registro fotográfico. Até o presente momento, ainda realizamos visitas esporádicas no referido conjunto.

Para contribuir com os levantamentos realizados, foi feito material fotográfico, pois, toda foto carrega uma história, e toda história pertence a uma vida. Assim, o material fotográfico apresentado, mesmo que não contenha os moradores do conjunto habitacional objeto de estudo por uma questão ética, busca, para além de apresentar aspectos do local, trazer os traços das faces desses moradores sem vê-los, para que o leitor imagine a partir das imagens aqui apresentadas, os “cliques” realizados, no decorrer da pesquisa, com uma câmera de celular.

Já os trechos de músicas presente ao longo do trabalho, é uma forma de fazer leituras e diálogos com o cotidiano dos moradores, pois ao passar pelas casas, observamos moradores ouvindo melodias – do funk ao sertanejo no caminhar de uma casa para outra - que nos soa, em alguns momentos, uma forma de realizar as tarefas diárias com mais alegria e leveza.

Além do mais, realizamos tratamento cartográfico dos dados coletados por meio da utilização do programa ArcGis, o sistema de informações geográficas para trabalhar com mapas e informações geográficas utilizado pelo Laboratório de Geoprocessamento –LABGEO da UFGD, material que contribui para as reflexões construídas no decorrer da pesquisa.

Assim, a dissertação, além desta **Introdução** e das **Considerações Finais**, está organizada da forma que segue.

No **Capítulo 1**, realizamos um resgate das políticas habitacionais implementadas destacando a condição regional de Dourados, como centro de apoio ligado ao comércio e serviços bem como a questão da moradia, apontando as áreas de ocupação “irregular” na cidade. Assim, buscamos refletir acerca das desigualdades socioespaciais intraurbana em uma cidade média.

Já no **Capítulo 2**, partimos de uma análise do PMCMV, destacando aspectos da realidade de Dourados, a partir da caracterização de nosso objeto de estudo, o conjunto habitacional Harrison de Figueiredo.

Por sua vez, no **Capítulo 3**, levando em consideração elementos do cotidiano e modo de vida dos moradores, discutimos o processo de segregação socioespacial. Consideramos ainda, a ampliação do processo de distanciamento e diferenciação, a partir da concentração dos loteamentos fechados de padrão mais elevado ao norte e noroeste da cidade. Como se estivessem em setores

opostos aos conjuntos habitacionais do PMCMV, que se localizam ao sul e sudeste.

No **Capítulo 4**, considerando o cotidiano e a realidade dos moradores, trouxemos elementos para analisar o processo de segregação socioespacial imposta, buscando destacar relação estabelecida com o local de moradia.

Por último, apresentamos a **Bibliografia** consultada e os **Anexos**.

CAPÍTULO 1

MORAR EM UMA CIDADE MÉDIA: A CONDIÇÃO REGIONAL DE DOURADOS-MS E AS POLÍTICAS HABITACIONAIS

Neste capítulo teceremos, inicialmente, considerações acerca das cidades médias e da condição regional de Dourados. Em seguida, apresentaremos um resgate a respeito dos programas habitacionais implantados e um levantamento das áreas de ocupação “irregular”, buscando subsidiar a reflexão acerca da análise das desigualdades socioespaciais e, por decorrência, dos processos de segregação.

Segundo Corrêa (2004), os centros urbanos podem, ao mesmo tempo, compor diferentes redes urbanas bem como sofrer modificações socioespaciais conforme o contexto histórico.

Para o autor, a rede urbana é manifestação das relações, dinâmicas, fluxos e movimentos, é “... o meio através do qual a produção, circulação e consumo se realizam efetivamente.” (CORRÊA, 1989, p.5).

As dinâmicas de uma cidade média fazem parte de um processo espaço-temporal, ou seja, a condição de centralidade e sua rede urbana está sujeita a transformações ao longo do tempo, consequência das relações sociais.

Nesse sentido, consideraremos como recorte temporal a década de 1970, momento que Dourados se consolida como centro urbano de referência na rede urbana regional (passando por mudanças de papéis e funções).

De acordo com Calixto (2017), foi apenas a partir da década de 1990¹⁴ que as cidades médias passaram a ser objeto de análises que buscavam compreender sua complexidade e sua particularidade. Nesse período, autores como Davidovich chamavam a atenção para o papel dos centros urbanos não metropolitanos. A autora enfatiza que esses centros:

Constituíam-se como **locais de moradia da classe média**, lócus do trabalho intelectual e também de novos e especializados serviços associados aos transportes, à informação, à comunicação, à educação, à saúde e ao turismo entre outros. [...] Tais centros exercem um importante papel na redistribuição da população nacional, provocando maior desconcentração populacional, diminuindo os fluxos migratórios em direção às metrópoles e proporcionando maior equilíbrio interurbano. (CALIXTO, 2017, p. 63. Grifo da autora).

Nesse sentido, é necessário, como aponta Sposito (2009), ser prudente ao conceituar cidade como média, pois as definições não devem estar presas

¹⁴ A partir dessa preocupação, tem se aprofundado as discussões acerca do conceito de Cidade Média, incentivando várias pesquisas sobre o tema, como é o caso dos estudos desenvolvidos pela Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias-ReCiMe.

apenas a fatores ligados ao contingente populacional, salientando a importância de considerar seus papéis urbanos:

No geral, o que se quer entender historicamente como cidades médias, não são cidades de porte médio (aquelas que têm tamanho demográfico médio), mas são aquelas cidades que na rede urbana, desempenham o papel de intermediação entre pequenas e as grandes, então são cidades que comandam uma região, que polarizam uma região, que crescem em detrimento da sua própria região ou crescem em função da sua própria região. (SPOSITO, 2009, p. 19).

A referida autora também coloca que, para diferenciar cidades médias de cidades de porte médio é importante:

[...] avaliar a intensidade das relações que se estabelecem entre territórios e redes, considerando que as cidades médias, aquelas que são assim consideradas não apenas por seus tamanhos demográficos, mas pelos papéis intermediários que desempenham na rede urbana. (SPOSITO, 2017, p. 44).

Nessa perspectiva, até podemos reconhecer, em função do tamanho demográfico, cidades de porte médio. Contudo, conforme alerta Sposito (2017), nem toda cidade de porte médio, é uma cidade média.

Corrêa (2007) nos coloca que uma das principais características das cidades médias são a relação entre o tamanho demográfico, as funções urbanas e a organização do espaço intraurbano. A articulação específica mediante as relações materiais ou imateriais que possibilita o fluxo de pessoas, de capital, de bens, de serviços e a da circulação de informações, também é uma dimensão a ser considerada.

O referido autor também destaca a importância em entender a cidade média a partir da rede urbana e, em seu papel de nó, pois, a rede urbana é compreendida como “conjunto de centros que se articulam por meio de relações de diferentes naturezas, materiais e/ou imateriais...”. Conforme explana Calixto (2017, p. 58), isso assegura a circulação de pessoas, fluxos, informações e as relações entre si.

Da mesma forma, Silveira (1999), reforça a importância das cidades médias serem analisadas em suas articulações com o conjunto da rede urbana, a partir de seu papel de intermediação.

No que diz respeito à cidade de Dourados/MS, vale destacar que expressa nível de centralidade interurbano (principalmente na porção sul do estado)

devido, sobretudo, por destacar-se regionalmente como centro de apoio ligado ao comércio e a serviços, exercendo papel de referência na rede urbana, não só por atender as demandas do campo com vendas de insumos, de implementos agrícolas e de maquinário, mas, também pela presença de comércio e a serviços especializados como educação, saúde, geração de conhecimento, mão de obra especializada e outros. (CALIXTO, 2017).

Silva (2010) acrescenta que:

[...] as interações espaciais estabelecidas por Dourados com as cidades que estão em seu raio de influência se dão por meio do consumo de bens e serviços, desde o atendimento médico público e gratuito; educação nível fundamental e nível universitário público e privado; comércio de vestuário, calçadista e alimentício, além do significativo número de trabalhadores que atendem o mercado de trabalho, elementos que reforçam e consolidam o papel dessa cidade na rede urbana regional, nacional e internacional. (p. 21-22).

Também é importante destacar a posição geográfica de Dourados, localizada na porção sul do estado e a 220 quilômetros da capital Campo Grande, que colabora com a sua consolidação na rede urbana, pois, a divisão territorial do trabalho gera uma complexidade funcional dos centros urbanos. (CALIXTO, 2011).

Calixto (2019) afirma que comparada a outras, a rede urbana de Dourados pode não apresentar um elevado grau de complexidade por não dispor de alguns níveis hierárquicos definidos pela REGIC/IBGE contudo, “ ... as imposições de escalas mais amplas, por intermédio da especialização produtiva, impetram uma divisão territorial do trabalho que acaba por romper um modelo exclusivamente hierárquico¹⁵.” (p. 583).

Ainda que haja ligação com a rede urbana de Campo Grande e com a metrópole nacional São Paulo, Dourados desempenha papel singular e complementar aos centros urbanos que fazem parte de sua área de influência na porção sul do estado, dado que as demandas regionais garantem sua condição de centralidade.

Calixto (2011), nos aponta que essa condição de centralidade aumenta, contraditoriamente, a diferenciação entre Dourados e os demais centros

¹⁵ Segundo, Calixto (2019) a partir do surgimento do “meio técnico-científico-informacional” (SANTOS, 2008), o conteúdo e significados de hierarquia são redefinidos devidos suas múltiplas possibilidades e relações estabelecidas.

urbanos, cujo movimento promove integração/articulação resultando em conteúdos e formas socioespaciais diferenciadas.

Esse processo é marcado por relações de trocas desiguais, resultado da complexidade da divisão territorial do trabalho, imprimindo um conteúdo e uma forma diferenciada socioespacialmente. Assim, a dimensão socioeconômica, na sua relação com a dimensão espacial, explicita a indissociabilidade entre a produção, o consumo e espaço e, nesse processo, os centros urbanos com papéis diferenciados são essenciais. (CALIXTO, 2011, p. 59).

Então, dialeticamente tal complementaridade dos centros urbanos revela maior diversidade entre eles, dado que:

Os que concentram a demanda das atividades produtivas, com oferta de novos produtos, equipamentos, serviços e profissionais, também concentram fluxos de pessoas, bens, ideias, capital etc., tendendo a potencializar seu nível hierárquico (CALIXTO, 2019, p.585).

Nesse sentido, o aumento dos fluxos de diferentes escalas entre centros urbanos tende a variar as naturezas desses fluxos, criando conteúdos mais complexos em múltiplas possibilidades de relações que se estabelecem, ampliando a diferenciação socioespacial.

Sendo assim, a cidade de Dourados: “[...] apresenta significativo nível de centralidade interurbana, denotado pela relevância de seu papel no setor comercial e, sobretudo, no de serviços, que assegura sua condição de destaque na rede urbana regional e, por consequência, de cidade média. ” (CALIXTO, 2017, p. 58).

Considerando Dourados um ‘ponto’ ou um ‘nó’ na rede urbana, pode-se dizer que representa a síntese de uma relação que envolve múltiplas escalas e interesses de ação. Essa condição se constrói a partir da simultaneidade dos diferentes tempos. A configuração espacial da rede urbana é uma construção histórico-social, e sua forma está sujeita a contingências econômicas, políticas e sociais gestadas tanto localmente quanto em escalas mais amplas. (CALIXTO, 2019, p. 586).

Na tentativa de resgatar esse processo, destacamos que, na década de 1970, Dourados assumiu o papel de centro regional (CALIXTO, 2019), passando a ter influência sob uma das maiores áreas agrícolas do estado. A região de Dourados foi alvo de incentivos governamentais e investimentos, somado aos elevados preços da soja no mercado externo, visando à integração com o mercado nacional por meio de planos de desenvolvimento.

Vale destacar que, Calixto (2017), com base em Corrêa (1989), vai afirmar que na década de 1970, criou-se no Brasil o “Programa para Cidades de Porte Médio”. Dentro desse programa, foi elaborado o II PND - Plano Nacional de Desenvolvimento, via Programa para o Desenvolvimento do Cerrado - POLOCENTRO (1975), com o objetivo de integrar as áreas do Cerrado ao processo produtivo por meio do investimento em capital, tecnologia, infraestrutura, além da melhoria em informação, visando à modernização agrícola e, restauração e conservação de vias rodoviárias. A autora esclarece que,

[...] Nos anos 1970 (sobretudo no II PND – Plano de Desenvolvimento, por meio de seu ‘Programa para Cidades de Porte Médio’), as chamadas cidades de ‘porte médio’ tivessem sido alvo de atenção, por intermédio das políticas de planejamento, isso se deu, sobretudo, como parte das estratégias e ações como local de recebimento dos fluxos migratórios dirigidos às metrópoles. Ou seja, naquele contexto, as cidades médias despertaram interesse em razão de sua funcionalidade frente à metrópole e, dentro dessa preocupação, estabeleceu-se a noção de ‘cidade de porte médio’, como uma retórica do sistema de planejamento então vigente, como se fossem pontos receptores dos fluxos migratórios em direção às áreas metropolitanas. (CALIXTO, 2017, p. 64).

Dentre outros, foram criados programas específicos à região de Dourados (Quadro 01) a fim oferecer condições à intensificação da produção de um novo modelo agrícola, estabelecendo bases de uma política estratégico-espacial e redefinindo seu papel na divisão inter-regional do trabalho (CALIXTO, 2019).

Quadro 1: Dourados/MS - Programas Implementados (1971-1976).

PROGRAMA	ANO	OBJETIVO
Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste- PRODOESTE	1971	Investimento na melhoria e na ampliação da rede de estradas, financiamento de frigoríficos, implantação de armazéns, silos, etc.
Programa de Corredores de Exportação	1973	Investimentos na expansão da produção agrícola, na melhoria das condições de armazenagem, transporte e embarque de produtos, visando o aumento das exportações.
Plano de Desenvolvimento de Econômico-social do Centro-Oeste- PLADESCO	1973	Ampliação da ação do Estado, promovendo não apenas a pecuária melhorada, incentivo à exploração das lavouras mecanizadas de soja e de trigo.
Programa Especial de Desenvolvimento da Grande Dourados- PRODEGRAN	1976	Identificou as potencialidades da agricultura regional, sobretudo em decorrência dos fatores clima e terra.

Fonte: CALIXTO (2000). Org.: SOUZA (2019).

Para atingir os objetivos propostos, foram colocados recursos à disposição, tanto por instituições oficiais de créditos, órgãos voltados à produção de ciência e tecnologia do setor agrícola, como a Empresa de Pesquisa e Assistência Técnica e Extensão Rural Empresa de Pesquisa e Assistência Técnica e Extensão Rural - EMPAER e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária- EMBRAPA, bem como órgãos de comunicação e transporte visando difundir a tecnologia. (CALIXTO, 2004).

De acordo com Calixto (2019), simultaneamente, ocorreu a mecanização agrícola e a valorização da terra, principalmente em áreas de interesse técnico e produtivo. Logo,

[...] a partir dessa especialização produtiva, as relações a longa distância impuseram uma nova divisão territorial do trabalho e imprimiram no campo – e, por consequência, na cidade – determinações necessárias para que a área assumisse um caráter agroexportador, apontando um agravamento da questão da terra na região. (CALIXTO, 2019, p.590).

A cidade se beneficia desse processo, alterando suas dinâmicas produtivas e econômicas, acarretando transformações também na reprodução do espaço urbano, inclusive, por meio da consolidação do setor de comércio e serviços, reforçando seu papel de referência na porção sul de Mato Grosso do Sul. (CALIXTO, 2017).

Ao assumir novos papéis, funções e conteúdos, a cidade de Dourados passou da condição de centro de beneficiamento e comercialização da produção agrícola dos colonos para a de centro de comercialização de bens e prestação de serviços, consolidando sua posição de principal centro urbano regional. (CALIXTO, 2004, p.69).

Dourados, que entre 1970 e 1980, já era classificada como capital regional Calixto (2019), reforçando o papel de centro de apoio às atividades agrícolas da região.

Dessa forma, a partir dessas relações, estabelecia-se fluxo de atividades regionais voltadas ao campo promovendo uma redefinição de suas funções além de articular áreas por meio de comércio e serviços. Nesse período, o município alcançou a segunda posição do estado em contingente populacional, atrás da capital Campo Grande.

Tais redefinições são indicativos da consolidação da condição de Dourados e fazem parte de um processo que deve ser apreendido em sua relação com os demais centros urbanos de sua rede, posto que a dinâmica de um centro “restringe” os demais centros de uma rede.

A partir da década de 1970, as transformações engendradas no âmbito do avanço do modo capitalista de produção no campo sul-mato-grossense são expressivas, alterando o quadro urbano qualitativa e quantitativamente – aumenta o número de centros urbanos, o quantitativo populacional, como também redefinem-se as relações socioespaciais que se desenrolam nesses centros. (GOMES; CALIXTO, 2020, p.17).

Tais transformações desencadeou novas formas de produção do espaço intraurbano.

De acordo com Calixto (2000), sobretudo a partir da década de 1970, Dourados passa a contar uma demanda de profissionais qualificados, como médicos veterinários, agrônomos, contadores, administradores, para atender as necessidades de tais mudanças e fortificar a expansão capitalista agroindustrial.

Ainda nesse período, com o avanço da produção e distribuição da soja, foram estabelecidas novas relações econômicas e socioespaciais, a maioria dos pequenos produtores no município e na porção sul do estado se viram obrigados a vender suas terras, devido a duas dinâmicas articuladas:

O brusco aumento do preço da terra, provocado pela corrida de produtores de outros estados; b) O afastamento daqueles produtores que não puderam disputar uma base tecnológica necessária ao novo tipo de produção imposta, que exigia o uso de colheitadeiras, tratores, defensivos agrícolas, etc., além de estreitas relações com o sistema financeiro. (CALIXTO, 2000, p. 53).

O destino de pequenos produtores que venderam suas propriedades e demais profissionais que não estavam “preparados” para a mecanização do campo foi, para a maioria, a periferia da cidade de Dourados.

A produção habitacional, por meio do Sistema Financeiro de Habitação – SFH - ganhou destaque nesse contexto, redefinindo o processo de produção do espaço intraurbano. (CALIXTO, 2000).

Ao observar o Quadro abaixo, percebemos que entre 1968 e 1991, houve a edificação de 16 conjuntos habitacionais, com o total de 5.003 unidades residenciais:

Quadro 2. Dourados/MS - SFH: Conjuntos habitacionais financiados (1968-1991)

Conjunto	Ano de implantação	Nº de unidades residenciais	Agente promotor
Antônio João (Vila Popular)	1968	203	COHAB
BNH 1º Plano	1971	316	COHAFABA
BNH 2º Plano	1975	288	COHAFABA
BNH 3º Plano	1977	544	COOPHADOURO
BNH 4º Plano	1978	1000	COOPHADOURO
Campo Dourado	1980	386	CONSTRUMAT LTDA
Eulália Pires	1983	306	COHAB
Maxwell	1987	112	INOCOOP
Maracanã	1988	191	INOCOOP
Izidro Pedroso	1988	748	COHAB
Caiuás	1988	144	INOCOOP
Morumbi	1988	96	INOCOOP
Rio Branco	1988	112	INOCOOP
Wlademiro do Amaral	1989	112	INOCOOP
Terra Roxa I	1991	268	CDHU
Terra Roxa I	1991	177	CDHU
Total	-	5.003	-

Fonte: CALIXTO (2000).

É importante apontar a relevância das políticas públicas implementadas pelo Banco Nacional de Habitação - BNH e do período “pós-BNH” (CALIXTO, 2004), contribuindo para a atuação dos agentes de reprodução do espaço urbano e a constituição de novos locais de moradia na cidade.

[...] os conjuntos habitacionais implantados pelo BNH em Dourados na década de 1970, mais especificamente o BNH 1º, o 2º e o 3º Planos, surgiram com o objetivo de atender à demanda por moradia da mão de obra mais qualificada ou um novo tipo de morador, restando aos excluídos do processo de transformação vivido pelo meio rural (o pequeno produtor, o trabalhador rural) a ocupação de áreas afastadas e desprovidas de infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos básicos. (CALIXTO, 2004, p.80).

Como aponta Calixto (2004), no final da década de 1980 e início da década 1990, dentro da política de descentralização adotada, intensificaram-se as iniciativas do poder público municipal e estadual (Quadro 3), tendo como fomento a pressão da população.

Quadro 3. Dourados/MS - Projetos habitacionais. (1989-1999)

Nome	Ano	Fonte de Recursos	Programa	Unidades residenciais	Lotes urbanizados
Vila Cachoeirinha	1989	Municipal	Iniciativa isolada*	-	1.082
Vila São Braz	1990	Municipal	Iniciativa isolada*	-	282
Canaã I	1994	Municipal	Projeto Canaã	411	49
		Estadual	Desfavelamento	366	-
Canaã II	1994	Municipal	Projeto Canaã	190	-
Canaã III	1995	Municipal	Projeto Canaã	-	274
		Estadual	Pró-casa	70	-
		Federal	Pró-moradia Pró-Cred, Habitar.	445	-
Canaã IV	1995	Municipal	Projeto Canaã	290	-
Canaã V	1995	Municipal	Projeto Canaã	-	235
		Federal	Pró-Cred	88	-
Canaã VI	1996	Municipal	Projeto Canaã	46	-
Canaã VII	1996	Municipal	Projeto Canaã	27	-
Valderez de Oliveira	1999	Municipal	Iniciativa isolada*	-	146
Total	-	-	-	1.933	2.068

Fonte: (CALIXTO, 2000).

*Iniciativas não ligadas a programas habitacionais propriamente ditos, surgindo em razão de necessidades.

De 2001 a 2007, segundo o IBGE/REGIC (2008), classificada como Capital Regional C, Dourados amplia sua área de influência, em um raio de até 200 km, concentrando fluxos em 32 municípios com atuação espacial que contempla centros de zona A do estado (Mundo Novo, Naviraí e Ponta Porã) e seus respectivos centros de influência (centros de zona B e centros locais), ampliando suas escalas de atuação interurbana e, por decorrência, as dinâmicas e contradições socioespaciais intraurbanas.

Nesse contexto, se colocam os programas habitacionais destinados a segmentos de menor poder aquisitivo, destacando-se o Programa Cesta Material de Construção e o Programa de Erradicação de Favela voltada às famílias com renda mensal de 0 a 2 salários mínimos. Nesse período, foram construídos mais 17 conjuntos habitacionais com o total de 1.894 unidades residenciais como demonstra o Quadro a seguir.

Quadro 4. Dourados/MS - Conjuntos habitacionais implantados. (2001-2007).

Residenciais	Programa	Ano de Implantação	Ano de entrega	Número de unidades	Observação
Vila Valderez/Vila Mariana	Tijolo por Tijolo Cherogami	2001	2002	32	Programa de erradicação de favela
Brasil 500	Tijolo por Tijolo/Mutirão	2002	2003	56	Programa de erradicação de favela
Residencial Porto Belo	Tijolo por Tijolo CEF	2002	2002	132	Programa Cesta de Material de construção
Estrela Verá/Jóquei Clube	PSH	2003	2004	235	Programa de erradicação de favela
Estrela Hory	PSH	2003	2004	96	Programa de erradicação de favela
Estrela Moroti	Programa Casa nos Distritos	2003	2004	28	Distrito de Itahum
Estrela Pyahu/Vila Vargas	Programa Casa nos Distritos	2003	2004	18	Distrito de Vila Vargas
Estrela Poravi I e II	PSH	2003	2004	297	Programa de erradicação de favela
Estrela Porã I	HBB/BID (Projeto Renascer)	2003	2007	257	Programa de erradicação de favela
Estrela Porã II	HBB/BID (Projeto Renascer)	2003	2007	19	Programa de erradicação de favela
Estrela Porã III	HBB/BID (Projeto Renascer)	2003	2007	10	Programa de erradicação de favela
Estrela Ivatê	Remoção de Fundo de Vale HBB/BID (Projeto Renascer)	2003	2007	114	Programa de erradicação de favela
Estrela Ara Poty I	PSH (Rural)	2004	2006	200	110 unidades na Aldeia Bororó e 90 na Aldeia Jaguapiru
Estrela Ara Poty II	PSH (Rural)	2004	2007	400	195 unidades na Aldeia Bororó e 205 na Aldeia Jaguapiru
Total	-	-	-	1.894	-

Fonte: (CALIXTO; BERNADELLI, 2016).

Vale apontar que, as unidades residenciais entregues referentes ao Programa de Subsídio à Habitação – PSH foram atribuídas especificamente às famílias que viviam em condições consideradas subnormais, ou seja, precárias e/ou insalubres.

O Programa de Arrendamento Residencial - PAR foi o programa mais expressivo de 2004 a 2008, por estar ligado à construção de oito residenciais na modalidade de loteamento fechado¹⁶ (Quadro 5), totalizando 963 unidades para famílias com renda de 0 a 6 salários mínimos. (CALIXTO; BERNADELLI, 2016).

Quadro 5. Dourados/MS - Programa de Arrendamento Residencial–PAR: Empreendimentos implantados (2004-2008)

Residenciais	Unidades	Localização	Ano
Estrela Pitã	131	Jardim Maracanã	2004
Estrela Kairós I e Kairós II	116	Jardim Guaicurus (próximo ao residencial Campo Dourado)	2005
Estrela Itamirim	59	Residencial Izidro Pedroso	2006
Estrela Itaju I	130	Próximo ao Parque Alvorada	2007
Estrela Itaju II	100	Próximo ao Parque Alvorada	2007
Estrela Indaiá	262	Próximo ao HU	2008
Ponte Branca	91	João Paulo II	2008
Estrela Itapiri	74	Próximo ao Campo Dourado	2008
Total	963	-	-

Fonte: CALIXTO; BERNADELLI (2016).

No ano de 2008, também foram construídos conjuntos habitacionais somando 450 unidades financiadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (Quadro 6), além disso, houve a implantação do conjunto Estrela Guassu, com 273 unidades residenciais (CALIXTO; BERNADELLI, 2016). Conforme dados da AGEHAB, em 2018 o empreendimento foi concluído e as casas foram entregues aos beneficiados no ano de 2019.

¹⁶ De acordo com Calixto e Bernadelli (2015, p.130), os residenciais do PAR funcionam no formato de loteamento fechado, com guarita para monitoramento de entrada e saída de moradores e visitantes.

Quadro 6. Dourados/MS - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC: Empreendimentos implantados (2008).

Residenciais	Unidades	Localização
Estrela Tovy I	126	Próximo ao Jardim Flórida II
Estrela Tovy II	224	Próximo ao Jardim Clímax
Estrela Tovy III	100	Próximo ao Jardim Clímax
Total	450	-

Fonte: CALIXTO; BERNADELLI, 2016.

Para além dos programas habitacionais, sobretudo nos últimos anos, Dourados vem atraindo grupos econômicos de grande porte como a rede de supermercados Pão de Açúcar e Carrefour, filiais de marcas consolidadas de implementos agrícolas, concessionárias, revendedoras de tratores e máquinas reforçando seu papel de centralidade regional e, por consequência, de cidade média (CALIXTO; BERNADELLI, 2016).

A cidade também concentra 60% da oferta de cursos superiores da rede urbana, visto que possui campus do Instituto Federal do Mato Grosso do Sul – IFMS, cinco Instituições de Ensino Superior - IES na modalidade presencial: Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul - UEMS, Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, Faculdade Anhanguera de Dourados - FAD, UNIGRAN e Seminário Batista Ana Wollerman - FTWA. Como também, a oferta ensino superior modalidade à distância (MORENO; CALIXTO, 2017).

Além de ser referência em serviços de saúde tanto público como privado com clínicas especializadas e cinco hospitais com profissionais e equipamentos mais especializados de média e alta complexidade, denotando influência no contexto regional (CALIXTO; BERNADELLI, 2016).

Essa realidade assegura Dourados como principal centro de comércio e serviços e sua “[...] condição de centralidade, que se faz por meio de uma relação de diversidade e complementaridade.” (CALIXTO, 2017, p. 95).

Segundo último levantamento realizado pelo IBGE/REGIC (2018), Dourados permanece como Capital Regional C concentrando fluxos provenientes de 30 municípios.

Contudo, ao mesmo tempo em que Dourados conta com uma moderna rede material, necessária à fluidez e integração econômica, a reprodução no

espaço urbano da cidade apresenta um quadro de profundas contradições socioespaciais, como indica Calixto (2019, p.598):

Se, no decorrer do tempo, um conjunto de dinâmicas consolidou a condição de Dourados como principal centro urbano regional (atraindo fluxos comerciais e de serviços), vale referenciar que, com a mudança de seus conteúdos e papéis, esse centro urbano (que apresentava/apresenta condições de atender às exigências impostas pelas novas atividades e demandas) sofreu um forte impacto, desencadeando-se contradições de diferentes naturezas e ampliando-se a desigualdade socioespacial intraurbana.

Dado que, é constatado a cada dia, principalmente no que se refere à questão da moradia, o que nos leva aos seguintes questionamentos: qual demanda vem sendo atendida em Dourados? Existe falta de moradia? Se existe, para quem?

1.1 A questão da moradia em Dourados/MS

*“Direito para quem?
Progresso vai além
E você vive pra quem?
Deus não quer seu vintém
Acumula sua fortuna
E não pensa em ninguém”
(Direito para quem? - Marina Peralta).*

Em Dourados além do número expressivo de conjunto habitacionais e loteamentos implantados, não é difícil encontrar imóveis com placas de imobiliárias, ou dos próprios proprietários, anunciando negócios envolvendo venda, aluguel ou troca de unidades residenciais. Diante desse quadro de oferta de imóveis, como compreender a escassez de moradia na cidade? É necessário “desconstruir” a falta de moradia, pois não são todos os sujeitos que fazem parte dessa realidade.

Corrêa (1993) ressalta que, para compreender a questão do como morar é necessário entender o problema da moradia, dado que:

Trata-se de uma mercadoria especial, possuindo valor de uso e valor de troca, o que faz dela uma mercadoria sujeita aos mecanismos de mercado. Seu caráter especial aparece na medida em que depende de outra mercadoria especial – a terra urbana –, cuja produção é lenta, artesanal e cara, excluindo parcela ponderável, senão a maior parte, da população de seu acesso, atendendo apenas a uma pequena demanda solvável. (CORRÊA, 1993, p. 62-63).

A moradia é uma necessidade básica e, assim, concordando com Rodrigues (1988), de alguma maneira é preciso morar, tanto no campo, na pequena cidade, na metrópole, morar, como vestir, e alimentar, é umas das necessidades básicas do ser humano. Historicamente mudam as características de habitação, mas é sempre preciso morar, dado que não é possível viver sem ocupar espaço.

Sob a ótica de Buonfiglio (2015), morar é:

[...] uma necessidade humana básica para a reprodução social dos indivíduos, sejam eles pobres, sejam ricos; morem na cidade ou na metrópole. A moradia reúne aspectos que a tornam elementar, porquanto represente a necessidade de abrigo e reposição das condições vitais. (BUONFIGLIO, 2015, p.17).

Dessa maneira, é a partir do acesso à moradia, condição básica de reprodução da vida, que a lógica de valor de troca sobressai a lógica do valor de uso, condicionando a reprodução da vida ao processo de reprodução do capital.

Desse modo, Carlos (2017), ressalta:

Sob o capitalismo, a produção do espaço torna-se uma mercadoria, ganhando concretude prática na contradição dialética valor de uso/valor de troca. Em seu movimento de reprodução, domina as relações sociais através da generalização da troca (e da forma contratual), que se desdobra para toda a sociedade como necessidade de ampliação da base de consumo necessário à reprodução ampliada e sem limites do mundo da mercadoria. (CARLOS, 2017, p. 34).

Como demonstra Gottdiener (2016), a terra de qualquer modo é um investimento interessante, devido à flexibilidade e os incentivos produzidos pelas relações de reprodução do capital.

Dessa maneira, a mercadoria terra possui preço, e seu monopólio dificulta o acesso à moradia de expressiva parcela da população. Nesse sentido, a questão do como morar, não diz respeito apenas à “escassez” de casas tão pouco a falta de terrenos disponíveis para edificação, mas devido ao acesso à terra urbana e a moradia não ser acessível a toda população.

[...] a habitação é um desses bens cujo acesso é seletivo: parcela enorme da população não tem acesso, quer dizer, não possui renda para pagar o aluguel de uma habitação descente e, muito menos, comprar um imóvel. (CORRÊA, 1993, p. 29).

Como exposto anteriormente, Dourados possui um grande número de conjuntos habitacionais destinados aos segmentos socioprofissionais de menor

poder aquisitivo, no entanto, parte da população ainda enfrenta o problema da falta de moradia.

A falta de moradia, muito divulgada, principalmente por veículos de informação, só existe, na verdade, para parcelas de menor poder aquisitivo. Ou seja, está mais relacionada com a capacidade de pagar do que com a falta de unidades residenciais.

Castro (2008), ao analisar a realidade de Dourados, reforça que:

O acesso a uma moradia é um privilégio de alguns, sendo que para a maioria da população esse acesso apresenta-se como um problema. A moradia é um bem imprescindível, sendo que sem ela não é possível a realização de necessidades básicas ou mesmo viver com dignidade. Morar é um direito de todos, porém, contraditoriamente, esse direito só se torna possível mediante pagamento. (CASTRO, 2008, p.72).

Neste sentido, observa-se que, na cidade, a terra possui preço elevado se comparado com outras mercadorias. Neste ponto, a propriedade privada torna-se condição da reprodução capitalista e está diretamente ligada ao direito à cidade, pois,

[...] aparece no debate sobre desapropriação que por outro lado também expõe a contradição entre a luta por sua manutenção e a possibilidade de seu questionamento como definidora da segregação espacial e dos processos de mercantilização do solo urbano. [...] Por sua vez, quando a luta deixa de ser aquela da manutenção da propriedade para ser uma luta pelo 'direito à cidade', cria-se uma consciência do espaço. (CARLOS, 2001, p. 288).

Com isso, na cidade capitalista, a propriedade privada do solo urbano antecede um direito fundamental, o direito de morar. Por sua vez, o

[...] direito de morar é: confundido em boa parte da literatura especializada com o direito a ser proprietário de uma casa, é objeto de um discurso ideológico cheio, às vezes, de boas intenções e, mais frequentemente, destinado a confundir os espíritos, afastando cada vez para mais longe uma proposta correta que remedeie a questão. (SANTOS, 2014, p.61).

A propriedade privada da terra coloca uma fronteira "invisível" que age concretamente na sociedade.

Diferentemente de pão, automóvel, medicamentos, a habitação é uma mercadoria especial. Parte dessa complexidade deriva da sua relação com a terra para sua realização. E não se trata de terra nua. Trata-se de terra urbanizada, isto é, terra ligada às redes de água, energia,

esgoto, drenagem, transporte coletivo além de equipamentos de educação, saúde, abastecimento, etc. (MARICATO, 2009) ¹⁷.

As dificuldades vão além da conquista de uma casa, abarca também as condições do imóvel e os custos para mantê-lo. Deve-se levar em consideração despesas além da parcela de financiamento, mas também abastecimento de energia elétrica, saneamento básico, Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU.

Esta é a realidade de muitas famílias beneficiadas pelo PMCMV. Ao longo de sua atuação, devido à inadimplência ou falta de adaptação, tanto financeira como no modo de vida, registrou-se muitos “abandonos”, venda ou aluguéis das unidades residenciais, mesmo sendo práticas irregulares. Conforme estimativa obtida por meio de levantamento da AGEHAB, 20% de beneficiários optaram pela “desistência” do imóvel, e provavelmente voltaram ao modo de vida anterior.

Assim, ao mesmo tempo em que houve aumento significativo do número de conjuntos habitacionais para a população de nenhum ou menor poder aquisitivo, também expandiu o número de áreas de ocupação "irregular" e favelas na cidade. Evidenciando que,

[...] parte da população ainda enfrenta problemas de moradia, o que deixa claro que a satisfação da necessidade habitacional não se restringe apenas à provisão de unidades residenciais, mas implica também que as condições de implantação atendam aos verdadeiros anseios da população, sobretudo aquela desprovida de recursos financeiros. (CALIXTO; BERNADELLI, 2016, p. 126).

É de extrema importância destacar que, essa realidade não é recente em Dourados, Calixto (2000) e Silva (2000) apontam que, em meados na década de 1980¹⁸ intensificou o número de ocupações “irregulares” e favelas:

Como resultado da exclusão dessa população dos canais regulares de acesso à moradia e da adoção por parte desse excluídos de estratégias e alternativas para a solução de seu problema habitacional, no final da década de 80 e início dos anos 90, disseminaram-se com intensidade em Dourados as favelas, sejam as situadas em lotes

¹⁷ Entrevista concedida por Ermínia Maricato ao site Carta Maior no dia 12 de setembro de 2009. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-Minha-Casa-e-um-avanco-mas-segregacao-urbana-fica-intocada/4/15160>.

¹⁸ De acordo com Calixto (2000), em Dourados, o período que corresponde às décadas de 1970 e 1980, marcadas pela introdução de um sistema agrícola especializado voltado à exportação, provocou o êxodo rural, atraindo trabalhadores rurais, conseqüentemente aumentando a demanda por moradia.

privados ocupados, sejam as localizadas em terra pública (sobretudo as áreas públicas nas margens de rodovias, fundo de vales e embaixo de linhas de transmissão de energia de alta tensão). (SILVA, 2000, p. 229).

O Brasil possui, desde o início da década de 2000, uma das leis urbanísticas mais avançadas no cenário mundial: o Estatuto da Cidade. O atual Estatuto da Cidade – Projeto de Lei - PL 5.788, de 1990 – vinculado diretamente ao texto da constituição de 1988 em vigor nos artigos 182 e 183 (BRAGA, 2000), difundiu os planos diretores e fundamenta a Lei nº 3.601, de 09 de julho de 2012, que dispõe da Política Municipal de Habitação e Interesse Social e busca atender vários objetivos, entre eles:

I. Cumprir a Política Nacional de Habitação e as normas do Conselho Nacional, Estadual e Municipal da Cidade e do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, de acordo com as **diretrizes do Estatuto da Cidade** [...]. (Política Municipal de Habitação e Interesse Social Art. 3. Grifo da autora).

Além disso, no Estatuto da Cidade estão presentes os objetivos da Política Urbana:

- I- O direito dos agentes coletivos à cidade;
- II- As inter-relações entre o Urbano e o Rural;
- III- A distribuição social dos serviços públicos e dos equipamentos urbanos e comunitários;
- IV- O processo de produção do espaço urbano;
- V- A ordenação da ocupação, do uso e da expansão do território urbano;
- VI- A **função social** da propriedade. (PL 5.788/90, art. 6º, grifo da autora).

O Estatuto da Cidade regula a execução da função social da propriedade por meio do Plano Diretor, no entanto, o poder público e os agentes hegemônicos da cidade capitalista colocam obstáculos à sua aplicação.

Nesse contexto, as diretrizes do Estatuto da Cidade e à Política Municipal de Habitação de Interesse social revelam as contradições acerca da existência da propriedade privada da terra pois na prática, se realiza a desigualdade que está na base do desenvolvimento da sociedade capitalista. (CARLOS, 2004, p. 141).

Essa realidade, portanto, conformará resistências no espaço urbano, apresentada para a sociedade entre o conflito da propriedade privada da terra e da sua posse. A posse seria o ato do uso, da apropriação do espaço para a realização da vida, mesmo que configure condições de precariedade extrema. Ela se transforma no afrontamento à

propriedade privada, logo, ao fundamento que legitima as expropriações, impedimento ao acesso à riqueza produzida, àquela que se transformou em poder para submeter o trabalho (RIBEIRO, 2015, p.176).

A propriedade privada da terra materializada no preço do solo gera a “valorização” de lugares específicos da cidade, ou seja, a “valorização” não se verifica em qualquer ponto da cidade, mas sim em determinadas áreas.

[...] a escassez de espaço, nas proximidades do centro, requer a liberação de amplas parcelas de espaço ocupadas com vistas à criação de uma ‘área livre’ para novos usos, necessária à expansão da atividade econômica [...]. (CARLOS, 2001, p.23).

Aqueles que não podem pagar pela casa, vivem nas periferias, ou em condições precárias nas ocupações consideradas “irregulares”, haja vista que a terra urbana faz parte das mercadorias do modo capitalista de produção.

Sem falar aqueles que “não moram”, os moradores de rua, visto que, “Morar não é fracionável. Não se pode morar um dia e no outro não morar. Morar uma semana e na outra não morar”. (RODRIGUES, 1988, p.14).

Por meio da moradia, articulam-se relações e constroem-se outros lugares suficientes para suprir necessidades para reprodução da vida e do cotidiano: a relação casa e rua; espaço privado e espaço público; lugar de trabalho e lugar de lazer etc. (CARLOS, 2017).

O segmento de maior poder aquisitivo, tem a possibilidade de escolher onde e como morar, ou seja, as melhores localizações e condições da moradia. Já o segmento de menor poder aquisitivo não tem escolha, adquire a casa onde pode pagar, restringindo a possibilidade de morar.

Assim, a chamada crise habitacional se consubstancia na capacidade de pagar, crise essa que não é novidade para o segmento de menor poder aquisitivo, que vai morar na periferia pobre da cidade, na prática, possui menos direitos do que o segmento socioprofissional de maior poder aquisitivo, visto que, os acessos aos serviços e infraestrutura pública fundamental lhe são negados, sob a justificativa de falta de recursos para fazer chegar até eles serviços de saúde, de educação e transporte público de qualidade, para não citar tantas outras carências, “[...] os constrangimentos que se opõem a uma plena realização do sujeito e da vida social estão em toda parte.” (SANTOS, 2014, p. 43).

Nessas circunstâncias, o plano do vivido, ou seja, da prática socioespacial expressa a cidade como fonte de privação, negando o acesso aos equipamentos e serviços básicos. Carlos (2007) esclarece que esse conflito, afasta o sujeito do direito à cidade.

Rodrigues (2007) segue essa perspectiva e discute a cidade como direito. Ou seja, independente da condição socioprofissional e poder aquisitivo, todos têm o direito de ter acesso a bens materiais, serviços básicos à reprodução da vida como saúde, educação, transporte, assim como a urbanidade, o acesso pleno a cidade, incluindo arte, cultura, lazer, etc.

A cidade é o lugar do trabalho, da produção e do consumo, mas também da reprodução da vida.

No Estatuto da Cidade entende-se como garantia do direito à cidade:

[...] o conjunto de medidas que promovam a melhoria da qualidade de vida, mediante a adequada ordenação do espaço urbano e a fruição dos bens, serviços e equipamentos comunitários por **todos** os habitantes da cidade. (PL 5.788/90 - Original, art. 3º, grifo da autora).

Para Rolinik (2009), este direito é a “porta de entrada” de outros direitos, pois, não há como ter saúde, educação e demais serviços urbanos de qualidade, sem antes ter uma moradia digna.

Neste cenário, vale destacar o Plano Local de Habitação e Interesse Social – PLHIS de Dourados, elaborado no ano de 2010 para atender a política habitacional em concordância com o Plano Diretor do município e demais legislações pertinentes.

O PLHIS tem como objetivo principal implementar a Política Municipal de Habitação e Interesse Social, “...garantindo que os objetivos, as diretrizes sejam alcançadas de forma integrada ao Sistema Nacional de Habitação e de Interesse Social – SNHIS” (PLHIS III, 2012, p.7). Para então minimizar a falta de moradia em Dourados, direcionando da melhor forma recursos a serem mobilizados por meio de um conjunto de estratégias de ação programáticas com horizonte temporal até o ano de 2026.

Dentre os objetivos específicos destaca-se:

- Garantir o acesso à terra urbanizada e à moradia a toda população do município;
- Promover melhorias para a adequação das unidades existentes a padrões mínimos de habitabilidade;

- Criar mecanismos voltados ao atendimento e ao controle do déficit habitacional no município;
- Promover a regularização fundiária (jurídica e urbanística) dos assentamentos precários de interesse social no município;
- Assegurar a construção de casas populares em locais de fácil acesso aos serviços públicos (saúde, educação, lazer, assistência social) e comércio, integrados à malha urbana;
- Reconhecer as demandas específicas e diferenciadas para os programas de habitação, com vista ao dimensionamento adequado ao tamanho da família, atendimento a acessibilidade universal (considerando a população portadora de necessidades especiais, de deficiência, população idosa, população infantil), casos que requerem atendimento diferenciado e adequado;
- Garantir infraestrutura aos assentamentos urbanos, tais como a solução para esgoto sanitário, drenagem de águas pluviais, pavimentação asfáltica, abastecimento de água potável, energia elétrica e transporte coletivo. (PLHIS III, 2012, p.7).

O PLHIS produto II, realizado no ano de 2011, refere-se ao Diagnóstico¹⁹ que sistematiza informações acerca das necessidades de novas moradias em Dourados, propondo uma meta de edificação de 12 mil unidades até 2026.

A fim de promover redução do déficit habitacional com o atendimento a demanda, o PLHIS produto III elaborado no ano de 2012 aponta um “cenário possível” para alcançar a meta proposta.

Vale destacar, brevemente, que o cálculo do déficit habitacional segundo o PLHIS III é composto por variáveis que envolve o número de famílias que encontram-se em inadequação habitacional: a) no mesmo imóvel e/ou imóvel improvisado e/ou rústico (desconfortáveis, incompletos e/ou insalubres); b) possuem gasto excessivo com aluguel, acima de 30% da renda familiar mensal de até 3 salários mínimos.

Salientamos que a definição de inadequação habitacional retrata muitos problemas de qualidade de vida e a falta do direito à moradia digna dos moradores de um município, porém, não se relaciona ao dimensionamento do estoque de casas e sim às especificidades internas. Soares, Ramires, Oliveira, Melo, Souza e Ribeiro Filho (2010) reforçam que:

[...] os domicílios urbanos com carência de infraestrutura com adensamento excessivo de moradores, com problemas de natureza, com alto grau de depreciação ou sem unidade sanitária domiciliar

¹⁹ Não tivemos acesso ao material do PLHIS produto II, as informações coletadas a respeito do Diagnóstico da situação da moradia em Dourados constam na apresentação do PLHIS produto III.

exclusiva. Essa situação não proporciona aos moradores condições desejáveis de habitabilidade. (p.251).

Conforme o estudo realizado para traçar as estratégias do Plano, a necessidade real considerada para suprir o déficit habitacional de Dourados, calculado em 364 no ano de 2012, é a construção de 12.209 moradias. Contudo, estima-se a edificação de 370 unidades por ano totalizando apenas 5.550 novas moradias até 2016.

Baseado nos recursos investidos no PMCMV Faixa 1, a estimativa de investimento anual é de R\$19.610.000 considerando o valor de R\$ 53.000 por unidade habitacional.

No quadro a seguir, apresentamos a projeção do déficit habitacional realizada pela equipe de trabalho²⁰ do PLHIS III e, chamamos atenção para o aumento anual do déficit e para o cálculo estimado para o ano de 2020.

QUADRO 7. Dourados/MS. PLHIS: Projeção do déficit habitacional (2012)

Ano	População Estimada	Taxa de crescimento Populacional	Déficit habitacional	Unidades a construir
2012	199.159	-	364	370
2013	202.263	1,5586	375	370
2014	205.367	1,5347	387	370
2015	208.471	1,5115	398	370
2016	211.575	1,4890	410	370
2017	214.679	1,4671	421	370
2018	217.783	1,4459	433	370
2019	220.888	1,4253	444	370

²⁰ A equipe trabalho do PLHIS é formada por: Consultoria (Quetal Consultoria e Serviços Ltda, assistente social, Arquiteta e Urbanista, consultor jurídico); Coordenação municipal (Prefeito municipal de Dourados, Secretário municipal de planejamento, Diretora do departamento de habitação); Entidades participantes (Conselho Municipal de Habitação e Interesse Social ; Movimento Nacional de Luta pela Casa Própria-MNLCP, Movimento Nacional de Luta pela Moradia-MNLM; Pastoral social; União Douradense das Associações de Moradores- UDAM; Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia- CREA; Ordem dos Advogados do Brasil- OAB; CEF e UFGD.

2020	223.992	1,4053	456	370
2021	227.096	1,3858	467	370
2022	230.200	1,3669	478	370
2023	233.304	1,3484	490	370
2024	236.408	1,3305	501	370
2025	239.512	1,3130	513	370
2026	242.616	1,2960	524	370
Total			6.661	5.550

Fonte: PLHIS III (2012). Grifo nosso

Para complementar a discussão, no Quadro 8 apresentamos a estimativa projetada para adequação habitacional de 25.336 imóveis diante do que foi denominado de “Cenário Possível” no PLHIS III o que corresponde a 50% da demanda do déficit habitacional:

QUADRO 8 - Dourados/MS. Inadequação habitacional e número de adequações para o “Cenário Possível” (2012)

Ano	Inadequação Habitacional	Número de Adequações
2011	43.050	1.446
2012	43.613	1.465
2013	44.157	1.484
2014	44.699	1.502
2015	45.237	1.520
2016	45.766	1.538
2017	46.296	1.556
2018	46.837	1.574
2019	47.395	1.592
2020	47.961	1.611
2021	48.521	1.630
2022	49.056	1.648
2023	49.550	1.665

2024*	50.093	1.683
2025*	50.636	1.701
2026*	51.179	1.720
Total		25.336

Fonte: PLHIS III (2012)

* Refere-se a estimativa elaborada pela Equipe de Trabalho, com base na taxa de crescimento dos cinco anos anteriores.

A partir dos quadros anteriores, é possível perceber que contraditoriamente, há um aumento do déficit habitacional anual e um número expressivo de inadequações habitacionais ao mesmo tempo que a cidade possui grande número de unidades habitacionais e loteamentos implantados voltados ao segmento de menor e nenhum poder aquisitivo. São dados que demonstram que a demanda real que enfrenta a falta de moradia não tem acesso a ela.

O atual gestor de processos de regularização de posse da AGEHAB, Anízio Souza Santos, afirma que o setor vem realizando o processo de regularização de áreas na cidade desde o ano de 2018. Devemos lembrar de que, junto à regularização é de extrema importância a implementação de infraestrutura e serviços básicos de qualidade que atenda a demanda. A falta de tais condições é contraditória e reforça a desigualdade socioespacial na cidade, distanciando e diferenciando segmentos sociais.

Estima-se que 100% dos lotes “irregulares” em Dourados careçam de uma “urbanização simples”²¹ e pode ser definida como,

[...] relativa a assentamentos nos quais já se implementaram redes de água e esgoto, que tenham definição espacial, ou onde estejam concluídos os serviços de urbanização em parte do assentamento. Essa é a situação dos loteamentos irregulares de Dourados. (PLHIS III, 2012, p.14).

Como expressão da forma diferenciada de acesso à terra urbana, temos as áreas “irregulares” identificadas por meio de dados disponibilizados pela AGEHAB até outubro de 2020.

Quadro 9. Dourados/MS - Lotes “irregulares” em área de risco (2020)

Lotes irregulares	Nº de lotes
Vila Aydê	13
Beco Brasil 500	35
Jd. Canaã V (área de reserva)	10
Santa Fé (área de reserva)	100*
Ibiza (área de reserva)	50*

Fonte: Agência Municipal de Habitação e Interesse Social- AGEHAB, 2019. Org.: SOUZA e LIMA (2020).

*A AGEHAB realizou no ano de 2020 o levantamento do número de famílias por área. Não há informações acerca do número de lotes.

Os lotes “irregulares” considerados de risco estão em locais institucionais ou de reserva ambiental, e atualmente o município não dispõe de lei de regularização que possa viabilizar a doação desses lotes às famílias.

Foto 1. Dourados/MS – Lote “irregular” em área de risco: Santa Fé (2019).



Autor: Lima (2019)

A solução proposta pela AGEHAB é a criação de uma lei municipal de regularização fundiária e, em alguns casos, a adaptação de normas para áreas institucionais e de reserva ambiental, em parceria com a câmara municipal.

Quadro 10. Dourados/MS - Áreas “irregulares” na Vila dos Ofícios (2020)

Áreas (Vila dos Ofícios)	Nº de lotes
Jardim Oliveira	12
Vila Mary	26
São Braz	30
Jardim Novo Horizonte	29

Fonte: Agência Municipal de Habitação e Interesse Social - AGEHAB, 2019. Org.: SOUZA e LIMA (2019).

No que se refere aos lotes ocupados de forma “irregular” na Vila dos Ofícios, a dificuldade enfrentada para regularização é a falta de uma lei de desmembramento com testadas menores de 9 metros, como são os demais lotes regularizados do referido loteamento. A solução seria a criação da lei de regularização fundiária, parcelamento do solo e a criação de um “sistema de condomínios” com área em comum.

Quadro 11. Dourados/MS - Áreas “irregulares” em divisa de bairros (2020)

Áreas (Vila dos Ofícios)	Nº de lotes
Canaã III e Jardim Flamboyant	15

Fonte: Agência Municipal de Habitação e Interesse Social- AGEHAB, 2019. Org.: SOUZA e LIMA (2020).

As áreas que fazem a divisa com o bairro Canaã III, estão previstas para regularização, no entanto, existem lotes em que será preciso verificar a matrícula, que acarreta custos por serviços do cartório, pois estão como propriedade privada.

Uma dificuldade para autorizar a escritura é a questão da posse, pois os lotes não estão mais com o primeiro dono.

A solução proposta pela AGEHAB é que o município empenhe o valor em dinheiro para a execução dos serviços em cartório para regularização das áreas.

Quadro 12. Dourados/MS - Áreas “irregulares” em loteamento social (2020).

Área	Loteamento social	Nº de lote
Vila Mariana	Jóquei Clube	68
Vila Valderez	Jóquei Clube	180
Vila Nossa Senhora Aparecida	Vila Cachoeirinha	10
Clube Social União Douradense	-	134
Jardim Morada do Sol	Canaã I	50
Santa Felicidade	Local reservado ao PMCMV Faixa I	280*
Vila Nova	Local reservado ao PMCMV Faixa I	32*
Vitória	-	110*
Ouro Fino	-	78*

Fonte: Agência Municipal de Habitação e Interesse Social- AGEHAB, 2019. Org.: SOUZA e LIMA (2020).

*A AGEHAB realizou no ano de 2020 o levantamento do número de famílias por área. Não há informações acerca do número de lotes.

Atualmente, o município não dispõe de lei de regularização de loteamentos, por isso, a análise do Ministério Público tem como base a lei de loteamento de implantação.

Foto 2. Dourados-MS – Lote “irregular” em loteamento social: Vila Nova (2019).



Autor: Lima (2019)

Dessa forma, há exigências por infraestruturas mínimas como asfalto, drenagem, sinalização, calçadas com acessibilidade.

A solução proposta para este caso, também é a criação de lei de regularização fundiária para atender as exigências do Ministério Público.

Quadro 13. Dourados/MS - Áreas “irregulares” em loteamento particular (2020).

Área irregular	Loteamento particular	Nº de lotes
Estrela Sayju	Vila Ubiratan	10
Bom Jesus	-	55
Fundos do IV plano	BNH IV plano	41
Vila Bela	-	15
Vila Vieira	Vila Industrial	5
Jardim Nana	-	11
Jardim Murakami	-	15
Jardim Santa Hermínia	-	18
Fundos do João Paulo II	Jardim João Paulo II	10
Interior do Jardim Carisma	Jardim Carisma	5
Fundos do Jardim Itália	Jardim Itália	12
Santa Rita	Canaã III	6
PROINFRA	Vila São Braz	28
Vila Arapongas	-	22
Vila Norte	-	4
Vila Erondina	-	8

Fonte: Agência Municipal de Habitação e Interesse Social- AGEHAB, 2019. Org.: SOUZA e LIMA (2020).

Entre as dificuldades encontradas para regularização de áreas em lotes particulares, está em encontrar os proprietários, além da falta de uma lei de regularização fundiária. A solução é fazer um levantamento junto ao cartório para identificação dos proprietários, e a criação de lei de regularização fundiária.

Os dados de falta de moradia fornecidos através do número de loteamentos e ocupações “irregulares” deixam claro que a terra urbana é um elemento determinante para a política urbana e habitacional.

Em Dourados, segundo um levantamento atualizado por Dias (2017), até o ano de 2017 registraram-se cerca de 33 áreas de ocupação “irregular” e, dentre elas, apenas quatro estariam em fase de regularização.

No ano de 2020, seis áreas de ocupação “irregular” passaram pelo processo de regularização em Dourados conforme aponta o Quadro 14.

Quadro 14. Dourados/MS – Áreas regularizadas (2020)

Área irregular	Nº Lote	Tipologia
Jardim do Bosque II	75	Loteamento social
Residencial Prudente Campos	18	Loteamento particular
Jardim Canaã III	24	Área irregular na Vila dos Ofícios
Jardim Canaã IV	8	Área de risco/reserva
Parque dos Coqueiros	26	Divisa de bairro – Canaã III
Terra Roxa	10	Divisa de bairro – Canaã III

Fonte: Agência Municipal de Habitação e Interesse Social- AGEHAB, 2020. Org.: SOUZA e LIMA (2020).

Dos moradores do conjunto habitacional Harrison de Figueiredo, que responderam ao formulário, 4% afirmaram já ter ocupado alguma área de forma “irregular” no interior da cidade antes de ser contemplado e mudar-se para o referido conjunto habitacional. Assim, Três moradores e suas famílias já fizeram parte da ocupação Santa Felicidade e uma moradora, com o marido, fez parte da comunidade²² Vitória.

Esses moradores se encaixavam no critério “área de risco”, considerado uma das prioridades nos critérios nacionais de seleção do PMCMV–Faixa 1.

No geral, as políticas habitacionais promovidas sob a égide, tanto do governo federal, quanto estadual e municipal, como também iniciativas isoladas, não resolveram o problema da falta de moradia em Dourados e ainda, impuseram a segregação socioespacial, pois os conjuntos habitacionais são construídos em áreas distantes da cidade com infraestrutura limitada, impondo aos moradores dificuldades de acesso a serviços básicos.

As políticas habitacionais, mesmo que expressivas em Dourados, não garantem o direito à casa a uma parcela significativa do segmento socioprofissionais de menor poder aquisitivo, e não assegura o direito à cidade.

Carlos (2001) aponta como os sujeitos dominantes do capital a partir das transformações dos setores econômicos – dentre eles, o fundiário e imobiliário–, asseguram o processo de reprodução capitalista:

²² Durante entrevista, a moradora do conjunto se referia à ocupação Vitória como comunidade, pois, segundo ela, os ocupantes fazem parte de um grupo que compartilham o dia a dia.

Aqui o movimento global da economia invade a vida cotidiana pelo desenvolvimento da estrutura de circulação, pela generalização do processo de mercantilização do espaço, pela imposição das condições de reprodução do capital, que aparece como renovação urbana. (CARLOS, 2001, p. 285)

Com base nos dados levantados, o Quadro 15 apresenta o número de inscritos entre 2014 e 2018 no PMCMV Faixa I e contemplados no mesmo período. Percebemos que o Programa ainda não contemplou sequer a demanda devidamente inscrita. Até setembro de 2018, 11.873 inscritos no programa aguardavam na fila de espera por um imóvel.

Quadro 15. Dourados/MS - PMCMV Faixa 1: Inscritos e contemplados (2014- 2018)

Data	Número de Inscritos	Número de Contemplados
Até maio/2014	8.867	2.997
Até setembro/2018	26.865	14.992

Fonte: JESUS (2014); Site Prefeitura Municipal de Dourados (2019). Org.: SOUZA (2019).

Melazzo (2015) a partir de dados apresentados por Furtado, Neto e Krause (2013) esclarece que:

[...] indicam a alta concentração do déficit habitacional nas faixas de rendimento de zero a três salários mínimos, alcançando aí 90,9% em relação ao total, sendo que cai drasticamente quando são consideradas as faixas de três a seis e de seis a dez salários mínimos respectivamente 6,7% e 2,4% do total. (MELAZZO, 2015, p. 383).

Portanto, os empreendimentos do PMCMV não suprem a demanda que, por sinal, multiplica a cada ano, dado que, segundo a AGEHAB, até maio de 2019, Dourados possuía 28.133 mil famílias cadastradas no PMCMV Faixa 1 à espera da conclusão de conjuntos habitacionais e implementação de novos empreendimentos para sorteio.

Rodrigues (1988) ressalta que a falta de moradia não existe devido à falta de recursos, e sim, é resultado da falta de gerenciamento de tais recursos. A este assunto Castro (2008) aponta:

Convém destacar que essa discussão não pode ser feita sem considerarmos o fato de que a 'solução' do problema de moradia não se restringe somente à provisão de unidades residenciais, pois é necessário que as condições de implantação atendam as reais necessidades da população desprovida de recursos financeiros. (CASTRO, 2008, p. 72).

Desse modo, fica claro que, a falta de moradia, ou como define alguns autores, a “crise habitacional”, diz respeito à capacidade de pagar dos segmentos socioprofissionais de menor poder aquisitivo.

Aquele que não pode pagar pela mercadoria casa e ainda não foi beneficiado por algum programa habitacional implementado, segue pagando aluguel na periferia da cidade - em que o preço é mais baixo - ou ocupando lotes “irregularmente”, em locais em que a condição de reprodução da vida é mais árdua.

Além do mais, o ato de morar não pode se limitar apenas à importância e ao papel que representa a casa como objeto material, o que torna ainda mais complexa a questão do morar.

É, essa reflexão que procuraremos fazer a seguir, considerando o PMCMV.

CAPÍTULO 2

O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – PMCMV - EM DOURADOS/MS

*“Não tem progresso sem acesso,
Pense no gueto e é isso que eu te peço”
(Agradece - Marina Peralta).*

Antes de adentrarmos a discussão tomando como referência o conjunto habitacional Harrison de Figueiredo, convém reforçar, como já pontuado, que o PMCMV fez parte do pacote habitacional difundido pelo governo federal em março de 2009 - MP n. 459 de 25 de março de 2009 e transformado em Lei em junho do mesmo ano, a fim de minimizar o impacto da crise internacional de 2008 que atingiu o País. Esta Lei foi alterada pela Lei nº 12.424 de 16 de junho de 2011, que dispõe sobre o PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.

O Programa tem por finalidade oferecer mecanismos para incentivar a produção e aquisição da casa própria ou requalificação de imóveis urbanos e reformas de casas em área rural com renda familiar mensal de até R\$ 4.650,00 (art. 1º Lei 12.424) e, envolve os subprogramas: Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU e Programa Nacional de Habitação Rural – PNHUR.

O PMCMV foi implantado meio a um cenário marcado por várias medidas políticas e econômicas, que visavam diminuir os efeitos da crise internacional em andamento desde 2008 e as instabilidades que permeavam o segundo mandato do ex-presidente Lula.

Um dos motivos para que isso tenha acontecido deve-se ao fato de que a crise de 2008,

[...] atingiu as empresas com um grande volume de recursos imobilizados em terras e empreendimentos iniciados (inclusive nos programas governamentais, como o PAR) e com uma pressão forte para responder aos seus investidores. Assim, o PMCMV veio a responder às necessidades imediatas das empresas, mas permitindo ainda que elas pudessem manter e aprofundar os investimentos em novas tecnologias. (CARDOSO; MELLO; JAENISCH, 2015, p.83).

Para Cardoso, a “necessidade de aprovar medidas impopulares no Congresso e os limites colocados para a ação do governo no âmbito do “presidencialismo de coalizão” levou à reestruturação institucional do setor de habitação e política urbana”. (CARDOSO, 2015).

Cardoso e Aragão (2013) afirmam que “[...] buscou-se manter o desenvolvimento do setor imobiliário e reaquerer as atividades do ramo da

construção civil, que experimentava uma fase de intenso crescimento desde 2006". (p. 35-36). Por sua vez, Melazzo (2015) afirma que:

Tal Programa, ao combinar uma clara orientação anticíclica, como parte do enfrentamento da crise econômica internacional a partir dos anos de 2008/2009, com uma dimensão de política habitacional que procura enfrentar o déficit habitacional no país vem modificando substancialmente o cenário de todas as cidades brasileiras. (p. 375).

Ainda segundo Cardoso e Aragão (2013) o PMCMV teve como base as experiências chilena e mexicana. E, dessa forma, para Shimbo (2010), o PMCMV não deve ser considerado como uma novidade, visto que desde meados dos anos 1990, já havia uma ideia de incentivo à produção privada da habitação, por meio do aumento de recursos destinados a financiar projetos dessa envergadura.

De início, o PMCMV pertenceu a um pacote de iniciativas para estimular a economia do país, a partir do progresso dos diversos setores pertencentes à produção habitacional, garantindo também geração de empregos em vários níveis e setores contribuindo para uma melhora na renda das famílias e consumo no país. Com isso,

Nas avaliações do governo federal, o Programa alcançou resultados satisfatórios no âmbito econômico, repercutindo positivamente também nos níveis de aprovação do Governo por oferecer em larga escala acesso à casa própria para parcelas da população que historicamente tinham sido pouco contempladas pelas políticas habitacionais anteriores. (CARDOSO; MELLO; JAENISCH, 2015, p.73).

O lançamento do programa ainda fez parte de um período em que o setor da construção civil também passava por um árduo momento. Após anos de carência de políticas concretas ligadas à habitação, e necessitando operar através do autofinanciamento, as empresas do âmbito da construção civil se reestruturaram, expandindo seu capital na Bolsa de Valores e beneficiando-se dos novos recursos derivado das mudanças no Sistema Financeiro de Habitação-SFH.

A implementação do PMCMV é pautada na disponibilidade orçamentária e financeira sendo papel da União:

I – concederá subvenção econômica ao beneficiário pessoa física no ato da contratação do financiamento habitacional;
II – transferirá recursos ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR e ao Fundo de Desenvolvimento Social – FDS de que tratam,

respectivamente, a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 8.677, de 13 de julho de 1993;
III – realizará oferta pública de recursos destinados à subvenção de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes;
IV – participará do Fundo Garantidor da Habitação Popular – FGHab e
V – concederá subvenção econômica por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, sob a modalidade de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, especificamente nas operações de financiamento de linha especial para infraestrutura em projetos de habitação popular. (art. 2º Lei 12.424 de 16 de junho de 2011).

Em junho de 2011, data da inauguração da primeira fase do programa, foi cumprida a promessa de contratação de mais de três milhões de unidades residenciais. Em dois anos de lançamento, a meta nacional de um milhão de unidades contratadas foi alcançada. Em continuidade, a fase 2 do programa foi lançada em junho de 2011 com a meta de contratar mais de dois milhões de unidades, onde as faixas inferiores de renda com famílias de até três salários mínimos corresponderam uma meta de 60% das contratações. (CARDOSO; MELLO; JAENISCH, 2015).

O PMCMV, nos termos do art. 1º desta Lei, tem como meta promover a produção, aquisição, requalificação e reforma de dois milhões de unidades habitacionais, a partir de 1º de dezembro de 2010 até 31 de dezembro de 2014, das quais, no mínimo, 220.000 (duzentas e vinte mil) unidades serão produzidas por meio de concessão de subvenção econômica na forma do inciso I do § 1º do art. 6º-B, nas operações de que trata o inciso III do caput do art 2º, a beneficiários finais com renda de até R\$ 1.395,00 (mil, trezentos e noventa e cinco reais), respeitados os valores consignados nas respectivas leis orçamentárias anuais. (Art. 82-B da Lei 12,424 de 16 de junho de 2011).

O PMCMV em cinco anos, ou seja, até 2014, financiou 80% das unidades que o BNH financiou em 22 anos (4,5mil), entregando mais da metade de unidades residenciais nesse período (1,7 mil). O programa beneficia famílias de baixa renda, com subsídios assistenciais que podem chegar a 96% dos valores financiados. Seu objetivo era diminuir 90% da falta de moradia, atingindo famílias com renda de até cinco salários mínimos, porém, apenas 40% das unidades residenciais são destinadas para essa faixa. (AMORE, 2015).

Dessa maneira, o PMCMV surge de um contexto específico, a fim de suprir as necessidades dos agentes fundiários e imobiliários. Entretanto,

[...] o PMCMV acabou se ajustando aos propósitos de órgãos estatais em ratificar compromissos sociais na formulação de políticas públicas, pactuando também com agentes minoritários da produção do espaço

(como entidades, cooperativas e movimentos de moradia).
(BUONFIGLIO, 2015, p. 50).

As faixas de renda (Quadro 16) foram definidas em reais, sem correção desde o lançamento da fase 2 do programa, ligado a diferentes fundos, níveis de subsídio, tetos de financiamento e custos de produção.

O programa ainda envolvia investimentos com recursos de orçamentos e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, para a construção e reformas de unidades residenciais da área rural no Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR.

Quadro 16. PMCMV - Faixa de renda (2018)

Faixa 1	Até R\$ 1.800,00
Faixa 1,5	Até R\$ 2.600,00
Faixa 2	Até R\$ 4000,00
Faixa 3	Até R\$ 9000,00

Fonte: Lei 12.424 de 16 de junho de 2011. Org.: SOUZA (2018).

Na faixa 1 de renda são disponibilizados financiamentos que não exigem retorno, nos quais não se aplicam juros, com subsídio quase integral para as famílias de renda de menor poder aquisitivo. O Fundo de Arrendamento Residencial - FAR é usado em ações diretas com a prefeitura e construtoras, ou quando esses agentes fazem parcerias.

No ano de 2017, houve alterações na modalidade de pagamento do imóvel. O Quadro 17 demonstra os valores mensais das parcelas de financiamento dos beneficiários que se encaixam na Faixa 1 do Programa, obedecendo à renda familiar bruta mensal dos mesmos.

Quadro 17. Dourados/MS - PMCMV Faixa 1: Valor da parcela do financiamento (de acordo com a Renda Familiar Bruta Mensal) - (2018).

Renda Familiar Bruta Mensal	Valor da parcela mensal do financiamento
Até R\$ 800,00	R\$ 80,00
De R\$ 801,00 a 1.200,00	10% da renda familiar bruta mensal
De R\$ 1.201,00 a 1800,00	20% da renda familiar bruta mensal

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação e Interesse Social (2018). Org.: SOUZA (2019).

Vale destacar que no caso de financiamentos para beneficiários com renda familiar mensal de até 1,395 reais, é concedido pagamento com prestações ao longo de 120 meses assegurado pela Lei que dispõe sobre o Programa (artigo 2º, inciso II).

A CEF emite boleto via correio ao proprietário do imóvel, com o valor da mensalidade, e, conforme informação da Secretaria Municipal de Habitação de Interesse Social, se houver ajustes ou alterações na Renda Familiar Bruta Mensal - RFBM deve ser informado para reajuste do valor das parcelas junto a CEF.

Mesmo não sendo o foco deste trabalho, vale mencionar que, nas faixas 1,5, 2 e 3, o financiamento vem dos recursos do FGTS, que implica retorno e a cobrança de juros, assim como valores maiores da parcela mensal de pagamento pelo imóvel. Nessas faixas de renda, os tramites de aquisição e pagamento do imóvel são tratados diretamente com a CEF e imobiliárias.

Quadro 18. PMCMV – Taxa de juros (2020)

Faixa 1,5	Taxa de juros 5% (não cotista do FGTS) e 4,5% (cotista do FGTS)
Faixa 2	Taxa de juros de 5,5% a 7% (não cotista do FGTS) e de 5% a 6,5% (cotista do FGTS)
Faixa 3	Taxa de juros de 8,16% (não cotista do FGTS) e 7,66% (cotista do FGTS)

Fonte: Lei 12.424 de 16 de junho de 2011. Org.: SOUZA (2020).

Portar os documentos necessários para inscrição de seleção para imóveis do PMCMV que devem ser entregues, à secretaria municipal de habitação e interesse social no caso dos inscritos na Faixa 1 e CEF para os inscritos nas demais Faixas de Renda é o primeiro passo do processo.

Quadro 19. PMCMV Faixa 1 - Documentos necessários para inscrição e atualização do Programa (2018).

Comprovação de residência fixa ao menos de dois anos em Dourados/MS
RG, CPF, Título de eleitor.
Carteira de trabalho
Comprovante de renda (Holerite para registrados, extrato do INSS para beneficiários de aposentados, pensionistas, auxílio doença e comprovante de auxílio desemprego para desempregados).
Certidão de nascimento de solteiros e conviventes ou filhos menores de 18 anos
Certidão de casamento ou certidão de casamento com averbação (com CPF atualizado)
Atestado médico com CID para pessoas com deficiência

Fonte: Lei 12.424 de 16 de junho de 2011 e Secretaria Municipal de Habitação e Interesse Social (2018). Org.: SOUZA (2018).

O PMCMV possui critérios nacionais e municipais de prioridade para seleção dos beneficiários (Quadro 20), enquadrando-os conforme procedimentos estabelecidos nas diretrizes do Programa.

Quadro 20. Dourados/MS - PMCMV Faixa 1: Critérios Nacionais e Municipais de prioridade para sorteio no Programa. (2018).

Critérios Nacionais	Critérios Municipais
Família que se encaixe na faixa de renda do programa	Família inscrita há pelo menos 02 anos
Mulher responsável pela unidade familiar	Família com membro idoso
Família com membro deficiente físico	Filhos menores de 18 anos
Famílias que habitavam em área de risco, insalubre ou que tenha sido desabrigada	Famílias beneficiadas por programas sociais Benefício de Prestação Continuada- BPC ou Bolsa Família

Fonte: Lei 12.424 de 16 de junho de 2011 e Secretaria Municipal de Habitação e Serviços urbanos (SEMHSUR). Org.: SOUZA (2018).

Vale destacar o Programa Minha Casa Minha Vida Entidades - PMCMV-E, destinado a concessão de financiamento para sujeitos contratados sob associativa para execução de projetos nas seguintes modalidades: edificação de unidades habitacionais e requalificação de imóveis urbanos.

As Entidades Organizadoras – EOs de grupos associativos, cadastradas e habilitadas pelo Ministério das Cidades/Desenvolvimento Regional poderão apresentar, a qualquer data, propostas junto a CEF para participar da seleção conforme portaria do Ministério das Cidades nº367, de 07 de junho de 2018²³.

Conforme a CEF, as entidades atendidas podem ser: a) cooperativas; b) associações; c) entidades da sociedade civil sem fins lucrativos. Tais entidades habilitadas, juntamente com o beneficiário é responsável pela execução do empreendimento assistido pela Comissão de Acompanhamento de Obras – CAO e Comissão de Representantes - CRE.

O PMCMV-E, atende até 10% das famílias beneficiárias por empreendimento sob forma associativa, o titular da casa deve possuir RFBM de R\$ 1800,00 a R\$ 2.350,00.

O valor das prestações é estabelecido conforme a RFBM apresentada no Quadro 21:

²³ Regulamenta o processo de seleção de propostas para participação do PMCMV-E.

Quadro 21. PMCMV-E - Valor da parcela do financiamento (de acordo com a Renda Familiar Bruta Mensal). (2019).

RFBM	Prestação Mensal
Até R\$ 800,00	R\$ 80,00
R\$ 801,00 a R\$ 1200,00	10% da RFBM
R\$ 1201,000 a R\$ 1800,00	25% da RFBM
R\$ 1801,00 a R\$ 2350,00	36% da RFBM

Fonte: Caixa Econômica Federal - CEF. Org.: SOUZA (2019)

Nesta modalidade, para pessoas idosas, na condição de titulares do benefício habitacional, e pessoas com deficiência e/ou familiares titulares do benefício habitacional é reservado 3% das casas por empreendimento.

É realizado um processo de “seleção”, com duas fases: o enquadramento (atendimento ao regramento e objetivos do programa) e a hierarquização (consiste em eleger projetos cujo investimento seja equivalente aos recursos alocados ao programa).

Em Dourados há um conjunto habitacional destinado ao PMCMV-E, Antônio Guilherme, edificado em duas fases somando 353 unidades residenciais entregues no ano de 2019.

Os imóveis concluídos, tanto do PMCMV como PMCMV-E são ocupados por famílias que se encaixem no perfil e faixa de renda do programa. Não podem ser donas de outro imóvel urbano e/ou rural, não podem ter sido beneficiadas em outro programa habitacional, não podem ter problemas com o cadastro, pontuando de acordo com os critérios nacionais (mulher chefe de família, ter algum membro deficiente físico ou estar morando em área de risco ou insalubre) e os requisitos impostos por cada município (família inscrita há pelo menos dois anos, família com membro idoso, filhos menores de 18 anos, famílias beneficiadas por programas sociais BPC ou Bolsa Família).

Vale ressaltar que no caso de mulheres beneficiárias, responsáveis pela unidade familiar, os contratos são firmados independente de outorga do cônjuge (Art. 73-A da Lei 12.424 de 16 de junho de 2011).

Atualmente, o sorteio dos imóveis é realizado obedecendo a critérios mencionados e as diretrizes exigidas pelo Ministério das Cidades, portaria 99 de 30 de março de 2016.

O Quadro a seguir refere-se aos critérios utilizados para reservar unidades dos empreendimentos a inscritos com prioridades e a percentagem de unidades reservadas. Ao realizar a inscrição, e apresentado documentos comprobatórios de que se é idoso ou pessoa com deficiência, ou se há na família, é possível perceber que o inscrito pode acumular critérios, e aumenta suas chances durante o sorteio.

Quadro 22. Dourados/MS - PMCMV Faixa 1: Critérios utilizados para reservar unidades dos empreendimentos a inscritos com prioridades e a percentagem de unidade reservadas. (2018).

Critérios	Unidades Reservadas (%)
Idoso	15%
Pessoa com deficiência	5%
2 a 3 critérios	25%
4 a 6 critérios	60%

Fonte: Lei 12.424 de 16 de junho de 2011 e Secretaria Municipal de Habitação e Interesse Social (2018). Org.: SOUZA (2018).

Discutiremos, as contradições dos critérios do Programa, pois, por mais que reserve um percentual de unidades (3%) de cada empreendimento, não são criados, de fato, o acesso a idosos, pessoas com deficiência e mãe chefe de família sofrem processo de segregação socioespacial mais intenso do que os demais beneficiários. Assim, o direito à casa não corresponde ao direito à cidade.

Ainda, conforme Lei, não se admite transferência (venda ou aluguel) do imóvel sem a respectiva quitação (salvo em casos de morte ou invalidez permanente do beneficiário), o que não é cumprido em alguns casos devido dificuldades enfrentadas no cotidiano da família beneficiada, como aprofundaremos no decorrer do trabalho.

No que diz respeito ao cadastramento e sorteio, procedimentos sob responsabilidade do poder público municipal, existem muitas reclamações quanto à demora na entrega da lista dos beneficiários para a CEF e desatualização das informações nos endereços eletrônicos oficiais.

Em todos os trâmites da política habitacional, é dada extrema atenção aos agentes hegemônicos na produção do espaço e, na Lei Municipal n. 3601 isso é reforçado no artigo 2, inciso IV: cooperação entre governos, iniciativa privada e demais setores da sociedade em benefício do desenvolvimento habitacional de interesse social.

De acordo com Jesus (2014), dentre as diretrizes do Programa, é concedido o limite de 500 unidades residenciais por módulo, ou seja, por conjunto habitacional com uma ou mais fases. Contudo, há conjuntos habitacionais já implantados e construtoras interessadas em apresentar projetos de empreendimentos com número de casas superior ao permitido.

Cardoso e Aragão (2013) reiteram que, isso acontece para que as construtoras subdividam grandes empreendimentos, com aprovação e implantação de terrenos próximos, com o mesmo padrão de unidades residenciais. Dessa forma, gastam menos e obtêm maior lucro.

Com isso, é necessário esclarecer que, o PMCMV, em 10 anos de implantação não se limitou em ser apenas um programa que tornava possível o sonho da casa própria. Sua importância vai para além da questão da moradia. Sua implementação engloba uma relação, entre os agentes envolvidos e seus interesses, marcada por disputas, articulações e contradições.

No início de 2016, a então Presidenta Dilma Rousseff chegou a anunciar a fase 3 do programa, porém, tal anúncio foi adiado com seu afastamento durante processo de impeachment, em agosto de 2016.

No ano de 2019, o ministro de Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto - do governo Jair Bolsonaro – antecipou, em audiência convocada pela Comissão de Desenvolvimento da Câmara Federal, mudanças que ocorrerão na política habitacional, em substituição às regras atuais do PMCMV²⁴.

Conforme o ministro, serão várias mudanças anunciadas em relação aos programas atuais, presumindo a atuação do governo federal nos programas de acesso à moradia, que envolverão sistemas de aluguel ou compra de imóveis assim como melhorias habitacionais, urbanização de assentamentos e regularização fundiária.

Porém, Raquel Rolnik chama a atenção para os programas de aluguel, a maior polêmica dessa política lançada. A incorporação de programas de aluguel social já é realidade em muitos países e já havia sido discutida pelos órgãos envolvidos com a questão da moradia no país, que inclusive já vem sendo aplicada na cidade de São Paulo.

²⁴ As novas regras envolvem também o PAC.

A política apresenta duas modalidades de atuação:

1. Um serviço de moradia social de aluguel voltado às famílias com renda familiar mensal de até um salário mínimo e que são beneficiados por programas de assistência social, em empreendimentos construídos pelas prefeituras e governos estaduais e administrados pelos mesmos, por meio de contratos com setor privado.

2. Um programa de local social financiada para famílias de um a quatro salários mínimos. Neste caso, o setor privado toma um financiamento da CEF ou capta recursos por meio de fundos imobiliários (ROLNIK, 2019).

Para ambas as modalidades, serão os governos de esfera municipal e estadual, responsáveis por toda operação, bem como aquisição do terreno e seleção dos beneficiários.

Ainda de acordo com a autora, o modelo proposto apresenta problemas. Em primeiro lugar, o modelo de locação social financiada terá altos custos para o governo, visto que, será necessário investir pesado em garantias para atrair fundos imobiliários. Dessa forma, o governo vai arcar com os custos e expectativas de lucro do setor privado.

É uma situação preocupante dado que, se tal política for implementada irá praticamente zerar as possibilidades de conquista da casa própria, por meio de financiamento, para segmentos socioprofissionais de menor poder aquisitivo.

Em fevereiro de 2020, Anízio Souza Santos, atual gestor de processos de regularização de posse e da AGEHAB, nos alertou que até o momento, não há previsão para implantação de novos conjuntos habitacionais destinados a Faixa 1 do PMCMV e, conforme a Agência Estadual de Habitação, sem data e localização definida, ocorrerá a implantação e ocupação de 190 lotes urbanizados, que irá beneficiar parte das famílias que residem em áreas de ocupação “irregular” de Dourados.

No mês de agosto deste mesmo ano, o governo Bolsonaro anunciou, por meio do Ministério de Desenvolvimento Regional, um novo programa habitacional, o Casa Verde e Amarela, que “substituirá” o PMCMV, entretanto possui o mesmo modelo e normas para financiamento do Programa.

Feitas tais considerações, de ordem mais geral, sobre o PMCMV, a seguir, traremos para a discussão o conjunto habitacional Harrison de Figueiredo.

2.1. Análise socioespacial do conjunto habitacional Harrison de Figueiredo

Inaugurado em 2014, com o lançamento de sua primeira etapa, o conjunto habitacional Harrison de Figueiredo, enquadrado na modalidade de residencial horizontal do PMCMV, tem 3 fases com 721 unidades de 38,38 m² de área edificada, composta por uma sala, uma cozinha, um banheiro, dois dormitórios e área de serviço exposta.

Foto 3. Dourados/MS - Conjunto Habitacional Harrison de Figueiredo: Padrão da casa (2019)



Autor: Romero (2019)

O referido conjunto possui famílias que ali moram, em momentos distintos, desde 2014. Ou seja, conforme foram concluídas as fases do empreendimento, os beneficiários foram se mudando, à medida que tinham condições de realizar a mudança.

Vale mencionar que, ao lado direito do conjunto já havia sido edificado o conjunto Dioclécio Artuzi fase I, II e III com 915 unidades residenciais. E, ao sul do conjunto habitacional Harrison de Figueiredo, foi construído, na modalidade de apartamentos verticais, o conjunto habitacional Idelfonso Pedrosa fases I e II, também pelo PMCMV.

Segundo informações e dados obtidos em consulta ao protocolo tributário do conjunto habitacional Harrison de Figueiredo (disponibilizado pelo setor de arquivos da prefeitura municipal de Dourados), a aprovação do loteamento em que foi construído o conjunto habitacional, aconteceu no dia 24 de março de 2010²⁵.

O loteamento é resultado da divisão da fazenda Coqueiro, na rodovia estadual 156, com área total de 142.641,65 m² de formato irregular, na zona rural do município, que passou a pertencer ao perímetro urbano da cidade conforme Lei 3.286 de 16 de julho de 2009.

Este mesmo loteamento é classificado como zona AUM (Área de Uso Misto) de acordo a Lei Complementar Municipal n°122 de 21 de janeiro de 2008 que dispõe da Lei de uso e ocupação do solo.

O projeto do conjunto habitacional Harrison de Figueiredo foi elaborado de acordo com as diretrizes fornecidas pela Prefeitura Municipal de Dourados, seguindo as diretrizes urbanísticas do Plano Diretor do Município e toda legislação vigente aplicável ao caso. Especificamente, prevê o cumprimento do estabelecido na Lei Municipal 1.041 de 11 de julho de 1979, que regula loteamentos e terrenos urbanos, e a Lei Federal 6.766 de 19 de dezembro de 1979, juntamente com seu complemento, a Lei Federal de 9.795 de 29 de janeiro de 1999, que dispõe o parcelamento do uso do solo.

Da infraestrutura mínima necessária, descritas no documento para execução no projeto, apresentava-se basicamente o seguinte:

1. Serviços preliminares: O empreendimento deve ser entregue com área total que compreende o loteamento do conjunto habitacional, totalmente liberado, limpo e com serviço de terraplanagem;
2. Da abertura das vias: os alinhamentos das ruas devem ser devidamente balizados, após o que serão devidamente abertas de acordo com a largura projetada e pavimentadas;
3. Rede de água potável: rede de distribuição de acordo com o projeto devidamente aprovado pela SANESUL;

²⁵ Naquele ano o diretor do departamento de habitação da prefeitura municipal de Dourados era Asturio Dauzaker.

4. Da rede de energia elétrica e iluminação pública: o loteamento deve ser dotado de rede de distribuição de energia elétrica, de acordo com o projeto devidamente aprovado pela ENERSUL²⁶ e homologado pela SEMUR;
5. Oferecer uma solução para o esgotamento sanitário, obedecendo ao licenciamento ambiental;
6. Da pavimentação asfáltica e sarjetas: executado conforme projeto e com acompanhamento da Secretária de Obras do Município;
7. Galeria de águas pluviais;
8. Da arborização: deve ser efetuada obedecendo às determinações (quanto ao tipo e tamanho das árvores), e também ao mínimo de uma árvore por lote.

Quadro 23. Dourados/MS - PMCMV Faixa 1. Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Área do loteamento (2019).

Área de lotes residenciais	80.517,27 m ²
Área de reserva do município	9.530,09 m ²
Área de ruas	52.594,29 m ²
Área total de loteamento	142.641,65 m ²

Fonte: Protocolo Tributário do Loteamento/Prefeitura Municipal de Dourados (2019). Org.: SOUZA (2019).

Uma observação importante, que constava no Protocolo, é o resumo das quadras do conjunto habitacional, e esclarece que o número de lotes é diferente nas quadras estabelecidas.

No Protocolo Tributário do Loteamento ainda consta que, o Projeto de Prevenção contra Incêndio e Pânico – PPCIP – não se fazia necessário por se tratar de residências uni familiares, e lotes para esse fim são isentos da apresentação do PPCIP, conforme a Lei 1.092 de 06 de setembro de 1990, e devido à distância de uma construção a outra, o tamanho das construções serem inferior a 900 m² e por serem isentas a instalação de hidrantes nas edificações.

Acreditamos que aqui caiba abrir um parêntese para registrar que, no ano de 2018, houve um incêndio de uma casa (Foto 4), devido a um vazamento no botijão de gás no interior do imóvel. Grande parte da casa foi destruída pelas

²⁶ Atualmente a empresa que fornece a rede de energia elétrica ao município é a ENERGISA.

chamas, moravam dois adultos e duas crianças, que tiveram ferimentos e queimaduras graves, tendo que ir para um lar temporário.

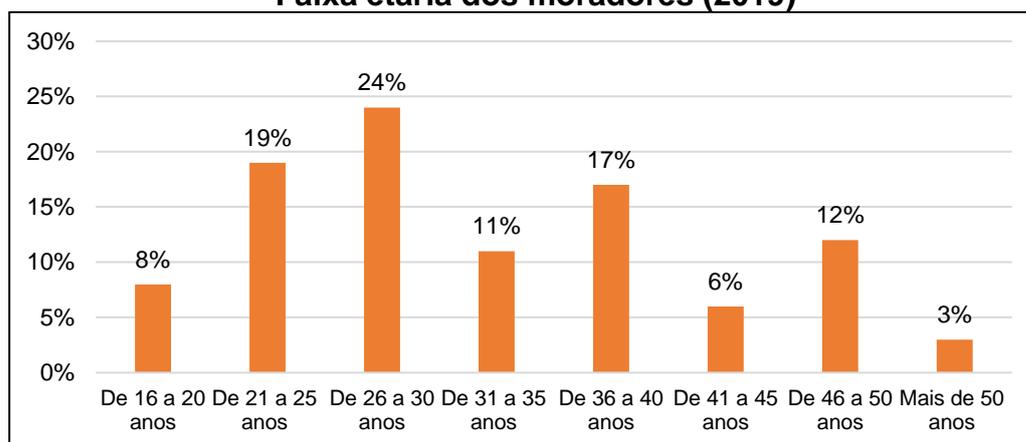
Foto 4. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo. Casa Incendiada (2018).



Autora: SOUZA (2019).

Quando analisamos os moradores do referido conjunto, percebemos que 24, dos 115 chefes de família que responderam o formulário, se encaixam na faixa de 26 a 30 anos de idade. Por sua vez, 19 encontram-se na faixa etária de 21 a 25 anos. Ambas são faixas etárias consideradas jovens, levando em consideração o tempo que os segmentos de menor poder aquisitivo levam para conquistar a casa própria.

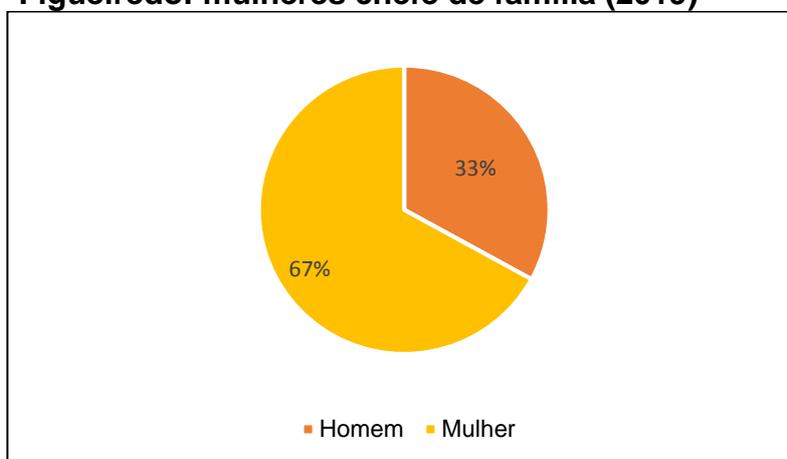
Gráfico 1. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Faixa etária dos moradores (2019)



Fonte: Trabalho de campo (2018). Org.: SOUZA (2019).

Destacamos que 67% das casas em que aplicamos os formulários, as mulheres eram responsáveis economicamente pela família (Gráfico 2), revelando que, na maioria das vezes, vivenciam diretamente o processo de segregação socioespacial como aprofundaremos no decorrer do trabalho.

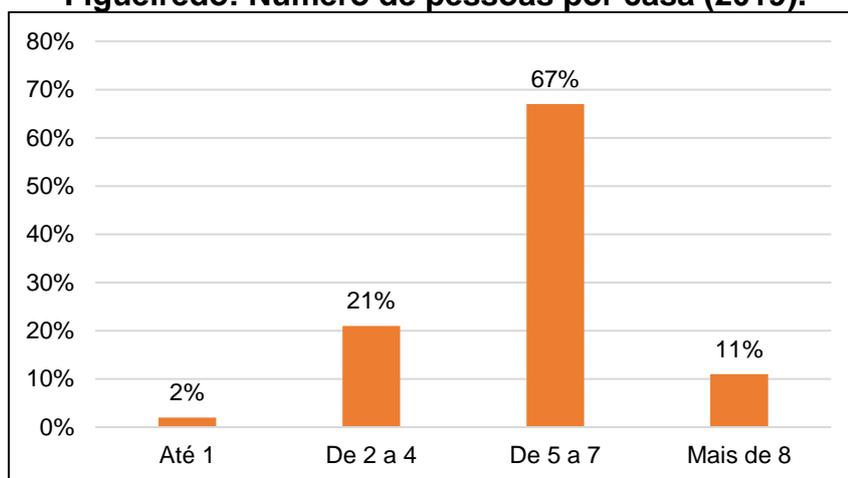
Gráfico 2: Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: mulheres chefe de família (2019)



Fonte: Trabalho de campo (2018). Org.: SOUZA (2019).

Por sua vez, o resultado da tabulação dos dados do formulário demonstra que todos os chefes de família têm filhos. A maioria das famílias (67%) é composta por 4 a 6 pessoas, ainda que o número de famílias com 2 a 3 pessoas também seja significativa, como indica o Gráfico 3.

Gráfico 3. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Número de pessoas por casa (2019).



Fonte: Trabalho de campo (2018). Org.: SOUZA (2019).

Como já destacado, as casas do conjunto habitacional possuem padrão de residência simples e, com a proporção de número de pessoas por casa, tamanho das mesmas e, o número de quartos, é possível perceber a contradição referente à tipologia dos empreendimentos que não atende as necessidades das famílias beneficiadas.

A tipologia única do PMCMV partiu do padrão médio de família brasileira, descrita em número (quatro membros) e em composição (pai, mãe e dois filhos), instituído pelo IBGE e acatado pelo PMCMV, que não condiz com a realidade de diversas necessidades habitacionais (tamanho e uso dos espaços) de grupos distintos (tipo e número de moradores). (MORADO; COSTA; MENDONÇA; NASSIF; SOARES, 2015, p. 211).

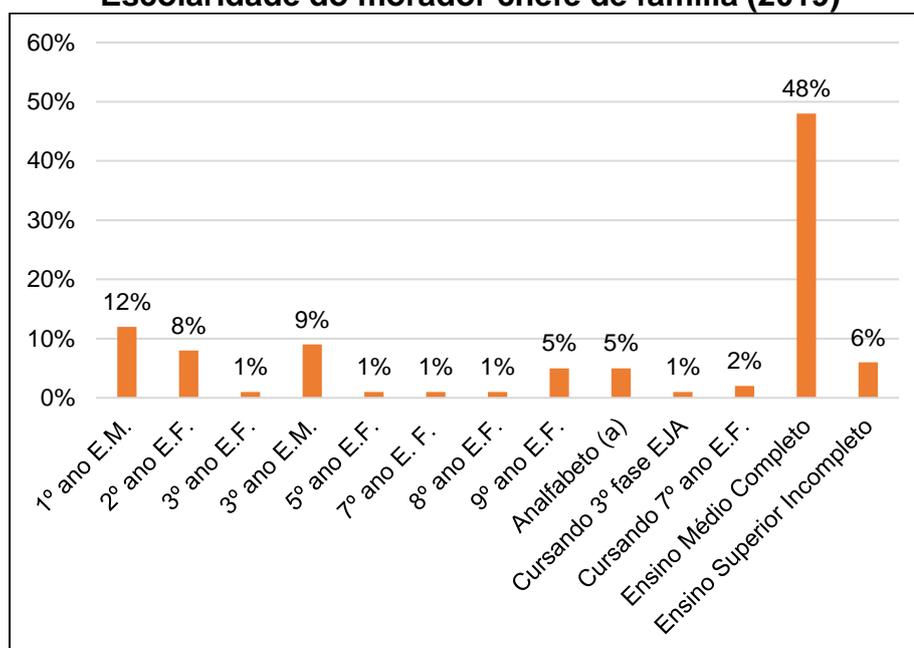
Ademais, as diferenças culturais, socioeconômicas, as configurações familiares mudam na unidade residencial em número e tipo –, gênero, grau de parentesco. Na mesma unidade moram pessoas solteiras –, a maioria mães, casais com ou sem filhos, às vezes três ou cinco filhos, nora, genro, netos etc.

Portanto, concordando com. Morado; Costa; Mendonça; Nassif; Soares (2015), não há como padronizar a configuração familiar em pai, mãe e dois filhos nos empreendimentos do PMCMV. As possibilidades de mudanças dos padrões impostos poderiam acomodar de forma coerente conforme a realidade das famílias beneficiadas.

Quando analisamos o Gráfico 4, podemos perceber que 48% dos chefes de família que responderam o formulário possui ensino médio completo. Por sua

vez, quase metade dos moradores não terminou o ensino fundamental e médio. Quando consideramos os moradores chefe de famílias que tiveram a oportunidade de acesso ao ensino superior e a faixa etária- considerada jovem-, observamos que apenas 6% iniciou um curso superior.

Gráfico 4. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Escolaridade do morador chefe de família (2019)



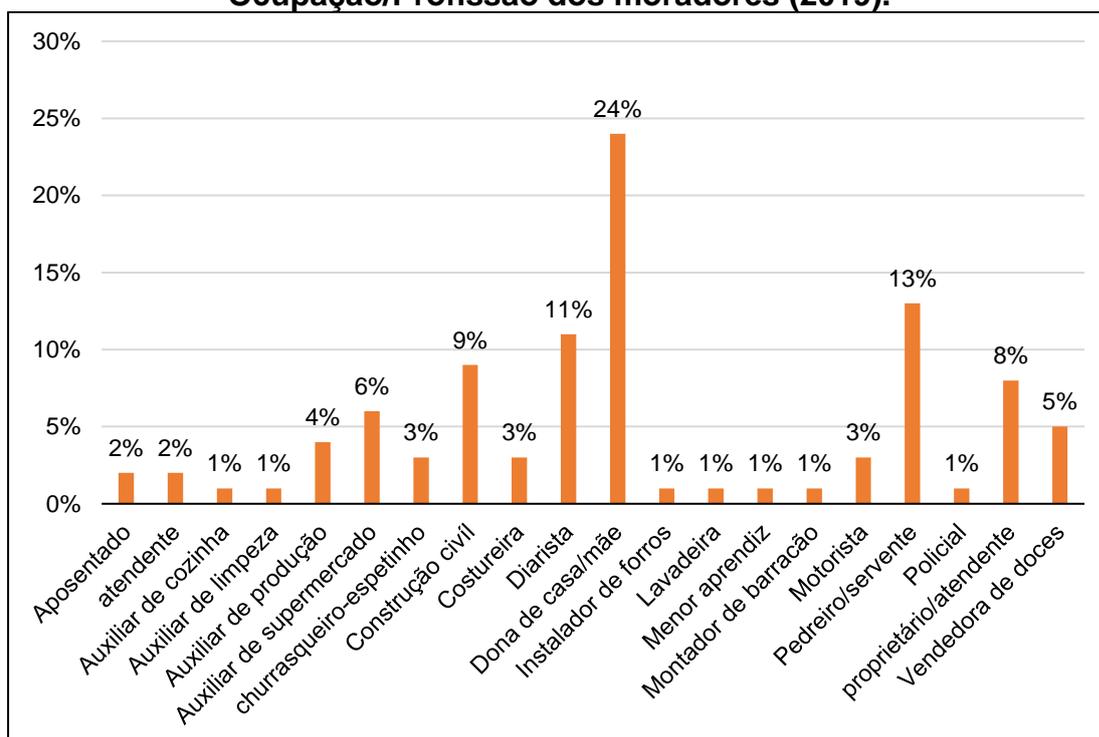
Fonte: Trabalho de campo (2018). Org.: SOUZA (2019).

O Gráfico 5 apresenta o percentual da ocupação/profissão dos moradores que responderam ao formulário. Observamos que 2% correspondem a aposentados e 24% dos moradores possui uma função não assalariada que exige muito das mulheres: mãe e dona de casa. Além disso, 13% trabalham como pedreiro e servente, 11% como diarista e 9% trabalham no ramo da construção civil.

Quando consideramos proprietários/atendentes (8%), são moradores que construíram pequenos estabelecimentos geminados à casa, no interior do conjunto habitacional Harrison de Figueiredo, apontamos para o fato de que moradores necessitam desenvolver a atividade remunerada em casa por diversas razões.

Vale destacar que, 4% dos moradores que responderam ao formulário trabalham como auxiliar de produção em unidades localizadas no Distrito Industrial.

Gráfico 5. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Ocupação/Profissão dos moradores (2019).

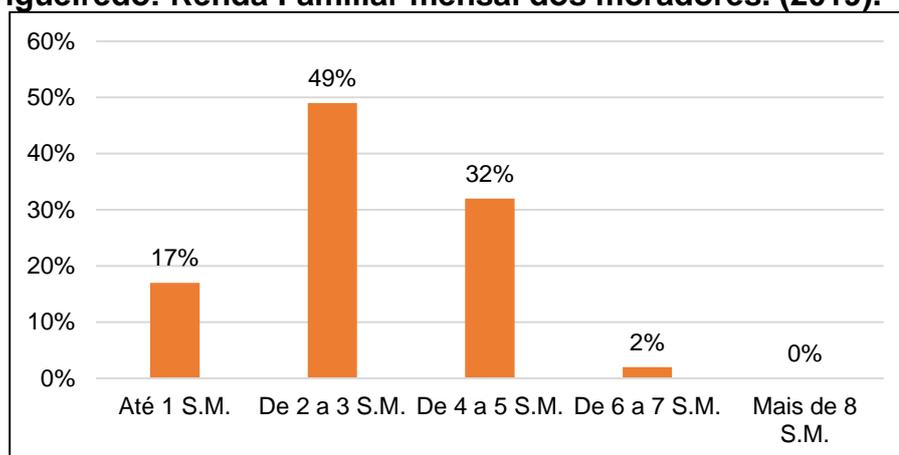


Fonte: Trabalho de campo (2018). Org.: SOUZA (2019).

O Gráfico 6, indica a renda familiar dos moradores, apontando que 49%, recebem de 2 a 3 salários mínimos. Aqui, vale evidenciar que, em relação às condições de reprodução da vida, o Estado se mantém ausente ao definir salários insuficientes (RODRIGUES, 2007).

Nesse contexto, comparando com o número de pessoas por residência, é possível perceber que a maioria das famílias realmente se encaixa em segmentos socioprofissionais de menor poder aquisitivo, e (sobre)vivem apenas com recursos básicos.

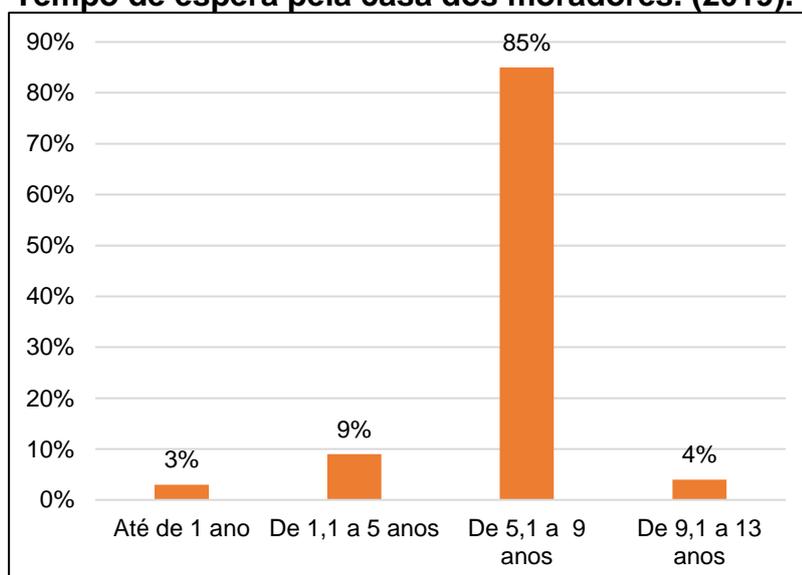
Gráfico 6. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Renda Familiar mensal dos moradores. (2019).



Fonte: Trabalho de campo (2018). Org.: SOUZA (2019).

Por sua vez, quando questionados sobre o tempo de espera para ser contemplado pela casa do PMCMV, temos os dados apresentados no Gráfico 6. A maioria dos moradores relatou que, já havia sido inscrito em outros programas habitacionais antes do PMCMV, 85% esperou de 5 a 9 anos para ser beneficiado. Alguns relatam que chegaram a esperar até 13 anos para ser contemplado.

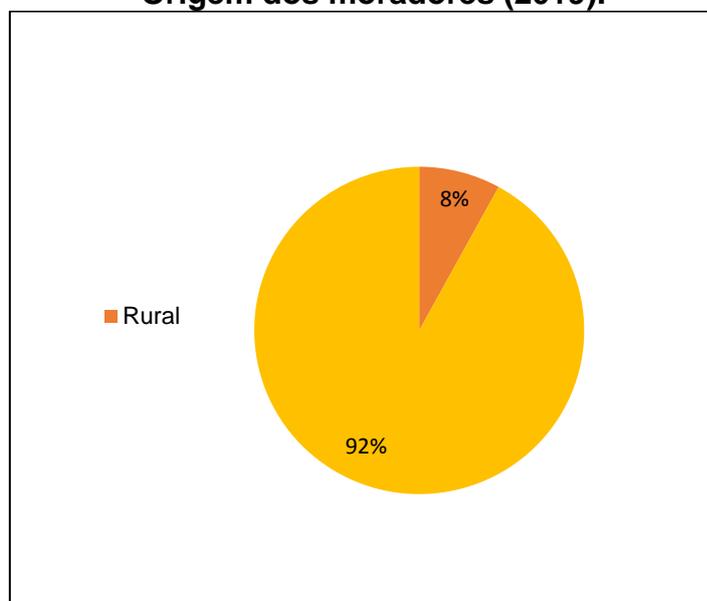
Gráfico 7. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Tempo de espera pela casa dos moradores. (2019).



Fonte: Trabalho de campo (2018). Org.: SOUZA (2019).

Observamos no Gráfico 8 que 92% dos moradores do conjunto habitacional Harrison de Figueiredo têm origem urbana. Constatamos que aqueles que vieram de área rural, (8%), são pessoas acima de 40 anos.

Gráfico 8. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Origem dos moradores (2019).

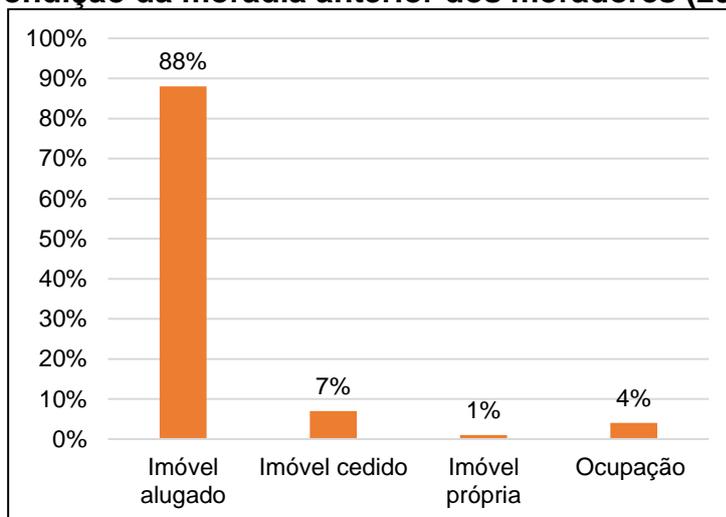


Fonte: Trabalho de campo (2018). Org.: SOUZA (2019).

No Gráfico 9, procuramos demonstrar a condição da moradia anterior, evidenciando que uma quantidade expressiva (88%) pagava aluguel. Os dados demonstram ainda que, 7% moravam em imóvel cedido por parentes e amigos, 4% dos moradores ocupavam áreas “irregulares” e 1% já possuíam casa própria²⁷.

²⁷ Segundo as diretrizes do PMCMV, não possuir imóveis é pré-requisito para o sorteio.

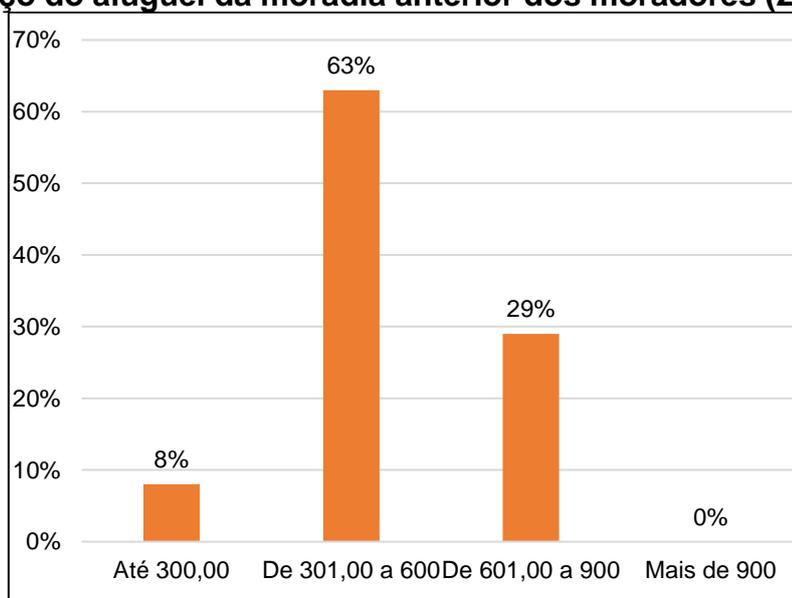
Gráfico 9. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Condição da moradia anterior dos moradores (2019).



Fonte: Trabalho de campo (2018). Org.: SOUZA (2019).

Já o Gráfico 10 demonstra o preço que os 88% moradores pagavam pelo aluguel da casa antes de ser beneficiado. Percebemos que a maioria, (63%), pagava entre 301 e 600 reais mensais pela mercadoria moradia, um preço alto para a realidade de famílias que, como já apontado recebe até três salários mínimos mensais.

Gráfico 10. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Preço do aluguel da moradia anterior dos moradores (2019).



Fonte: Trabalho de campo (2018). Org.: SOUZA (2019).

Feita essa caracterização geral do conjunto, a seguir, procuramos apresentar análises referentes à produção habitacional em uma cidade média e à forma de morar no conjunto habitacional Harrison de Figueiredo, o cotidiano e modo vida dos moradores.

CAPÍTULO 3

A PRODUÇÃO HABITACIONAL EM DOURADOS/MS E O PROCESSO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

Neste capítulo trataremos a produção habitacional considerando não apenas os empreendimentos do PMCMV Faixa 1, mas também a produção dos loteamentos fechados de padrão mais elevado, cuja presença tem configurado uma cidade, até certo ponto, “bipartida” em setores opostos, ampliando a segmentação no seu interior. Nessa perspectiva, destacaremos alguns elementos que configuram as recentes transformações espaciais e que nos levam a compreender o processo de segregação socioespacial.

Embora o foco do trabalho recaia sobre produção habitacional do PMCMV Faixa 1, a análise dos loteamentos fechados de padrão mais elevado foi significativa para compreendermos o par segregação ↔ autosegregação.

Com o propósito de refletir sobre o processo de produção do espaço e suas dinâmicas de segmentação, realizamos uma revisão bibliográfica, percorrendo os trabalhos de Caldeira (2000), Carlos (2004, 2017), Corrêa (1993, 2013), Harvey (1980), Lefebvre (1991), Massey (2008), Rodrigues (2007, 2013), Sposito e Góes (2013), e Vieira (2006). No tocante à realidade de Dourados, recorreremos à Calixto (2000, 2004, 2017), Silva (2000) e Jesus (2014).

Do mesmo modo, visando buscar elementos empíricos para compreender o processo de segregação socioespacial, mantivemos contato direto nos conjuntos habitacionais do PMCMV Faixa 1 e realizamos levantamento acerca dos loteamentos fechados de padrão mais elevado. Cabe destacar, também, o tratamento estatístico, cartográfico e o registro fotográfico, como ações que colaboram com as reflexões construídas no decorrer deste capítulo.

Entendemos que o olhar a partir dos loteamentos fechados de padrão mais elevado e dos conjuntos habitacionais do PMCMV Faixa I, não é suficiente para alcançar um nível de apreensão da cidade e do urbano, mas pode contribuir para sua compreensão. Inicialmente, vale considerar que o espaço, de acordo com Carlos (2001), é condição, meio e produto da reprodução da sociedade no processo de reprodução capitalista. A produção do espaço é, portanto, intrínseca ao processo de reprodução da sociedade, pois toda atividade humana é espacial e temporalmente condicionada (CARLOS, 2017).

As forças produtivas permitem a quem a dispõe de dominar o espaço e mesmo de produzi-lo. Essa capacidade produtiva se estende ao

espaço terrestre. O espaço natural é reduzido e transformado em um produto social pelo conjunto das técnicas, da física à informática; deste modo, o espaço se de um lado, reproduz ativamente as relações de produção, de outro, contribui a sua manutenção e consolidação. (LEFEBVRE 1973, p.116 *apud* CARLOS, 2017, p.36).

Milani (2016, p.61) fundamentada em Massey (2008), ressalta que:

O espaço é capaz de mudanças e atua também como força de produção, como um conjunto de relações entre coisas, sujeitos, poderes e corporações que, ao serem produzidas, intervêm na produção em si. Entendemos que se trata de um espaço praticado, de uma construção relacional, com sua produção através de práticas de envolvimento material.

As diferenças socioespaciais são inevitáveis e necessárias ao capitalismo (CORRÊA, 2007b, p. 63). Para Sposito e Goes:

Do ponto de vista espacial, é consenso que a existência de diferenças é um atributo das cidades, desde a sua origem, em decorrência da divisão social do trabalho, que é também divisão territorial e que gera a distinção entre urbano e o rural, a cidade e o campo. No próprio espaço urbano, as distinções de uso e funções revelam diferenças por meio de uma divisão técnica e econômica do espaço e de sua divisão social. (2013, p. 67).

Nesse sentido, a reprodução da cidade é tradicionalmente marcada por segmentações, consequência das desigualdades e contradições socioespaciais, como um tipo de combinação entre fatores, devido à característica do processo histórico da formação da sociedade, na qual é determinada pela demasiada diferença entre segmentos socioprofissionais, se expressando até para os olhares menos atentos. (CARLOS, 2004).

Essas diferenças materializadas no espaço reveladas por usos e funções diferenciadas, diz respeito à apropriação privada do espaço. Na sociedade de classes apresentam-se diferenças sociais que estão ligadas ao acesso de bens e serviços que são produzidos socialmente (CORRÊA, 1993).

A hipótese da diferenciação como imanente à produção espacial obriga-nos a desvendar os conteúdos dos processos constitutivos da 'produção social do espaço' fundada na contradição entre a produção social do espaço e sua apropriação privada – posto que se trata de uma sociedade de classes. Nesse sentido a diferenciação socioespacial é ao mesmo tempo, pressuposto e produto (contraditório e necessário) do processo histórico de produção do espaço, vivida concreta e praticamente na escala do lugar. (CARLOS, 2007, p. 48).

Sendo assim, este espaço se configura pela apropriação, usos e significados diferenciados, complexos e contraditórios. E, cada intervenção no espaço gera conteúdos diferentes e desiguais.

[...] as diferenças se transmutam em desigualdades, enquanto as desigualdades, assim observadas, revelam as diferenças de poder de consumo ou de capacidade de decisão ou de possibilidade de apreensão do espaço. Em outras palavras, as desigualdades viram diferenças, porque uma parte da sociedade, de fato, no plano econômico, no político e no social, participa precariamente da vida urbana e da sociedade de consumo, ou participa de forma qualitativamente diferente porque incompleta, e não apenas quantitativamente desigual. (SPOSITO, 2011, p. 129).

Nas palavras de Calixto: “A apropriação diferenciada do espaço e a segmentação socioespacial dela resultante é marcada por uma relação conflituosa, uma vez que o espaço urbano é produto ou fruto do trabalho social.” (CALIXTO, 2000, p. 168).

Então, reflexo das relações de uma sociedade do modo de reprodução capitalista, as cidades irão manifestar as desigualdades e diferenciações.

Por sua vez, a diferenciação socioespacial é determinante no que diz respeito ao acesso e mobilidade no espaço intraurbano. Nesse sentido, “[...] o espaço produzido com estas características também passa a reproduzir tais condições de desigualdade social.” (VIEIRA, 2006, p.5).

A desigualdade socioespacial, como aponta Rodrigues (2007), “[...] é a expressão do processo de urbanização capitalista, um produto da reprodução ampliada do capital que se perpetua como condição de permanência da desigualdade social.” (RODRIGUES, 2007, p. 74).

Vale ressaltar que a diferenciação por si só faz parte do processo de constituição dos centros urbanos, tanto na escala do interurbano como do intraurbano, pois, é resultado da divisão territorial e social do trabalho. Porém, no âmbito de uma sociedade segmentada, a cidade é produzida com a concepção de uma diferenciação que propõe a superioridade de uma área em relação à outra, ou seja, a diferenciação passa a hierarquizar diferentes áreas, tanto nos aspectos materiais como nos imateriais, criando fronteiras na cidade.

Por isto é necessário considerar que o aprofundamento das desigualdades socioespaciais é via de acesso para a diferença sob a forma de negatividade no espaço urbano que viabiliza a reprodução do capital.

Assim, não se trata mais apenas de diferenças de gênero, de credo, de etnia, de interesses, de idade, mas, sobretudo, de diferenças socioeconômicas numa perspectiva de sociedade em que todos têm que se inserir no mercado de consumo e em que a própria cidade, seus espaços, suas paisagens e suas imagens são parte desse mercado. (SPOSITO; GÓES, 2013, p. 67).

Dado que a desigualdade também tem sua dimensão imaterial, ou seja, no plano subjetivo e psicológico, esse processo afeta a vida e o cotidiano do sujeito em múltiplas dimensões, além da social, a econômica, a política, a cultural etc. (VIEIRA, 2006).

Nesse sentido, antes de adentrarmos a análise do processo em Dourados, achamos pertinente, por meio de uma revisão de literatura, tratar o conceito de segregação socioespacial, atentando para seu surgimento nos estudos urbanos, bem como as permanências e mudanças de conteúdos ao longo do tempo.

3.1. Considerações acerca do conceito de segregação

De início vale destacar que a segregação é parte integrante do processo de produção do espaço urbano sob o capitalismo. Como aponta Rodrigues (2013, p. 47), a compreensão da segregação socioespacial “... permite várias abordagens teóricas, diversas metodologias e ênfases sobre sentidos materiais, simbólicos, econômicos, sociais, espaciais e socioespaciais”.

Vários estudiosos realizaram e realizam suas análises acerca da segregação a partir de perspectivas, posições políticas e bases ideológicas diferentes. Para Prêteceille (2004), a segregação passa a ter uma análise crítica em países pioneiros nos estudos sobre cidades, principalmente com a primeira Escola de Chicago em meados da década de 1920, considerada o “berço” da sociologia urbana.

De início, a Escola de Chicago²⁸, foi o movimento intelectual responsável por construir a “Escola de Ecologia Humana” uma corrente de pensamento

²⁸A Escola de Chicago se associa a uma ampla lista de autores, entre os quais se destacam: Robert Park, Ernest Burgess, Roderick McKenzie e Louis Wirth. Estes promoveram importantes contribuições teóricas a respeito da corrente de pensamento ecológica e para os estudos urbanos.

ecológica do comportamento humano na cidade vinculado à sociologia urbana enquanto disciplina científica (KONZEN, 2011).²⁹ Essa corrente de pensamento associava a segregação ao uso residencial do espaço, relacionando-a a um processo de competição entre os sujeitos da cidade, o que resultara em forte homogeneização socioeconômica e/ou cultural de áreas. (SPOSITO, 2013).

Os principais defensores do paradigma ecológico da Escola de Chicago que se debruçaram e repercutiram por meio de suas obras, a reflexões acerca da segregação nos estudos urbanos foram, Robert Park e Ernest Burgess.

Para Park era claro que os padrões urbanos deveriam ser explicados pela “natureza humana” concebida como uma ligação entre dois anseios específicos do sujeito: o biótico e o cultural, (GOTTDIENER, 2013), e compreendia a segregação como processo espontâneo, ou seja, consequência das escolhas do sujeito (VIEIRA, 2006).

Gostos e conveniências pessoais, interesses vocacionais e econômicos tendem infalivelmente a segregar e, por conseguinte a classificar as populações das grandes cidades. Dessa forma a cidade adquire uma organização e distribuição da população que nem é projetada nem planejada. (PARK, 1970, p.29 *apud* VIEIRA, 2006, p.8).

No entanto, como aponta Calixto (2011), este autor, já indicava que as localizações dos grupos sociais, concentrados nas mesmas áreas é uma maneira de existência bem como de reprodução socioespacial.

[...] dentro da organização que a vida citadina assume espontaneamente, a população tende a segregar não apenas de acordo com seus interesses, mas de acordo com seus gostos e seus temperamentos. A distribuição da população resultante tende a ser bastante diferente daquela ocasionada por interesses ocupacionais ou por condições econômicas. (PARK, 1970, p. 64 *apud* VIEIRA, 2006, p.8).

Na mesma corrente de pensamento, Burgess, ao analisar e discutir a respeito da segregação, comparou os processos urbanos ao metabolismo do corpo humano. A segregação, para a corrente de pensamento ecológica, era

²⁹ Ocorre que para os sociólogos dessa tradição, influenciados pelo darwinismo social, a cidade se define enquanto uma ordem natural, à semelhança dos ambientes de que trata a biologia. Assim, seria possível estudar termos de distribuição, acomodação, competição, seleção e simbiose—analogamente às relações entre animais ou plantas na natureza—as relações entre seres humanos na cidade, na medida em as forças do meio afetariam a organização das comunidades humanas. A diferença estaria no fato de que os seres humanos, ao contrário dos animais e das plantas, têm a capacidade de selecionar o seu habitat e adapta-lo às suas necessidades. (KONZEN, 2011, p.83).

compreendida como “fato natural”, ou melhor, comum e própria do processo de urbanização, desconsiderando a necessidade e relevância de analisar e refletir acerca dos fundamentos deste processo, assim como das ações dos agentes produtores do espaço urbano.

Nesse sentido, a segregação seria característica e processo espontâneo das cidades capitalistas, resultante das preferências individuais e que, a partir da observação das paisagens urbanas, considerando a localização distante e separação dos segmentos diferenciados, seria possível contatá-la e confirmá-la. Vieira (2006, p. 9) esclarece que, “a preocupação destes autores era apontar apenas uma distinção do espaço e não as diferenças imbricadas pelas condições sociais dos indivíduos ou classes sociais. ”

Vale ressaltar que, Robert Dickson foi um dos primeiros autores a abordar e aprofundar o conceito de segregação na Geografia, ao final da década de 1940 (Vasconcelos, 2004). Posteriormente, em meados da década de 1960-70, pesquisadores da corrente de pensamento da Escola de Chicago e da Escola de Sociologia Urbana Francesa, retomando pressupostos ligados ao materialismo histórico, apontam novas perspectivas teóricas afim de compreender, dentre outros processos, a produção da segregação. Para Konzen, os:

[...] eventos transcorridos neste período evidenciaram a crise de um modelo de cientificidade a serviço do urbanismo moderno, que se tornara incapaz de oferecer respostas teóricas aos desafios postos por uma era de pobreza urbana, profunda segregação social e racial, intensa mobilização comunitária, demandas coletivas pelo direito à moradia e agitação político-social nas ruas de diversas metrópoles do planeta. (2011, p.85).

Nesse contexto, destacam-se: Manuel Castells, Henri Lefebvre, Jean Lojkine e David Harvey. As pesquisas e obras destes autores lideraram a mudança de corrente de pensamento, dando continuidade e aprofundamento significativo ao debate voltado aos estudos urbanos e segregação que, inclusive, influencia as pesquisas brasileiras.

Ao contrário dos pesquisadores da Escola de Ecologia Humana (que defendiam a segregação como processo comum da cidade, como um fato “natural”), os autores influenciados pelo pensamento marxista, deram início a análise do processo segregação descartando a ideia de naturalidade e inerência (VIEIRA, 2006).

Ainda que Lefebvre, Castells e Harvey, apresentem particularidades em suas construções teóricas, direcionam sua atenção para:

[...] os conflitos sociais no espaço urbano e as relações entre capitalismo e urbanização. Argumentam que as lutas sociais estão ao centro do processo de transformação espacial. Portanto, os espaços não são neutros, mas refletem e modelam a vida social. O espaço não se caracteriza simplesmente por ser um espelho das relações sociais; mais do que isso, ele é também uma fonte de dinâmicas sociais. O espaço representa tanto uma maneira pela qual o passado alcança o presente quanto um modo pelo qual o presente fornece material para construir o futuro. (KONZEN, 2011, p. 87).

Dessa forma, a segregação passa ser analisada como consequência das relações sociais, suas segmentações, lutas e contradições, materializadas no espaço urbano.

A distribuição dos locais residenciais segue as leis gerais da distribuição dos produtos e, por conseguinte, opera os reagrupamentos em função da capacidade social dos indivíduos, isto é, no sistema capitalista, em função de suas rendas, de seus status profissionais, de nível de instrução, de filiação étnica, da fase do ciclo da vida, etc. (CASTELLS, 2000, p.249-250)

Lefebvre assume especial importância nos estudos urbanos. Entre os conceitos por ele cunhado, acha-se a o direito à cidade, que permitiu “levantar a bandeira de luta que esclarece as contradições da sociedade capitalista, iluminando um plano que é espacial” (CARLOS, 2017, p.53). E, por sua vez, entendia que a forma de organização do espaço urbano, diante do modo de reprodução capitalista também é produção social, comportando três condicionantes básicas:

- a) O espaço urbano é tido como sendo também mercadoria;
- b) Em consequência disto há um acesso diferenciado ao espaço urbano entre as diferentes classes sociais e;
- c) Resultando das condicionantes anteriores, há uma apropriação subjetiva e ideológica dos diferentes espaços urbanos. (VIEIRA, 2006, p.11).

Dessa maneira, a segregação, para este autor é um processo social e espacial, sendo necessário levar em consideração quatro dimensões básicas, resultado das três condicionantes apontadas anteriormente:

- 1) Coexistência espacial das diferentes classes sociais na cidade e seu acesso aos meios de consumo coletivo;
- 2) A repercussão cultural da composição de espaços homogêneos socioeconômicos;
- 3) A valorização ou desvalorização dos lugares e dos indivíduos ou grupos sociais menos favorecidos e,

- 4) Os problemas de sociabilidade, ou seja, a possibilidade ou a impossibilidade de encontro/comunicação/contato entre diferentes. (VIEIRA, 2004, p.11).

Os estudos de Lefebvre apontam que a segregação assola a morfologia da cidade e que, práticas e tendências “segregacionistas” não surgem naturalmente e deve ser evidenciada a partir de três aspectos que se expressam simultaneamente ou sucessivamente: “[...] espontâneo (proveniente das rendas e ideologias voluntário (estabelecendo espaços separados)–programado (sob pretexto de arrumação e de plano).” (LEFEBVRE, 1991, p.94).

O debate a respeito do direito à cidade proposto por Lefebvre indica a possibilidade de revelar os fundamentos contraditórios da sociedade urbana e que revelam a segregação.

Castells preconiza que a segregação está baseada na separação espacial, devido a capacidade de deslocamento e acesso desigual a pontos estratégicos serviços e infraestruturas coletivas de segmentos diferentes no espaço intraurbano e forte homogeneização interna.

Falaremos, por conseguinte, de uma estratificação urbana, correspondendo ao sistema de estratificação social (ou sistema de distribuição dos produtos entre os indivíduos e os grupos) e, nos casos em que a distância social tem uma expressão espacial forte, de segregação urbana.

Num primeiro sentido, entenderemos por segregação urbana a tendência à organização de espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia. (CASTELLS, 2000, p.249-250)

Ao analisar o processo de segregação, Castells também chama a atenção para as políticas públicas habitacionais, apontando a importância dos diferentes agentes e forças políticas, econômicas e ideológicas que atuam na cidade capitalista e destaca três principais forças e agentes políticos que devem ser analisados (VIEIRA, 2006): 1) o Estado, por meio da intervenção e implementação de políticas públicas, dentre elas, as habitacionais e urbanísticas, além de planejamento, gestão e fiscalização da cidade; 2) a Elite detentora do capital: devido seus mecanismos de controle por meio da imprensa, sua representatividade junto às autoridades e poder de barganha e *lobby*; 3) os segmentos de menor poder aquisitivo, devido à falta de acesso às informações, falta de representatividade em espaços de poder e até mesmo desinteresse.

Assim, Castells assegura que a segregação é um processo dinâmico e contínuo ligado aos fatores econômicos, sociais, políticos e ideológicos.

Por sua vez, Lojkine aponta que o espaço é expressão da divisão social do trabalho, tendo o Estado associado a interesses econômicos, com o papel de agir a favor dos interesses de segmentos de maior poder aquisitivo e agentes imobiliários em detrimento de outros segmentos. Em seus estudos, Lojkine alinhado as reflexões de Castells, ao analisar o papel do agente estatal no processo de segregação, destaca as políticas públicas habitacionais e, por atender os interesses de agentes dominantes, estas políticas asseveram o processo de segregação. (KONZEN, 2011).

Assim sendo, este autor aponta três formas de segregação no espaço urbano:

- 1) Uma oposição entre o centro, onde o preço do solo é mais alto, e a periferia. O papel-chave dos efeitos de aglomeração explica, a nosso ver, a importância dessa 'renda de acordo com a localização'.
- 2) Uma separação crescente entre as zonas e moradias reservadas às camadas sociais mais privilegiadas e as zonas de moradia popular.
- 3) Um esfacelamento generalizado das "funções urbanas", disseminadas em zonas geograficamente distintas e cada vez mais especializadas: zonas de escritórios, zona industrial, zona de moradia, etc. É o que a política urbana sistematizou e racionalizou sob o nome de zoneamento. (LOJKINE, 1981, p.167).

Ao debruçar-se acerca das contribuições de Harvey, Kozen (2011) esclarece que este autor ao analisar as relações entre teorias, espaço urbano e justiça social, reforça a proposição de que as formas espaciais da cidade não são objetos inanimados nos quais os processos sociais acontecem, ao contrário, as formas contêm os processos espaciais da mesma maneira que estes são essencialmente espaciais.

Harvey, assim como Lefebvre, Castells e Lojkine, também sustenta que o espaço urbano se liga ao consumo coletivo e assinala a luta de classes como componente importantíssimo da criação, gestão, uso do ambiente construído (casas, estradas, parques, calçadas etc.).

Qualquer estratégia abrangente, para lidar com sistemas urbanos, deve conter e reconciliar políticas destinadas a mudar a forma espacial da cidade (o que significa a localização de objetos, tais como casas, utensílios, rede de transportes etc.) e políticas destinadas a afetar os processos sociais que existem na cidade (isto é, as estruturas sociais e atividades que interligam pessoas, que ligam organizações a pessoas, oportunidades de emprego e empregadores, beneficiários da

assistência social aos serviços correspondentes etc.) O ideal seria estarmos aptos a harmonizar essas políticas, para obter algum objetivo social coerente. Estamos distantes de tal capacidade, atualmente. (HARVEY, 1980, p.39).

Nesse sentido, as obras de Harvey permitem repensar a cidade e seus agentes diante das novas demandas da produção espacial do capitalismo.

Nesse sentido:

[...] as novas segregações são mais abrangentes, porque não se restringem ao uso residencial do espaço, como, inicialmente, foi concebido o conceito pela Escola de Chicago. As separações socioespaciais se aprofundam, gerando segmentações muito mais demarcadas no que se refere ao *habitat* urbano, com os novos empreendimentos imobiliários muito bem exemplificam. (SPOSITO, 2013, p.80).

Muitas pesquisas contribuíram para compreendermos e avançarmos nas reflexões e abordagens a respeito do conceito de segregação, que teve, no decorrer dos anos, diferentes adjetivos a fim de qualificar sua interpretação como residencial, espacial, social, socioespacial etc. No entanto, alicerçada em Lefebvre, Sposito adota o adjetivo “socioespacial”, pois considera de extrema importância as duas dimensões que carrega: social e espacial. E, é baseado nessa autora, que trabalharemos neste texto.

Para Sposito: A segregação é, dentre todos os conceitos e noções que tratam das dinâmicas de segmentação socioespacial nas cidades, o que tem maior grau de determinação no plano espacial: sem este ela não se constitui e somente nele pode se revelar. (SPOSITO, 2013, p. 66).

Corrêa (1993) reforça que a segregação: [...] É um produto da existência de classes sociais, sendo a sua espacialização no urbano. (CORRÊA, 1993, p. 60).

Assim sendo, o conceito é imanente à diferenciação do espaço, pois está “[...] ligada aos processos, formas e padrões [...]” (CALIXTO, 2011, p. 21).

Além disso, a segregação é sempre vinculada aos sujeitos sociais que estão envolvidos no processo – ao contrário do que apontava a corrente de pensamento ecológica – ela não resulta de um processo da cidade por si só. Conforme aponta Corrêa (1993), a segregação é a expressão espacial das classes sociais.

Para Caldeira (2000), “As cidades modernas foram sempre marcadas por desigualdades sociais e segregação espacial, e seus espaços são apropriados de maneiras bastante diferentes por diversos grupos, dependendo de sua posição social e poder.” (CALDEIRA, 2000, p. 303).

Entretanto, Sposito (2013), deixa claro que:

É fato que as parcelas do espaço urbano às quais se associa a segregação caracterizam-se por forte homogeneidade interna, mas essa constatação é insuficiente por duas razões: – pode haver grande homogeneidade interna e não ocorrer segregação – quando há segregação, a forte homogeneidade interna do espaço segregado não é a explicação desse processo. Dessa forma, a diferenciação tão própria do processo de urbanização e das cidades não acarreta sempre segregação, ainda que toda segregação possa ser vista como a radicalização da diferenciação. (SPOSITO, 2013, p. 64).

Atentando para o fato de que segregação “se distingue profundamente das ferramentas metodológicas que visam reconhecer áreas de inclusão/exclusão social.” (SPOSITO, 2013, p. 63), Sposito (2013) se apoia em alguns pontos para trabalhar o conceito de segregação:

1. A segregação é um conceito polissêmico, e por esse motivo corre o risco de perder potência explicativa. É necessário cuidado teórico e alcançar precisão, na realidade latino-americana no contexto de um modo capitalista de produção³⁰, reconhecer suas características conforme a formação socioespacial analisada, tamanho e relevância das cidades na composição do sistema urbano no qual pertence;
2. Ao adotar o conceito de segregação, requisita cuidado ao delimitar o conteúdo, pois é necessário deixar claro as determinantes, formas de expressão, práticas espaciais e os sujeitos sociais, como também elementos para uma leitura socioespacial;
3. Não podemos confundir segregação socioespacial com processos de desigualdade e diferenciação socioespacial, de exclusão social e/ou espacial, discriminação social, marginalização ou estigmatização territorial no espaço urbano.

³⁰ Complementamos que Corrêa (1993) aponta que “... no capitalismo as diferenças são muito grandes, e maiores ainda em países como, entre outros, os da América Latina.” (p. 29).

Alvarez (2013) aponta que, a segregação não é apenas produto das ações dos sujeitos dominantes do espaço urbano (proprietários de terra, incorporadores, corretores de imóveis, poder público etc.), mas também corresponde a parte de seu conteúdo.

Quando consideramos o conjunto habitacional Harrison de Figueiredo em Dourados, percebemos que os beneficiados não escolhem onde e como vão morar. Assim, a segregação se revela tanto nos aspectos materiais (localização, infraestrutura, equipamentos e serviços) quanto em aspectos imateriais (símbolos, representações, sensações).

A segregação pode e deve ser vista valorizando-se mais uma(s) do que outras(s) de suas múltiplas dimensões, para dar força às suas determinações em cada formação socioespacial e, até mesmo, em cada cidade. Assim, pode-se dar maior relevância às condicionantes e expressões econômicas, às políticas, às étnicas, às culturais, bem como se deve estar atento a múltiplas combinações entre elas - sociopolíticas, etnorreligiosas, socioeconômica etc. (SPOSITO, 2013, p. 63).

Sposito e Góes (2013) reiteram, então, que o processo de segregação socioespacial resulta do aprofundamento das diferenças socioespaciais no espaço. Nessa perspectiva:

[...] só cabe a aplicação do conceito de segregação quando as formas de diferenciação levam à separação espacial radical e implicam rompimento, sempre relativo, entre a parte segregada e o conjunto do espaço urbano, dificultando as relações e articulações que movem a vida urbana. (SPOSITO, 2013, p. 65).

Cabe destacar que a segregação socioespacial pode ser ainda mais complexa levando em consideração aqueles que escolhem esse afastamento, essa separação e até o isolamento socioespacial, por meio da escolha do onde e como morar, resultando na autosegregação socioespacial³¹. Esse é o caso, dos sujeitos que tem possibilidade de escolher uma localização no interior da cidade, como por exemplo, os moradores dos loteamentos fechados de padrão mais elevado.

A delimitação de quem segrega e é segregado é relativa, pois apresenta duas faces que constituem o mesmo processo. Sposito (2013) afirma que: “o par

³¹Sposito (2013) esclarece que existem muitas opções que poderiam ser consideradas nesse contexto, caso aumentassem as possibilidades de termos em outros idiomas, no entanto, a Autora continua com a ideia de autosegregação.

segregação ↔ autossegregação implica pelo menos dois pontos de vista possíveis: os que segregam e os que são segregados, os que estão na área segregada e o que estão fora dela.” (SPOSITO 2013, p. 70).

Para Sposito e Góes (2013) segregação e autossegregação socioespacial compõem o mesmo processo, que pode ser decorrente da escolha dos segmentos socioprofissionais de maior poder aquisitivo em viver “entre si”, ou da imposição do afastamento dos segmentos socioprofissionais de nenhum ou menor poder aquisitivo dos espaços contínuos ao tecido urbano. Dado que,

Ambos os processos resultam, pois, do aprofundamento das diferenças (no sentido cultural, étnico, religioso, político) e das desigualdades (no sentido socioeconômico), tanto quanto o ampliam, até atingir níveis de radicalismo que implicam o não reconhecimento do direito equitativo de todos à cidade, na grande escala – a da sociedade –, e a indiferença e a intolerância em relação ao outro, nas microescalas – aquelas das relações sociais e interpessoais cotidianas. (SPOSITO; GÓES, 2013, p. 281-282).

Dessa forma, a autossegregação socioespacial é consequência da opção consciente de uma homogeneização, ou seja, de unir grupos sociais, que fazem parte, na maioria das vezes, do mesmo segmento de poder aquisitivo, são aqueles que escolhem onde e como vão morar.

A autossegregação, de modo diferente da segregação, é processo que combina duas naturezas de ações no processo de produção do espaço urbano: – os interesses dos que produzem esses espaços (proprietários de terras, incorporadores, corretores imobiliários e o capital financeiro), que se interessa em oferecer um produto imobiliário, ao qual se agregam novos ‘valores’; – aqueles que consomem esse produto, nesses espaços e redefinem suas formas de relação na cidade, no plano espacial e temporal, em grande parte motivada pelos ‘valores’ de distinção social e segurança, no caso brasileiro, reproduzindo e ampliando desigualdades que são históricas, bem como reforçando diferenças que, em grande parte, são os novos pilares da segmentação socioespacial nas cidades brasileiras (SPOSITO, 2013, p.82).

Uma forma que evidencia a autossegregação na cidade de Dourados são os loteamentos fechados, que atende à demanda de maior poder aquisitivo, com edificações de padrão elevado acompanhadas de muros e sofisticados sistemas de segurança,³² revelando que a partir dos instrumentos de representação, dos

³² Desde os anos de 1970, mas com maior evidência a partir da década seguinte, como já se observava em outros países do mundo, as cidades brasileiras conheceram a ampliação da produção de espaços residenciais murados ou cercados, servidos ou não por sistemas de segurança e controle [...] (SPOSITO, 2013, p. 68).

símbolos de cada grupo social, se constroem uma identidade abstrata com a negação do outro (RIBEIRO, 2015, p. 177).

Assim, os segmentos de maior poder aquisitivo, ao se autosegregarem, impõem a segregação dos segmentos de nenhum e menor poder aquisitivo. Ou seja, colocam em situação oposta os que não têm a possibilidade de escolher onde morar.³³

Conforme afirma Caldeira (2000), o espaço construído não é uma espécie de “área neutra” para a reprodução das relações sociais. A qualidade do espaço construído inevitavelmente influencia a qualidade das relações sociais. A segregação socioespacial age como estratégia de poder que, ao realizar-se, separa os grupos e faz a cidade desmoronar enquanto centro de sociabilidade (CARLOS, 2006, p.56 *apud* RIBEIRO, 2015, p.178). Então, a segregação tem um sentido estratégico: a separação das práticas socioespaciais na cidade, visando à reprodução social que ao delimitar um lugar para cada um, evidencia a desigualdade.

O “onde” e “como” morar vai definindo então o lugar de cada indivíduo na cidade e as possibilidades de acesso a ela. Ademais, a propriedade privada e sua localização revelam a reprodução do espaço urbano e a materialização da segregação socioespacial.

A reconstrução dos lugares limita o acesso, enquanto a segregação aparece como ‘natural’, consentida, aceita como fato em que a profunda desigualdade se escancara diante de uma igualdade forjada por comportamentos, ‘modos de vestir’, lugares de frequência em uma sociedade que se realiza em um mundo de objetos, que passam a mediar a relação entre indivíduos, e de simulacros que tendem a esvaziar o conteúdo dos espaços. (CARLOS, 2001, p.340)

Em Dourados essa dinâmica se revela na produção concentrada dos empreendimentos da Faixa 1 do PMCMV ao sul e sudeste da cidade, em contraponto a presença dos loteamentos fechados de padrão mais elevado, ao norte e noroeste da cidade, conforme veremos a seguir.

³³ Este controle está diretamente vinculado à necessidade de se manterem grupos sociais desempenhando papéis que lhe são destinados dentro da divisão social do trabalho, papéis que implicam em relações antagônicas de classe, papéis impostos pela classe dominante que precisa controlar um grande segmento da sociedade, não apenas no presente, mas também no futuro, pois se torna necessário que se reproduzam as relações sociais de produção. (CORRÊA, 1993, p. 64).

3.2 Os loteamentos fechados de padrão mais elevado e os conjuntos habitacionais do PMCMV Faixa1

Tomando como referencial os loteamentos fechados de padrão mais elevado e localizados ao norte e noroeste da cidade (que atendem a segmentos socioprofissionais de maior poder aquisitivo) e os conjuntos habitacionais do PMCMV Faixa 1 (que atendem famílias de segmentos socioprofissionais de menor e/ou nenhum poder aquisitivo), buscaremos fornecer elementos que possibilitam analisar os desdobramentos de uma nova configuração intraurbana, marcada pelo acesso diferenciado à infraestrutura e serviços coletivos, (re)definindo as lógicas das localizações e revelando uma segmentação que se desdobra no processo de segregação socioespacial.

Rodrigues (2007) aponta que a desigualdade socioespacial expressa a existência de segmentos socioprofissionais distintos e as diferentes formas de apropriação. Expressa “a impossibilidade da maioria dos trabalhadores em apropriar-se de condições adequadas de sobrevivência”.

Aglomerações no interior das quais se reproduzirá o mesmo processo de diferenciação espacial entre as zonas mais bem equipadas que o serão cada vez mais –de negócios, zonas residenciais das classes dominantes –e zonas menos equipadas, cuja distância em relação às primeiras tende a crescer. (LOJKINE, 1981, p.163).

Santos (2014) pondera que, por mais simples que seja a análise dos elementos referentes à distribuição da população na cidade, segundo os inúmeros segmentos e às repartições dos serviços públicos, comércio, preços, amenidades, pode-se acrescentar a relação direta entre a localização dos sujeitos e o seu nível socioeconômico.

“Em outras palavras, pode-se dizer que, com exceção de alguns bolsões atípicos, o espaço urbano é diferentemente ocupado em funções das classes em que se divide a sociedade urbana”. (SANTOS, 2014, p.110). É visível, até para os olhares desatentos, a “oposição” entre áreas ricas e áreas pobres.” (RODRIGUES, 2007, p. 75).

Assim, a segregação socioespacial pode ser observada, inclusive, por meio das possibilidades que cada grupo tem para pagar a moradia que ocupa, com localizações diferenciadas.

Para entender a questão do como morar, é preciso que se compreenda o problema da produção da habitação. Trata-se de uma mercadoria especial, possuindo valor de uso e valor de troca, o que faz dela uma mercadoria sujeita aos mecanismos do mercado. Seu caráter especial aparece na medida em que depende de outra mercadoria especial — a terra urbana —, cuja produção é lenta, artesanal e cara, excluindo parcela ponderável, senão a maior parte, da população de seu acesso, atendendo apenas a uma pequena demanda solvável. (CORRÊA, 1993, p. 62-63).

A presença dos loteamentos fechados tem expressado uma reprodução do espaço urbano que amplia a segmentação socioespacial, e evidencia a autossegregação socioespacial, processo que se amplifica no tecido urbano devido às distâncias socioespaciais entre os sujeitos.

A produção de loteamentos fechados e padrão mais elevado é uma maneira de se separar, diferenciar o intra e extramuros (OLIVEIRA, 2015).

Dessa forma, os loteamentos fechados de padrão mais elevado imprimem uma “nova forma de produção, apropriação e uso do espaço urbano, difundindo novas formas de apropriação e, conseqüentemente, criando novos valores fundiários.” (BERNADELLI; CALIXTO, 2015, p. 4).

Sposito (2004, p.14) chama atenção para a tendência desse tipo de *habitat acentuar* “.. uma diferenciação socioespacial no espaço intraurbano”.³⁴
Dado que:

A autossegregação é resultado de uma decisão voluntária de reunir grupos socialmente homogêneos, cujo melhor exemplo é o dos loteamentos e condomínios fechados, com suas entradas restritas, muros e sistemas de segurança. É uma forma radical de agrupamento residencial defensivo que procura juntar os semelhantes e excluir os diferentes e impedir o acesso de indesejáveis. (VASCONCELOS, 2013a, p. 27).

Essas novas formas de morar, com acessos diferenciados, “...se deve, principalmente, ao preço dos imóveis, às condições de financiamento e de

³⁴ Como outras formas de assentamento urbano, proliferaram as soluções para as classes média e alta, atraídas pela possibilidade de melhorar sua qualidade de vida. Os exemplos pioneiros dessas soluções foram observados nos Estados Unidos, já na segunda metade do século passado. Essas novas formas de habitat urbano foram e são apresentadas como paraísos habitacionais, uma espécie de *néo-villages*, nas quais se pode viver, ao mesmo tempo, fora e dentro das grandes áreas urbanas. São áreas residenciais unifamiliares, instaladas nas maiores regiões urbanas, o que prematuramente, foi interpretado como o início de uma desurbanização, ou como um novo habitat urbano que se ruralizaria, sem considerar que se destinavam a famílias, do ponto de vista funcional e profissional, altamente dependentes das atividades e equipamentos densamente concentrados nessas verdadeiras regiões urbanas. (SPOSITO, 1999b, p.90).

circulação disponíveis em cidades médias, ampliando o rol daqueles que têm essa possibilidade. ” (SPOSITO; GÓES, 2013, p. 277).³⁵

A implantação de loteamentos fechados de padrão mais elevado (Quadro 24) é notabilizada em Dourados, sobretudo a partir do ano de 2008, com a construção de empreendimentos objetivando atender a demanda de maior poder aquisitivo.³⁶

Quadro 24. Dourados-MS - Loteamentos fechados de padrão mais elevado (2008 - 2019)

DENOMINAÇÃO	NÚMERO DE LOTES	ANO	EMPRESA
Ecoville Residence e Resort I e II	453	2008	Plaenge Incorporadora e Vectra Construtora Ltda.
Golden Park	225	2008	Neopar Participações e Empreendimentos Ltda. e Fábio Frantz Incorporadora
Terras Alphaville	595	2013	Alphaville Urbanismo
Porto Madero Premium Residence & Resort	538	2014	Corpall Incorporadora e construtora, Vectra Construtora Ltda e Protenge Urbanismo Ltda.
Green Park	418	2014	São Bento Incorporadora
Porto Seguro Residence & Resort	270	2015	Corpall Incorporadora e construtora, Vectra Construtora Ltda e Protenge Urbanismo Ltda.
Borboun Premium	173	2017	Corpall Incorporadora e construtora e Protenge Urbanismo Ltda.
Porto Royale Condomínio e Resort	286	2017	Corpall Incorporadora e construtora
Porto Unique Residence SPA Resort	413	2018	Corpall Incorporadora e construtora

³⁵ Além disso, concordamos com Sposito e Góes (2013), que atualmente, vem se tornando comum nas cidades médias, como é o caso de Dourados, a presença de imóveis em média de 40 metros quadrados (o residencial fechado Moradas Dourados, por exemplo, possui imóveis de 44 metros quadrados), construídos em forma de condomínio com acesso restrito, murados ou cercados e com pequenas áreas de lazer, produzindo áreas fechadas de uso coletivo que negam o espaço público que se assemelham a empreendimentos de padrão mais elevado.

³⁶ Como aponta Bernadelli e Calixto: A própria condição de centralidade regional tem se reverberado em novas formas de produção imobiliária. Essa realidade tem se expressado, dentre outros, por intermédio da produção habitacional voltada para uma população de alta renda (loteamentos fechados), imprimindo nova forma de produção, apropriação e uso do espaço urbano, sobretudo, na porção noroeste da cidade. (2015, p. 1).

Hectares Park & Resort	90 Hectares (com lotes de 900 a 1900m2)	2018	São Bento Incorporadora
Condomínio Riviera	95	2019	Saad Lorensini Construtora e Incorporadora

Fonte: Bernardelli, Calixto (2015), complementado por Calixto (2020).

Além disso, entre as informações que compõe o Quadro acima, chama atenção os nomes dados aos empreendimentos, o que remete certa “valorização”. Os loteamentos de padrão mais elevado são carregados por nomenclaturas em outros idiomas, normalmente de países considerados “de primeiro mundo”, para dar um toque de sofisticação.

O “Ecoville Residence & Resort” (Foto 5), foi o primeiro loteamento de padrão mais elevado e, fez com que essa modalidade de produção habitacional ao norte da cidade se tornasse concreta.

Foto 5. Dourados-MS - Ecoville Residence & Resort: Entrada principal. (2019).



Autora: CALIXTO (2019).

Lançado no ano de 2008 pelas construtoras Vectra e Plaenge, ambas as empresas são reconhecidas nacionalmente e atuam também no estado do Paraná (LOURENÇO, 2020). De acordo com Bernadelli e Calixto (2015):

O Ecoville Dourados Residence e Resort, com 15.900 m² de área destinada ao lazer, representou, não apenas um novo modo de morar, mas também, uma forma de apropriação diferenciada no interior da cidade, produzindo um novo padrão de ocupação e uso do solo, implicando também em novas formas de apropriação da cidade. (BERNADELLI; CALIXTO, 2015, p. 5).

A exemplo do loteamento fechado Ecoville Residence e Resort foram lançados mais dois loteamentos fechados, o Terras Alphaville no ano de 2013, a noroeste da cidade, o Porto Madero Premium Residence e Resort, no ano de 2014 e o Porto Seguro Residence & Resort no ano de 2015 (Foto 6), próximo ao Ecoville, mantendo um padrão arquitetônico, amplas áreas de lazer e segurança feita por empresas privadas. Após esses empreendimentos, outros passaram a ser implantados na mesma porção da cidade.

Foto 6. Dourados-MS - Porto Seguro Residence & Resort. Entrada principal (2019).



Autora: SOUZA (2019)

Dos empreendimentos citados no Quadro anterior, apenas dois estão localizados ao sul da cidade, o Golden Park Residence (2008) e o Green Park Residence (2014), são loteamentos fechados de padrão mais elevado localizados na BR 163, saída para a cidade de Caarapó, que até o presente momento ainda não apresenta número considerável de casas edificadas ou em construção.

Foto 7. Dourados-MS - Golden Park



Autora: SOUZA (2019)

Foto 8. Dourados-MS - Green Park



Autora: SOUZA (2019)

O Golden Park, mesmo sendo loteamento lançado no mesmo período que o Ecoville, não teve o processo esperado de ocupação, assim como o Green Park, implantado posteriormente. Para Bernadelli e Calixto: “... um fator contribui, especialmente, nessa dinâmica: o Golden Park Residence não está localizado na porção da cidade mais procurada e ‘valorizada’ em termos imobiliários, o que acaba por definir a demanda que procura lotes em tais loteamentos. (2015, p.8).

Além do mais, o fato dos loteamentos fechados estarem localizados à margem de uma rodovia e com difícil acesso ao tecido urbano contínuo, visto que, é necessário dividir o trânsito com veículos de médio e grande porte, influencia na aquisição do lote.

Ainda para Bernadelli e Calixto, as novas formas de produção de habitacional:

[...]. Vem ao encontro dos interesses ou necessidades de reprodução do capital, redirecionando o processo de apropriação e uso de acordo com a lógica de produção socioespacial imobiliária, redefinindo e reforçando o papel desempenhado pelo norte e noroeste da cidade como espaços seletivos e diferenciados socioespacialmente. (2015, p. 11).

Além disso, concordando com Oliveira (2015), essa forma de morar é pautada por novas práticas de consumo e uma idealização do cotidiano nesses locais, estimulada principalmente pela mídia.

Para Nascimento (2013), os loteamentos fechados se ajustam às novas necessidades de moradia desses segmentos socioprofissionais de maior poder aquisitivo. Eles propiciam um conjunto de vantagens aos seus proprietários. Dentre essas vantagens se destacam segurança, privacidade, localização privilegiada e equipamentos de lazer contidos no interior do próprio loteamento.

Os loteamentos fechados de padrão mais elevado representam

[...] uma nova forma de segregação socioespacial que tem a propriedade da terra e na apropriação privada de espaços públicos e coletivos sua base fundamental. São difundidos, contraditoriamente, como se criassem um *novo* valor de uso, um *novo* modo de habitar. [...] A 'nova forma de morar' – o isolamento em lugares fechados onde só entram moradores, seus conhecidos, e os trabalhadores que exercem atividades intramuros- demonstra o novo tipo de segregação socioespacial. (RODRIGUES, 2013, p. 160).

Os loteamentos fechados de padrão mais elevado representam a oportunidade de se afastar do restante da cidade e se isolar juntamente com os “iguais” evidenciando a autosegregação. Os moradores que se autosegregam, de certa forma, escolhem a “vizinhança” para não ter contato com o “outro”. Isso, de certa forma, explica a maioria dos loteamentos fechados, de padrão mais elevado, estarem na mesma porção da cidade.

Essa modalidade de loteamento fechado acaba atraindo um segmento socioprofissional de maior poder aquisitivo nessas porções da cidade, tipicamente destinada a tais segmentos, caracterizando a apropriação diferenciada da área e afirmando a autosegregação no interior da cidade.

[...] a busca por segurança implica a autosegregação combinada a um anseio pela homogeneidade desses espaços que, no Brasil, traduz-se principalmente como homogeneidade socioeconômica, à quais as

diferenças étnicas, raciais, religiosas e de gênero vêm a somar. (SPOSITO; GÓES, 2016, p. 224).

De acordo com Sposito (2006), esses novos locais de moradia suprem a necessidade dos moradores de cidades médias de se afirmarem enquanto modernos, “com frequência, notamos o interesse dos moradores de cidades do interior em se dissociar do mundo rural, à medida que as gerações se sucedem e o poder de consumo médio cresce” (SPOSITO, 2006, p. 179)³⁷. Neste íterim, Milani (2016, p. 60) deixa claro que:

Consideramos que as forças globais exercem influência nas práticas espaciais cotidianas, também não podemos negligenciar a existência de práticas que necessariamente correspondem a essas forças, em função da simultaneidade entre escalas, sobretudo. [...] a tendência de sustentar uma ordem derivada de uma escala mais ampla é maior em relação às práticas que agem de forma perpendicular a essas forças, uma vez que as classes médias e elites são justamente as mais conectadas às redes globais, principalmente das práticas de consumo.

O que observamos nos loteamentos fechados de padrão mais elevado em Dourados³⁸ é que para além da necessidade de certo afastamento de áreas mais movimentadas, da necessidade de segurança e/ou da aproximação com a natureza, a busca por esse tipo de moradia, corresponde à tentativa de homogeneidade interna de um segmento socioprofissional distinto.

Esse afastamento espacial de cidadãos que se deslocam por transporte automotivo individual, em busca de segurança e da convivência com segmentos sociais de mesmo poder aquisitivo, é designativo de novas formas de segmentação socioespacial. Trata-se não apenas da pluralização de usos das áreas que compõem o anel periférico que cerca a cidade, muitas vezes de natureza periurbana, já que nele se misturam usos de solo não urbanos, mas também da alteração da relação dos moradores desses espaços como restante da cidade [...] (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 123).

Ao entrevistar moradores de loteamentos fechados de cidades médias paulistanas, e realizar uma profunda análise dessa realidade, Sposito e Góes (2013) realçam que:

[...] esses novos empreendimentos reforçam o enfraquecimento de um dos elementos mais peculiares à vida urbana – o encontro entre diferenças – ou seja, desse ponto de vista, a cidade estaria em

³⁷ De acordo com Sposito (2006), há por parte de segmentos socioprofissionais de maior poder aquisitivo das cidades médias um sentimento de comparação em relação ao global e ao metropolitano, preenchido pela edificação de empreendimentos inspirados nos grandes centros urbanos.

³⁸ Ver Calixto e Bernadelli (2015) e Figueiredo (2016).

processo de 'destruição' por 'diluição' desse elemento essencial. (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 55).

Lefebvre reitera que “a separação e segregação rompem a relação. Constitui, por si só, uma ordem totalitária, que tem por objetivo estratégico quebrar a totalidade concreta, espedaçar o urbano.” (2002, p.124)

Portanto, materializada nos loteamentos fechados analisados, enquanto novos locais de moradia, a autosegregação socioespacial, rompe relações e altera a vida urbana, evidenciando as contradições socioespaciais.

A Figura a seguir é parte da propaganda utilizada pela Corpal Incorporadora para atrair a demanda de seus empreendimentos. É possível perceber que, toda a infraestrutura destacada é oferecida pelo poder público e, pelo fato de grande parte da cidade não ser servida de tal infraestrutura, passa a funcionar como um “diferencial”.

Figura 1. Dourados-MS - Serviços básicos usados como propaganda (nos sites das incorporadoras) para venda de loteamentos fechados (2018).



Fonte: Corpal Incorporadora (2018).

Ainda que fuja aos propósitos dessa pesquisa, vale referenciar que o poder público colabora com as mudanças dos usos e funções em prol das necessidades de reprodução do capital.

O processo de reprodução espacial envolve segmentos diferenciados da sociedade, com interesse conflituoso. Todavia, o processo de reprodução espacial revela que os interesses divergentes podem entrecruzar-se sob a unidade do Estado, que tem inquestionável poder de comando. (CARLOS, 2001, p. 24).

O capital incorporador firma aliança com o poder público a fim de garantir infraestrutura e serviços, para implantação de novas atividades de natureza estratégica econômica. Neste processo, como coloca Carlos (2001), os interesses do capital se manifesta no processo de construção e valorização socioespacial e: “[...] Destrincha-se o modo como o Estado penetra na vida cotidiana – pelo planejamento do espaço, impondo outra relação às pessoas com o lugar e, com isso, mudando seu conteúdo, revelando o significado do espaço na reprodução da vida.” (CARLOS, 2001. p. 281).

Desta maneira, concordando com Sposito e Góes (2013), os loteamentos fechados não refletem apenas novos modos de morar, mas também novas formas de viver e de captar a cidade e o urbano.

A autossegregação firmada a partir dos loteamentos fechados envolve os que segregam e os que são segregados, ou seja, os que estão na área segregada e os que estão fora dela. O processo de segregação socioespacial que se materializa na reprodução do espaço urbano em Dourados e se torna complexo com a autossegregação, no contexto do qual o aumento do número de loteamentos fechados de padrão mais elevado na cidade tem um papel estratégico.

Contraditoriamente, ocorre a implantação de empreendimentos voltados à habitação social em áreas periféricas muito distantes do tecido urbano consolidado, sem infraestrutura e serviços básicos.

É por esse motivo, pelo fato de que os pobres não cabem nas cidades, que os conjuntos habitacionais têm sido construídos em terras baratas a longas distancias. Levar a cidade até eles resulta socialmente muito caro, mas essa lógica de extensão da cidade alimenta aquilo que ocupa o lugar central da desigualdade urbana: a valorização imobiliária e fundiária. (MARICATO, 2009)

Em Dourados é notável que as discontinuidades são mais significativas ao sul e sudeste da cidade, que de forma geral, não atrai uma demanda de maior poder aquisitivo. Mesmo os empreendimentos próximos ao *shopping center*³⁹ e

³⁹O *Shopping Avenida Center* em Dourados, implantado em 2006, está localizado na principal avenida da cidade, a Marcelino Pires, em anexo foi construído o Íbis Hotel e em seu entorno foi implantado o Hipermercado Extra, a rede Havan e o Hiper Center Dourados (reforma do supermercado São Francisco que abrigou lojas da rede Avenida e O Boticário, além de uma unidade da lanchonete *Subway*). Para mais informações, ver CALIXTO e BERNADELLI (2016). Destacamos que o Hipermercado Extra fechou suas portas em 2020.

rodoviária da cidade, são menos procurados por aqueles que podem escolher onde e como morar.

Como já discutido, é expressivo o número de conjuntos habitacionais implantados em Dourados: conjuntos financiados pelo SFH de 1968-1991 (5.003 unidades residenciais). De 2001 a 2007 com o programa Cesta Material de Construção (132 unidades residenciais), o Programa de Erradicação de Favela (1.175 unidades residenciais) e PSH-rural (305) unidades residenciais, Programa Casa nos Distritos (46 unidades residenciais). E entre 2004 e 2008, o PAR (963 unidades residenciais) e o PAC (450 unidades residenciais).

Tais iniciativas permitiram à determinada parcela da população o direito à casa, no entanto, já era possível observar as localizações de tais empreendimentos em áreas periféricas, descontínuas ao tecido urbano, distante de infraestrutura e serviços fundamentais, nos permitindo "... compreender melhor as contradições que envolvem a reprodução do espaço na cidade de Dourados." (CALIXTO; BERNADELLI, 2016, p. 133).

A Lei Nº 11. 977 de 7 de julho de 2009 que regulamenta o PMCMV⁴⁰, segundo Maricato (2009), trouxe importantes avanços em relação à regularização fundiária e custos cartoriais, elementos até então praticamente intactos no Brasil. E ainda, pela primeira vez, de maneira evidente, o alcance de subsídios significativos do Orçamento Geral da União - OGU para segmentos de nenhum um menor poder aquisitivo. Da mesma forma, o governo federal passa para o setor da construção civil o foco do trabalho, criando demandas para indústrias de ferro, vidro, cerâmica, cimento, areia, etc. E também demandas para setor comercial de como de eletrodomésticos e mobiliários.

Ainda conforme Maricato (2009), o pacote habitacional atendeu especialmente empresários do setor da construção civil e uma das contradições que o PMCMV apresenta como a inclusão de faixas de renda entre sete e dez salários mínimos, tem origem nesse fato. Assim, os segmentos médios, que antes eram excluídos do mercado imobiliário, foram incluídos no pacote.

⁴⁰ Medida Provisória convertida na Lei nº 11.977 de 7 de julho de 2009.

No entanto, a Lei não abarca o planejamento urbano e não pensa na moradia como pressuposto ao direito à cidade, também não se refere à geração de empregos.

Se em relação ao emprego provavelmente iremos constatar a continuidade das condições precárias que caracterizam a força de trabalho na construção civil, tratada frequentemente como besta de carga (nem as ferramentas mais básicas mereceram um design que alivie o esforço do trabalhador) em matéria urbanística podemos prever, com toda certeza, alguns impactos negativos que os novos conjuntos irão gerar por suas localizações inadequadas (MARICATO, 2009).

Dessa forma, em escala nacional e local, a política habitacional promovida pelo PMCMV não resolveu o problema da moradia e impôs a segregação socioespacial, sendo que empreendeu grandes conjuntos habitacionais em lugares afastados da cidade, com dificuldades de acesso e infraestruturas limitadas.

Já são milhares os livros e teses escritas sobre esse assunto, já temos base legal para fazer mudanças, mas não avançamos um milímetro no combate a desigualdade e à segregação nas cidades dominadas pelo capital imobiliário rentista e pelo patrimonialismo visceral enquanto as favelas continuam a explodir em crescimento e se adensam a taxas verdadeiramente assustadoras. Não será um pacote emergencial que superará esse problema que mora no mais fundo da alma brasileira já que não só a elite se aferra à propriedade de imóveis e percebe que pode ganhar com sua valorização (MARICATO, 2009).

Os empreendimentos do PMCMV Faixa 1, ao serem direcionados a famílias com renda mensal inferior a dois salários mínimos, consideradas segmentos de menor poder aquisitivo, as deixam mais expostas à vulnerabilidade social e, por decorrência, à segregação socioespacial.

Assim, o PMCMV é um avanço para o país sob crise habitacional, no entanto, não se aproxima de um embate à segregação socioespacial imposta aos segmentos socioprofissionais de nenhum e menor poder aquisitivo.

[...] problemas inerentes aos processos decisórios entre aqueles que compõem os arranjos institucionais promovem más condições de inserção urbana e segregação espacial dos empreendimentos do PMCMV e, dessa forma, trazem efeitos nefastos para os seus beneficiários, especialmente aqueles integrantes de menor faixa de renda. (PEQUENO; ROSA, 2015, p. 143).

No Quadro 25, apresentamos os conjuntos habitacionais do PMCMV Faixa 1 implantados em Dourados, os lotes, ano de entrega e observações referente à localização dos empreendimentos.

Quadro 25. Dourados/MS - PMCMV-Faixa 1: Conjuntos habitacionais (2019)

DENOMINAÇÃO	NÚMERO DE LOTES	ANO	OBSERVAÇÕES
Altos do Alvorada fase I	267	2010	Próximo ao Novo Horizonte
Altos do Alvorada fase II	180	2010	Próximo ao Novo Horizonte
Estrela do Leste	161	2011	Saída Campo Grande
Dioclécio Artuzi fase I	238	2012	Saída Distrito Industrial
Eucalipto	239	2012	Saída Campo Grande
Harrison de Figueiredo fase I	232	2012	Saída Distrito Industrial
Dioclécio Artuzi fase II	227	2013	Saída Distrito Industrial
Harrison de Figueiredo fase II	240	2014	Saída Distrito Industrial
Harrison de Figueiredo fase III	250	2015	Saída Distrito Industrial
Roma fase I	288	2016	Próximo ao Vila Toscana
Roma fase II	224	2016	Próximo ao Vila Toscana
Roma fase III	288	2016	Próximo ao Vila Toscana
Dioclécio Artuzi fase III	450	2016	Saída Distrito Industrial
Antonio Guilherme Fase I	153	2019	De início, nomeado “Campina Verde I”, próximo à sitioca.
Antonio Guilherme Fase II	200	2019	De início, nomeado “Campina Verde II”, próximo à sitioca.

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação (2019). Org.: SOUZA (2019).

Ao contrário dos loteamentos fechados de padrão mais elevado (Quadro 24), os empreendimentos voltados a segmentos socioprofissionais de menor poder aquisitivo, geralmente carregam nomes de pessoas que fazem parte da história do município, assim como nome de ruas, bairros, escolas etc., como é o caso dos conjuntos habitacionais do PMCMV Faixa 1.

De acordo com Rufino (2015), desde o lançamento do PMCMV, foram levantadas as possibilidades de segregação socioespacial por pesquisadores da temática urbana, prevendo contradições que envolvem a localização dos empreendimentos, acesso às infraestruturas, equipamentos e serviços fundamentais à reprodução da vida.

A segregação socioespacial resultante condiciona os moradores a longos deslocamentos aos centros urbanos em busca de oportunidades de emprego e acesso efetivo aos serviços e aos equipamentos, responsáveis pela manutenção de condições dignas de vida. (LIMA; CARDOSO; RODRIGUES; PONTE; SILVA NETO; MELO 2015, p.386).

As percepções negativas podem acabar com a possibilidade de relações afetivas de vizinhança e despertam sensação de insegurança por parte dos moradores. Moreira e Silveira (2015) esclarecem que: “[...] as percepções negativas relativas à segurança contra roubos, invasões, vandalismo e violência também podem ser explicitadas dada a situação de inserir diferentes famílias que não possuíam relacionamento social prévio em um novo bairro. ” (MOREIRA; SILVEIRA, 2015, p. 109).

Então, aqueles que têm condições, erguem muros e grades (Foto 9), aumentando os meios de controle dentro dos próprios conjuntos habitacionais. No caso dos empreendimentos já cercados da modalidade “condomínio fechado”, cria-se barreiras dentro das barreiras.

Foto 9. Dourados-MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Casas muradas (2018).



Autora: SOUZA (2019)

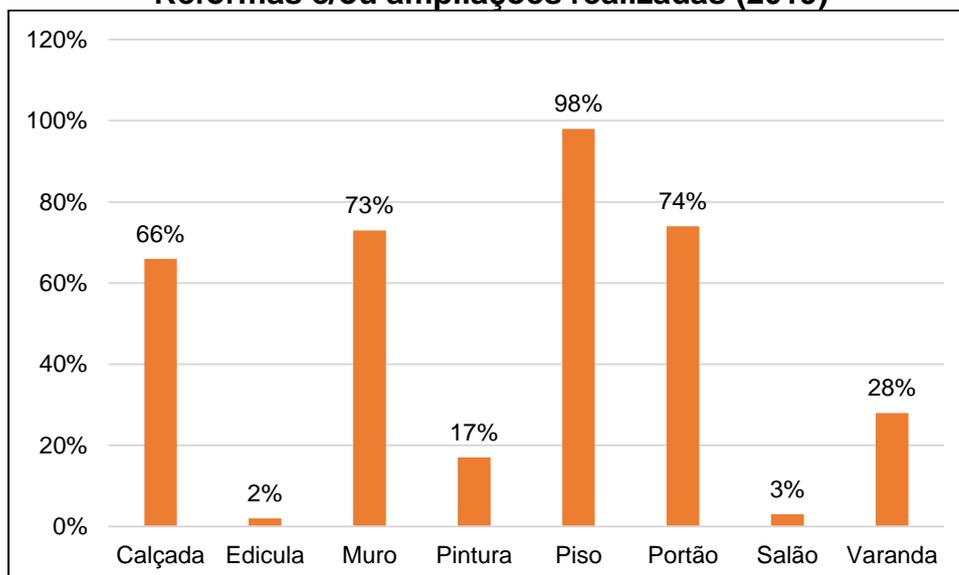
Dessa forma, a vida em sociedade e o modo de vida ficam ainda mais fragilizados, e os moradores rompem relações ficando confinados a pequenos círculos e convívios, como por exemplo, vizinhos de muro.

Durante as falas dos moradores, a justificativa para a construção dos muros está atrelada à segurança da família e a busca pelo direito à privacidade, além disso, concordando com Rodrigues (2013), os muros formam uma barreira material.

Prefiro murado com gente cuidando quem entra e quem sai, é mais seguro, né? Seria mais tranquilo. [...] vou erguer mais o muro, todo mundo passa e vê o que tá fazendo e não dá prá ficar à vontade em casa, não pode andar de cueca [...] (Entrevista com morador do conjunto habitacional Harrison de Figueiredo, em 15 de março de 2019).

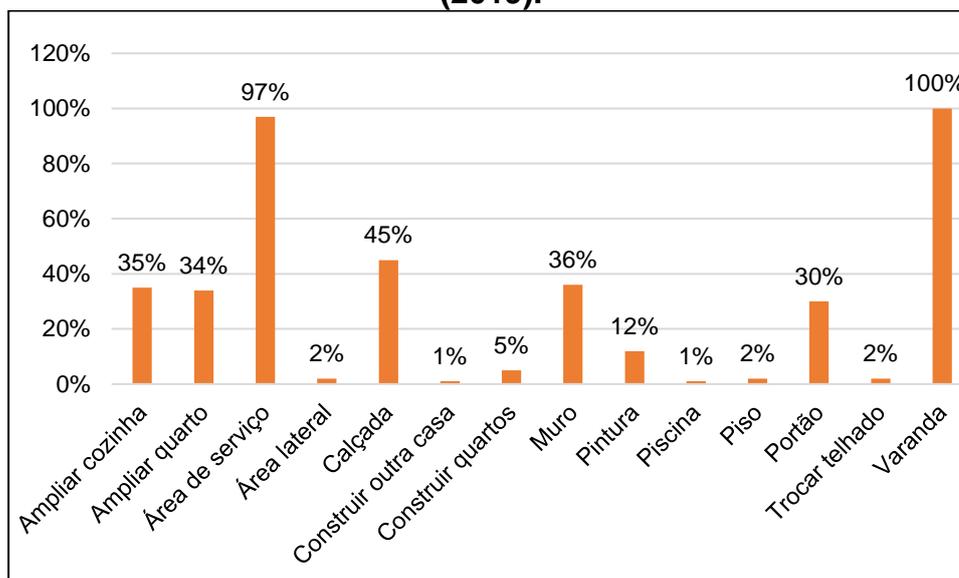
Os moradores do conjunto habitacional Harrison de Figueiredo que já realizaram algum tipo de reforma e/ou ampliação (Gráfico 11), revelaram que a construção do muro foi a primeira mudança realizada na casa. Alguns manifestaram que pretendem aumentar ainda mais o muro. Já os moradores que ainda não construíram muro, colocaram que seria o primeiro desejo assim que possuíssem condições financeiras para investir em seu imóvel (Gráfico 12).

Gráfico 11. Dourados-MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo Reformas e/ou ampliações realizadas (2019)



Fonte: Trabalho de campo (2019). Org.: SOUZA (2019).

Gráfico 12. Dourados-MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Reformas e/ou ampliações que os moradores pretendem realizar na casa. (2019).



Fonte: Trabalho de campo (2019). Org.: SOUZA (2019).

Além da necessidade de construção de muros, os gráficos anteriores demonstram a necessidade por reformar e/ou ampliar os cômodos da casa (ampliar cozinha, ampliar e/ou construir quartos; construir varanda; área de serviço; calçada), evidenciando, como já mencionado anteriormente, que o padrão da casa do PMCMV faixa 1 não supre a demanda com configurações familiares que ultrapassam 4 membros.

Vale mencionar que, a autoconstrução é a alternativa encontrada pelos segmentos de menor poder aquisitivo para resolver o problema da moradia e, é dessa forma, que a maioria dos moradores do conjunto habitacional Harrison de Figueiredo realizaram as reformas e ampliações em suas casas.

O que observamos no conjunto habitacional é sinal do fato de que os usos “... transformam os espaços como modo de apropriação particular e específica...” (CARLOS, 2001, p. 279). Por exemplo, na pintura da casa ou do tipo de muro e portão, na varanda improvisada. Revelando dentre casas idênticas, as especificidades e necessidades dos moradores.

Para Caldeira (2000), é preciso a prática de ações políticas organizadas para resistir à edificação de muros, cercas e grades e dismantelar elementos cotidianos, é complicado questionar o “por que” dos muros e ações mesmo que involuntárias de suspeitar do outro.

Silva (2000), ao analisar a política habitacional e o processo de urbanização de Dourados destaca que: “Trata-se evidentemente de uma solução de caráter excludente e restritivo já que a possibilidade de fugir para ilhas de bem-estar fortificadas não está colocada para famílias de classes subalternas.” (SILVA, 2000, p. 119).

A escolha da localização para empreendimentos residenciais destinados a segmentos socioprofissionais de menor poder aquisitivo envolve a aquisição de terrenos baratos em áreas menos “valorizadas” que, tradicionalmente concentram aqueles que não podem pagar por melhores localizações.

Nessa perspectiva, o lugar induz um “valor” aos sujeitos, influenciando nas possibilidades de usufruir do acesso pleno à cidade, como bem significa o conceito, direito à cidade, pois irá depender do lugar que o sujeito ocupa. Santos (2002) discorre que, [...] o papel do lugar é determinante. Ele não é apenas um quadro de vida, mas um espaço vivido, isto é, de experiência renovada, o que permite, ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças e a indagação sobre o presente e o futuro. (SANTOS, 2002, p. 114).

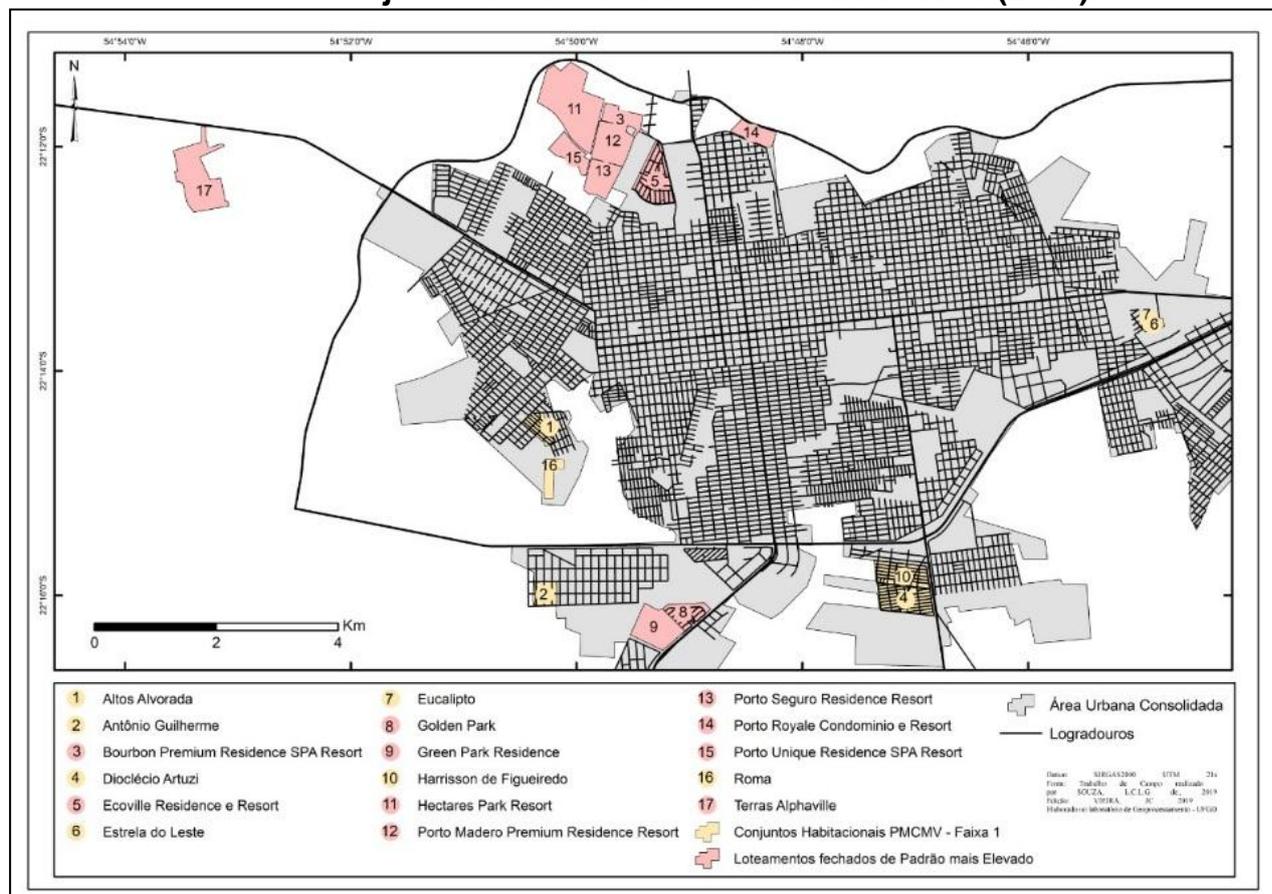
O modo de vida é dominado pela lógica de acumulação que tem como prioridade garantir a reprodução das relações capitalistas invadindo todos os tempos-espacos, controlando diretamente o sujeito social, a partir das normas e/ou vigilâncias. Carlos (2017) deixa claro que:

Vivida no plano do cotidiano, em seus fragmentos e percebida como exterioridade, a cidade privatizada torna-se fonte de privação. Nesse plano, o modo diferencial da apropriação dos lugares da vida constitui a segregação como racionalidade que se projeta pela separação dos sujeitos no espaço. A segregação – como forma da desigualdade espaço-temporal – realiza-se como negação do urbano e da vida urbana através da separação dos lugares da vida enquanto elementos autônomos. (CARLOS, 2017, p. 35).

No Mapa 2, é possível perceber a localização dos loteamentos fechados de padrão mais elevado ao norte e noroeste da cidade (acima da Avenida Marcelino Pires), servidos de infraestrutura como iluminação, pavimentação asfáltica e serviços públicos, com qualidade superior a outras áreas da cidade. Por sua vez, as áreas que concentram os conjuntos habitacionais do PMCMV Faixa 1, são marcados pela localização em bairros periféricos ao sul e sudeste (abaixo da Avenida Marcelino Pires), com infraestrutura, equipamentos e

serviços básicos insuficientes à demanda de moradores, como discutiremos adiante.

Mapa 2. Dourados-MS - Localização dos loteamentos fechados de padrão mais elevado e conjuntos habitacionais do PMCMV Faixa 1 (2018).



Fonte: Trabalho de campo (2018). Elaboração: VIEIRA (2019).

A localização reforça um processo que produz novos usos, significados e conteúdos, reforçando as dinâmicas de segregação socioespacial.

À vista disto, o espaço urbano segregado pelas estratégias do setor imobiliário – valor de troca – em detrimento ao espaço imediato, vivido e percebido no cotidiano do sujeito por meio do valor de uso, configura “uma crescente complexidade que resulta das articulações entre diferentes dimensões da vida urbana” (SPOSITO; GÓES, 2013, p. 278).

Então a reprodução do espaço urbano, reflexo da reprodução da sociedade, se realiza mediante às transformações necessárias à reprodução capitalista, o que torna o próprio espaço, atualmente, condição e realização do capital.

Significa dizer que, no momento atual, o setor financeiro apropria-se do espaço como lugar possível da realização do investimento produtivo, enquanto o setor imobiliário (aliado à indústria da construção civil) reproduz o espaço constantemente, enquanto mercadoria consumível. (CARLOS, 2017, p.38).

Dessa forma, diante das exigências para reprodução do capital, concordando com Carlos (2001), o espaço socialmente produzido e constituído historicamente como mercadoria, é apropriado a fim de suprir interesses privados com apoio estatal e em função de sua escassez, limitando assim, a reprodução da vida, pois o valor de troca é sobreposto ao valor de uso.

Portanto, em seu movimento de produção-reprodução, o espaço urbano exhibe um conflito agudo e violento entre o valor de troca (e, nessa situação, fonte de realização de lucro) e o valor de uso (a vida urbana realizando-se através dos usos dos espaços-tempos que são, em essência, improdutivos do ponto de vista do capital). Por sua vez, nesse movimento, o capitalismo realiza um de seus fundamentos: a concentração da propriedade privada da riqueza (sob várias formas) assentada na divisão da sociedade em classes sociais. (CARLOS, 2017, p. 34).

Para Lefebvre (1972), estas contradições se revelam tanto no nível institucional entre os planos gerais – como o plano diretor do município – e os projetos dos agentes hegemônicos.

Dessa maneira, a produção do espaço urbano, comandada pelas necessidades da realização do processo de acumulação e generalização do mundo da mercadoria, torna o uso do espaço da cidade cada vez mais dominado pelo valor de troca (CARLOS, 2013 p.63).

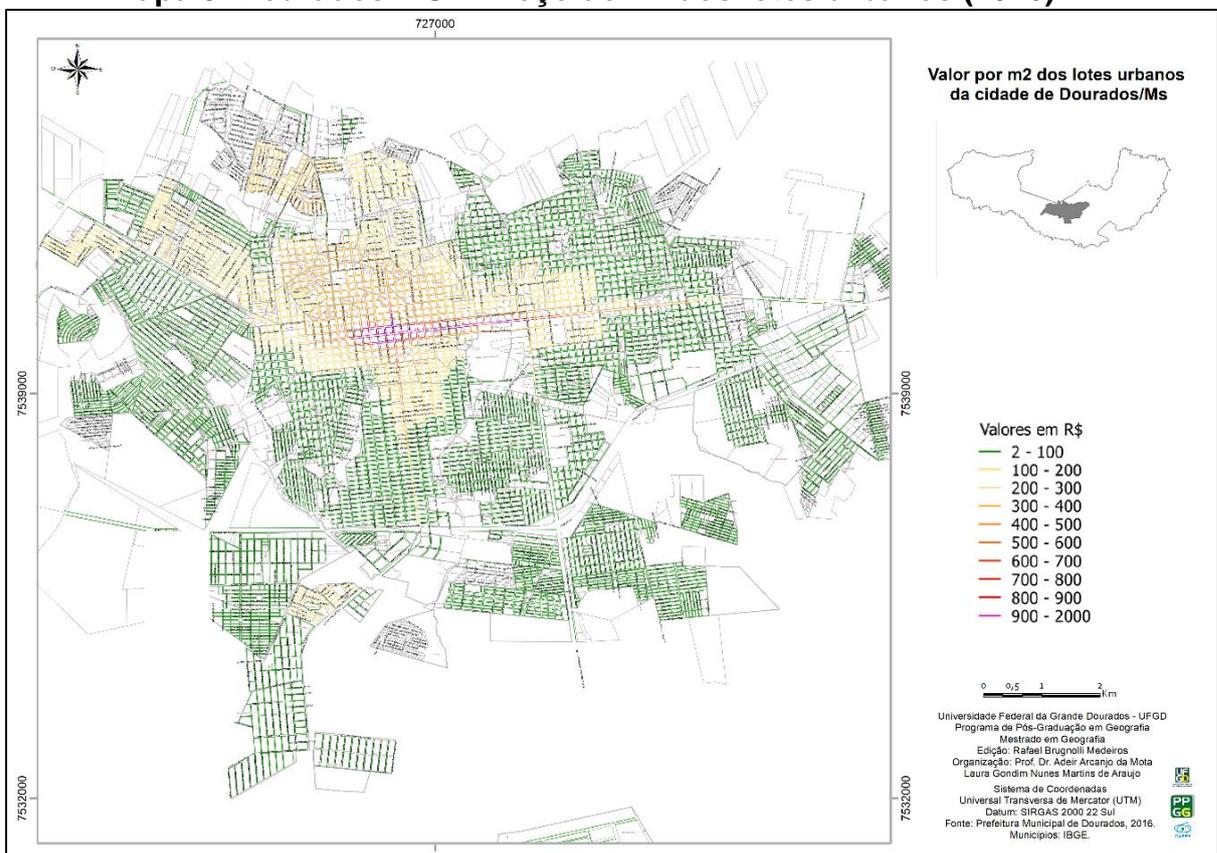
Conforme Calixto (2000), as intervenções do poder público, com a implantação dos conjuntos habitacionais do BNH na década de 1980, foram responsáveis pela promoção do remanejamento de usos e padrões ocupacionais, estimulando novas oportunidades e investimentos ao norte da cidade, com benefícios para proprietários, agentes fundiários e imobiliários. Isso, para autora, reforça o papel desempenhado por essa porção da cidade como uma área seletiva e diferenciada socioespacialmente. A referida autora destaca que, além da rede de infraestrutura:

[...] outro fator foi determinante na ocupação da porção norte da cidade: por ser uma área mais elevada, estando menos sujeita a alagamentos (tão comum na cidade antes da implantação da rede de drenagem pluvial), recebeu prioridade na política de pavimentação asfáltica implementada a partir de 1975. (CALIXTO, 2004, p. 234).

Esta realidade é reforçada posteriormente com a implantação dos loteamentos fechados voltados aos segmentos socioprofissionais de maior poder aquisitivo, localizados em áreas “mais valorizadas”. Ao mesmo tempo, limita os que não podem pagar pelo acesso a cidade, como é o caso dos moradores dos conjuntos habitacionais do PMCMV Faixa 1 localizados em áreas “menos valorizadas”, destinados a segmentos socioprofissionais de menor poder aquisitivo, reafirmando o processo de segregação socioespacial.

A fim de fornecer mais um elemento para a análise acerca do processo de segregação socioespacial em Dourados, apresentamos no Mapa 3 o preço por metro quadrado dos lotes da cidade de Dourados no ano de 2016.

Mapa 3. Dourados-MS – Preço do m² dos lotes urbanos (2016)



Fonte: Prefeitura Municipal de Dourados (2016). Elaboração: ARAUJO, MEDEIROS, MOTA (2016)

Percebemos que, além da porção central que possui os preços mais elevados (metro quadrado entre 400 e 2000 reais), nas porções norte e noroeste da cidade, os preços dos lotes estão, de forma geral, entre os mais elevados.

Por sua vez, constatamos que a maior parte do perímetro urbano possui lotes no valor de 2 a 100 reais por metro quadrado e chamamos atenção para

as porções periféricas sul e sudeste, marcadas pela dificuldade de acesso, infraestruturas e serviços básicos de qualidade.

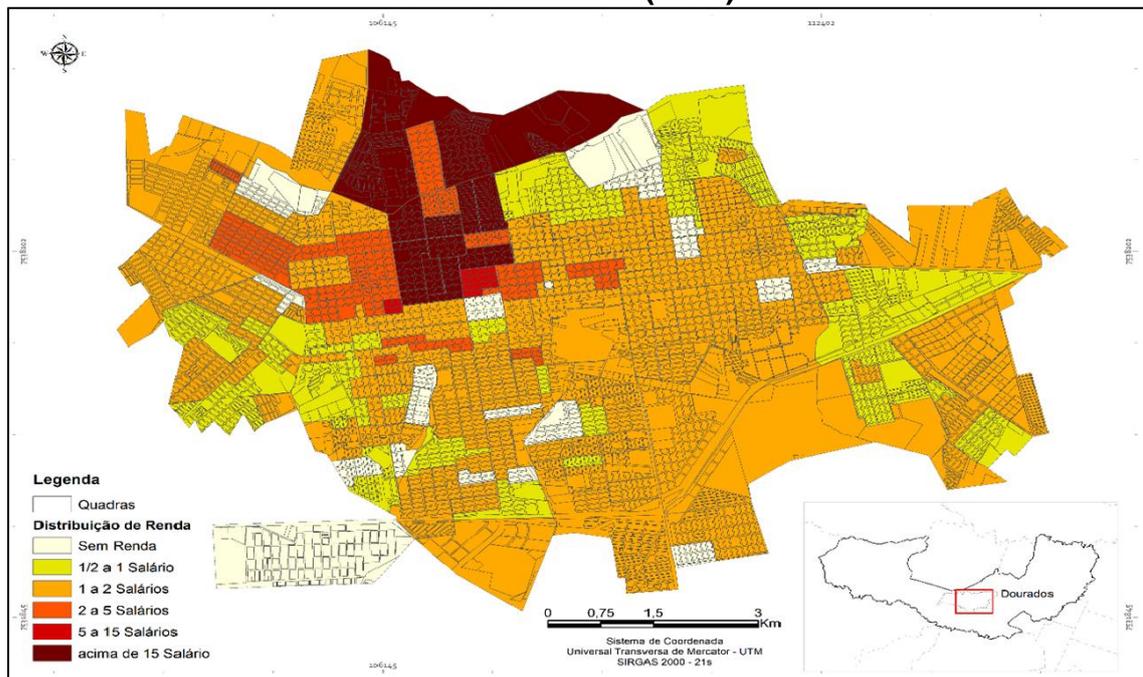
O processo de (des)valorização imobiliária contribui para acentuar a segregação socioespacial, havendo uma espécie de homogeneização e hierarquização do espaço urbano, unindo grupos semelhantes e excluindo os diferentes, tornando mais complexa as lógicas contemporâneas de reprodução do espaço, que evidenciam ainda mais as contradições. Para Carlos, a reprodução do espaço é social,

[...] enquanto sua apropriação é privada. Isso explicita na escala do lugar, a justaposição entre morfologia social (de uma sociedade dividida em classes) e morfologia espacial (a cidade segregada pela existência da propriedade privada da riqueza que define acessos desiguais), como a expressão material dessa contradição. (2017, p. 35).

As contradições entre valor de uso/valor de troca se desdobra nos mais diversos conflitos como na precarização no campo da vida cotidiana. O preço do lote urbano acaba definindo o perfil socioeconômico dos que ocuparão cada porção da cidade, revelando a apropriação diferenciada do espaço conforme a capacidade de pagar.

O Mapa 4, fornece um demonstrativo da distribuição de renda por setor censitário.

Mapa 4. Dourados-MS. Distribuição de renda predominante por setor censitário (2010)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (2010). Elaboração: MEDEIROS (2020).

É evidente a concentração de segmentos com renda acima de 15 salários, ao norte e noroeste, porções da cidade em que os loteamentos fechados de padrão mais elevado estão localizados. Conforme já destacado, estas porções da cidade são ocupadas por segmentos sociais que escolhem como e onde morar.

Em contrapartida, é acentuado o número de famílias com renda de até 1 salário mínimo, bem como a predominância de famílias com renda de 1 a 2 salários mínimos distribuídas nas periferias da cidade menos “valorizadas” em termos imobiliários, caracterizadas pelas discontinuidades e falta de acesso a serviços, infraestrutura e equipamentos.

É necessário reforçar que os segmentos socioprofissionais de nenhum e/ou menor poder aquisitivo não escolhem onde e como morar. Ainda, é necessário deixar claro que até o menor preço pode “pesar” no orçamento das famílias. Melazzo (2015) enfatiza:

Os segmentos de altas rendas, que podem exercer seu ‘poder de compra’ encontram-se no mercado os espaços diferenciados que procuram, para eles produzidos, reforçando a seletividade espacial produzida pelo mercado. Ao mesmo tempo, aos segmentos de menores rendas resta apenas pagar mais caro por localizações piores

e/ou mais distantes das áreas com alguma centralidade em comércio ou serviços urbanos [...]. (MELAZZO, 2015, p. 387).

O mesmo autor também aponta que:

Enquanto todos os segmentos de rendas (baixas, médias ou altas) encontram-se constringidos pela dinâmica homogeneizada de elevação de preços da terra urbana, em proporções muito semelhantes, as espacializações destes mesmos preços denotam processos de diferenciação espacial cada vez mais intensos. (MELAZZO, 2015, p. 387).

Desse modo, ao sul e sudeste concentram os conjuntos habitacionais do PMCMV Faixa 1, próximos a outros loteamentos privados, destinados aos segmentos baixo poder aquisitivo e, como já apontado, com preços menores do metro quadrado. Como Andrade (2015, p. 190) explana:

O direito à moradia não pode ser reduzido ao direito à propriedade individual – isto é, à casa própria. Essa questão se apresenta como um grande entrave por não permitir que o sistema funcione para atender as necessidades de moradia. Não surpreende, portanto, que a ‘solução’ físico-espacial dos empreendimentos do PMCMV tenha nascido condenada ao fracasso arquitetônico-urbanístico, a despeito das inúmeras críticas que já tenham sido realizadas a esse tipo de solução.

Para Pequeno e Rosa (2015), a localização dos empreendimentos do PMCMV nas porções periféricas da cidade sinaliza a segregação socioespacial devido à homogeneização dos segmentos e dificuldade de acesso ao tecido urbano contínuo. Ainda segundo os autores e, comprovado na realidade de Dourados, são situados em locais caracterizados pela falta de infraestrutura, equipamentos, serviços e distanciamento socioespacial.

Dessa maneira, mesmo com avanços nas políticas públicas voltadas à moradia, alguns pesquisadores reforçam que há “[...] casa de pobre para pobre, lugar de pobre para pobre, mesmo quando foi possível perceber uma melhora importante de qualidade de projeto e execução” (AMORE; CAMARGO; RIZEK, 2015, p.179). Sposito (1999) esclarece que:

Os grandes conjuntos habitacionais foram instalados nas periferias das metrópoles, grandes e médias cidades, como uma solução para o problema habitacional das populações de baixo poder aquisitivo, seja em países de industrialização consolidada, seja em países de industrialização emergente. São constituídos por grandes edificações, de uso habitacional multifamiliar, ou por uma imensidão de unidades habitacional uni familiares, servidas (e, às vezes, nem tanto) por equipamentos comerciais e de serviços, para atendimento de um consumo mais imediato. (SPOSITO, 1999, p. 90).

Dessa maneira, no contexto de uma sociedade segmentada, do ponto de vista socioeconômico, o espaço urbano é reproduzido sob a perspectiva da diferenciação que apresenta uma “superioridade” de uma porção da cidade em relação às outras, originando o processo de segregação socioespacial. Conforme aponta Carlos (2013), a segregação é o negativo da cidade e, conseqüentemente, da vida urbana.

Como esclarece Alcântara (2018, p. 47):

Nesse sentido, a diferença é produzida sob a forma de negatividade, repercutindo diretamente na vida e no cotidiano dos cidadãos que vivem nas mais diversas condições da cidade. A diferença, ao assumir contornos negativos, reverbera na constituição da desigualdade, que, no âmbito da cidade, revela-se na forma de barreiras quanto à inserção urbana de diferentes grupos sociais [...].

Portanto, lugares da cidade são diferenciados “por estratégias imobiliárias definidas pela mediação do mercado, transformando o espaço em mercadoria.” (CARLOS, 2004). Neste sentido, Melazzo (2015, p. 390) pondera que:

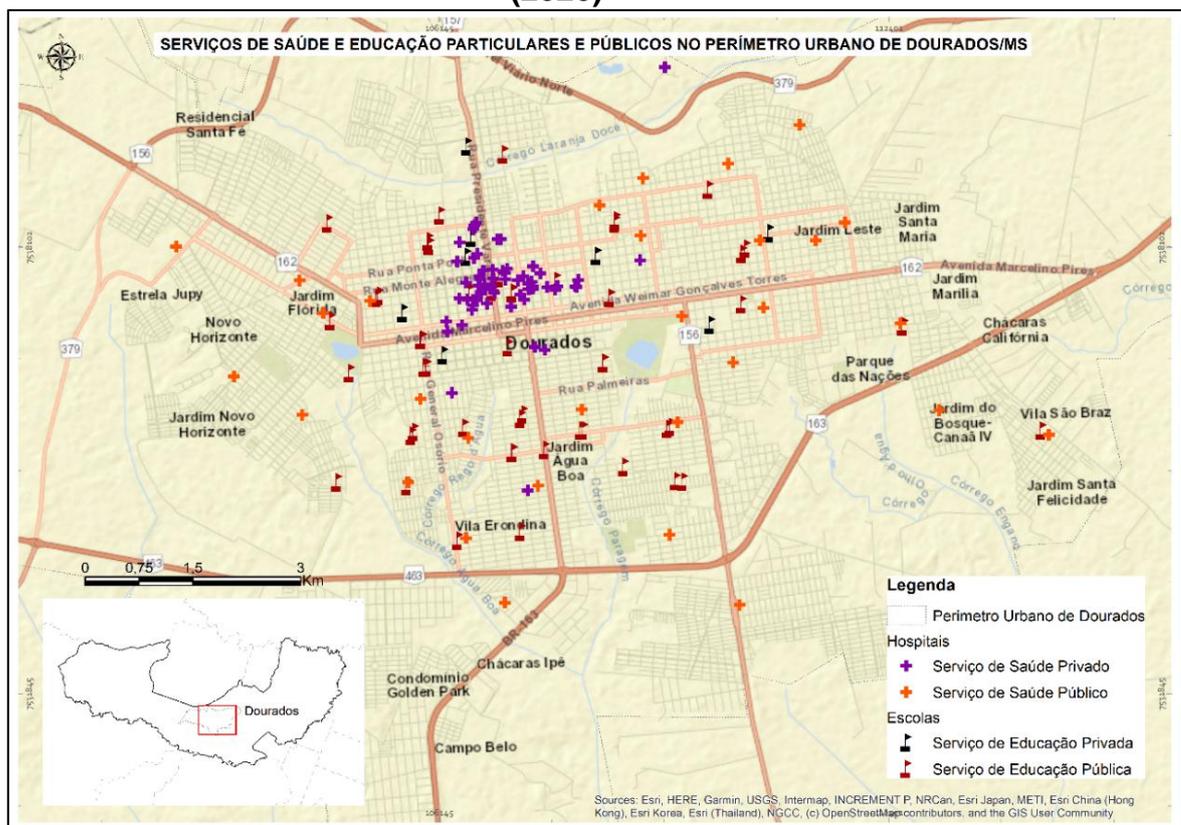
Ao longo do tempo vão se reforçando, assim, os mecanismos que alocam os diferentes segmentos de renda em suas específicas e (pré) determinadas localizações. As relações biunívocas entre renda (em geral familiar) e localizações no espaço urbano vão se estreitando a partir da coordenação de um mercado fundiário/mobiliário aquecido e que busca se apropriar da cidade de maneira integral.

A ausência de contato entre diferentes segmentos socioprofissionais em Dourados tem intensificado o processo de segregação socioespacial, que se revela, não apenas pela distância – como já apontado, o conjunto habitacional Harrison de Figueiredo, nosso objeto de estudo, localiza-se ao sul da cidade, distante do tecido urbano contínuo - mas, sobretudo, pela falta de acessibilidade, colocada pela periculosidade das vias de acesso e pela qualidade do transporte público.

A presença de infraestrutura e serviços coletivos se dá de forma muito desigual no interior da cidade, com clara concentração ao norte e noroeste, onde há uma “valorização” imobiliária, atendendo aos segmentos de maior poder aquisitivo. Ou seja, quem pode pagar além da moradia, mas também pela localização. E, como já discutido, é nessas porções da cidade que estão localizados a maioria dos loteamentos fechados de padrão mais elevados.

Para complementar a discussão, apresentamos o Mapa 5, que demonstra a distribuição espacial dos serviços de saúde e educação, tanto público como privado em Dourados. Aqui vale abrir um parêntese para destacar que esses serviços atraem demanda diária vinda das cidades pequenas, principalmente na porção sul do estado, o que faz com que Dourados se destaque regionalmente, tendo assegurada sua condição de cidade média.

Mapa 5. Dourados-MS – Serviços de saúde e educação particulares e públicos (2020)



Fonte: Prefeitura Municipal de Dourados, Secretaria do Estado de Educação e trabalho de campo (2020). Elaboração: MEDEIROS (2020).

O mapa nos permite perceber que os serviços de educação privado estão predominantemente localizados na porção norte da cidade, acima da Avenida Marcelino Pires, bem como os serviços de saúde privado explicitamente concentrados ao norte e porção central.

Ambos os serviços especializados são estrategicamente localizados em porções da cidade com infraestrutura e equipamentos coletivos de qualidade superior ao restante da cidade, como vias que facilitam chegar ao destino, pavimentação, sinalização, iluminação pública e próximo aos locais de moradia

de seu público alvo, os segmentos socioprofissionais de maior poder aquisitivo. A presença de tais serviços são condicionantes na escolha da localização dos loteamentos fechados de padrão mais elevado. Esses serviços, inclusive, são utilizados como propaganda para atrair compradores potenciais. Assim, criam-se condições que facilitam tais segmentos viverem “entre si”, ou seja, influenciam na escolha de onde e como morar dos segmentos socioprofissionais de maior poder aquisitivo, aprofundando a segmentação socioespacial e reforçando a autosegregação.

Para Corrêa (2013) a autosegregação,

[...] visa reforçar diferenciais de existência e de condições de reprodução desses grupos por intermédio da escolha das melhores localizações no espaço urbano, tornando-as exclusivas em razão dos elevados preços da terra urbana e de suas amplas e confortáveis habitações. (CORRÊA, 2013, p. 43).

Por sua vez, os serviços de educação e saúde pública, atendem a todas as porções da cidade, inclusive o norte e noroeste.

Contudo, a maioria dos serviços de saúde e educação público oferecido, principalmente os que estão localizados distante do tecido urbano contínuo (postos de saúde, UBS, UPA, CEIMs e escolas da periferia) deixam a desejar no quesito infraestrutura. Além do mais, tais serviços não suprem a demanda dos segmentos socioprofissionais de menor poder aquisitivo.

Morar na periferia é, conforme Santos (2014), “... o destino dos pobres, eles estão condenados a não dispor de serviços sociais ou a utiliza-los precariamente” (SANTOS, 2014, p. 63). Logo, concordando com Cardim (2017, p. 8534), “... faz-se necessário o entendimento da cidade como produto de investimentos seletivos da acumulação capitalista”. Assim, percebemos que, a forma que usamos a cidade está diretamente ligada à concepção desta, ou seja, a cidade não é pensada de maneira coletiva. Então, a cidade é a expressão da sociedade contemporânea e, a partir dessa ponderação, fica claro que, a diferenciação socioespacial é fruto da sociedade segmentada, característica do sistema capitalista, em que os agentes hegemônicos dominam as estratégias de produção.

Ao considerar os empreendimentos do PMCMV Faixa 1, como o conjunto habitacional Harrison de Figueiredo, é possível perceber uma cidade em que se

diminuem as áreas de convívio entre todos e na qual a esfera da vida pública, que deveria acontecer em áreas de uso coletivo pouco ou nunca se dá. Por isso, o PMCMV apesar de proporcionar a casa própria com possibilidades reais de quitação do imóvel, afasta as pessoas em seu conjunto, prejudicando o acesso à cidade, impondo a segregação socioespacial.

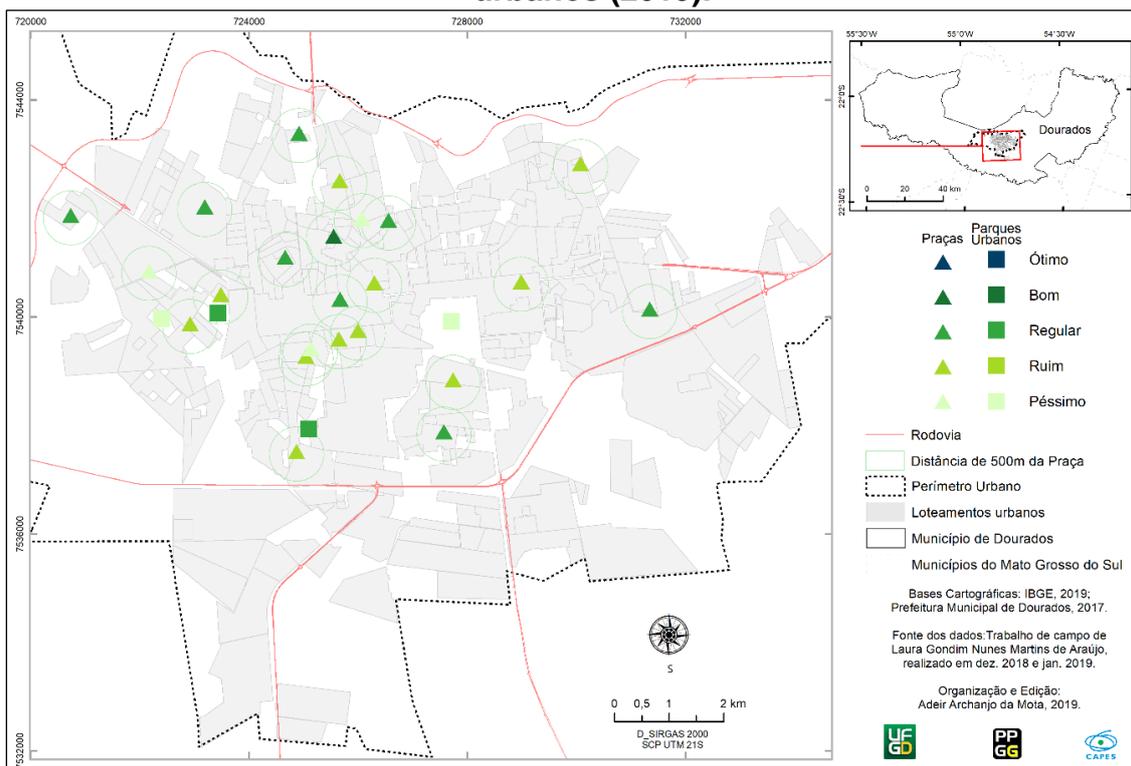
Desta forma, Sposito (1999), esclarece que:

Como o acesso a essas diferentes territorialidades urbanas está segmentado pelo poder da compra, pela capacidade de deslocamento no interior da cidade, pelo acesso à informação e ao conhecimento, construímos uma representação do espaço urbano, segundo nossos usos dos diferentes territórios. Esses usos são definidos pela frequência e pela passagem, pois grande parte desses territórios e do nosso tempo são consumidos para ir e vir no interior das áreas urbanas [...]. (SPOSITO, 1999, p. 27)

Assim, a segregação apresenta-se também, nas condições que o sujeito dispõe para ter acesso à infraestrutura, equipamentos e serviços fundamentais à reprodução da vida, se revela também, nas condições para usufruir de momentos de lazer e entretenimento.

Nesse sentido, consideramos as praças e parques, pois as áreas verdes com acesso gratuito é a possibilidade de aproximação e contato entre sujeitos, o descanso, lazer e entretenimento. O Mapa 6 mostra a localização das praças e parques urbanos da cidade e sua classificação de qualidade conforme seus frequentadores no ano de 2019. Por mais que Dourados seja servida de um número significativo de parques e praças, ao todo 27, segundo seus usuários, a maioria possui infraestrutura regular e péssima (ARAUJO, 2019).

Mapa 6. Dourados-MS – Classificação quantitativa das praças e parques urbanos (2019).



Fonte: Trabalho de campo ARAÚJO (2019). Elaboração: MOTA (2019).

Além de se concentrarem à noroeste, chama a atenção a qualidade superior das praças e parques desta porção da cidade, elemento que contribui para “valorizar” essas áreas.

Por outro lado, constatamos que as praças e parques localizados nas demais porções da cidade, próximos a bairros locais de moradia de segmentos socioprofissionais de menor poder aquisitivo, possuem infraestrutura considerada ruim ou péssima. E, chamamos atenção para o sul e sudeste, porções em que se localiza todos os conjuntos habitacionais do PMCMV Faixa 1, a quantidade de praças e parques é escassa e de qualidade inferior. Assim, concordamos com as reflexões de Araujo (2019, p. 99):

[...] fica claro que as áreas públicas douradenses se concentram em quantidade na porção oeste, e em relação a qualidade na porção norte. Com isso, a população residente da região noroeste possui maior acesso as áreas públicas. Vale salientar que a porção do extremo sudeste da cidade está desprovida de quaisquer áreas públicas.

Além disso, Pereira (2010), evidencia a importância do local de moradia para democratizar o acesso a equipamentos e serviços públicos, visto que, a existência e até oferta destes, não significa o acesso e uso.

As dificuldades de mobilidade, é um dos fatores que justifica a falta de acesso e uso de praças, parques e demais áreas de lazer em Dourados. Santos (2014, p. 116), nos aponta que,

Como certas áreas não dispõem de certos bens e serviços, somente aqueles que podem se deslocar até os lugares onde tais bens e serviços se encontram têm condições de consumi-los. Desse modo, as pessoas desprovidas de mobilidade, seja em razão de sua atividade, seja em razão de seus recursos, devem resignar-se à não utilização de tais bens e serviços, cujos preços são, às vezes, inferiores aos de sua localidade.

Agravando esta realidade, no interior dos empreendimentos do PMCMV Faixa 1 não possuem sequer área de lazer (no máximo um parquinho em uma caixa de areia que não atende todas as faixas etárias) ou incentivo à arte e ao esporte para crianças e jovens.

Nesse sentido, o trecho da música “Fim de semana no parque” interpretada pelo grupo brasileiro de Rap, Racionais MCs, traz a realidade de São Paulo-SP, no entanto, podemos pensar o contexto de Dourados e os conjuntos habitacionais do Programa.

Aqui não vejo nenhum clube poliesportivo. Pra molecada frequentar, nenhum incentivo. O investimento no lazer é muito escasso. O centro comunitário é um fracasso. (RACIONAIS MCs, Raio X Brasil, Faixa 2, 1993)

Ainda, outro trecho da música permite refletir sobre o par segregação ↔
autossegregação:

Olha só aquele clube que da hora. Olha aquela quadra, olha aquele campo olha. Olha quanta gente. Tem sorveteria, cinema, piscina quente. Olha quanto boy, olha quanta mina [...]. Olha só aquele clube que da hora. Olha o pretinho vendo tudo do lado de fora [...]. Ele apenas sonha através do muro [...]. (RACIONAIS MCs, Raio X Brasil, Faixa 2, 1993).

Os trechos da música descrevem vários equipamentos e serviços como clube, quadra, piscina quente de um lado do muro, provavelmente de um loteamento fechado de padrão elevado. Por sua vez, do outro lado do muro há apenas um sujeito sonhador, “vendo tudo do lado de fora”. É possível acompanhar em cada estrofe os sujeitos do processo como aponta Sposito

(2013) e traçar na memória, de qual lado do muro está aquele que segrega e o que está sendo segregado.

Rodrigues (2007), aponta para o desafio de ir além das aparências e compreender a complexidade das desigualdades socioespaciais.

Nas áreas ricas ou nobres, bairros jardins, onde trabalha, reside e transita uma determinada camada de classe, as unidades habitacionais têm ampla fachada, garagens, grades e muros, ruas, avenidas, praças com iluminação pública, ajardinamento e arborização onde se encontram vigias em cubículos e empregados que só aparecem no vai e vem do morar ao trabalhar. (RODRIGUES, 2007, p 75-76).

Assim, o processo de reprodução da cidade indica a produção de um espaço segregado, gerando conflitos que se manifestam no plano do cotidiano em que as contradições podem ser percebidas.

O **conflito** é produto da contradição entre o espaço vivido como valor de uso e o espaço que se reproduz, tendencialmente, como valor de troca; um conflito que se desenvolve na vida cotidiana e se manifesta como problema espacial. (CARLOS, 2001, p.286. Grifo da autora).

Na geografia do nosso dia a dia, a percepção de alguém que com um simples ato de caminhar apreende o espaço diferenciado, desigual e contraditório em uma cidade média como Dourados/MS.

[...] a produção espacial expressa, portanto, as contradições que estão na base da sociedade, e que, sob o capitalismo, traz determinações específicas no âmbito de uma lógica do desenvolvimento espacial desigual fundado na concentração da riqueza que hierarquiza e normatiza as relações sociais e as pessoas (CARLOS, 2015, p. 12).

O compilado de fotos que segue nos permitem perceber os contrastes entre os loteamentos fechados de padrão mais elevado (ao norte e noroeste da cidade) e os conjuntos habitacionais implantados pelo PMCMV (ao sul e sudeste da cidade). Os loteamentos fechados são servidos por infraestrutura como, iluminação (a maior parte subterrânea para evitar poluição visual), pavimentação asfáltica, e serviços públicos, com qualidade superior a outras áreas da cidade. Também se observa a arborização, feita por paisagista, marcando a presença de palmeiras imperiais. Por sua vez, as áreas que concentram os conjuntos habitacionais do PMCMV Faixa 1, não possuem infraestrutura, equipamentos e serviços fundamentais suficientes à demanda de moradores.

A pavimentação asfáltica do conjunto habitacional Harrison de Figueiredo, por exemplo, encontra-se em situação precária. Por sua vez, ainda que cada casa possua uma muda já plantada próximo à calçada, as árvores ainda não cresceram, contribuindo para não amenizar a temperatura local em dias quentes.

Foto 10. Dourados-MS – Ecoville Residencial & Resort e Conjunto Habitacional Harrison de Figueiredo



Fotos: CALIXTO (2018) e SOUZA (2019).

Diante do exposto apreendemos que a maneira pela qual os sujeitos e agentes dominantes produzem e consomem moradia é, dialeticamente, a maneira que produzem e consomem a cidade.

Assim, a segregação se expressa no rompimento de relações entre segmentos socioprofissionais. Além de revelar uma cidade bipartida, essa realidade amplia as distâncias materiais e imateriais.

A segregação socioespacial se apresentaria como um processo de acesso desigual entre as diferentes classes à cidade, com um diferenciado consumo e utilização dos meios ou bens de consumo coletivo, como também com relação à sua localização espacial – ricos de um lado e pobres de outro. (VIEIRA, 2006, p. 14).

Assim, revela-se, por meio da separação social, uma cidade transformada em sua essência. (SPOSITO e GÓES, 2013). Desse modo, a reprodução do espaço urbano em Dourados reproduz a desigualdade concretamente, por meio dos modos de apropriação diferenciados da cidade para a realização da vida (CARLOS, 2017, p. 35).

Na cidade, “cada segmento parece viver e funcionar autonomamente, agarrando-se com todas as forças ao que conseguiu para si na luta cotidiana pela sobrevivência. (HARVEY, 2014, p.49). É o cotidiano o lugar em que acontece o conflito, que se revela a necessidade e como supri-la o que explica a reivindicação pelo direito a cidade, “onde a vida ainda não se banalizou, onde a permanência mantinha a identidade” (CARLOS, 2001, p. 279).

Como afirma Lefebvre, é sobretudo o uso político do espaço que restitui, ao máximo, o uso, o que significa o questionamento da produção espacial voltada para a troca e valor de troca. E é nessa dimensão que eclode o conflito. O desejo contido na vida cotidiana pode abrir possibilidades de ruptura da trivialidade e monotonia do cidadão ‘isolado’ para constituição de uma rede que o coloque em contato maior e mais denso com o ‘vizinho’ na luta por um destino comum. (CARLOS, 2001, p. 280).

Portanto, trata-se de um processo que envolve o acesso às infraestruturas, equipamentos e serviços fundamentais à reprodução da vida e representa a separação radical, o isolamento de uma parte da sociedade em descontinuidade do tecido urbano, fazendo com que sejam obrigados a romper relações com outros locais da cidade.⁴¹

Essa é a realidade dos moradores do conjunto habitacional Harrison de Figueiredo, localizado às margens de uma rodovia estadual. Os moradores

⁴¹ De acordo com Carlos (2013), a segregação socioespacial só poderá ser superada por meio da construção do direito à cidade como projeto para toda a sociedade.

enfrentam longas distancias – considerando as vias conhecidas por acidentes de trânsito e a falta de meio de locomoção adequado – diariamente para ter acesso à educação, saúde, comércio, serviços e chegar ao local de trabalho. Por estes motivos, os moradores passam a evitar o deslocamento para outros locais da cidade, rompendo relações, conforme discutiremos a seguir, com base na realidade dos que vivenciam esses problemas cotidianamente.

CAPÍTULO 4

O PMCMV E O PROCESSO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA REALIDADE DOS MORADORES

A dinâmica do distanciamento socioespacial, sob a justificativa de suprir a necessidade de morar dos segmentos socioprofissionais de menor poder aquisitivo, vem reproduzindo o espaço em descontinuidade. Essa descontinuidade, promove a segmentação, que indica uma separação dos moradores na cidade conforme o poder socioeconômico. Por consequência, o diálogo entre as partes da cidade torna-se frágil e/ou se rompe, elementos que nos levam a compreender a segregação socioespacial.

Um dos fatores que materializa o distanciamento socioespacial é a implantação dos conjuntos habitacionais em áreas periféricas desprovidas de infraestrutura adequada e serviços de qualidade como escola, CEIM, UBS, lotérica, vias e sinalização de trânsito praça, parque etc. Isso marca as distâncias e as fronteiras materiais e imateriais, do isolamento. Como reitera Sposito (2013b), na cidade “[...] parece que não há lugar para todo mundo” (SPOSITO, 2013b, p.61).

Nas palavras de Carlos (2017, p.48), “Os moradores não compatíveis com o processo de valorização que a ação do Estado promove são sumariamente enviados à periferia da mancha urbana, destituídos de seus empregos, identidade e memória”. Essa é a realidade que tem complicado o cotidiano dos moradores do conjunto habitacional Harrison de Figueiredo e (re)afirmado o processo de segregação socioespacial.

Trazemos então, uma compreensão sobre as relações e práticas socioespaciais a partir da escala do lugar, ligada ao cotidiano dos moradores do referido conjunto habitacional. Visto que, é no cotidiano que é possível compreender os processos de constituição da vida.

Logo, é no plano do lugar e na vida cotidiana que o processo de segregação socioespacial alcança uma dimensão real e concreta. Interessa-nos, então, analisar esse processo a partir da perspectiva, ponto de vista e cotidiano do morador, ou seja, como este percebe e vivencia o local que mora e a cidade.

Ao longo da pesquisa, verificamos que, a partir dos moradores (115), homens e mulheres de diferentes idades que responderam formulários, e com as narrativas dos entrevistados (11), revela-se as dificuldades de morar em um local marcado pelo distanciamento.

Visando buscar elementos para responder as questões propostas pelo trabalho, o formulário⁴² foi elaborado com 35 questões, no entanto, foram selecionadas 28 para tratamento estatístico e discussão dos dados, por fornecerem elementos importantes para discussão.

Com relação ao recurso da entrevista, optados pelo modelo semiestruturado, sem perguntas elaboradas, somando as ideias objetivas, dedutivas do pesquisador e as emoções, sentimentos, experiências e inquietações do entrevistado, permitindo que falasse livremente. A entrevista semiestruturada também foi realizada com agentes “bem informados” como o secretário da escola e a diretora da UBS, para obtermos dados e informações a respeito do serviço de educação e saúde que atendem o conjunto.⁴³

Vale reforçar que:

[...] a entrevista pode ser definida como um processo de interação social, no qual o entrevistador tem por objetivo a obtenção de informações por parte do entrevistado. [...] entrevista-se porque acredita-se que o entrevistado detém informações que, transmitidas ao entrevistador, podem ajudar a elucidar questões. (COLOGNESE e MELO (1998, p. 143 *apud* ALCANTARA 2018).

Adotamos um procedimento que, em virtude do perfil e rotina de trabalho dos moradores, nos permitisse encontrar o entrevistado no conjunto habitacional. Assim, durante o período de dezembro de 2018 e março de 2019, a maioria das entrevistas foram feitas nos finais de semana, ocasião que conversamos com moradores que estavam em frente as suas casas tomando tereré ou cerveja, fumando cigarro ou narguilé, enquanto percorríamos a pé pelo conjunto habitacional, muitas vezes, até o sol se pôr. Pelo menos oito entrevistas nos possibilitaram conhecer alguns aspectos do cotidiano e modo de vida dos moradores.

⁴² Convém registrar que o tratamento estatístico dos formulários foi realizado afim de garantir 90% de nível de confiança e margem de erro de 7%. A opção pelo formulário ocorreu pelo fato deste oferecer, a possibilidade de abertura para outras respostas e/ou questões que podem ir além das opções propostas pelas pesquisadoras e fornecer novos elementos, ao contrário do questionário, que é mais "engessado", podendo, inclusive, ser preenchido na ausência do pesquisador.

⁴³ Procuramos assegurar um compromisso de responsabilidade ética, informando aos onze entrevistados a preservação da identidade, o objetivo da nossa pesquisa e como os dados coletados seriam utilizados.

Em nossa abordagem, buscamos apreender seus trajetos diários. Além disso, dedicamos boa parte de nossa atenção acerca do cotidiano da mulher – principalmente mãe e solteira – em um local em descontinuidade ao tecido urbano consolidado. Essa realidade nos permitiu refletir acerca de como a segregação socioespacial pode ser mais severa para determinados sujeitos sociais a partir de componentes de sua realidade.

Em frente de suas casas, ou no caminho para o trabalho, as moradoras relataram os percursos diários de casa para o trabalho, para a escola dos filhos e para a casa novamente, no fim do dia, para as poucas horas do descanso.

Afim de compreendermos os significados da casa própria e as relações de pertencimento com o local de moradia, realizamos uma enquete com 30 moradores, no dia 18 de junho de 2019. Optamos por realizar as enquetes em locais e horários estratégicos, como: no ponto de ônibus mais próximo, à margem da rodovia 156, por volta de 12h, e em frente à escola do bairro, por volta de 12h50 min. (horário de entrada dos alunos) e 17h15min. (horário de saída dos alunos).

Para a análise nos baseamos autores como: Carlos (2017), Lefebvre (1981, 2016), Harvey (1980), Hiernaux e Lindón (2004), Lindón (2005), Milani (2016) e Santos (2014).

É importante também considerar que, em alguns casos, o morador não estava preparado para responder algumas perguntas feitas, não havia se atentado para fatos que estavam sendo questionados ou que nunca havia pensado sobre o assunto.

Contudo, não privilegiamos ou alteramos quaisquer elementos presentes nas falas dos moradores, ouvimos atenciosamente e registramos o que tinha a dizer, sem opinar a respeito, levando em consideração as experiências vividas.

O contato direto com o local, o caminhar pelo conjunto habitacional Harrison de Figueiredo, os sons, as músicas em alto volume, os silêncios, os gestos, as conversas, risos e brigas, foram essenciais para nos aproximar do cotidiano dos moradores.

Estas experiências produzem sentidos e significados, revelando “[...] um processo de espacialização das subjetividades na cidade” (MILANI, 2016). Ou conforme coloca Massey (2008, p. 100): “... seria espaço, não como uma

superfície lisa, mas como esfera da coexistência de uma multiplicidade de trajetórias”.

Enquanto lugar da reprodução, o cotidiano é onde a vida se realiza por meio de um processo que abrange toda uma sociedade. A partir de então, Lefebvre (1981, p.81) esclarece que: “O cotidiano não é um espaço-tempo abandonado, não é mais um campo deixado à liberdade e a razão ou à bisbilhotice individuais. Não é mais o lugar em que se confrontavam a miséria e a grandeza da condição humana. [...]”

Para o morador da periferia descontínua, o tempo de vida, que se expressa no cotidiano, não acompanha as transformações do espaço urbano devido:

A sensação de tempo se acelera, as transformações nos referenciais urbanos (de como as pessoas se identificam com o lugar onde moram) se alteram em decorrência das mudanças nas possibilidades de uso do lugar, nos modos de vida nesse lugar. (CARLOS, 2001, p. 32).

De acordo com Sposito (2013b), a ocupação do tecido urbano é marcada por discontinuidades, e contribui com a ampliação das desigualdades socioespaciais, por meio da iniquidade na ocupação das áreas de moradia, desse modo evidenciando a segregação socioespacial. Esta, que por sua vez, é materializada no distanciamento socioespacial que isola e rompe relações sociais. Nesse sentido, Carlos (2004), aponta que:

As formas urbanas se transformam, redefinindo os passos, criando ausências, revelando-se enquanto negação da identidade em função das destruições dos referenciais urbanos que sustentam a vida e a memória. Presenciamos, com isso, a constituição de uma sociedade marcada pelo distanciamento do homem com o outro através da dissolução das relações de vizinhança, o distanciamento da natureza, o esfacelamento das relações familiares, a mudança das relações dos homens com os objetos [...]. (CARLOS, 2004, p. 54).

Além disso, a reprodução da vida não se resume apenas as relações estritamente econômicas, que prevê a reprodução do espaço urbano sob a lógica da realização do capital (valor de troca):

A vida do homem social não se reduz, necessariamente, à sistematização fechada dos processos calculistas do econômico; ela se rebela como condição mesma da própria reprodução humana, que não é somente repetição, imitação, que não se contenta com a homogeneidade das relações reificadas pelo Estado. As subversões estão localizadas no nível do social, naquilo que escapa à reprodução estrita do econômico, e que desloca o econômico, reiterando-o, ao

menos momentaneamente, do posto privilegiado de hegemonia irrestrita sobre destinos da sociedade. (PADUA, 2017, p. 80).

Apesar da conquista da casa própria, as dificuldades e necessidades básicas permaneceram e até aumentaram no cotidiano dos beneficiários e suas famílias, revelando o isolamento e o valor do sujeito conforme sua localização. (SANTOS, 2014).

A localização do empreendimento, distante do restante da cidade, afeta diretamente no modo de vida dos moradores, dificultando o cotidiano. Aqui vale destacar que existe uma diferença entre o que é “longe” e “perto” para segmentos socioprofissionais de poder aquisitivo diferente.

Os deslocamentos de populações em contextos variados e envolvendo ao longo do tempo escalas espaciais diferenciadas conferiram complexidade crescente ao conceito de mobilidade como expressão de organizações sociais, situações conjunturais e relações de trabalho particulares. (BECKER, 2006, p. 319).

Portanto, as distâncias não são apenas físicas, apenas o cálculo em quilômetros do trajeto entre localização e o destino não é suficiente para identificar o distanciamento socioespacial, é necessário considerar as condições para realizá-lo. Ir até sua garagem, pegar seu veículo e se deslocar ao centro principal ou qualquer outro destino, difere muito de ir até o ponto de ônibus e gastar cerca de 2 horas, com o péssimo serviço de transporte público, em um trajeto percorrido muitas vezes em pé em ônibus lotado, com várias paradas e, fazendo a baldeação no único terminal de transbordo da cidade (7 km do conjunto habitacional Harrison de Figueiredo), para chegar ao destino e, esse, é o caso dos moradores do referido conjunto habitacional.

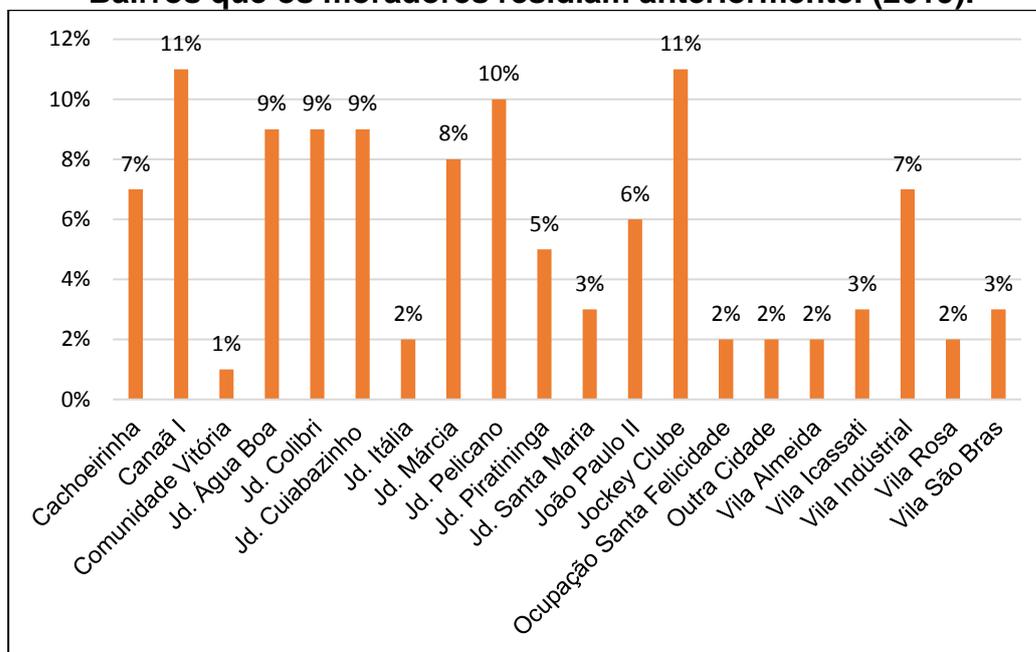
Contudo, o distanciamento socioespacial, ganha novos conteúdos materiais e imateriais no cotidiano dos moradores, implicando na forma em que se tem acesso aos equipamentos e serviços públicos e privados.

A localização é, ela própria, também um produto do trabalho e é ela que especifica o intra-urbano. Está associada ao espaço intra-urbano como um todo, pois, refere-se às relações entre determinado ponto do território urbano e todos os demais. (VILLAÇA, 1998, p. 24).

Ao realizar uma breve análise de como se deu a transição de moradia anterior para o conjunto habitacional onde agora moram (Gráfico 13), foi possível perceber que a maioria das famílias - com exceção das famílias que moravam

no Jardim Água Boa (1,8 km do centro principal) e moradores que vieram de outra cidade⁴⁴- já moravam em bairros periféricos e descontínuos ao tecido urbano.

Gráfico 13. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Bairros que os moradores residiam anteriormente. (2019).

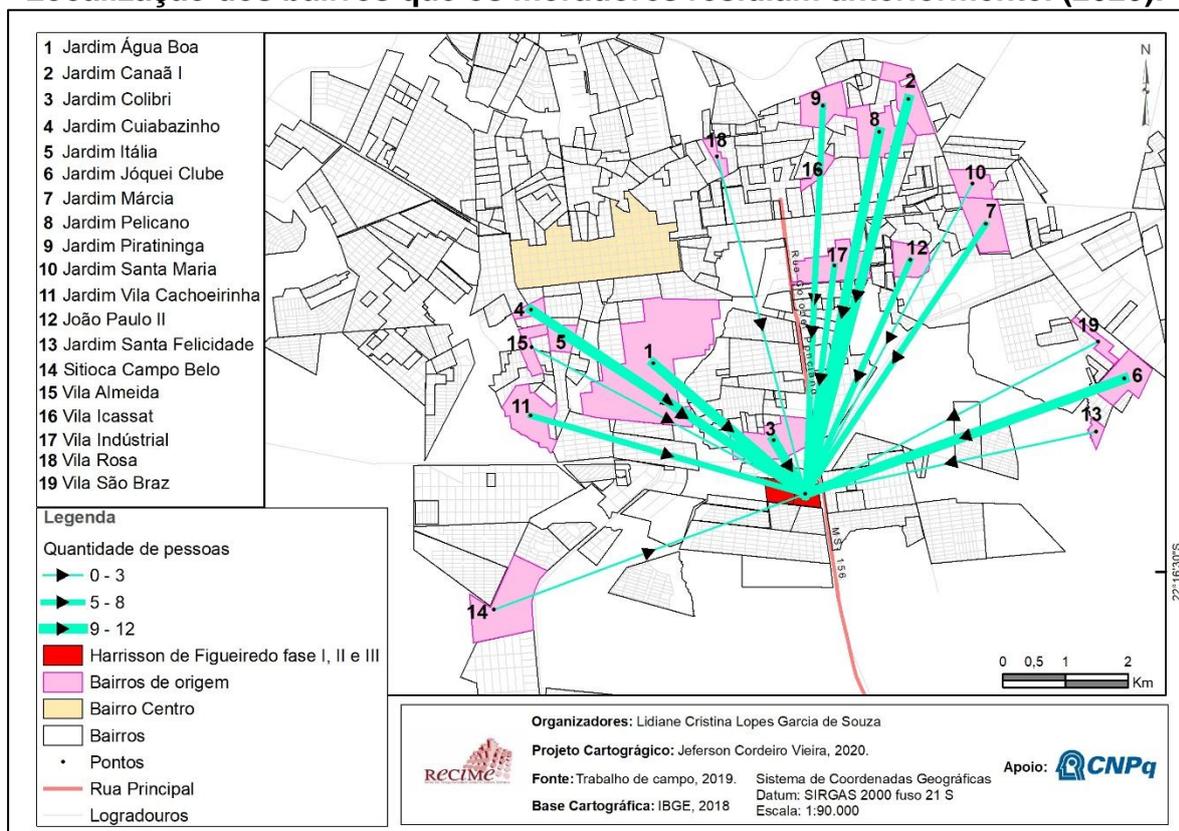


Fonte: Trabalho de campo (2019). Org.: SOUZA (2019).

Percebemos que as localizações anteriores já eram distantes e conhecidas pela carência de equipamentos, infraestrutura e serviços.

⁴⁴Mesmo sendo obrigatório para inscrição no Programa, o comprovante de residência de pelo menos dois anos em Dourados, 2% dos moradores, que responderam o formulário alegaram que seu último endereço não era na cidade. Relataram ainda, que utilizaram comprovante de residência de parentes citadinos, revelando formas de burlar o cadastramento.

Mapa 7. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo. Localização dos bairros que os moradores residiam anteriormente. (2020).



Fonte: Trabalho de campo (2019). Elaboração: VIEIRA (2020)

Os conjuntos habitacionais do PMCMV, Faixa 1, foram implantados em áreas distantes da cidade, e distantes também dos bairros em que a maioria da população beneficiada morava anteriormente, o que dificulta a realização da reprodução da vida. Na maioria das vezes, a escola, o posto de saúde que frequentavam localizava-se próximos às casas e os moradores não tinham tanta dificuldade de locomoção para o trabalho.

Com relação ao acesso à cidade, aos serviços e às infraestruturas houve grande convergência na percepção de que a inserção urbana em periferias consolidadas em termos gerais como característica predominante dos empreendimentos da Faixa 1 do Programa – tende a impor um distanciamento cada vez maior da chamada cidade completa plenamente dotado de infraestrutura, de equipamentos urbanos, de comércio e serviços diversificados e, fundamentalmente, de oferta de emprego. (RUFINO, 2015, p. 68).

Ao mudarem para o conjunto habitacional, somando à distância do trabalho e da escola, os moradores diminuíram e até perderam contato com amigos e familiares vizinhos ao antigo endereço e tinham proximidade, os

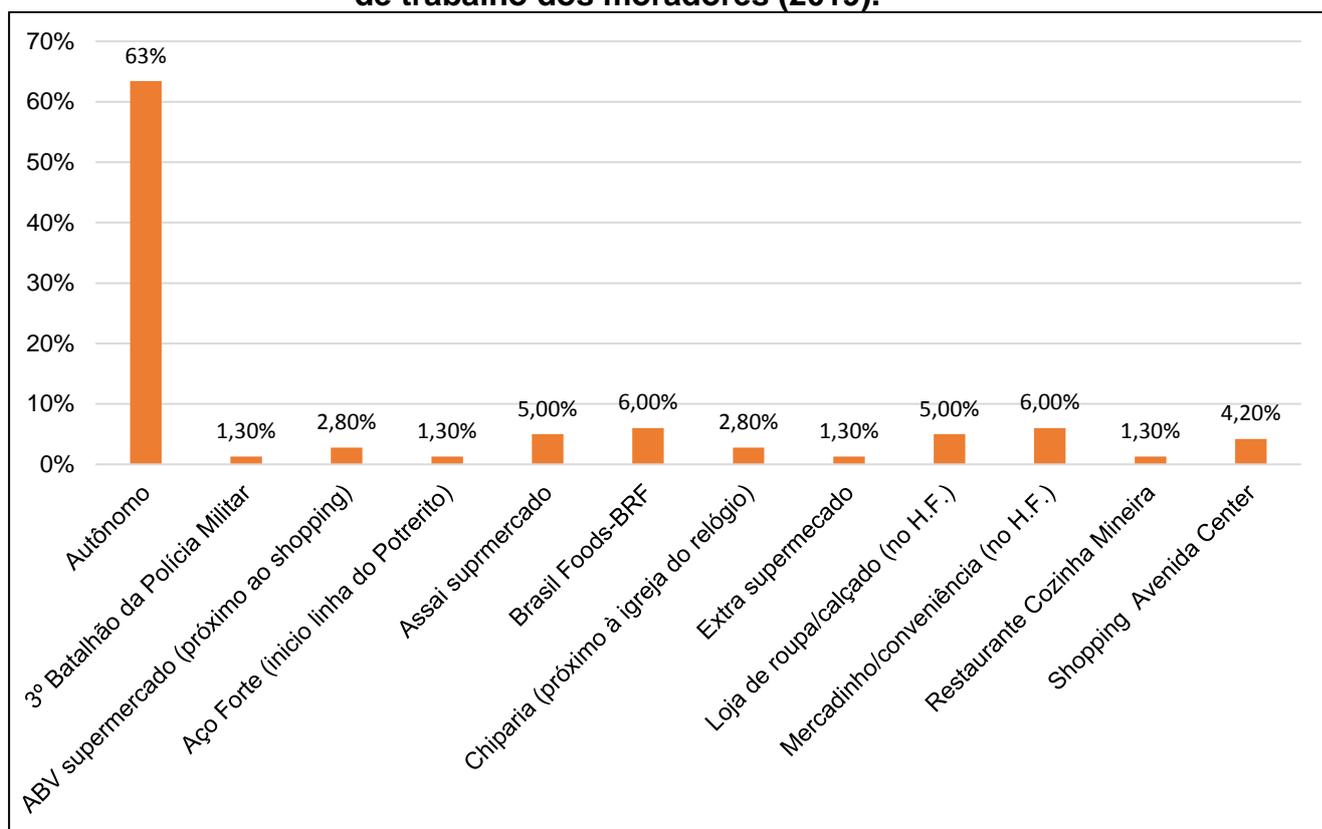
auxiliavam nos desafios do cotidiano, nas tarefas domésticas, no cuidado com os filhos, no acompanhamento do filho ou irmão até creche/escola, na carona até o trabalho, no “socorro” no caso de emergência, seja ela a falta do gás de cozinha ou um incêndio.

Dessa maneira, para além da função de auxílio nas tarefas diárias, estar próximo de pessoas conhecidas significa, o acolhimento, o encontro, o momento da roda de tereré depois de um longo dia de trabalho, o lazer do sábado à noite, o churrasco de domingo, etc. No entanto, para suprir a necessidade de morar, deslocam-se para ainda mais distante do local que já viviam, recomeçando e adaptando o cotidiano.

Ao longo da pesquisa, valorizamos a análise dos trajetos percorridos pelos moradores até o local de trabalho, para acesso à educação, lazer e saúde, os meios de locomoção e tempo utilizado para realizá-los, levando em consideração principalmente a qualidade do serviço de transporte coletivo e condições dos meios de locomoção individual. Assim, o cotidiano vai revelando que a segregação socioespacial pode ser observada, por meio das (im)possibilidades de acesso que dispõe cada segmento socioeconômico, conforme a moradia que ocupa, com localizações diferenciadas.

O Gráfico 14 apresenta o local de trabalho dos moradores que responderam aos formulários. Esclarecemos que, dos 115 formulários, 72% trabalham e os outros 26%, como já destacado anteriormente, estão divididos entre as aposentados (2% dos moradores), mães e dona de casa (24%).

Gráfico 14. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Local de trabalho dos moradores (2019).



Fonte: Trabalho de campo (2019). Org.: SOUZA (2019).

Observamos que a maioria dos moradores (63%) são autônomos, ou seja, trabalham por diárias e não possuem os direitos trabalhistas assegurados pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Nessa mesma situação encontram-se moradores que investiram no próprio negócio no interior do conjunto habitacional (4,6%), construindo mais um cômodo na casa para adaptar loja de roupa e/ou calçado. Desta forma, a casa, que já possuía uma área limitada para moradia, fica ainda menor à medida que também congrega a condição de ponto comercial.

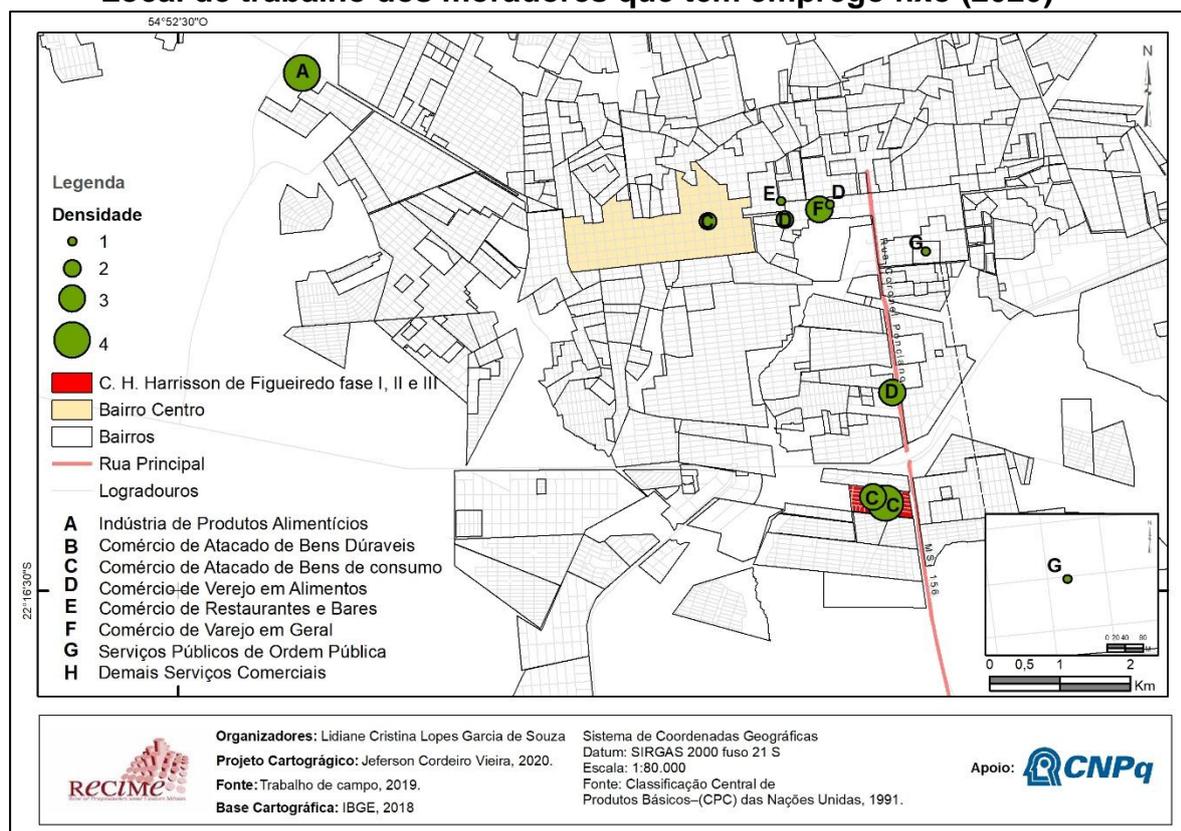
Os moradores enfrentam dificuldades de diversas ordens, para chegar ao local de trabalho. Inclusive, a distância pode ser um fator de desvantagem para se conseguir um emprego. Afinal, pode chover, o ônibus pode atrasar etc, o que, muitas vezes, é visto pelo empregador como problema.

Já o morador que investiu no próprio negócio no interior do referido conjunto habitacional, trabalha apenas para a demanda formada por moradores

e loteamentos vizinhos. Devido à localização do empreendimento, não pode contar com clientes de outras porções da cidade.

O trabalho de campo indica que, mesmo se tratando de cidades médias, em que as distâncias são comparativamente menores que em áreas metropolitanas, se percorre longas distancias para chegar ao destino desejado e retornar para casa todos os dias. Corrêa (2013) afirma que, “às precárias condições de existência crescem-se os custos de toda ordem nos deslocamentos cotidianos para o trabalho”. (CORRÊA, 2013, p. 46). Nesse sentido, quando consideramos o local de trabalho (Mapa 8) dos que têm emprego fixo, constatamos que os moradores enfrentam significativas distâncias diárias para chegar ao trabalho.

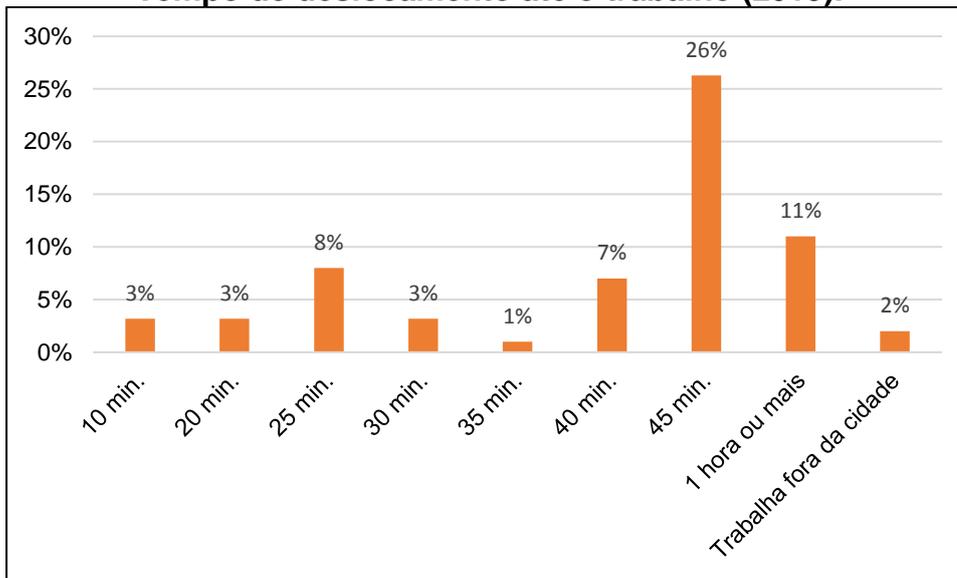
Mapa 8. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Local de trabalho dos moradores que têm emprego fixo (2020)



Fonte: Trabalho de campo (2019). Elaboração: VIEIRA (2020)

Quando questionados sobre o tempo gasto no percurso casa-trabalho, os trabalhadores responderam conforme o que demonstra o Gráfico 15.

Gráfico 15. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Tempo de deslocamento até o trabalho (2019).



Fonte: Trabalho de campo (2019). Org.: SOUZA (2019).

Percebemos que 7% dos moradores que responderam o formulário levam em média 40 minutos no caminho ao trabalho e no retorno para casa, 26% leva 45 minutos e 11% leva uma hora ou mais nesse percurso. Em uma cidade média como Dourados, onde não há complexidades e problemas com trânsito como em cidades grandes e/ou metropolitanas, é um tempo considerável gasto em um percurso diário, e que nos leva a compreender melhor o distanciamento socioespacial.

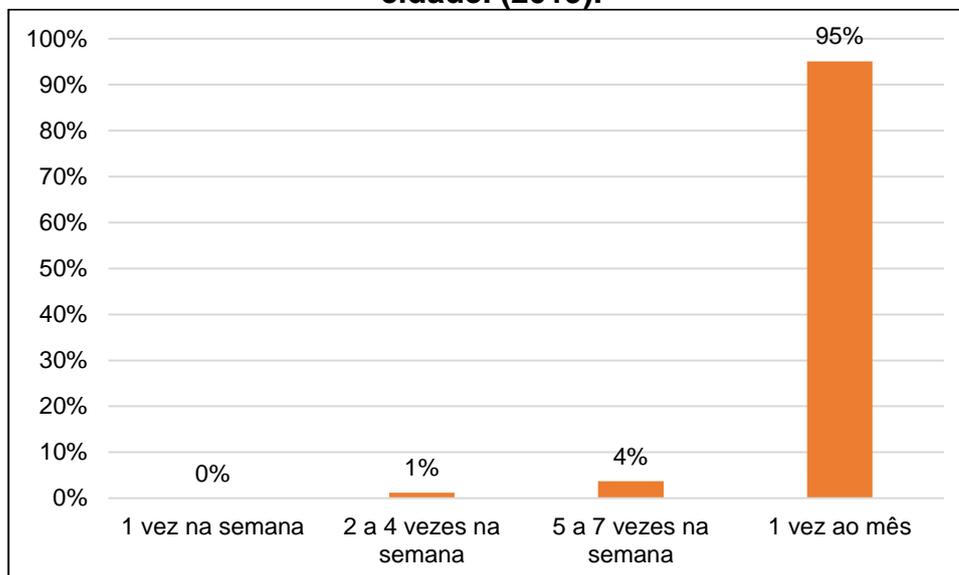
Se considerarmos que a maioria dos moradores não possui meio de locomoção, podemos perceber o cansativo cotidiano e como a localização do conjunto habitacional, descontínuo ao tecido urbano, prejudica a qualidade de vida.

Ao serem questionados em relação à frequência que vão ao centro da cidade (cerca de 10 km do bairro), percebemos que a grande maioria dos moradores (95%), vai apenas uma vez ao mês. Relatam que os motivos são as obrigações inevitáveis, como pagamentos de contas (como conta de água, energia e a prestação do financiamento do imóvel) e burocracias diversas.

Os demais deslocam-se até o centro de cinco a sete vezes (4%) na semana e 1% o faz de duas a quatro vezes, por ser a localização do trabalho. Afirmam que não costumam permanecer após o expediente no local para outras

atividades, como frequentar o comércio de vestuário ou alimentício, por ser um trajeto longo e cansativo.

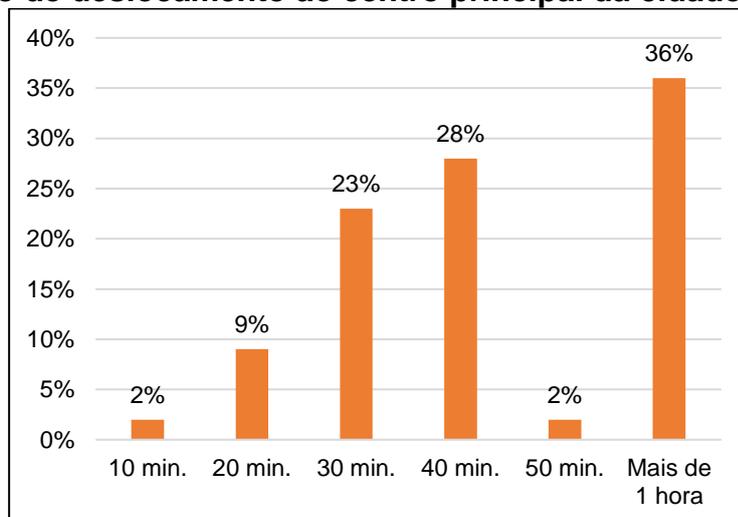
Gráfico 16. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Frequência de deslocamento dos moradores ao centro principal da cidade. (2019).



Fonte: Trabalho de campo (2019). Org.: SOUZA (2019).

O tempo de deslocamento no percurso da casa ao centro principal da cidade (Gráfico 17) chama a atenção, haja vista ser esta a segunda maior justificativa revelada pelos moradores para evitar frequentar o local. O primeiro é a falta de poder aquisitivo.

Gráfico 17. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Tempo de deslocamento ao centro principal da cidade (2019).



Fonte: Trabalho de campo (2019). Org.: SOUZA (2019).

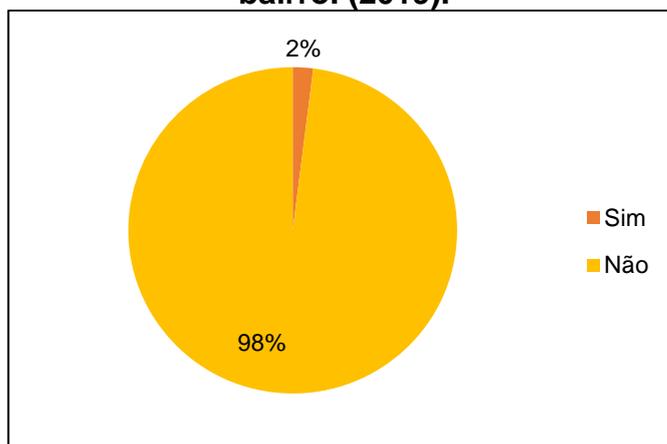
No trecho que se segue, uma moradora entrevistada informa, em tom de indignação, os motivos para evitar frequentar o centro principal da cidade, sua resposta reforça os resultados dos gráficos anteriores.

*A gente já vai pra lá *todo santo dia que Deus me deu né* [sic.]?! O dia que tenho pra descansar ou fazer outras coisas, o último lugar que quero ir é no centro. Quero paz na minha cabeça, lá é longe e tem muito barulho. (Entrevista realizada com morador A do conjunto habitacional Harrison de Figueiredo em 16 de dezembro de 2018).*

Vale destacar que, os dados obtidos por meio de trabalho de campo entre 2018 e 2019, revelam a demanda por instituição de ensino, a educação básica. Todas as crianças e jovens (total de 442), filhos dos moradores que responderam ao formulário estão em idade escolar. Destes, 441 frequenta alguma instituição de ensino.

Contudo, como afirmam os moradores (Gráfico 18), a escola mais próxima “Escola Estadual Vereador Moacir Djalma Barros” (Foto 11), localizada no conjunto habitacional Dioclécio Artuzi, não atende às necessidades dos moradores desses conjuntos habitacionais, fazendo com que as crianças tenham que estudar em escolas mais distantes.

Gráfico 18. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Grau de satisfação dos moradores com relação à escola do bairro. (2019).



Fonte: Trabalho de campo (2019). Org.: SOUZA (2019).

Foto 11. Dourados/MS - Conjunto habitacional Dioclécio Artuzi: Escola Estadual Vereador Moacir Djalma Barros - “escola do bairro”. (2019).



Autora: SOUZA (2019).

A escola foi construída, após pressão popular e intervenções de agentes políticos da esfera municipal e estadual. Inaugurada no segundo semestre de 2018, a escola prioriza atender crianças e jovens em idade escolar de bairros próximos. Dessa maneira, além dos conjuntos habitacionais Harrison de Figueiredo, Dioclécio Artuzi e Idelfonso Pedroso, a escola recebe estudantes de bairros como, Jardim Guaicurus, Explanada, Green Ville, dentre outros.

Essa realidade revela que a implantação do conjunto habitacional Harrison de Figueiredo não foi acompanhada por serviços públicos básicos, como uma escola. Considerando que a primeira etapa do empreendimento foi entregue no ano de 2014, os moradores esperaram cerca de 4 anos por uma escola.

Durante aplicação dos formulários, pais e responsáveis relatam a dificuldade em conseguir vaga na escola e que muitas vezes estudantes moradores de ruas próximas e até mesmo em frente à escola são encaminhados⁴⁵ para escolas distantes e estudantes de outros bairros são designados às vagas.

O cotidiano passa a ser exaustivo devido mais esse desafio diário, consequência do distanciamento que se desdobra no processo de segregação

⁴⁵ A rede municipal e estadual de educação de Mato Grosso do Sul possui respectivos endereços eletrônicos para que seja realizada uma pré-matricula de alunos novos. Em seguida, estes são designados pelo sistema segundo critérios como bairro da residência, se possui irmão na mesma escola e desempenho escolar.

socioespacial. As famílias encaram inúmeras dificuldades para acompanhar os estudantes até a escola ou creche.

Uma das moradoras entrevistadas revela que o filho está sem estudar por não ter vaga na escola do bairro e não ter condição de leva-lo à outra instituição de ensino devido à distância, problemas de saúde, e falta de meio de locomoção.

Eu inscrevi ele lá no sistema⁴⁶ final do ano, coloquei aqui de primeira opção, a escola do Guaicurus de segunda e o Alício por último. Não caiu em nenhuma, caiu numa escola lá do Colibri, muito longe, de tarde ainda, muito quente pra levar criança meio dia e pouco pra escola. Não tem como levar porque não tenho como voltar do trabalho na hora do almoço pra levar ele, minha mãe fica com ele, mas é de idade, não tem como ela levar. Então ficou assim, é difícil viu to tentando arrumar vaga na escola daqui, todo mês to lá atrás de vaga [...]. (entrevista realizada moradora B do conjunto habitacional Harrison de Figueiredo, 04 de abril de 2019)

Isso acontece pelo fato da escola próxima não ter vagas para atender a demanda. Por ser uma escola estadual, não possui Centro Educacional Infantil Municipal - CEIM e séries iniciais (pré-escola e 1º ano) que são, na verdade, etapas de responsabilidade do município segundo Plano Nacional de Educação - PNE.

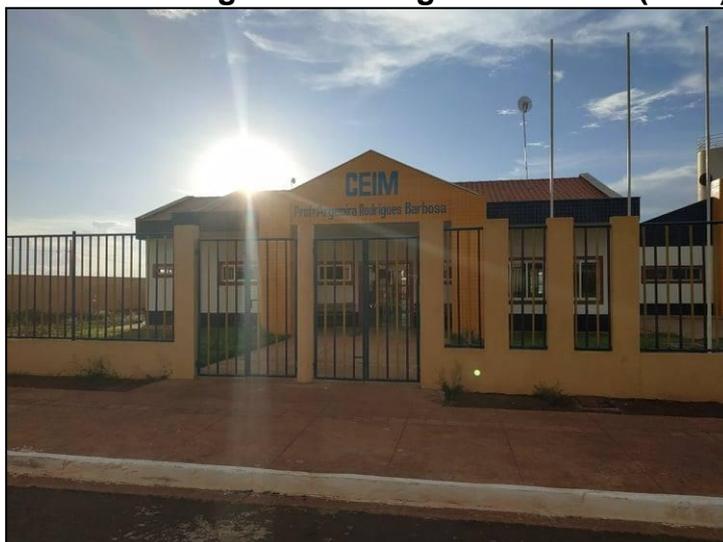
Em entrevista com o secretário da escola⁴⁷, fomos informadas que, no ano de 2019, foi oferecido turmas do segundo ano do ensino fundamental ao primeiro ano do ensino médio. No ano letivo de 2020 são ofertadas turmas no terceiro ano do ensino fundamental ao segundo ano do ensino médio.

Assim, alunos que irão cursar o terceiro ano do ensino médio, perderam vaga e tiveram que ser encaminhados para escolas em outros locais da cidade.

O CEIM (Foto 12) - localizado na Rua Dioclécio Artuzi 1 ao sul do conjunto habitacional Harrison de Figueiredo), foi construído para atender os moradores dos conjuntos habitacionais Dioclécio Artuzi, Harrison de Figueiredo e Idelfonso Pedroso, no entanto, o CEIM entrou em funcionamento apenas no final do ano de 2019.

⁴⁷ Entrevista realizada em 27 de janeiro de 2020.

Foto 12. Dourados/MS - Conjunto habitacional Idelfonso Pedroso: CEIM Prof^a. Argemira Rodrigues Barbosa (2018).

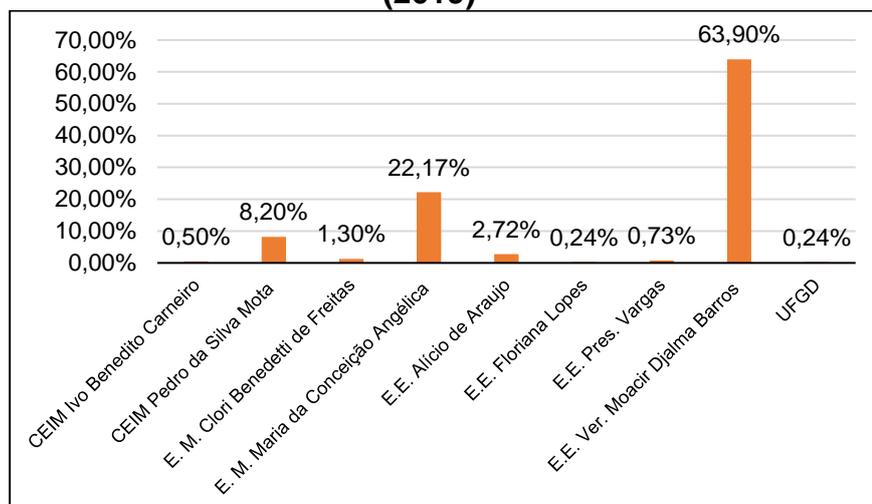


Autora: SOUZA (2018).

Como já mencionado anteriormente, somam 442 todas as crianças e jovens filhos de moradores que responderam o formulário. Destes, 198 tem idade entre zero e três anos, idade adequada para a Educação Infantil. Ou seja, mesmo com grande demanda e procura por CEIM, considerando o ano de entrega da primeira fase do conjunto (2012), o tempo de espera foi de quase sete anos.

O Gráfico 19 apresenta as instituições de ensino que as crianças, jovens e alguns adultos frequentam. Por sua vez, o Mapa 9 traz as respectivas localizações de tais instituições na cidade, para evidenciar que, até mesmo as crianças estudantes e moradoras do conjunto enfrentam longas distâncias diárias para ter acesso à educação.

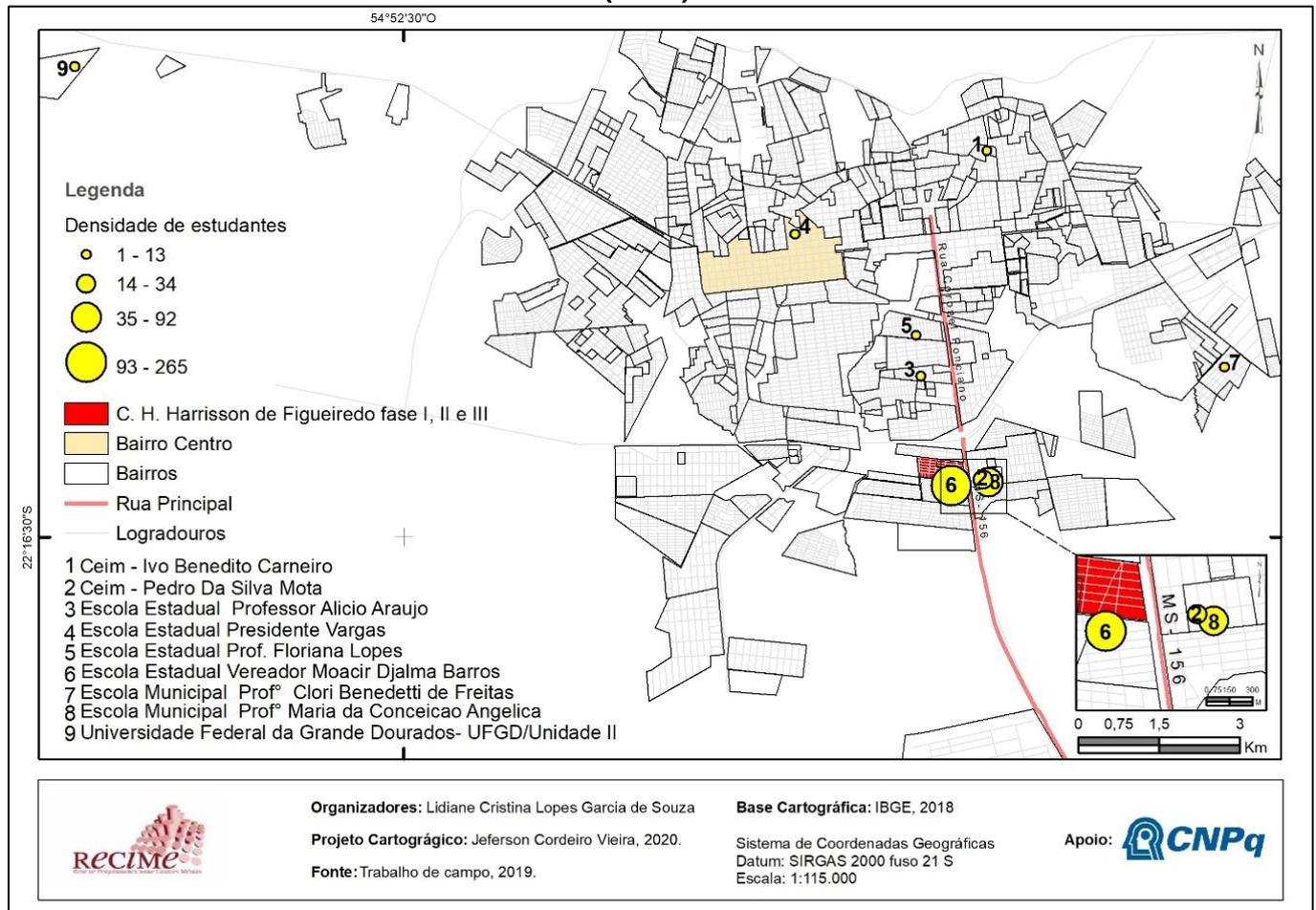
Gráfico 19. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Instituições de ensino frequentadas pelos moradores (2019)



Fonte: Trabalho de campo (2019). Org.: SOUZA (2019).

O Mapa 9 nos leva a refletir sobre questões referentes aos longos trajetos diários e o modo de vida dos moradores do conjunto habitacional, em relação à mobilidade e acessos aos serviços coletivos. Nesse caso, ter acesso ao serviço de educação básica, tem sido o desafio diário a pais e filhos evidenciando o distanciamento socioespacial e, impondo a segregação socioespacial aos moradores.

Mapa 9. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo. Locais das instituições de ensino frequentadas pelos residentes (2020).

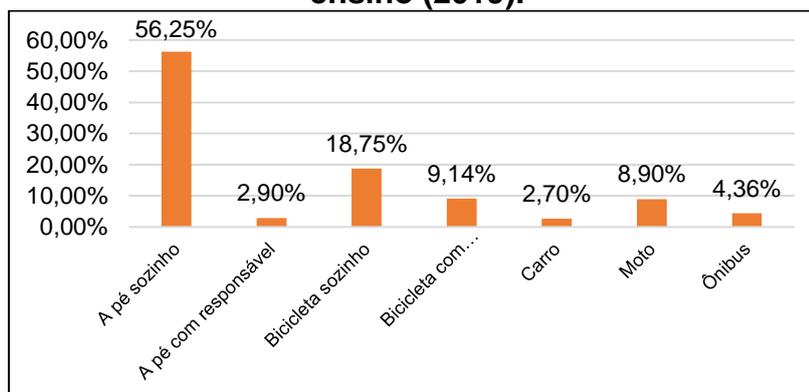


Fonte: Trabalho de campo (2019). Elaboração: VIEIRA (2020)

Torna-se preocupante o trajeto até a instituição de ensino realizado por uma parcela dos moradores, a maioria menor de idade, revelando que o distanciamento socioespacial agrava-se devido à maneira como este trajeto é realizado.

Com o Gráfico 20, buscamos mostrar como realizam o trajeto do conjunto habitacional à instituição de ensino diariamente.

Gráfico 20. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Formas de realização do trajeto dos estudantes até as instituições de ensino (2019).



Fonte: Trabalho de Campo (2019). Org.: SOUZA (2019).

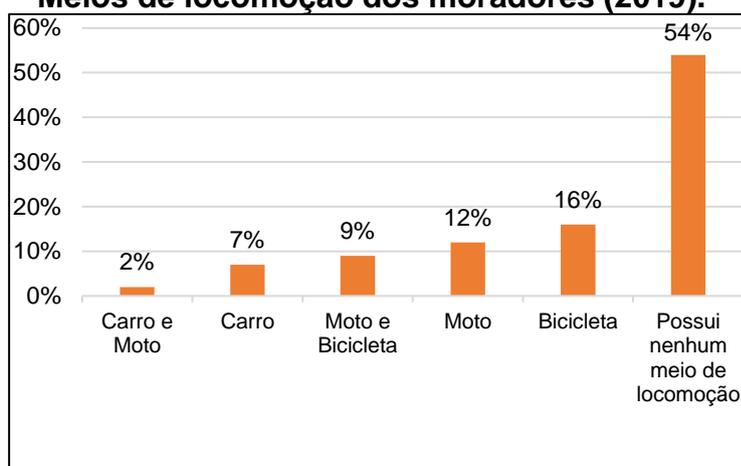
O meio pelo qual os estudantes moradores do conjunto se locomovem até as instituições de ensino que frequentam (a maioria a pé e sozinhos (56,25%) nos leva a perceber a distância que envolve a realidade dos moradores, pois, além de se deslocarem as margens de uma rodovia e em descontinuidade do tecido urbano, não têm meio de locomoção adequado. Evidencia-se, portanto, que o distanciamento e os riscos enfrentados por crianças e jovens todos os dias constitui mais uma forma pela qual se apresenta a segregação socioespacial.

Vale ressaltar que há um número expressivo de moradores em idade escolar, principalmente adolescentes entre 12 e 17 anos, que relevam optar por enfrentar longos trajetos diários seja de bicicleta, ônibus ou carona, para frequentar escolas mais distantes e/ou que mantenha a proximidade com o cotidiano do antigo local de moradia.

Essa preferência se dá por vários motivos, revelados durante a aplicação dos formulários, dentre eles está o desejo de continuar na mesma escola que frequentava antes da mudança para o conjunto habitacional; manter a proximidade com amigos e/ou vizinhos do bairro que morava anteriormente; poder “passear”, após a aula, por pontos específicos da cidade, como parques, praças e shopping.

O distanciamento socioespacial, expresso no acesso aos equipamentos, infraestruturas e serviços básicos à reprodução da vida, estabelece uma dificuldade na mobilidade urbana principalmente por quem não possui meio de locomoção próprio, como é o caso da maioria dos moradores (Gráfico 21).

Gráfico 21. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Meios de locomoção dos moradores (2019).



Fonte: Trabalho de campo (2019). Org.: SOUZA (2019).

Os moradores que possuem carro e/ou moto deixaram claro que, os veículos não são novos, alguns estão em péssimo estado e, utilizam apenas para se locomover para trabalhar e, uma vez ao mês, pagarem contas, raramente utilizam para outras funções como para o lazer.

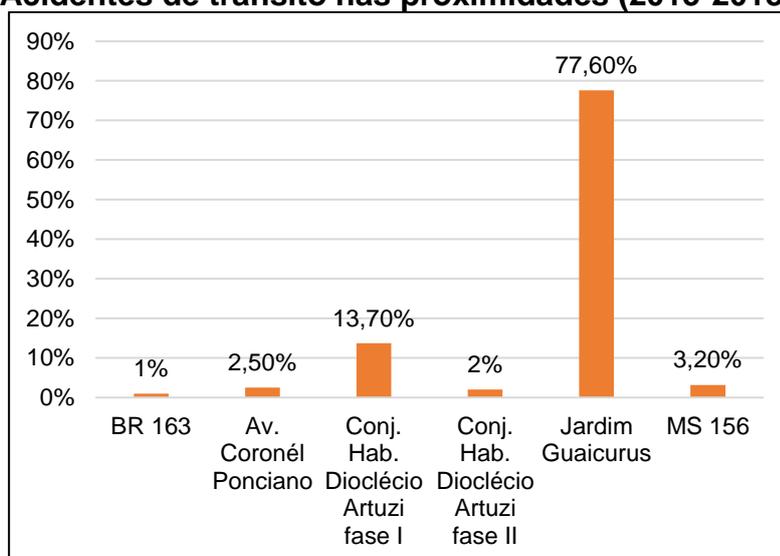
[...] quando se considera a realidade brasileira, o que não favorece a mobilidade das pessoas e, para as que têm padrão socioeconômico mais baixo, há redução de sua capacidade de acessibilidade ao conjunto da cidade. (SPOSITO; GÓES, 2013, p. 49).

Vale registrar que, de acordo com o núcleo administrativo do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, entre os anos de 2015 e 2019, foram registrados um total de total de 201 acidentes de trânsito nas áreas próximas ao conjunto habitacional estudado, conforme o Gráfico 22.

O maior índice de acidentes registrados foi na rodovia MS 156, nas proximidades do conjunto habitacional, sentido distrito industrial; próximo à FERTIPOL (loja de implementos agrícolas); e próximo à rotatória que é parte obrigatória do percurso dos moradores.

É importante esclarecer que, 1% dos acidentes registrado na BR 163, corresponde ao trecho que os moradores percorrem para acesso à Rua Hayel Bon Faker, a principal via utilizada para o acesso ao centro da cidade.

Gráfico 22. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Acidentes de trânsito nas proximidades (2015-2018).



Fonte: Núcleo administrativo do SAMU- Dourados (2019). Org.: SOUZA (2019)

As condições do serviço de transporte público mostram-se como fator determinante da produção de um espaço segregado.

A segregação socioespacial verticaliza-se. Apresentava-se como diferença tanto nas formas de acesso à moradia (como a expressão mais evidente de mercantilização do espaço urbano) quanto em relação ao transporte urbano (limitação de acesso às atividades urbanas) como expressão de separação do cidadão da centralidade. (CARLOS, 2017, p. 39).

Conforme ressalta Santos (2014, p.63) “... com o estímulo aos meios de transporte individuais, as políticas públicas praticamente determinam a instalação de um sistema que impede o florescimento dos transportes coletivos.

Foto 13. Dourados/MS - Empresa Medianeira: Linha de transporte público (2018).

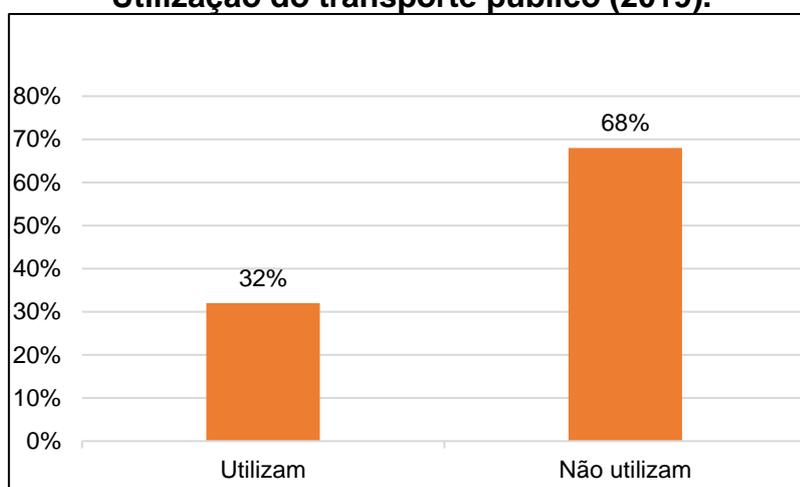


Autora: SOUZA (2018).

A porção sul da cidade à margem da rodovia e distante ao tecido urbano contínuo, na qual o conjunto habitacional Harrison de Figueiredo está localizado, possui grande demanda para uso do serviço de transporte coletivo. Em 2014, ano de implantação do referido conjunto habitacional,

[...]a linha L 05 – Guaicurus, foi beneficiada com a ampliação de horários de atendimento nos três períodos do dia (manhã, tarde e noite), incluindo até mesmo os fins de semana e feriados. Essa ampliação ocorreu em função da expansão da demanda devido à implantação dos conjuntos Harrison de Figueiredo I e II e Dioclécio Artuzi I e II situados na vizinhança do Guaicurus. (DIONIZIO, 2018, p. 35-36).

Gráfico 23. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Utilização do transporte público (2019).



Fonte: Trabalho de campo (2019). Org.: SOUZA (2019).

A má qualidade do serviço de transporte público oferecido por uma única empresa em Dourados⁴⁸ e o preço da tarifa (R\$ 3,50 desde 2019), tem dificultado a vida de segmentos socioprofissionais de menor poder aquisitivo.

Santos (2014) destaca que nas áreas periféricas que moram segmentos socioprofissionais de menor poder aquisitivo estão sujeitas a não dispor de serviços e infraestruturas de qualidade. É o caso do transporte público,

Caros e ruins. Ruins e demorados. Como conciliar o direito à vida e as viagens cotidianas entre a casa e o trabalho, que tomam horas e horas? A mobilidade das pessoas é, afinal, um direito ou um prêmio, uma prerrogativa permanente ou uma *benesse* ocasional? (SANTOS, 2014, p.63).

⁴⁸ Para aprofundamento acerca do serviço de transporte público em Dourados consultar DIONIZIO (2018).

No conjunto habitacional, como demonstramos anteriormente, a maioria dos moradores é autônoma, além de 24% ser dona de casa e 2% aposentado, estes somam renda mensal familiar média de dois a três salários mínimos. Assim, custos com transporte público passam a ser evitados.

Além disso, poucos ônibus possuem instalações que possibilitem acesso para portadores de deficiência física e idosos com dificuldades de deslocamento como prevê a Lei Orgânica do Município e não há ponto de espera adequado, com cobertura e/ou assento. (Foto 14).

Foto 14. Dourados/MS – Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: ponto de espera de ônibus (2020).

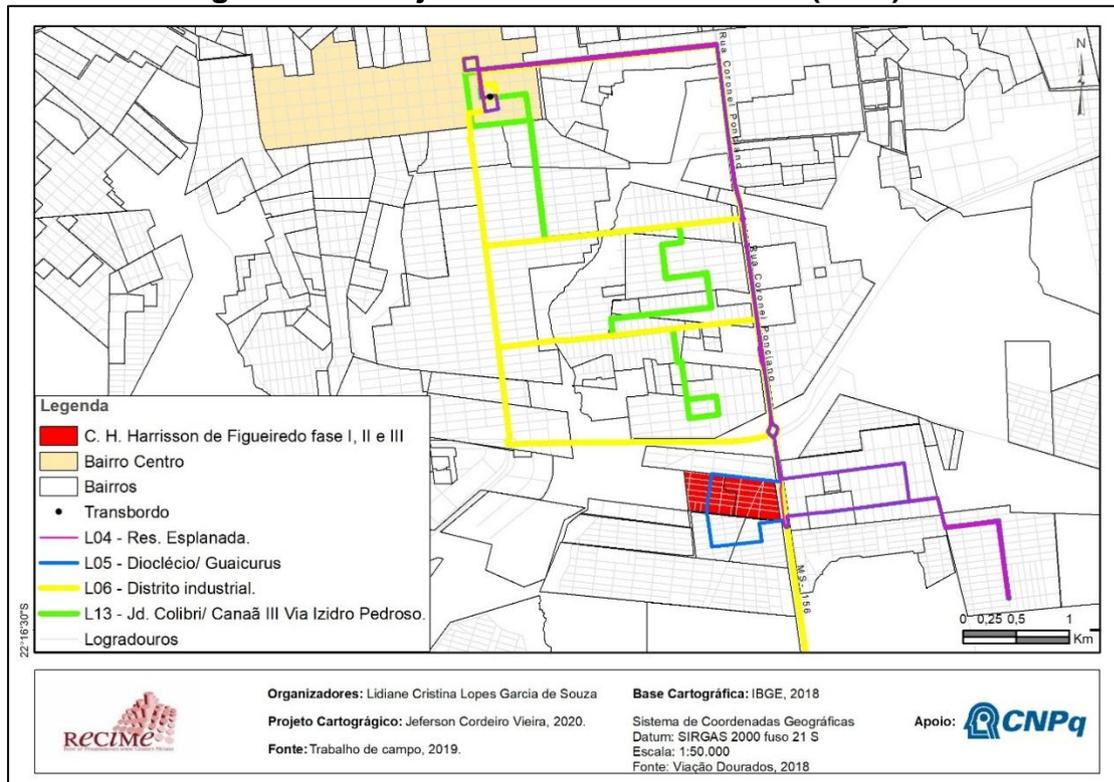


Autora: SOUZA (2020).

Dessa forma, quanto à qualidade do serviço prestado 96% dos moradores revelaram insatisfação. Ponderaram que, o número de veículos não atende a demanda, os horários são insuficientes e os trajetos são inadequados, fazendo com que percorram longas distâncias para chegar ao destino desejado, além de considerarem um serviço caro.

O mapa a seguir, apresenta os trajetos das linhas de ônibus que atendem o conjunto habitacional. Durante aplicação do formulário, moradores que utilizam o serviço – 63% mulheres, 29% crianças e jovens –, relataram que, muitas vezes, levam de uma a três horas para chegar ao destino desejado.

Mapa 10. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Trajeto das linhas de ônibus (2020).



Fonte: Trabalho de campo (2019). Org.: VIEIRA (2020).

Figura 2. Dourados/MS – Medianeira: Horários da Linha de ônibus (2019)

Vição Dourados							
HORÁRIOS LINHA L 05 – JD GUAICURUS/DIOCLEIO ARTUZZI/ESPLANADA							
UTEIS		SABADOS		DOMINGOS/FERIADOS		PONTOS FACULTATIVOS	
Bairro	Terminal	Bairro	Terminal	Bairro	Terminal	Bairro	Terminal
04:50	06:00	05:00	05:30	06:00 Cbri	06:20	05:00	06:00
05:20	06:50	06:10	06:50	07:00	08:20	05:30	06:50
05:50 #	08:00 #	07:30	08:30	09:00	10:20	06:10 #	08:00 #
06:40	09:20	09:10	10:00	11:00	12:20	06:40	09:10
07:20	10:30 Dist.	10:40	11:30	13:00	14:20	07:30	11:30 #
08:40	11:30 #	12:10	12:50	15:00	16:20	08:40	12:40
10:00	12:50	13:30	14:50	17:00	18:20	09:50	14:30 #
11:25 Dist.	13:10 Dist.	15:30	16:00	19:00	21:00 Dist.	12:10	15:40
12:10	14:30 #	16:40	17:10	21:30 Cbri	22:30 Cbri	13:20	17:00 #
13:30	15:50	17:50	18:20			15:10	17:30
15:10	16:20 Dist.	19:00	19:30			16:20	18:40 #
15:45 Dist.	17:00 #	20:10	21:50			18:10	19:50
16:30	17:30	22:30	23:25 Cbri			19:20	21:00 Dist.
17:50	18:50 @ #					20:30	23:25 Cbri
18:10	20:10						
19:30	21:00 Dist.						
20:45	22:35 Cbri						
	23:25 Cbri						

Legenda

- # - Via Res. Idelfonso Pedroso
- Dist. - Horário realizado pela linha Distrito Industrial
- Cbri - Horário realizado pela linha Jd. Colibri
- @ - Via Esplanada

REVISÃO: 003
 DATA: 01/09/2018
 PÁGINA: 01/01
 Horário sujeito a alteração conforme Ordem de Serviço.

Av. Marcelino Pires, 4731 Bairro Cabeceira Alegre
 Dourados - MS - Brasil - Fone (67) 2108-8400 - Fax (67) 2108-8412
 WebSite - www.viacaodourados.com.br

Fonte: <http://www.viacaodourados.com.br/horarios>

Figura 3. Dourados/MS – Medianeira: Horários da Linha de ônibus (2017)

UTEIS		SABADOS		DOMINGOS/FERIADOS		PONTOS FACULTATIVOS	
Bairro	Terminal	Bairro	Terminal	Bairro	Terminal	Bairro	Terminal
06:00	06:30	06:00	06:30	06:00 *	07:40	06:00	06:30
06:30	07:00	06:00	06:30	06:00	06:40	06:30	07:00
06:00	07:55	07:00	07:30	10:00	11:40	06:00	07:55
06:25 @	09:05	08:00	08:30	12:00	13:40	06:30	08:05
07:00	10:10	08:00	08:30	14:00	15:40	07:00	10:15
07:45	10:40	10:00	10:30	16:00	17:40	07:45	10:40
08:30	11:20 ***	11:00	11:30	18:00	19:40	08:30	11:25
09:40	11:30 * #	12:00	12:30	20:00	21:00	09:40	11:50
10:50	11:45	13:00	13:40	21:50	22:30 *	10:50	12:30
11:15	12:35	14:15	14:50			11:15	13:30
11:55	13:45	15:25	16:00			12:00	14:50
12:30	14:55	16:35	17:10			12:25	16:10
12:40	16:05	17:45	18:20			13:00	17:30
13:10	16:30	18:55	19:30			14:10	18:50
14:20	17:05	20:05	20:40			15:30	20:10
15:30	17:35 #	21:15	21:50			16:50	21:30
16:35	18:15	22:25	23:25 *			18:10	23:25 * #
17:05	19:30					19:30	
17:40	20:35					20:50	
18:50	21:35					22:10	
20:05	22:35 *						
21:05	23:25 * #						
22:05							

@ - Inicia 06:50 no Dioclecio/Esplanada/Guaicurus (Somente em dias Letivo)
 *** - Via Dioclecio
 * - Via Guaicurus/Dioclecio
 # - Via Dioclecio/Esplanada/Guaicurus (Somente em dias Letivo)
 *# - Via Guaicurus/Esplanada (Somente em dias Letivo) * - Via Guaicurus/Dioclecio * - Via Guaicurus/Dioclecio * - Via Guaicurus/Dioclecio

REVISAO : 602
 DATA: 02/07/2017
 PÁGINA : 01/01

Horário sujeito a alteração conforme Ordem de Serviço.

Av. Marcelino Pires, 4731 Bairro Cabeceira Alegre
 Dourados - MS - Brasil - Fone (67) 2108-8400 - Fax (67) 2108-8412
 WebSite - www.viacaodourados.com.br

Fonte: <http://www.viacaodourados.com.br/horarios>

Como são disponibilizados poucos veículos, estes seguem uma logística que passa por vários pontos nos bairros dessa porção da cidade. A linha L13, por exemplo (Figura 2), atende os bairros Jardim Colibri, Canaã III, passando pelo Izidro Pedroso e, como pode ser percebido no mapa, é o trajeto mais longo e demanda, ao longo do percurso, passar por vários pontos.

Como a maioria dos empregos esteve sempre concentrada nas áreas mais centrais, as distancias entre a residência e o trabalho aumentaram, reduzindo a produtividade do sistema de ônibus, que passou a rodar mais quilômetros para atender à mesma demanda. Isso levou a um aumento médio dos custos, ajudando a elevar tarifas. Da mesma forma, aumentou muito o tempo percurso dos moradores das áreas periféricas. (VANCONCELOS, 2013, p. 17).

Com base nesta análise e no mapa anterior, os seguintes pontos relacionados ao transporte público merecem destaque:

- 1) Os horários não atendem a demanda.
- 2) Devido a grande quantidade de casas em uma única porção da cidade – moradores dos bairros ao entorno utilizam as mesmas linhas de ônibus – a quantidade de linhas acaba sendo insuficiente.
- 3) Os veículos fazem muitas paradas para embarque e desembarque, o que demanda alguns minutos que ao final do trajeto podem

custar o atraso, como também o cansaço físico e mental do usuário. 4) No período noturno, os deslocamentos são ainda mais difíceis, em função da redução de horários dos ônibus (o último horário de saída do terminal de transbordo é às 23h15min). 5) O serviço de transporte público passa ser um gasto a ser cortado das despesas mensais dos moradores, que também evitam utilizá-lo para outras atividades como para se ter acesso à cultura, esporte e/ou lazer. 6) Os moradores se veem obrigados a adquirir e utilizar transportes individuais para o deslocamento, fazendo financiamentos e empréstimos para compra de carro, moto ou bicicleta. 7) Mesmo com os altos preços dos combustíveis e manutenção, o transporte individual impacta menos no orçamento familiar do que o transporte público.

Os trechos da música do rapper paulista Rincon Sapiência “A volta pra casa”, expressa a dificuldade de mobilidade dos moradores.

Trabalhadora voltando pra casa
Perguntando pra Deus 'por que não tenho asas'?
Pra voar pelos ares e voltar para o lar
A real, ônibus cheio dói só de pensar
[...]
Nove horas no trabalho é bem mais suave
Que as duas horas balançando na condução
O dia inteiro dando duro, uma volta cansativa
Ainda desce no ponto mais escuro
[...]
A condução está tão cara
Conforto é o que não tem
Mas o trabalhador encara
Essa rotina sem nunca depender de ninguém.
(RINCON SAPIÊNCIA, Galanga Livre, Faixa 4, 2017)

Concordando com Carvalho (2019, p.46), estes aspectos são casos exemplares do processo de segregação socioespacial, pois os sujeitos que dependem do transporte público têm maiores dificuldades de deslocamento para outros locais da cidade.

A segregação vivida na dimensão do cotidiano (onde se manifesta concretamente a concentração da riqueza, do poder e da propriedade) apresenta-se inicialmente como diferença, tanto nas formas de acesso à moradia (como na expressão mais evidente da mercantilização do espaço urbano), quanto em relação ao transporte urbano como limitação de acesso às atividades urbanas [...].
(CARLOS, 2013, p. 96).

Reforçamos que a questão da localização do conjunto habitacional, às margens da rodovia MS 156, é extremamente relevante pois, como já pontuado,

o tempo consumido para chegar ao destino desejado, influencia na qualidade de moradia e conseqüentemente na qualidade de vida dos moradores.

Entendemos que o nível de acessibilidade depende da eficiência e conectividade da rede de transporte, principalmente o serviço público, mas a falta de acesso dificulta chegar até os serviços de saúde e educação, bem como oportunidades de emprego, atividades culturais e de lazer, áreas verdes, etc. Em suma, dificulta o acesso à cidade como um todo.

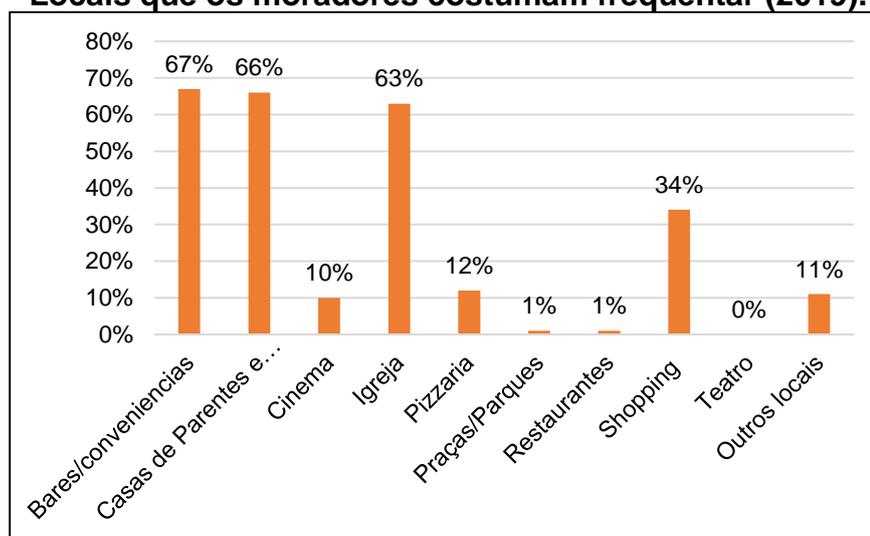
Nas palavras de Harvey (1980),

É geralmente aceito que a acessibilidade e a proximidade são aspectos importantes de qualquer sistema urbano. [...] Acessibilidade a oportunidades de emprego, recursos e serviços de bem-estar pode ser obtida somente por um preço e esse preço é, geralmente, igualado ao custo de superar distancias, de usar o tempo etc. Mas não é fácil medir o preço que as pessoas pagam. [...] E há mesmo outros problemas mais complicados envolvidos aqui, porque o preço social que as pessoas são forçadas a pagar, para ter acesso a certas facilidades, é algo que pode variar desde o simples custo direto envolvido no transporte até o preço emocional e psicológico imposto a um indivíduo que tem resistência intensa a fazer alguma coisa (a espécie de preço que pode ser extorquido, por exemplo, de alguém que tem que sujeitar-se a um teste de espera para qualificar-se para o bem-estar). Essas barreiras sociais e psicológicas são importantes. (HARVEY, 1980, p. 45).

O fato de ter que sair de casa horas antes do horário a ser cumprido e ainda correr o risco de atraso, devido à filas no ponto de ônibus, lotação e as inúmeras paradas para embarque e desembarque de passageiros, causa transtornos e estresse diário, impactando a qualidade de vida.

O Gráfico 24 mostra os locais que os moradores costumam frequentar nos horários livres, que geralmente são aos finais de semana. Os que afirmaram frequentar bares e conveniências (67% no total, todos homens), afirmaram que a maioria destes estabelecimentos fica no interior do conjunto habitacional ou próximo a ele.

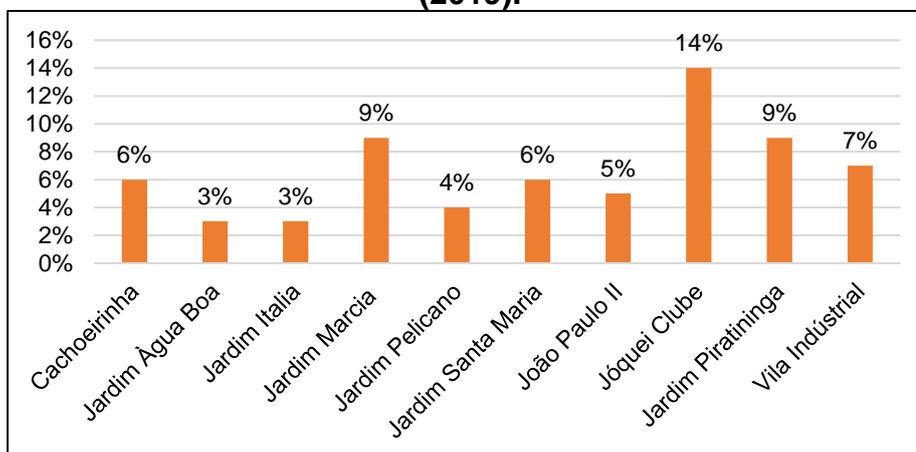
Gráfico 24. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Locais que os moradores costumam frequentar (2019).



Fonte: Trabalho de campo (2019). Org.: SOUZA (2019).

O Gráfico anterior nos chama atenção para o fato de que o segundo local mais frequentado pelos moradores é casa de parentes e amigos (66%). Com isso, buscamos demonstrar no Gráfico 25, os bairros que residem as pessoas que os moradores costumam visitar/manter contato. Notamos que são bairros em localidades periféricas (com exceção do Jardim Água Boa) e distantes do tecido urbano contínuo. Para visitarem parentes e amigos, é necessário enfrentar rodovias e vias de trânsito rápido, além da falta de meio de locomoção, pois como discutido anteriormente, os que possuem carro e/ou moto alegam utilizar para o trabalho.

Gráfico 25. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Bairros em que moram parentes e amigos dos moradores (2019).



Fonte: Trabalho de campo (2019). Org.: SOUZA (2019).

A frequência em igrejas é algo relevante na vida dos moradores, sendo o terceiro local mais citado (63%). Podemos perceber que há um grande número de igrejas (de modo geral, cristãs) no interior e próximas ao conjunto habitacional. Compreendemos que esses são locais próximos à casa dos moradores, sem custos para frequentar, uma das poucas opções de encontro para os moradores.

É uma forma de lazer pra gente, a gente toma um banho, coloca a melhor roupa porque lá vamos encontrar nossos irmãos da igreja. Quando termina o culto, as vezes reunimos um grupo e pedimos uma pizza ou vamos na pizzaria. É isso que acontece. (Entrevista com moradora C do Harrison de Figueiredo em 6 junho de 2019).

Entre as demais atividades, se destaca a ida ao shopping da cidade (34%).

A pesquisa também revela que a maioria dos moradores não costuma frequentar restaurantes, pizzarias, praças, parques, teatros, etc.

Agravando essa realidade, como já pontuado, o transporte público não atende à demanda, principalmente aos finais de semana, pois os horários são ainda mais irregulares, chegando a intervalos de três horas.

Os moradores enfrentam longas distâncias para cumprir suas tarefas diárias para garantir condições para reprodução da vida por meio do trabalho remunerado, enquanto no plano da vida cotidiana a segregação socioespacial se aprofunda.

Nesse sentido, observamos que o tempo gasto no trajeto, devido à distância e demais dificuldades de locomoção, levam os moradores a evitarem frequentar vários locais da cidade. Condições que negam o lazer e entretenimento, isolando-os, como se o tempo livre não fosse parte importante da reprodução da vida.

Assim, a segregação socioespacial, revela-se na realidade dos moradores do, à medida que os isola do tecido urbano contínuo, precarizando as condições de vida e rompendo relações.

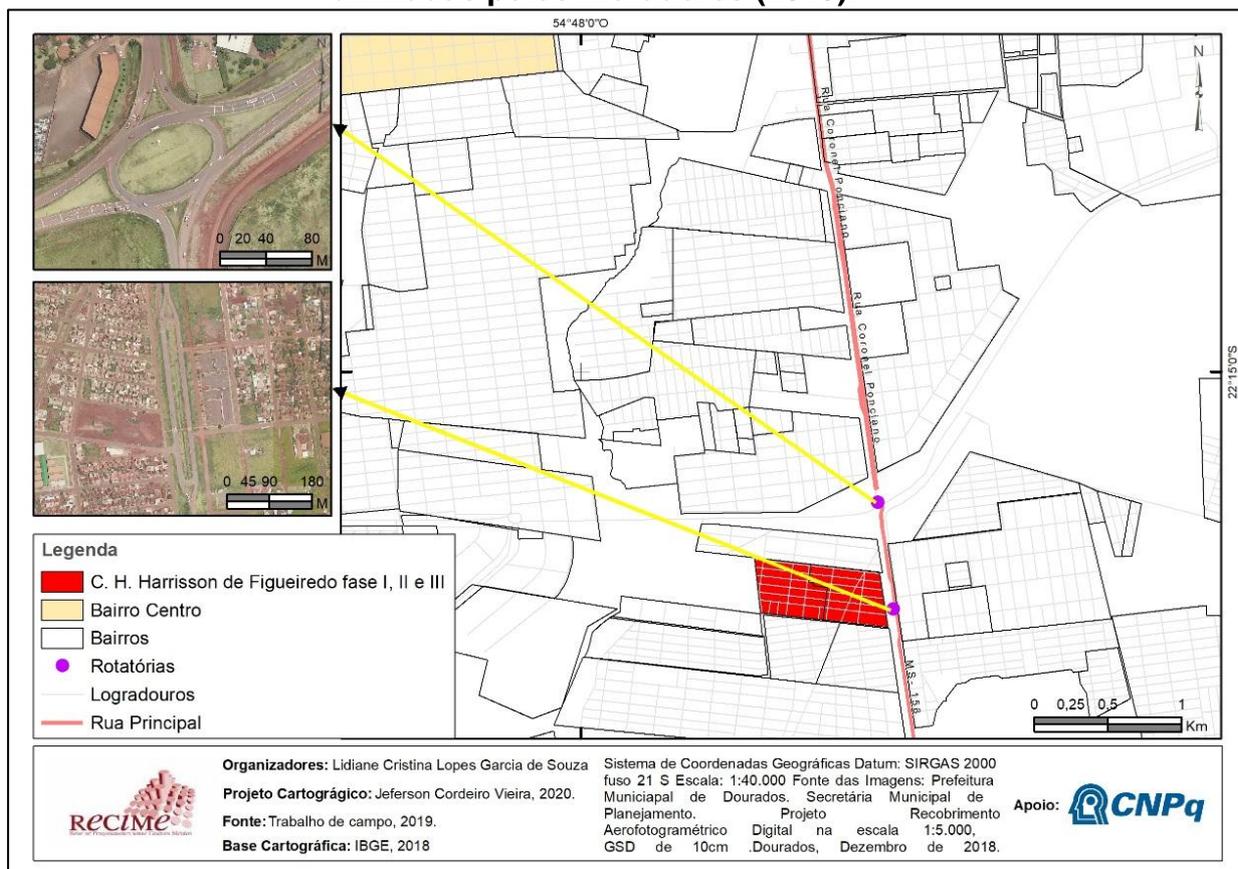
Andrade (2015), ao analisar a localização dos conjuntos habitacionais do PMCMV em algumas cidades do país, destaca a realidade dos empreendimentos:

A má localização compromete as condições de vida da população, embora a boa localização não garanta a inserção urbana, uma vez que

é necessário verificar se o local está realmente articulado às necessidades dos moradores e se a sua configuração contribui ou não para a integração dos mesmos (ANDRADE, 2015, p. 177-178).

O conjunto habitacional é próximo a BR-163 (Mapa 12), configurando uma área de fluxo contínuo de veículos de carga pesada, assim como veículos de médio e pequeno porte (Foto 15 e 16), que trafegam em alta velocidade.

Mapa 11. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo. Vias utilizadas pelos moradores (2019).



Fonte: Trabalho de campo (2019). Org.: VIEIRA (2019).

Tal localização vem chamando atenção da mídia local, pois a população que mora nesta porção da cidade, enfrenta diariamente um trajeto sem sinalização adequada e com número elevado de acidentes de trânsito nas rodovias e ruas de acesso aos empreendimentos do PMCMV e loteamentos privados.

O jornal local da Rede Globo, intitulado “MS 1”, possui um quadro em que telespectadores enviam mensagens ao programa, diariamente divulgam

reclamações e reivindicações de moradores que vivem nessa porção da cidade e são obrigados a enfrentar várias dificuldades em seus trajetos.

No dia 10 de junho de 2020, o jornal exibiu uma reportagem intitulada “Acesso ao Distrito Industrial tem problemas que parecem armadilhas” gravada as margens da rodovia MS 156, em frente ao conjunto habitacional Harrison de Figueiredo.

Na reportagem, moradores da área expõe os perigos oferecidos pela falta de sinalização e ciclovias, o fluxo intenso de veículos de grande porte em alta velocidade, destacando a urgência de duplicação da rodovia e passarelas para que pedestres possam atravessá-la com segurança.

Foto 15. Dourados/MS - Veículos que trafegam pela rodovia MS 156. (2018).



Autora: SOUZA (2018).

Foto 16. Dourados/MS - Rotatória que liga à BR 163 e à Avenida Hayel Bon Faker e Rua Coronel Ponciano. (2019).



Autora: SOUZA (2019).

Além disso, vale destacar a poluição do ar resultante de gases poluentes emitidos pelos veículos, principalmente de grande porte, como caminhões de carga pesada que mantem fluxo intenso nas rodovias MS 156 e BR 163. Pois, como já mencionado, as rodovias além de margear o conjunto habitacional dão acesso ao Distrito Industrial de Dourados. A situação se agrava quando consideramos o significativo número de crianças e idosos.

Em contato com a Guarda Municipal de Dourados, nos foi informado que no primeiro semestre do ano letivo de 2018 (quando a escola do bairro ainda não havia sido concluída), servidores eram enviados em horário de pico – das 6 às 7 horas e das 17 às 18 horas – para controlar o trânsito e orientar os alunos na travessia da rodovia e pela “passagem” (Foto 17), visto que, a maioria estudava na escola Municipal Maria da Conceição Angélica, no bairro Jardim Guaicurus.

No entanto, esse serviço foi suspenso e, segundo depoimentos, atualmente não há fiscalização/orientação suficiente na rodovia para garantir a segurança dos moradores, principalmente das crianças. Mesmo com a escola do bairro já funcionando, o fluxo de crianças e jovens na rodovia permanece contínuo.

Foto 17. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: “Passagem” construída para atravessar a rodovia 156. (2018).



Autora: SOUZA (2018).

Ao analisarmos a realidade do conjunto habitacional Harrison de Figueiredo, constatamos que, não se trata apenas da necessidade de disponibilidade de infraestruturas viárias, mas do uso generalizado do meio de locomoção individual dos cidadãos em geral sem a devida fiscalização e segurança no trânsito. Além da precariedade dos transportes coletivos, que não

atende à demanda, impedindo a mobilidade na área urbana contínua, o que resulta dificuldade nos deslocamentos diários e percorrer longas distâncias em menos tempo.

A Foto 18 evidencia os elementos que acarretam o distanciamento socioespacial que, não apenas refere-se à distância em quilômetros percorrida diariamente, mas as condições para realizá-la.

Foto 18. Dourados/MS – Rodovia MS 156 Dourados/Porto Cambira. (2019).



Autora: SOUZA (2020).

A Foto19 foi capturada na rodovia MS 156 que dá acesso ao conjunto habitacional Harrison de Figueiredo por volta das 17 horas e 40 minutos, de uma sexta-feira, “horário de pico” em que trabalhadores encerram a jornada diária e retornam para casa.

Dividir a rodovia sem sinalização adequada, com veículos de diferentes portes, são medidas que ampliam as distâncias para os moradores, dificultando o acesso a qualquer ponto do tecido urbano consolidado. Fotos 19 e 20.

Foto 19. Dourados/MS – Rua Coronel Ponciano. (2020).



Autora: SOUZA (2020).

Foto 20. Dourados/MS – Rodovia BR 163. (2020).



Autora: SOUZA (2020).

Vale destacar que, essa realidade é ainda mais severa para moradores idosos e deficientes – grupos que fazem parte dos critérios nacionais de prioridade do PMCMV – que exigem maior atenção na mobilidade devido às dificuldades de locomoção, sobretudo acamados e cadeirantes. Pois, como já apontado, para entender o processo de segregação socioespacial, é necessário considerar quem vivencia e sente tal processo.

Notadamente, a produção do espaço urbano para a reprodução do capital não leva em consideração sujeitos sociais com deficiência, as barreiras materiais como ausência de rampas nas calçadas, precariedade do asfalto, falta de

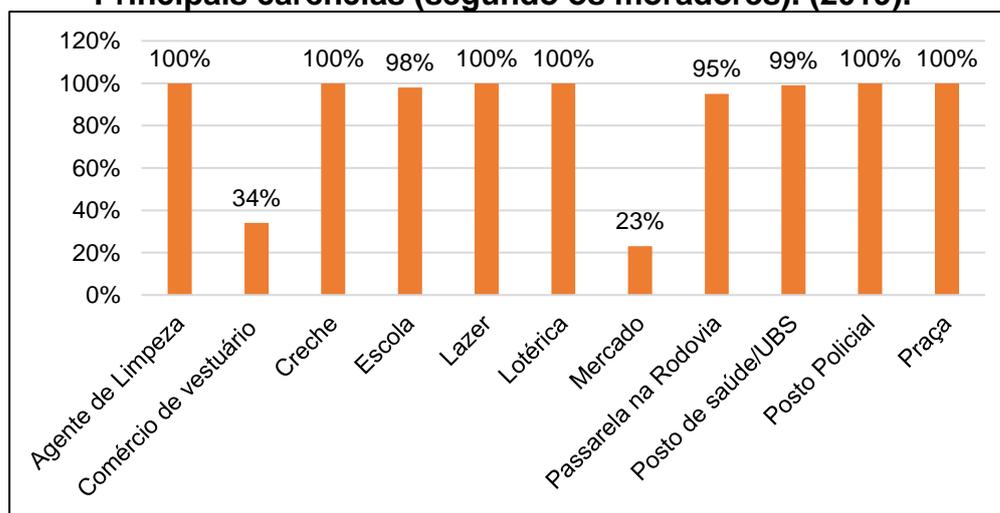
sinalização de trânsito, bem como ausência de veículos de serviço de transporte público adaptado, somam-se às barreiras imateriais como os olhares estranhos e a ausência do poder público rompendo relações, isolando-os dentro da própria casa. Este fato apresenta mais uma contradição no que diz respeito as diretrizes e lei que regulamenta o PMCMV e o cotidiano dos conjuntos habitacionais vivido pelos moradores.

Capel (2013) reitera:

Normalmente la construccion de la ciudad no los ha tenido en cuenta. Sin embargo las barreras fisicas existentes tales como escaleras – insalvables con sillas de ruedas o si se tienen dificultades de desplazamiento– son sentidas cada vez mas como inaceptables, lo que ha generado una demanda creciente para su abolicion. Las noticias de la prensa son continuas: trenes, autobuses, metros o tranvias que no cuentan con plataformas de accesos para carritos 64, protestas por edificios y parques rodeados de escaleras o desniveles. (CAPEL, 2013, p.34).

Moradores relatam a precariedade da infraestrutura e serviços (Gráfico 26). Todos os que responderam aos formulários informaram que o CEIM não atende a demanda, que falta posto policial, agente de limpeza e lotérica. Este último, além de ser um serviço necessário para pagar as contas de água, energia, também permite pagar a mensalidade do imóvel.

Gráfico 26. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Principais carências (segundo os moradores). (2019).



Fonte: Trabalho de campo (2018). Org.: SOUZA (2019).

A respeito do gráfico anterior, cabe destacar que todos os moradores alegam a falta de área de lazer como uma das principais carências.

As falas dos moradores nos levam a reforçar os questionamentos feitos por Santos (2014, p.63): “E o direito ao entorno? [...] E o direito aos espaços públicos, típicos da vida urbana tradicional? ”.

Percebemos vários lotes vazios (Foto 21), que poderiam ser usados para construção de área de lazer como parque infantil, praça, campo de futebol, área para apresentações culturais, etc.

Por outro lado, os moradores que têm suas casas próximas aos lotes vazios se queixam do transtorno diário devido à falta de cuidado e limpeza, fazendo com o mato cresça, acumulando lixo e insetos que acabam entrando em suas casas, deixando-os suscetíveis a doenças. Tais lotes servem ainda, segundo relatos dos moradores, como ponto de consumo de drogas.

Foto 21. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Lote vazio na entrada (2018)



Autora: SOUZA (2018).

Um trecho da entrevista com o secretário da escola nos chama atenção, pois evidencia a carência por áreas de lazer, esporte e entretenimento.

A escola é o único ‘centro social’ desses bairros. Se vem uma mãe pegar algum documento ou esclarecer dúvida na escola, sempre vem com filhos, parentes, vizinhos, amigos[...]. Nessa época aqui, de matrícula, a escola fica lotada, e ficam andando e olhando como é dentro da escola. A gente pergunta ‘quem é o próximo’ e eles respondem: ‘Não, não, estamos juntos. É engraçado. (Entrevista realizada com o secretário escolar na Escola Ver. Moacir Djalma Barros, em 27 de janeiro de 2020).

A partir de um projeto coordenado por uma vereadora municipal iniciado em 2019, três vezes na semana, a escola sede o pátio para aulas de zumba e exercícios funcionais. Os participantes são formados por mulheres e crianças dos conjuntos habitacionais e bairros próximos. Até onde pudemos constatar, este é o único projeto de esporte e entretenimento.

Foto 22. Dourados/MS - Conjunto habitacional Dioclécio Artuzi II: E.E. Ver. Moacir Djalma Barros (2020)



Autora: SOUZA (2019)

Os serviços referentes a comércio de vestuário e mercados não foram muito citados, devido à presença dos mesmos no conjunto. Percebemos que há estabelecimentos comerciais, tanto no interior como próximo ao empreendimento (ver Fotos 23, 24 e 25).

Foto 23. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Barbearia, panificadora e comércio de vestuário (2018).



Autora: SOUZA (2018).

Foto 24. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Loja de materiais de construção nas proximidades (2018)



Autora: SOUZA (2018).

Foto 25. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Loja de vestuário e farmácia nas proximidades (2018).



Autora: SOUZA (2018).

É possível confirmar uma característica já citada anteriormente, os moradores realizaram mudanças nas casas, promovendo reformas e ampliações, para investir no próprio negócio a fim de obter a renda familiar. Isso ocorre devido à distância do conjunto habitacional do restante da cidade, dificuldade em conseguir emprego próximo e até mesmo dificuldade em deixar os filhos.

Nas falas dos moradores, é possível sentir a falta que faz uma área de lazer, como já exposto anteriormente, no empreendimento não existe sequer um parquinho para as crianças. A falta de lazer, cultura e entretenimento, além de evidenciar aspectos da segregação socioespacial no local, demonstra a

vulnerabilidade, falta de alegria e saúde mental no modo de vida dos moradores.

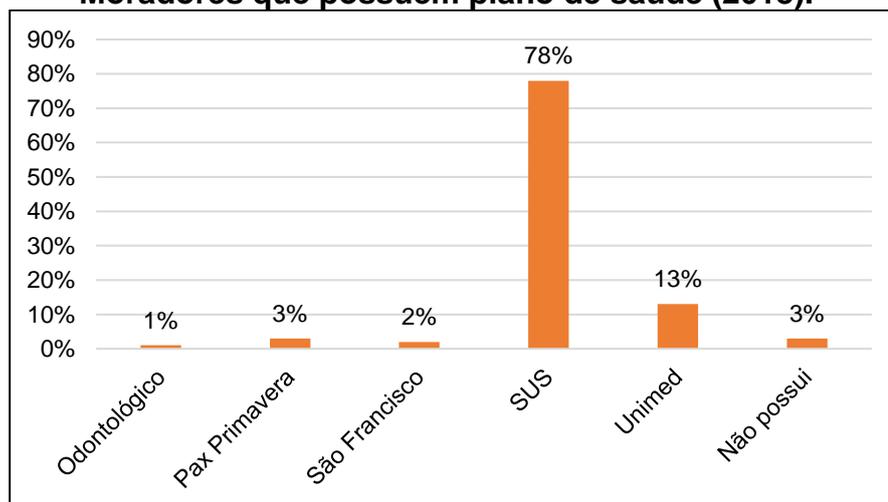
Lefebvre (2016) aponta que:

Existe a língua da cidade: as particularidades próprias a uma tal cidade e que são expressas nas conversas, nos gestos, nas roupas, nas palavras e nos empregos das palavras pelos habitantes. (LEFEBVRE, 2016, p. 73).

A língua da cidade se silencia se não há áreas que proporcionem os encontros, as conversas, os gestos, a oportunidade do emprego, enfim a chance de visibilidade do morador na cidade. Além disso, um número expressivo de moradores aponta que falta uma “passarela” para atravessar a rodovia e também uma maior atuação da segurança pública. Demonstaram, também, descontentamento com a escola construída para atender o conjunto habitacional Harrison de Figueiredo, além dos conjuntos habitacionais Dioclécio Artuzi e Idelfonso Pedroso, bairros e loteamentos próximos.

Como demonstra o Gráfico 27, a maioria dos moradores depende do serviço de saúde público. Dos 100 entrevistados, 78% possui cadastro do Sistema Único de Saúde - SUS, alguns possuem planos de saúde vinculados à empresa que trabalham 3% dos moradores não tem nenhum tipo de assistência médica.

Gráfico 27. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Moradores que possuem plano de saúde (2018).



Fonte: Trabalho de campo (2018). Org.: SOUZA (2018).

Pudemos perceber que a maioria dos moradores tem a necessidade, tanto de serviços públicos quanto de privados. O posto de saúde que as famílias

do conjunto estavam cadastradas está localizado a 700 metros, no bairro Jardim Guaicurus. Contudo, até o momento do trabalho de campo, estava interditado por vazamento e não existia o trabalho de agente de saúde. A unidade não tinha capacidade de atender a demanda e os moradores do conjunto eram encaminhados para o posto de saúde do Jardim Santo André (6,2 km de distância). Para se chegar a esses locais, os moradores tinham que atravessar além da rodovia MS 156, a rodovia BR-163, na maioria das vezes, de bicicleta.⁴⁹

Sem inauguração oficial, a UBS Drº. Luiz Carlos Siebert (Foto 26) localizada na Rua Rene Miguel no bairro Idelfonso Pedroso – ao sul do conjunto habitacional Harrison de Figueiredo - iniciou atendimento com agente de saúde em agosto de 2019.

Foto 26. Dourados/MS – Idelfonso Pedroso: UBS Drº Luiz Carlos Siebert (2019)



Autora: SOUZA (2019)

Além de atender os moradores do conjunto habitacional, a cobertura de atendimento da UBS contempla: conjunto habitacional Dioclécio Artuzi; conjunto habitacional Idelfonso Pedroso; loteamento Green Ville; Chácara Bela Vista e

⁴⁹ Vale ressaltar que 78% dos moradores que responderam ao formulário, não possuíam nenhum tipo de plano de saúde.

Chácara Cidelis. Ademais, a diretora da unidade afirma que os servidores atendem pacientes não cadastrados que os procuram, segundo ela, há pacientes do bairro Jardim Guaicurus e loteamento Explanada.

A opção de emergência é a Unidade de Pronto Atendimento – UPA (1,9 km do conjunto habitacional), localizado na Rua Coronel Ponciano, sendo que para chegar é necessário atravessar a BR 163 e a rotatória com intenso fluxo de veículos.

Há relatos sobre a falta de médicos para atendimento “[...] Só posso ficar doente depois do dia 15 pra frente porque no UPA nunca tem médico antes desse dia do mês” (Entrevista realizada com moradora D do conjunto habitacional Harrison de Figueiredo, em 2 de fevereiro de 2019).

Nesse sentido, a questão da localização do conjunto habitacional é muito importante, dado que, o tempo consumido para chegar ao local estimado, principalmente quando há urgência, influencia na qualidade de vida dos habitantes e é determinante no distanciamento socioespacial que leva à segregação.

Durante aplicação dos formulários, moradores foram questionados se conhecem ou já foram alguma vez ao teatro na cidade (localizado no interior do Parque dos Ipês, ao norte da cidade) a 9,7 km do conjunto habitacional. Alguns afirmaram que sabem onde fica, no entanto, admitiram que nunca foram ao teatro e que faz muitos anos que sequer tem conhecimento de atividades artísticas no local.⁵⁰ Relatam que os filhos já foram assistir peças por meio de projetos escolares, mas que nunca os levaram a tal local. Alguns moradores alegaram que não se sentem à vontade em transitar/frequentar determinados lugares de lazer e cultura na cidade.

As pessoas se sentem restringidas em seus movimentos, assustadas controladas, saem menos à noite, e evitam as ‘zonas proibidas’ que só fazem crescer no mapa mental de qualquer morador da cidade [...] (CALDEIRA, 2000, p. 301).

Essa dificuldade de mobilidade e acesso dos moradores do conjunto habitacional nos leva a questionar a capacidade do “ir e vir” na cidade. O tempo

⁵⁰ Apenas para registrar, a Universidade Federal da Grande Dourados possui projetos gratuitos realizados, no geral, no teatro municipal, para toda comunidade, entre eles o Cineclube; Festival Internacional de Teatro - FIT; Mostra Audiovisual de Dourados- MAD e etc.

de deslocamento devido à distância, a falta de equipamentos e serviços públicos e privados de qualidade e que atenda a demanda, diz respeito a processos ligados à reprodução da vida, como trabalhar, a ida das crianças à escola, fazer compras, pagar contas etc.

O segmento de nenhum ou menor poder aquisitivo resiste às distâncias encarando as contradições do PMCMV e dando às relações de identidade um novo sentido (CARLOS, 2004). Assim, o distanciamento socioespacial cria fronteiras materiais (como as rotatórias), e fronteiras imateriais (não se sentir bem em determinados locais da cidade) - barreiras simbólicas - como a falta de acesso a serviços e equipamentos, como também à cultura e lazer, materializando e impondo processos de segregação socioespacial. Por sua vez, certa sensação de pertencimento se estabelece ao reconhecer o outro, como sujeito com características em comum, por intermédio da identidade e do conflito dado pela vivência de um mesmo local.

[...] os habitantes utilizam os lugares para restituir os usos, a espontaneidade e a possibilidade dos encontros como irrisórios, porque a satisfação das necessidades elementares não chega a matar a insatisfação dos desejos fundamentais, como o da manutenção dos lugares de reencontro, convergência, comunicação e informação, 'o urbano torna-se o que sempre foi o lugar desejo, o desequilíbrio permanente, sede de dissolução de normalidades e coações, momento do lúdico e do imprevisível. (CARLOS, 2001, p. 291).

Podemos considerar como exemplo, a relação entre os moradores conjunto habitacional do Harrison de Figueiredo e do conjunto habitacional localizado ao lado, o Dioclécio Artuzi – conjunto habitacional também do PMCMV - faixa 1 que possui um total de 465 unidades residenciais. O limite é estabelecido apenas por uma rua que, inclusive, é o logradouro da escola Vereador Moacir Djalma Barros, a primeira escola do bairro. Portanto, os portões de entrada da escola estão no conjunto habitacional Dioclécio Artuzi e os portões de fundo então no conjunto habitacional Harrison de Figueiredo.

Em entrevista e em observações feitas no local (principalmente nas pesquisas de campo realizadas aos sábados no período vespertino), foi possível perceber a relação estabelecida entre os “vizinhos”. Observamos moradores do Dioclécio Artuzi, visitando amigos, tomando tereré e/ou cerveja em frente às casas, frequentando bares, conveniências e mercadinhos.

A proximidade dos moradores dos dois conjuntos contribui para estabelecer uma sensação de reconhecimento do outro e no outro, a partir das vivências cotidianas, bem como de desafios e dificuldades.

Durante o trabalho de campo, encontramos um jovem morador, com 18 anos, que possui Ensino Médio completo e vislumbra a entrada na Universidade. Mora no conjunto habitacional Harrison de Figueiredo há alguns meses, com muita tranquilidade e vontade de falar, disponibilizou parte do seu tempo, uma hora de sua noite de quinta-feira. para relatar como é o cotidiano de um jovem no referido conjunto habitacional.

Eu diria que morar aqui é uma situação bem difícil, porque, é muito afastado da cidade, muito mesmo. Então, pra você se locomover ao centro ou qualquer coisa que você precise fazer você precisa se disponibilizar de tempo, de meios de transporte e às vezes tem que andar a pé ou usar bicicleta, porque não é todo momento que passa meio de transporte. É um tanto complicado morar pra cá (risos).

No caso dos meus amigos, tenho amigos aqui no bairro mesmo e alguns fora do bairro. Os que são de fora, geralmente sou eu que vou ver eles, porque pra mim não tem tanta importância questão da distância, mas eles evitam bastante vir pra cá. Os amigos que mais visito moram no Izidro Pedroso e no Água Boa, são os que moram mais perto aqui do condomínio.

Bom, hoje em dia eu costumo patinar pra me divertir e dançar. São as coisas que mais gosto de fazer pra me divertir e final de semana sair pra algum rolê ou algum *fervo*[sic.] no centro.

Mas às vezes final de semana fico mais deitado, lendo livro, escutando música, vendo se tem alguma coisa pra ajeitar em casa, faxina, não tem muito o que fazer aqui.

Eu não sou uma pessoa de ir em cinema, nem teatro, porque de onde eu vim não tinha essas coisas, então, olha, foram pouquíssimas vezes que fui no cinema aqui na cidade, teatro então, muito menos. (Entrevista realizada com morador E do conjunto habitacional Harrison de Figueiredo em 27 de janeiro de 2020)

O morador ainda aponta as principais carências no conjunto habitacional:

A meu ver, o que falta aqui é na parte da saúde, e também não tem muito o que fazer por aqui, principalmente trabalho, loja, comércio em geral, muito, muito, muito, fraco por aqui. E também a questão de transporte público é uma questão bem tensa, porque é só um ou dois ônibus que vem pra cá e horários bem assim, distinto e separado um do outro, o que acho que poderia melhorar por conta da distância que a gente mora.

Quando questionado, sobre possibilidades de mudança para outro local de moradia, o jovem entrevistado demonstrou firmeza ao afirmar que se mudaria do conjunto habitacional “com certeza”, indicando que o centro principal e bairros próximos ao centro seriam locais de moradia que facilitaria seu cotidiano.

Olha, se eu pudesse mudaria com certeza, mudaria sim. Porque eu acho que distante das minhas necessidades queria mudar pro centro, pra ficar mais perto da região onde eu trabalho e tudo mais, questão de estudo, cursos [...]. Porque o centro e bairros próximos são lugares muito bons para morar, questão de locomoção para qualquer lugar. E você pode fazer qualquer coisa por lá. Então acho que me mudaria com certeza. (Entrevista realizada com morador do conjunto habitacional Harrison de Figueiredo em 27 de janeiro de 2020).

O PMCMV alterou lógicas mercadológicas e fundiárias aprofundando desigualdades e contradições socioespaciais, bem como a segregação socioespacial presente na realidade dos moradores.

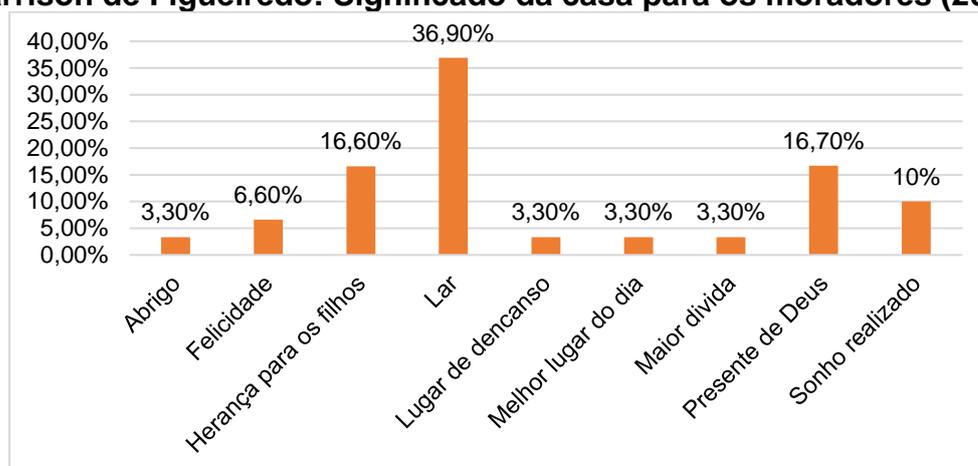
A produção de tais espaços, portanto, condicionam não apenas seu consumo, na forma do consumo da unidade residencial, mas também o consumo da cidade. Do conjunto combinado de tais elementos é possível afirmar que, mais uma vez, direito à cidade e direito à habitação não se encontram. (MELAZZO, 2015, p. 392).

Contudo, é no cotidiano que o valor de uso emerge sobre o valor de troca. E, como assinala Carlos (2017, p. 55): “[...] há sempre um resíduo incapaz de ser absorvido pela lógica capitalista e que se sustenta face à irreducibilidade do humano à passividade e à generalização do mundo da mercadoria. ” Logo, não poderíamos deixar de refletir acerca do significado do acesso a casa própria para os segmentos socioprofissionais de nenhum e menor poder aquisitivo. Carvalho (2019) considera que:

[...] no plano ideal, utópico, é preciso demandar um programa habitacional que garanta um programa habitacional que garanta moradia digna, bem localizada e com adequados serviços de saúde, cultura, lazer, esporte, educação etc. (CARVALHO, 2019, p.154).

Dessa forma, a partir de uma enquete realizada com os moradores (30) do, procuramos compreender o que a casa representa para si e para sua família (Gráfico 28).

Gráfico 28. Dourados/MS - PMCMV Faixa 1. Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Significado da casa para os moradores (2019).



Fonte: Trabalho de Campo (2019). Org.: SOUZA (2019).

Percebemos que, 36,90% dos moradores consideram que a casa representa seu lar, 16,60% entendem que a casa será a herança para os filhos. Por sua vez, 16,70% dos moradores consideram a casa na qual foi beneficiado pelo Programa, foi o presente de Deus e 10% garante que a casa é a realização de um sonho. É inegável a importância da casa que, por sua vez, agrega vários significados e valores para o morador para além da função residencial. Significa, nesse contexto que,

[...] as relações sociais ocorrem fora dos limites estreitos da produção de mercadorias e do processo de trabalho (sem, todavia, negá-la) para enfocar a vida em todas as suas dimensões (aquela que se desenvolve ligando momentos e lugares como a casa, a rua, o bairro) criando uma trama de relações na trama dos lugares onde se destaca uma rede articulada enquanto prática socioespacial e nesta direção, a produção, da vida. (CARLOS, 2004, p.47).

A partir das respostas dos moradores sobre o significado da casa, o valor de uso revela-se, abrangendo os sentidos das relações sociais, criados a partir da memória, do contato entre os sujeitos, do cotidiano, convívio diário, do encontro realizado no lugar. Havendo, conforme aponta Jovchelovich: “[...]uma relação entre o material e o simbólico”. (2000, p.41).

Nesse sentido, é de extrema relevância reforçar que, o PMCMV beneficiou e transformou a realidade de muitas famílias, não apenas em Dourados, bem como em todo Brasil.

Na concepção de Lindón (2005),

La casa representa el punto de referencia básico desde el cual el sujeto construye su relación con el entorno, [...] pero también es el punto de referencia con relación a lo que está más allá del barrio, la ciudad.... [...] aun en situaciones difíciles las personas movilizan sus recursos y defensas para p reservarlo. (LINDÓN, 2005, op cit).

Carlos (2004) afirma que, “as relações sociais se realizam e se desenvolve em cada atividade social e até em cada gesto, na vida cotidiana através dos atos de habitar e dos usos dos lugares da cidade.” (CARLOS, 2004, p. 15).

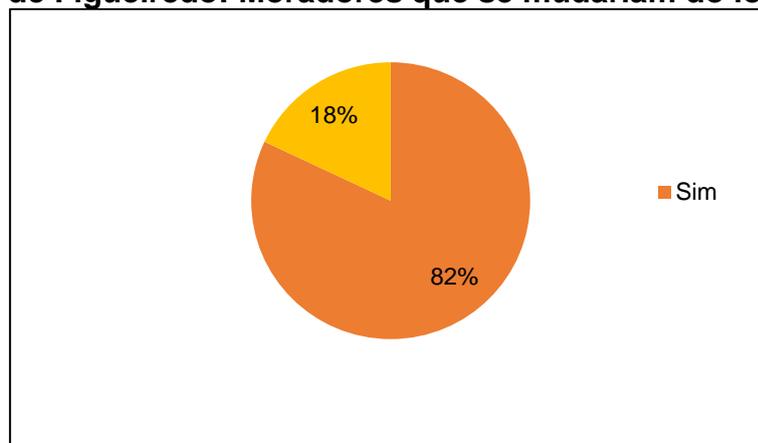
É importante evidenciar que o sujeito social faz suas escolhas pautado por uma série de situações, que implica uma renúncia, ou seja, escolher uma coisa significa renunciar todas as outras. Diante disso, faz-se necessário compreender tais escolhas, pois, concordando com Sposito e Góes (2013):

“[...] as opções realizadas (onde e como morar, como se deslocar, que espaços frequentar, que percursos realizar) relevam esse mosaico de codeterminação entre a cidade e as novas práticas espaciais.” (SPOSITO; GOES, 2013, p.10)

No caso dos moradores, mediante às circunstâncias de como e onde morar impostas, optaram pela mudança do antigo local de moradia para o conjunto habitacional Harrison de Figueiredo. E apesar da conquista da casa própria, por meio do Programa, ter diferentes significados e valores para o morador, as dificuldades e necessidades básicas aumentaram no cotidiano da maioria dessas famílias.

O fato de morar em descontinuidade ao tecido urbano representa as transformações nos sentidos do morar para os moradores do conjunto habitacional analisado que enfrenta o processo de segregação socioespacial imposta. Desse modo, na aplicação da enquete, quando perguntados se mudariam do local, a maioria dos moradores do referido conjunto habitacional (82%), afirmou que se mudaria para outra localidade, se tivesse condições.

Gráfico 29. Dourados/MS - PMCMV Faixa 1. Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Moradores que se mudariam do local (2019).



Fonte: Trabalho de Campo (2019). Org.: SOUZA (2019).

Nas falas dos moradores fica evidente a contradição posta no tamanho das casas que não atende as necessidades das famílias beneficiadas. Conforme apontado anteriormente, as casas possuem 38 metros quadrados, composta por dois quartos, uma sala, uma cozinha, um banheiro e área de serviço e que acomodam famílias composta por até oito pessoas. Também reforçam elementos do cotidiano que caracterizam o distanciamento, as dificuldades de acesso ao trabalho, às instituições de ensino, ao serviço de saúde, à cultura, ao lazer e ao entretenimento.

A intenção da maioria dos moradores é a mudança de localidade, mesmo afirmando pertencimento à casa e demonstrando significados que vão além da dimensão residencial, pois o sujeito:

[...] depende em larga proporção, do ponto de vista do território onde se está. Enquanto um lugar vem a ser condição de sua pobreza, um outro lugar poderia, no mesmo momento histórico, facilitar o acesso àqueles bens e serviços que lhe são teoricamente devidos, mas que, de fato, lhe faltam. (SANTOS, 2014, p.107).

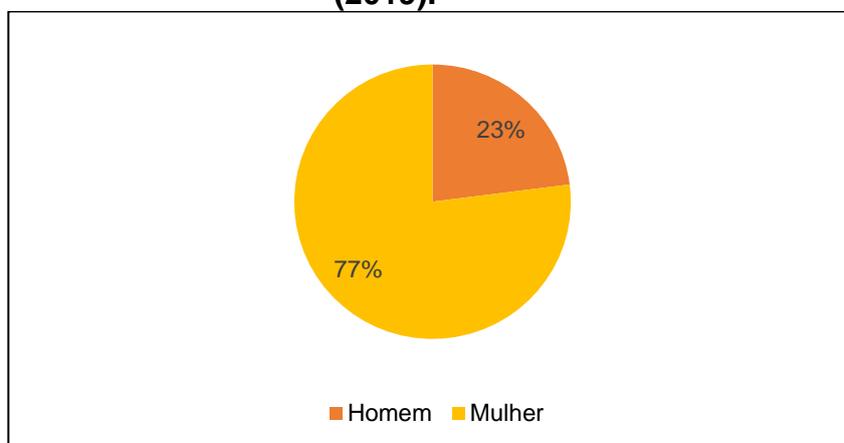
Os resultados alcançados pela enquete aplicada, levando em consideração toda a discussão realizada neste trabalho, contribuem para revelar motivos para que permaneçam na condição de morador do conjunto habitacional Harrison de Figueiredo, apesar das dificuldades cotidianas, devido o distanciamento socioespacial e radicalização da segmentação socioespacial, que os torna segregados.

Durante a enquete e o contato com os moradores, ficou evidente que por mais que morar no conjunto habitacional implique em uma série de sacrifícios no cotidiano, a segurança pautada na casa própria é o fator que assegura a permanência no local.

Nesse processo, o urbano produz a perda de referências à medida em que as relações sociais se rompem, posto que, as relações do cotidiano, criam os sentidos dos lugares, e lugares são entendidos em suas referências, a partir do conjunto de símbolos e sentidos construídos pelo uso.

Reforçamos que em 67% das casas que aplicamos o formulário, mulheres são responsáveis economicamente pela família. Portanto, são elas que, na maioria das vezes, vivenciam o processo de segregação socioespacial de maneira mais intensa. Assim, o Gráfico a seguir demonstra que são mulheres a maioria dos moradores que optariam pela mudança de local, caso houvesse oportunidade.

Gráfico 30. Dourados/MS - PMCMV Faixa 1. Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo: Sexo dos moradores que se mudariam do local (2019).



Fonte: Trabalho de Campo (2019). Org.: SOUZA (2019).

Na maioria das vezes a mulher é isolada dentro da própria casa devido elementos que dificultam o acesso à cidade e responsabilidades domésticas que tomam boa parte das horas do dia, visto que, a mulher chefe de família, é responsável pelo sustento, gestão e tarefas cotidianas da casa, incluindo a criação dos filhos.

Além disso, os problemas e características pessoais também estão presentes nas relações sociais. Foi possível perceber, observando atentamente

ao nosso redor, a quantidade de moradores alcoolizados e/ou tabaqueando, a maioria homens, pois há vários bares e conveniência nas dependências do conjunto, geralmente, frequentados pelos homens como atividade de lazer, haja vista que, como já apresentado, o conjunto habitacional não possui área de lazer e entretenimento.

Dessa maneira, para a maioria das moradoras do conjunto habitacional, como decorrência inevitável, o ato de morar se reduz à função residencial e a imposição da segregação socioespacial acaba sendo mais acentuada para elas.

Durante entrevistas semiestruturadas com moradoras, realizadas em frente as casas, no ponto de ônibus ou no caminho à algum mercadinho/conveniência, conhecemos um pouco da rotina pesada durante a semana e parte do final de semana de cada uma. Foi possível perceber também o olhar de cansaço e o tom de desabafo de mulheres que lutam para (sobre)viver em uma área descontínua ao tecido urbano consolidado, sem nenhuma opção de lazer.

Ao longo do trabalho de campo, percebemos mulheres que não são vistas por olhares desatentos ou são vistas como "mais uma". Mulheres que se desdobram para (re)existir em meio os conflitos cotidianos. Uma delas nos contou, apressada, no seu trajeto diário, que estava cansada, pois voltava para casa depois de um dia em que levou o filho na escola antes das sete horas da manhã, foi para o trabalho (em uma casa de família do bairro Jardim Ouro Verde, onde trabalha como doméstica). Voltando para a casa, ainda se disponibiliza a contribuir com a pesquisa. Ela não entendia direito do que se tratava, mas sabia que de alguma forma poderia contribuir para sua "visibilidade". Ela é "mais uma", daquelas que insiste nas lutas diárias, em meio aos barulhos das pessoas dos carros, caminhonetes, caminhões.

Eu acordo lá pelas 5h40min da manhã, todos os dias, tenho que me arrumar, arrumar o café. Ai depois, lá pelas 6:20 acordo ele, estuda aqui na escola do Dioclécio, levo rapidinho de bicicleta e de lá vou pro o serviço. Vou pela Coronel Ponciano, não tem jeito [...] Essa BR aqui também é um perigo danado. Trabalho o dia todo, até às 18h, almoço lá, sou eu que faço e também não dá pra voltar aqui. Mas deixo comida pronta pra ele almoçar, ele sabe se virar, é só por no micro-ondas. Chego em casa lá pelas 18h40min, cansada. Chega em casa ainda tem um monte de coisa pra fazer, quando durmo eu capoto, só no outro dia. Eu sento, assistir uma TV, fazer a unha só domingo mesmo e olhe lá. (Entrevista realizada com moradora F do conjunto habitacional Harrison de Figueiredo, em 12 de abril de 2019)

E assim ela vai seguindo de bicicleta, de ônibus, nos dias chuvosos, e com um sonho de um dia ir de moto para o trabalho e deixar o filho na escola. Sua realidade se faz gritante, envolta pelo cansaço do cotidiano, pelos poucos momentos vivenciados com os filhos. Ela é "mais uma" mãe solteira, guerreira que vivencia o processo da segregação socioespacial de maneira severa. Em meio à entrevista, apareceram alguns sorrisos cansados. Ela é "mais uma" em meio a tantas.

Na primeira rua do conjunto habitacional, próximo à rodovia, há uma pequena conveniência sob administração de um casal de moradores. Estes, relataram que abriram mão da colocação do portão e grade para poder abrir o "próprio negócio" na área em frente à casa. A jovem moradora, 26 anos, mãe, esposa, administradora da casa e da conveniência, divide seu dia entre os afazeres domésticos e o atendimento aos clientes. Ao entardecer, o marido chega do trabalho e juntos preparam-se para passar a noite assando e vendendo espetinhos na calçada de casa.

"Eu levo minha filha na escola de manhã, a pé mesmo. Volto, limpo o salão, trabalho aqui na conveniência mesmo e, faço almoço para o marido, depois abre a conveniência e trabalho até uma hora da manhã mais ou menos, vendendo espetinho. Quando ele chega de tardezinha do trabalho, ele toma banho e vem me ajudar, ele assa carne e eu atendo o pessoal. Durante a semana é assim, meu marido vai no mercado e paga as contas porque ele fica com o carro pra trabalhar. Final de semana de vez em quando vou na minha mãe ou na minha sogra, levo minha filha. Ano passado a gente viajou, fomos para praia, esse ano estamos vendo se vai dar pra ir de novo [...] mas dentro da cidade bem difícil a gente sair pra ir pra algum lugar, até porque o dia que dá mais movimento aqui é sexta, sábado e domingo. (Entrevista realizada com moradora G do conjunto habitacional Harrison de Figueiredo, em 12 de abril de 2019).

Outra moradora, de 24 anos, filha, mãe e auxiliar de produção em uma indústria alimentícia, narrou seu cotidiano:

"Acordo ao meio dia. Almoço, minha mãe faz, moro com ela e meus três filhos, o pai mora no Jardim Itália. Lavo roupa das crianças, pego o ônibus 14h20 e trabalho até as 2h20 da manhã. É essa minha vida, não tem mais o que contar." (Entrevista realizada com uma moradora H do conjunto habitacional Harrison de Figueiredo, em 12 de abril de 2019).

No caminhar pelo conjunto, encontramos uma moradora indígena, idosa, aguardando o processo de aposentadoria, que não tem conhecimento sequer de

sua etnia. A mesma nos informa que a casa pertence à sua irmã que, devido à distância do trabalho, mudou-se para outro bairro, deixando-a sozinha na função de “cuidar” da casa. Expõe, por meio da fala triste e melancólica, a condição extrema de mulher segregada,

Sou indígena, mas criada toda vida na cidade. Aqui na verdade é da minha irmã. Como é muito longe do serviço dela, ela mudou e pediu pra eu cuidar, sou aposentada e não saio daqui. Acordo, ligo meu rádio, limpo as poeiras, não dá trabalho, é só eu aqui. Faço almoço, lavo as *louça* (sic.) e só. Meu dia é esse. Aí sento aqui na frente até dar a hora de fazer janta e assistir minha novela e ir dormir. (Entrevista realizada com uma moradora do conjunto habitacional Harrison de Figueiredo, em 12 de abril de 2019).

O que vimos no conjunto habitacional analisado, segundo depoimento de nossos entrevistados, é que a tendência ao distanciamento socioespacial não é uma estratégia para a busca por qualidade de vida, sossego, tranquilidade para os filhos e netos. Pelo contrário, as entrevistas realizadas demonstram o cotidiano de sujeitos segregados, cujo direito à cidade é negado e o significado da casa própria acaba transcendendo o desejo de mudança para outros locais da cidade.

Vale destacar que, essa realidade revelada a partir de elementos do cotidiano e modo de vida dos moradores, é ainda mais severa, conforme já dito, para moradores idosos e deficientes, impondo a segregação socioespacial a partir do isolamento e dificuldade de mobilidade e acesso a equipamentos e infraestruturas essenciais à reprodução da vida.

Dessa maneira é possível perceber como o espaço determina as relações sociais. Para Santos (2014, p 11).

Cada homem vale pelo lugar que está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando, incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço), independentes de sua própria condição. (SANTOS, 2014, p. 107).

Os sujeitos com as mesmas potencialidades, mesmas formações acadêmicas e/ou profissionais e até com mesmo salário têm valor diferente conforme o lugar em que vivem, “[...] as oportunidades não são as mesmas”. (SANTOS, 2014, p. 107).

Ainda segundo este autor:

Na verdade, a pobreza tem suas condições espaciais, somente se podendo falar de causas espaciais da pobreza em duas circunstâncias: a primeira se liga a uma certa organização do espaço que, conduzindo a uma concentração de riqueza em poucas mãos, seja criadora de pobreza, e a segunda se liga aos casos extremos e imobilidade. (SANTOS, 2014, p. 111).

Os moradores do conjunto habitacional, encaixam-se na parcela da população que não possui condições para mudar-se do local. A partir dessa realidade, podemos constatar que a casa está inserida em outras dimensões da vida, não apenas a função residencial. O “valor” do sujeito depende de sua localidade, ou seja, para onde ele vai quando acaba o expediente de trabalho ou quando toca o último sinal da escola, indicando a hora de voltar para casa.

O “valor” do sujeito depende também para onde ele vai levar as compras realizadas nas lojas e mercados e, especificamente no caso dos moradores do PMCMV, onde o carteiro vai para entregar o boleto de prestação do financiamento do imóvel.

Estas condições acabam contribuindo para que a pobreza seja maior e a capacidade de deslocamento e mobilidade para outros locais da cidade seja menor. E, devido as práticas de distanciamento, separação que revela a segregação socioespacial, ocorre o enfraquecimento das relações entre cidadãos.

Para Carlos:

A reprodução do espaço (urbano) recria constantemente as condições gerais a partir das quais se realiza o processo de reprodução do capital e de vida humana em todas as suas dimensões. A reprodução do espaço urbano, enquanto produto social é produto histórico, apresenta-se, ao mesmo tempo, como realidade presente e imediata o que significa pensar o urbano enquanto reprodução da vida em todas as suas dimensões onde nada pode ser definido por uma morfologia material, nem tão pouco como essência atemporal, ou ainda como um sistema entre sistemas. Assim, a cidade é antes o aprendizado, a mediação para o entendimento do mundo moderno. Assim o espaço é acumulação de tempos e virtualidade dialeticamente construída. (2004, p. 53).

Ainda para Carlos, na cidade capitalista

[...] criam limites do uso e produzem a fragmentação do uso e produzem a fragmentação dos espaços da vida urbana. A propriedade recria, constantemente, aquilo que a fundamenta: a existência de uma sociedade de desiguais em que os usos e os acessos à cidade se submetem a um complexo conjunto de mediações que tendem a naturalizar a desigualdade. (CARLOS, 2017, p.59).

Outras possibilidades de acesso, tornam-se cada vez mais distante ao alcance dos moradores do conjunto habitacional Harrison de Figueiredo.

Para além de todas as dificuldades do cotidiano, que distanciam e segregam socioespacialmente, para o morador, ter uma moradia ou ter um “CEP” ainda suplanta as demais dificuldades.

APONTAMENTOS FINAIS

Neste trabalho, procuramos fornecer elementos para contribuir com as reflexões acerca do processo de segregação socioespacial em uma cidade média, tomando como objeto de estudo o conjunto habitacional Harrison de Figueiredo, implantado pelo PMCMV Faixa 1.

Nesse sentido, buscamos trazer alguns elementos e possibilidades analíticas que nos permitam discutir de que forma a localização do referido conjunto contribuiu com o processo de segregação, gerando conflitos e contradições em uma cidade média e que se manifestam no plano do cotidiano.

A implantação do empreendimento objeto de estudo e de outros conjuntos habitacionais destinados a Faixa 1 do PMCMV, contribuiu para consolidar a porção sul e sudeste da cidade de Dourados como área de moradia dos segmentos de menor e nenhum poder aquisitivo, distante de equipamentos, infraestrutura e serviços de qualidade que atenda a demanda, acentuando e intensificando o distanciamento socioespacial.

A localização do empreendimento, em descontinuidade ao tecido urbano, afeta diretamente o modo de vida dos moradores, dificultando as atividades cotidianas, aprofundando as desigualdades intraurbanas ao mesmo tempo que a cidade desempenha papel de centralidade em sua rede urbana.

A maioria dos moradores precisa “disputar” as rodovias (MS-156 e BR-163), com veículos de carga pesada, sobretudo, no trecho de acesso ao Distrito Industrial. Este motivo, aliado ao tempo gasto no trajeto, faz com que evitem o deslocamento para outros locais da cidade. A dificuldade de deslocamento, imposta pela distância e falta de meio de locomoção adequado, levam ao rompimento com as relações “fora” do conjunto habitacional, reforçando a segregação socioespacial.

Da mesma forma, esse distanciamento amplia o tempo consumido para chegar a qualquer local da cidade, influenciando na qualidade da moradia e, por decorrência, na qualidade de vida dos moradores, tendo em vista que obriga, inclusive as crianças, a enfrentarem longos trajetos para chegar, por exemplo, à escola.

Tais elementos apontados e as análises realizadas, nos possibilitaram avaliar como a localização dos empreendimentos têm imposto um distanciamento que se desdobra na ampliação das diferenças, rompe relações

e caracteriza uma realidade marcada pela segmentação socioespacial. Assim, o processo de segregação se revela no acesso desigual à cidade, pelos diferentes segmentos socioeconômicos.

E, nessa perspectiva, consideramos os que segregam e os que são segregados, a partir de uma análise dos loteamentos fechados e dos conjuntos habitacionais do PMCMV Faixa 1.

Ao analisarmos os loteamentos fechados de padrão mais elevado, localizados nas porções norte e noroeste da cidade (que atendem a segmentos socioprofissionais de maior poder aquisitivo) e os conjuntos habitacionais do PMCMV Faixa 1 (que atendem famílias de segmentos socioprofissionais de menor e nenhum poder aquisitivo), percebemos uma configuração intraurbana marcada pela segmentação, gerando conflitos que se manifestam no plano do cotidiano e se desdobrando no processo de segregação socioespacial.

O processo de pesquisa também nos permitiu perceber que há outra dimensão mais singular e sutil, que acabou por se revelar na fala dos moradores durante as entrevistas: ainda que o cotidiano seja marcado por muitas dificuldades foi possível perceber que a casa própria é o elemento que assegura aos moradores o principal motivo para permanecer no local, compensando outras formas de segregação, severas para mulheres, pessoas idosas e com deficiência.

A própria significa ter um lugar para voltar após o trabalho, para levar as compras realizadas e, especificamente no caso dos moradores dos empreendimentos do PMCMV, significa ter um local onde o carteiro pode passar, mesmo que seja para entregar o boleto de prestação do financiamento da casa.

Nesse sentido, ainda que o cotidiano seja marcado por determinantes que distanciam e segregam socioespacialmente, para muitos, ter um “CEP” também marca a condição de acesso à cidade e, por decorrência, de sujeito, revelando que, a partir da habitação, é possível assegurar a realização de outras dimensões, mesmo que subjetivas, da vida urbana.

Dessa maneira, ao mesmo que tempo que Dourados se consolidada na rede urbana regional e amplia escalas de atuação, a produção do espaço intraurbano reproduz a desigualdade, interferindo nos modos de realização da vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÂNTARA, Danilo Marcondes de. **Minha Casa Minha Vida: trajetórias e práticas espaciais na produção de um lugar na cidade de Londrina/PR**. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) – FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2018. 237 p.

ALVAREZ, Isabel Pinto. Produção do espaço em tempos de crise. CARLOS, Ana Fani Alessandri; ALVES, Glória; PADUA, Rafael Faleiros de. (Orgs.) **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017. p. 63- 78.

ALVAREZ, Isabel Pinto. A segregação como conteúdo da produção do espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Orgs.). **A cidade contemporânea: segregação socioespacial**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 111-126.

ANDRADE, Luciana da Silva. É possível transformar em cidade a anticidade? Crítica ao urbanismo de empreendimentos do PMCMV. In: AMORE, Caio Santo.; RUFINO, Maria Beatriz Cruz; SHIMBO, Lúcia Zanin. (Org.). **Minha casa... E a cidade?** Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 165-193.

AMORE, Caio Santo. “Minha Casa Minha Vida” para iniciantes. In: AMORE, Caio Santo; RUFINO, Maria Beatriz Cruz; SHIMBO, Lúcia Zanin. (Org.). **Minha casa... E a cidade?** Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 11-28.

ARAUJO, Laura Gondim Nunes Martins de. **A distribuição espaço-temporal e avaliação qualitativa das praças e parques urbanos de Dourados-ms**. Dourados/MS, 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia) – FCH/UFGD.

BERNARDELLI, Mara Lucia Falconi da Hora; CALIXTO, Maria José Martinelli Silva. Os loteamentos fechados e as novas formas de produção imobiliária em Dourados: uma cidade média do estado de Mato Grosso do Sul – Brasil. In: XIV Simpósio Nacional de Geografia Urbana: perspectivas e abordagens da Geografia Urbana no século XXI, 2015, Fortaleza– CE. **Anais eletrônicos**. Fortaleza: CE, 2015. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B_FJH8ikGCJtdzBvYm1hX1ItWUk/view. Acesso em: 23 fev. 2019.

BRAGA, Roberto. O estatuto da cidade. In: BRAGA, Roberto; CARVALHO, Pompeu F. de. **Estatuto da cidade**. Política urbana e cidadania. Rio Claro: Laboratório de Planejamento Municipal- Deplan- UNESP- IGCE, 2000, p. 83-113.

BRASIL (Constituição de 1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 15 ago. 2018.

BRASIL. **Lei 11.977, de 7 de julho de 2009**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Brasília, DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11977.htm. Acesso em: 20 dez. 2018.

BRASIL. **Lei 12.424 de 16 junho de 2011**. Altera a Lei no 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12424.htm#art1. Acesso em: 20 de jan. 2019.

BRASIL. Ministério das cidades (2009). **Plano Nacional de Habitação – PlanHab**. 2009. Disponível em:

BUONFIGLIO, Leda Velloso. **Da política urbana federal à produção do espaço municipal: a gestão habitacional NO RIO GRANDE DO SUL**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências/UNICAMP, Campinas, 2015. 298 p.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. A implosão da vida pública moderna. **Cidade de muro: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34/EDUSP, 2000, p. 301-340.

CALIXTO, Maria José Martinelli Silva. **Produção apropriação e consumo do espaço urbano: uma leitura geográfica da cidade de Dourados-MS**. Campo Grande-MS: Ed. UFMS, 2004.

CALIXTO, Maria José Martinelli Silva; FLORENTINO, Valéria Ferreira Silva. (Org.). **Produção do espaço urbano regional: Leituras de uma cidade média**. Dourados, MS, Ed. UFGD, 2016. 221 p.

CALIXTO, M. J. M. S. O processo de consolidação da centralidade regional de Dourados-MS na rede urbana: uma contribuição para a análise de uma cidade média. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 23, n. 3, p. 582-601, dez. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/159878>.doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2019.159878>. Acesso em: mar. 2020.

CALIXTO, Maria José Martinelli Silva; BERNARDELLI, Mara Lucia Falconi da Hora. Dourados/MS: Uma cidade média entre os papéis regionais e a dinâmica globalizada. In. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; MAIA, Doralice Sátyro (Orgs). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Dourados e Chapecó**. -1. ed. São Paulo:Cultura Acadêmica. 2016. P. 29-165.

CALIXTO, Maria José Martinelli Silva. A centralidade regional de uma cidade média no sul do estado de Mato Grosso do Sul: Uma leitura da relação entre diversidade e complementaridade: In: Hélio Carlos Miranda de Oliveira, Maria

José Martinelli Silva Calixto, Beatriz Ribeiro Soares (Orgs.). **Cidades médias e região**. 1. ed.- São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. p.57-100.

CALIXTO, M. J. M. S. **O processo de consolidação da centralidade de Dourados – MS na rede urbana**: uma contribuição para a análise de uma cidade média. 2011. 117p. Relatório (Pós-doutorado em Geografia). Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CALIXTO, Maria José Martinelli. **O papel exercido pelo poder público local na (re)definição do processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano em Dourados – MS**. Presidente Prudente, 2000. Tese (Doutorado em Geografia) – FCT/UNESP.

CARDIM, Marcia. A abertura de novas fronteiras urbanas a partir do Programa Minha Casa Minha Vida. In: XIII Encontro Nacional da ANPEGE - XIII ENANPEGE, 2017, Porto Alegre– RS. **Anais eletrônicos**. Porto Alegre: UFRS, 2017. Disponível em: <file:///C:/Windows/system32/config/systemprofile/Downloads/Marcia%20Cardin2.pdf> Acesso. em: 26 out. 2019.

CARDOSO, Adauto Lúcio; JAENISCH, Samuel Thomas; MELLO, Irene de Queiroz e. A implementação do Programa Minha casa Minha Vida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: agentes, processos e contradições. In: AMORE, Caio Santo.; RUFINO, Maria Beatriz Cruz; SHIMBO, Lúcia Zanin. (Org.). In: **Minha casa... E a cidade?** Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

CAPEL, Horacio. Nuevas perspectivas para el estudio de actores y agentes. In: ___. La Morfología de las ciudades: Agentes urbanos y mercados inmobiliarios. Ciudad del México: Ediciones del Serbal, 2013, 29 – 36.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto (Orgs.). **A cidade como negócio**. São Paulo–SP: Contexto, 2018. 270 p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A privação do urbano e o “direito à cidade” em Henri Lefebvre. CARLOS, Ana Fani Alessandri; ALVES, Glória; PADUA, Rafael Faleiros de. (Orgs.) **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017. p. 33-62.

CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **A crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015. 191 p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Orgs.). **A cidade contemporânea**: segregação socioespacial. São Paulo: Contexto, 2013. P. 95-110.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Diferenciação socioespacial. **Cidades**. Presidente Prudente, 2007, v. 4, n. 7, p. 45-60.

CARLOS, Ana Fani Alessandri.. **Espaço-tempo na metrópole**: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

CARVALHO, Viviane Fernanda de Oliveira. **Porque aqui é minha casa**: velhas práticas e novas possibilidades em conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida. Presidente Prudente. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) FCT/UNESP.

CASTRO, Maria Amábili Alves de. Produção habitacional, inclusão social e cidadania: uma análise do papel exercido pelo poder público local. In: CALIXTO, Maria José Martinelli Silva (Org.). **O espaço urbano em redefinição**: cortes e recortes para a análise dos entremeios da cidade. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2008. P. 71-100.

CASTRO, Maria Amábili Alves de. Tramas e dramas no urbano: o Projeto Renascer em Dourados-MS e o processo de reprodução socioespacial. In: CALIXTO, Maria José Martinelli Silva; FLORENTINO, Valéria Ferreira da Silva (Orgs.). **Produção do espaço urbano e regional**: Leituras de uma cidade média. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2016. p. 153-218.

CORRÊA, Roberto Lobato. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Orgs.). **A cidade contemporânea**: segregação socioespacial. São Paulo: Contexto, 2013. p. 39- 59.

CORRÊA, Roberto Lobato. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades médias**: espaços em transição. 1 ed. São Paulo: Expressão popular, 2007a, p. 23-34.

CORRÊA, Roberto Lobato. Diferenciação sócio-espacial, escalas e práticas espaciais. **Cidades**, vol.4, n.6, 2007b, p. 61-72.

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 1993; 98 p.

DIAS, Dayane Caroline Gomes da Silva. **Direito à moradia e os sujeitos sociais sem teto**: uma leitura a partir da realidade das ocupações no loteamento Campo Belo, Dourados-MS. Dourados, 2017. Monografia (Graduação em Geografia – FCH/UFGD).

DIONIZIO, Henrique Ribeiro. **Mobilidade e a Reestruturação no Modelo de Transporte Coletivo em Dourados – MS**. 2018. (Graduação em Geografia – FCH/UFGD).

DOURADOS. Prefeitura Municipal de. **Lei Nº 3.705, de 21 de agosto de 2013**. Altera redação do Art. 32 da Lei 3.449/2011 que trata da concessão do transporte coletivo da cidade de Dourados. Dourados, 21 de agosto de 2013.

FIGUEIREDO, Cassio Alexandre Sarti. **A (in)segurança urbana e as novas formas de morar em Dourados-MS**. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia – FCH/UFGD)

GROULX, Lionel-H. Contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social. In: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução Ana Cristina Nasser. 4 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014, p.95–126.

GOMES, Igor Ronyel Paredes; CALIXTO, Maria José Martinelli Silva. Da cidade média às cidades pequenas: articulações e relações entre Dourados e o Sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul. In: CALIXTO, Maria José Martinelli Silva; MORENO, Bruno Bomfim; BERNADELLI, Mara Lúcia Falconi da Hora. **O urbano em Mato Grosso do Sul: Leituras e abordagens**. Dourados/MS: Ed. UFGD, 2020. p. 13-44.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo, EDUSP, 1993, 370 p.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Tradução Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014, 294 p.

HIERNAUX, Daniel; LINDÓN, Alicia. Repensar la periferia: de la voz a la visiones exo y egocéntricas. In: AGUILAR, Adrián Guillermo (coordinador). **Procesos metropolitanos y grandes ciudades: dinámicas recientes en México y otros países**. México: Instituto de Geografía- Universidad Nacional Autónoma de Mexico, 2004. P. 413-444. x\c.

HIERNAUX, Daniel.; LINDÓN, Alicia. La periferia: voz y sentido en los estudios urbanos. **Papeles de población**, 10(42). 2004 p.101-123

JESUS, Sara Livino de. **A política pública habitacional e os desdobramentos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em uma cidade média: Dourados – MS**. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – FCH/UFGD, Dourados, 2014.

KONZEN, L. P. **A mudança de paradigma em sociologia urbana: do paradigma ecológico ao socioespacial**. Revista de Ciências Humanas - Florianópolis 2011 – Vol. 45, Número 1 - p. 79-99.

LEFEBVRE Henri. **O direito à cidade**. Itapevi: Nebli, 2016, ed.3, 155 p.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

LEFEBVRE Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

LIMA, José Júlio; CAROSO, Ana Claudia; MENEZES, Roberta; PONTE, Juliano Ximenes; SILVA NETO, Raul Ventura. Estratégias de produção habitacional de interesse social através do PMCMC na Região Metropolitana de Belém e no sudeste do Pará. In: AMORE, Caio Santo.; RUFINO, Maria Beatriz Cruz; SHIMBO, Lúcia Zanin. (Org.). In: **Minha casa... E a cidade?** Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 353- 388.

LINDÓN, Alícia. El mito de la casa propia y las formas de habitar. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, 1 de agosto de 2005. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-20.htm> Acesso em: 19 mai 2020.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana.** Tradução Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Martins Fontes, 1981.p. 337

LOURENÇO, D. A. S. dos S. As novas formas de produção socioespacial em Dourados-MS. Uma análise do Ecoville Dourados Residence & Resort. Dourados, In: CALIXTO, M. J. M. S.; MORENO, B. B. BERNARDELLI, M. L. F. da H. **O urbano em Mato Grosso do Sul: abordagens e leituras.** Dourados: editora da UFGD, 2020, p. 171-195.

MAIA, Doralice Sátyro. **Habitação popular e o processo de periferização e fragmentação urbana:** uma análise sobre as cidades João Pessoa- PB e Campina Grande-PB. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/30429/28817>. Acesso em: 10 mar. 2019.

MARICATO, Hermínia. **O “Minha Casa” é um avanço, mas a segregação urbana fica intocada,** São Paulo, Mai. 2009. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-Minha-Casa-e-um-avanco-mas-segregacao-urbana-fica-intocada/4/15160>. Acesso em: 27 jun. 2018.

MATO GROSSO DO SUL (Dourados). **Lei nº 3601.** Dispõe sobre a Política Municipal de Habitação Social. 2018. Disponível em: <http://www.dourados.ms.gov.br/index.php/lei-no-3601-politica-municipal-de-habitacao-social>. Acesso em: 5 abr. 2019.

MELAZZO, Everaldo Santos. Interações, combinações e sinergias: produção do espaço urbano, dinâmicas imobiliárias e PMCMV em cidades médias brasileiras. In: BELLET, Carmen et al. **Urbanização, produção e consumo em cidades meias/intermediárias.** Universidade Estadual Paulista, Edicions de La Universitat de Lleida, 2015, p. 323-396.

MILANI, Patrícia Helena. **A produção da diferenciação socioespacial em Catanduva e São José do Rio Preto- SP:** uma análise a partir do cotidiano de moradores de espaços residenciais fechados. Presidente Prudente Tese (Doutorado em Geografia)– FCT/UNESP, 2016.

MORADO, Denise; COSTA, Heloisa; MENDONÇA, Jupira; LOPES, Marcela; LAMOUNIER, Rosamônica; NASSIF, Thais; SOARES, André. Programa Minha Casa Minha Vida: desafios e avanços na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: AMORE, Caio Santo.; RUFINO, Maria Beatriz Cruz; SHIMBO, Lúcia Zanin. (Org.). **Minha casa... E a cidade?** Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 195-228.

MORENO, Bruno Bomfim; CALIXTO, Maria José Martinelli Silva. A demanda regional e a oferta do ensino superior em uma cidade média no estado de Mato Grosso do Sul: Dourados. **Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia**. Presidente Prudente, v. 15, ed. 1, p. 62-87, dez. 2017. Disponível em: <file:///C:/Windows/system32/config/systemprofile/Downloads/12284-Texto%20do%20artigo-67751-1-10-20171206.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2019.

MUSCULINI, Elaine Cristina. **A rua como lugar dos viveres e fazeres. Transformações e persistências na área central de Dourados-MS**. Dourados, 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – FCH/UFGD.

NASCIMENTO, Eduardo Alexandre. **A expansão do mercado imobiliário em Mossoró: acumulação capitalista e os aprofundamentos das contradições socioespaciais**. Natal/RN, 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia – Programa de Pós-Graduação e Pesquisa/UFRN).

PADUA, Rafael Faleiros. Lutas urbanas, cotidiano e emancipação. CARLOS, Ana Fani Alessandri; ALVES, Glória; PADUA, Rafael Faleiros de. (Orgs.) **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017. p. 79- 94.

PARK, Robert E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: SIMMEL, George et. al. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970, p.29-72.

PEQUENO, Luis Renato Bezerra; ROSA, Sara Vieira. Inserção Urbana e segregação socioespacial: análise do Programa Minha Casa Minha Vida em Fortaleza. In: AMORE, Caio Santo.; RUFINO, Maria Beatriz Cruz; SHIMBO, Lúcia Zanin. (Org.). **Minha casa... E a cidade?** Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 131-164.

PEREIRA, Tatiana Dahmer. Política Nacional de Assistência Social e território: enigmas do caminho. **Rev. Katál. Florianópolis**. v.13, n. 2 p. 191-200 jul./dez. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS. **Relatório de inscritos e contemplados**. Disponível em: <http://www.dourados.ms.gov.br/index.php/relatorio-de-inscritos-agehab/>. Acesso em: 30/08/2018.

PRÉTECEILLE, Edmond. A construção social da segregação urbana: convergências. **Espaços e Debates: segregações urbanas**. V. 24 n. 45 jan/jul 2004. p 11-23.

RIBEIRO, Fabiana Valdoski. Produção contraditória do espaço urbano e resistências. In: CARLOS, Ana Fani Alexandri (Org.). **Crise Urbana**. São Paulo: Contexto, 2015. P. 171-186.

RINCON SAPIÊNCIA, Galanga Livre, Faixa 4, 2017

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1988. 72 p.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desigualdades socioespaciais. A luta pelo direito à cidade. **Revista Cidades**. V.4, n. 6, p.73-88, jan./dez.2007.

RUFINO, Maria Beatriz Cruz. Um olhar sobre a produção do PMCMV a partir de eixos analíticos. In: AMORE, Caio Santo.; RUFINO, Maria Beatriz Cruz; SHIMBO, Lúcia Zanin. (Org.). **Minha casa... E a cidade?** Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. P. 51-70.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7 ed., 2 reimp. São Paulo: Nobel, 2014.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 4 ed. 4 reimpr., 2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SHIMBO, Lucia Zanin. **Habitação social, habitação do mercado**: a confluência entre Estado, empresas, construtoras e capital financeiro. São Carlos, 2010. Tese (Doutorado em Engenharia) – USP.

SILVA, Mario Cesar Tompes da. **Os novos rumos da política habitacional e o processo de urbanização de Dourados**. 2000. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

SILVA, Valéria Ferreira. **Os papéis de Dourados-MS no contexto regional**: apontamentos para a análise de uma cidade média. Dourados. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – FCH/UFMGD.

SILVEIRA, Maria Laura. Ciudades intermedias. Trabajo global, trabajo local. In: VELÁZQUEZ, G. A.; GARCIA, M. C. (Orgs.). **Calidad de vida urbana**: aportes para su estudio en Latinoamérica. Tandil: Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 1999, p. 47-54.

SOARES, Beatriz Ribeiro; RAMIRES, Julio Cesar de Lima; OLIVEIRA, Hélio Carlos Miranda de.; MELO, Nágela Aparecida de.; SOUZA, Marcus Vinícius Mariano de Souza; RIBEIRO FILHO, Vitor Ribeiro. O déficit habitacional e os programas habitacionais de interesse social. In: ELIAS, Denise; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOARES, Beatriz Ribeiro. **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional**: Tandil e Uberlândia. São Paulo: Expressão popular, 2010. p.248-256.

SOUZA, Lidiane Cristina Lopes Garcia de. **As Novas Formas de Produção Habitacional em uma Cidade Média**: O Residencial Estrela do Leste em Dourados-MS. Dourados, 2017. Monografia (Graduação em Geografia – FCH/UFGD).

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Cidades médias. In: SPOSITO, E. S. (Org.) **Glossário de geografia humana e econômica**. São Paulo: Editora da UNESP, 2017, p. 39-47.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GÓES, Eda Maria (Orgs.). **Espaços fechados e cidades**: Insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo: UNESP, 2013, 376 p.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Orgs.). **A cidade contemporânea**: segregação socioespacial. São Paulo: Contexto, 2013b. p. 61-94.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Loteamentos fechados em cidades médias paulistas. In: SPOSITO, Eliseu Silvério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOBARZO, Oscar (Orgs.). **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. 1 ed. São Paulo: Expressão popular, 2006. p.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras**. Belém: FASE/ICSA-UFPA, 2009.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Espaços urbanos: territorialidades e representações: In: SPOSITO, Eliseu Sevério. **Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades**. Presidente Prudente: UNESP/FCT: GASPERR, 1999a, p. 13-29.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre novas formas espaciais. In: DAMIANI, Amélia Luiza. *Et al* (Org.). **O espaço no fim do século**: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999. p. 83-99.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Reflexões sobre a natureza da segregação espacial nas cidades contemporâneas. **Revista de Geografia**. Dourados: AGB, 1996, p. 71- 85.

SPOSITO, Maria Encarnação B. A urbanização no Brasil. **Geografia. (Série Argumento)**. São Paulo: CENP, 1993, p. 61-78.

SUERTEGARAY, Maria Dirce Antunes. **Espaço geográfico uno e múltiplo**. Revista electrónica de geografia y ciencias sociales. Barcelona, 2001.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Contribuição para o debate sobre processos e as formas socioespaciais nas cidades. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Orgs.). **A cidade contemporânea: segregação socioespacial**. São Paulo: Contexto, 2013a. p. 7-38.

VASCONCELOS, Eduardo A. de. **Políticas de transporte no Brasil**. A construção da mobilidade excludente. Barueri: Manole, 2013b.

VIAÇÃO DOURADOS (MEDIANEIRA). **Horários**. Disponível em: <http://www.viacaodourados.com.br/horarios>. Acesso em: 23 jun. 2018.

VIEIRA, Alexandre Bergamin. **O lugar de cada um**: indicadores e desigualdade intraurbana. Presidente Prudente, 2006. Dissertação (Mestrado– FCT/UNESP-PP).

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1998. 373p.

ANEXOS

Anexo 1.



Universidade Federal da Grande Dourados
Faculdade de Ciências Humanas
Curso de Geografia



FORMULÁRIO - MORADORES - RESIDENCIAL HARRISON DE FIGUEIREDO

Nome: _____

Chefe da família: _____

Escolaridade do chefe da família: _____

Idade: _____ Profissão: _____

Possui carteira assinada? () Sim () Não

Tempo de trabalho na empresa e/ ou outros: _____

1. Quanto tempo mora no Residencial?

() Desde o início () de 1 ano a 2 anos () de 2 a 4 anos () 4 anos

2. Quanto tempo esperou por uma casa em programa habitacional? _____

3. É de origem rural ou urbana?

() Rural () Urbana

Se rural, quando veio para a cidade? _____

4. Onde morava antes de vir para o residencial? _____

5. A casa que morava anteriormente era:

() Própria () Alugada () Cedida por parentes ou amigos

() Outro _____

Se pagava aluguel, quanto pagava? _____

Poderia apontar os lugares que já morou aqui em Dourados?

6. **Já ocupou alguma área urbana?**

() Sim () Não

Se sim, onde? _____

Se sim, quanto tempo ficou nessa área? _____

7. **Já possuiu algum bem/imóvel?**

() Sim () Não

Se sim, qual? _____

8. **Quantas pessoas moram desde o período de mudança?** _____

9. **Quantas pessoas moram na casa hoje?** _____

10. **Quantos adultos?** _____

11. **Quantas crianças?** _____

12. **Qual a Renda Familiar Mensal (em salários mínimos)?**

() Até 1 Salário Mínimo () 1 a 3 Salários Mínimos

() 3 a 5 Salários Mínimos () de 5 a 7 Salários Mínimos

() Mais de 7 salários mínimos

13. **Tem Filhos?**

() Sim () Não

Se sim, quantos? () 1 Filho () 2 Filhos () 3 () 4 () 5 ou mais

14. **Qual a idade dos filhos?**

() 0 a 3 anos () 5 a 9 anos () 12 a 15 anos

() 3 a 5 anos () 9 a 12 anos () 15 ou mais

15. **Vão à escola/creche?**

() Sim () Não

Se sim, qual escola ou creche? _____

16. **Como as crianças vão à escola ou creche?**

17. Você utiliza transporte público?

Sim Não Esporadicamente

18. Se sim, os horários dos ônibus atendem as necessidades?

Sim Não

Se não, por que não atende? _____

19. Possui veículo/meio de locomoção?

Não
 Bicicleta Carro
 Moto Carro e Moto

20. Fez alguma mudança na casa? Sim Não

Se sim, quais mudanças?

Reforma Ampliação

Que tipo de reforma ou ampliação?

Se não fez, pretende fazer? Quais

21. Tem plano de saúde?

Sim Não

Se sim, qual plano? _____

22. Qual sua maior necessidade hoje?

23. Em sua opinião, o que falta no residencial?

Comércio de roupas e calçados Lazer _____

Comércio – supermercado e/ou padaria Escola Creche

Posto de saúde Posto policial Praça Passarela para atravessar a rodovia Agente de limpeza/porteiro Lotérica

Outros: _____

24. A Escola Estadual (6º ao 3º ano) inaugurada em junho/2018 satisfaz a demanda?

() sim () não

25. Sai aos finais de semana? () Sim () Não

26. Que lugares costuma frequentar na cidade?

() Shopping () teatro () Cinema () praça central

() Bares, restaurantes ou pizzarias. Quais? _____

() Casa de parentes e amigos. Qual bairro moram? _____

() Outros locais _____

27. Costuma ir ao centro? () sim () não

Se sim, com qual frequência?

() 1x por semana () 2 a 4x por semana () 5 a 7x vezes por semana

() 1x ao mês () outros

Quanto tempo leva para chegar ao centro? _____

Se não, por quê? _____

28. Qual objetivo ao ir ao centro?

29.

30. Quanto tempo leva para chegar ao trabalho? _____

31. Como é a relação com os moradores do residencial Dioclécio Artuzi?

32. Quando diz que mora no Harrison de Figueiredo, como as pessoas de outros bairros reagem?

33. O que mais gosta no residencial?

Pretende mudar-se do residencial?

() Sim () Não

Se sim, por quê?

34. E se não fosse o Harrison de Figueiredo, qual seria alternativa? Onde se imagina morando hoje?

35. É beneficiado de outros programas sociais?

() Bolsa Família () Tarifa Social (ENERGISA)
() ID jovem () SUS () Outros _____

Anexo 2.



Universidade Federal da Grande Dourados
Faculdade de Ciências Humanas
Curso de Geografia



ENQUETE - MORADORES – CONJUNTO HABITACIONAL HARRISON DE FIGUEIREDO

1- Qual o significado da casa?

2- Se houvesse oportunidade, mudaria do conjunto habitacional?

Anexo 3.

A captura de tela mostra a interface de um site de notícias. No topo, há um menu e o logo "DOURADOS AGORA" com uma seta e uma bola. O título da notícia é "Motociclista é atropelado e morre na Coronel Ponciano, motorista foge". Abaixo do título, há a data "14/07/2019 07h24" e o nome do autor "Por: Dourados Agora". Na barra de compartilhamento, há ícones para curtir (1 mil), imprimir, e-mail, WhatsApp, Facebook (1.1K), Twitter e Pinterest. A imagem principal mostra um acidente de trânsito noturno em uma rua com trânsito vermelho. Um motociclista está atropelado no chão, e uma van da Polícia Civil está estacionada ao lado.

Fonte: Site Dourados Agora (2019)

Anexo 4.

**Foto 27. Dourados/MS - Conjunto habitacional Harrison de Figueiredo:
Pôr do sol (2019)**



Autora: SOUZA (2019).